



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Ana Carolina Santiago Teixeira

A força da bancada ruralista: Análise de votação do
Marco Temporal na Câmara dos Deputados

Rio de Janeiro

2026

Ana Carolina Santiago Teixeira

A força da bancada ruralista: Análise de votação do
Marco Temporal na Câmara dos Deputados

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de
Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de
Mestra em Ciência Política.

Orientadora: Prof. Dra. Luciana Fernandes Veiga

Rio de Janeiro

2026

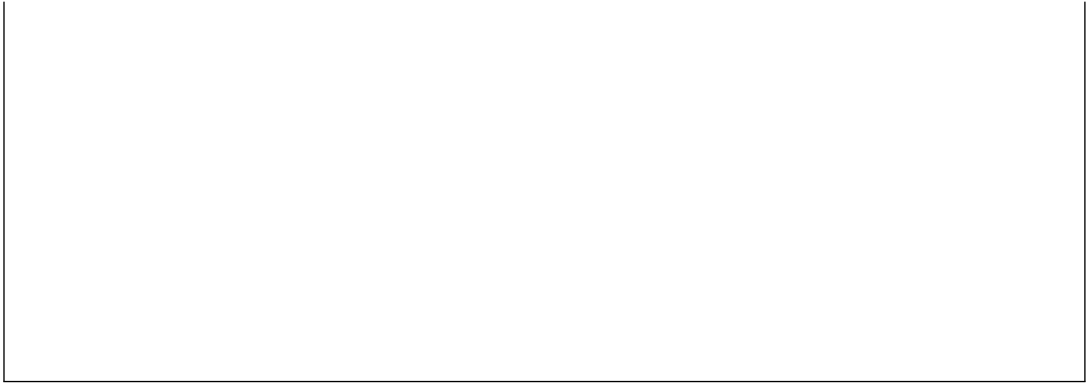
T266f Teixeira, Ana Carolina Santiago
A força da bancada ruralista: análise de votação do Marco
Temporal na Câmara dos Deputados / Ana Carolina Santiago
Teixeira. – Rio de Janeiro, 2026.
130 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Ciência Política) –
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro,
Centro de Ciências Jurídicas e Políticas, Programa de
Pós-Graduação em Ciência Política, 2026.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Luciana Fernandes Veiga

1. Marco Temporal. 2. Frente Parlamentar da
Agropecuária. 3. Comportamento legislativo.
4. Agronegócio. 5. Advocacy Coalition Framework.
I. Veiga, Luciana Fernandes. II. Universidade Federal
do Estado do Rio de Janeiro. III. Título.

CDD: 320.981



Ana Carolina Santiago Teixeira

**A força da bancada ruralista: Análise de votação do
Marco Temporal na Câmara dos Deputados**

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 27 de março de 2026, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Luciana Fernandes Veiga, Dr.(a)
Instituição Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof.(a) Marcia Ribeiro Dias, Dr.(a)
Instituição Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof.(a) Daniela Campello, Dr.(a)
Instituição Columbia University

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestra em Ciência Política

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof. Dr. Luciana Fernandes Veiga

Rio de Janeiro
2026



In

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado de um percurso que jamais teria sido possível sem o apoio, a generosidade e a presença de muitas pessoas que caminharam comigo ao longo dessa trajetória.

Agradeço, em primeiro lugar, à minha mãe, Kesia Santiago, pelo apoio incondicional, pela força constante e pela confiança irrestrita em todos os momentos deste percurso. Ao meu irmão, Rafael Santiago, pelo companheirismo e pela presença sempre firme.

Ao meu namorado, Luiz Claudio, agradeço pela paciência, pelo incentivo diário e pelo cuidado que sustentaram este processo do início ao fim.

Sou muito grata à minha orientadora, Luciana Veiga, pela orientação acadêmica rigorosa, generosa e comprometida. Sua leitura atenta, suas provocações intelectuais e sua confiança foram fundamentais para a construção deste trabalho e para minha formação ao longo do mestrado.

Agradeço às professoras Márcia Dias e Daniela Campello, integrantes da banca examinadora, pelas leituras cuidadosas, críticas qualificadas e contribuições decisivas que enriqueceram esta pesquisa.

À minha amiga de mestrado e parceira de percurso acadêmico, Giovana Caputo, agradeço pela troca constante (desde o dia 1), pela parceria e pelo apoio. Às minhas amigas do mestrado, Vitória França, Gabriela Morais e Nattalia Rodrigues, agradeço pela convivência, pelas discussões e pelo apoio ao longo dessa caminhada.

Às minhas amigas de vida, Camila Queiroz, Carol Cavalcante, Camila Repsold, Amanda Bachmeyer e Belle Dantas, agradeço pelo afeto, pela escuta atenta e pela amizade que sustentaram este percurso para além da universidade.

Dedico este trabalho à memória do meu pai, Luiz Gustavo, e da minha avó, Ana Lucia. A presença de ambos, ainda que ausente fisicamente, permanece fundamental na minha formação, nos valores que carrego e no caminho que me trouxe até aqui.

“Power corresponds to the human ability not just to act but to act in concert. Power is never the property of an individual; it belongs to a group and remains in existence only so long as the group keeps together. When we say of somebody that he is “in power” we actually refer to his being empowered by a certain number of people to act in their name.”

Hannah Arendt

RESUMO

A dissertação analisa o comportamento de voto dos deputados federais nos episódios decisórios centrais relacionados ao Marco Temporal das terras indígenas no Congresso Nacional em 2023, com ênfase na atuação da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). O objetivo é examinar como fatores institucionais, estruturais e discursivos associados à atuação da FPA influenciaram o padrão de votação da Proposta de Lei nº 490/2007 e da apreciação do Veto Presidencial nº 30/2023. A pesquisa adota uma abordagem metodológica mista, combinando análise quantitativa do comportamento legislativo e análise qualitativa de discursos parlamentares. Na etapa quantitativa, são utilizados dados de votação nominal e modelos de regressão logística para testar a associação entre o voto favorável ao Marco Temporal e variáveis institucionais, como o pertencimento à FPA, e estruturais, como o peso do agronegócio e a mobilização indígena nos estados de origem dos parlamentares. Na etapa qualitativa, são analisados discursos proferidos em plenário por deputados vinculados à FPA, a partir de categorias analíticas inspiradas no *Advocacy Coalition Framework*, com o objetivo de identificar enquadramentos discursivos, crenças compartilhadas e estratégias de legitimação do voto. Os resultados quantitativos indicam que o pertencimento institucional à FPA constitui o principal fator explicativo do voto favorável ao Marco Temporal, superando condicionantes territoriais e demográficos, cuja influência se mostra limitada ou estatisticamente frágil no interior da coalizão. A análise qualitativa evidencia elevada coordenação discursiva da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) no debate sobre o Marco Temporal, expressa pela mobilização recorrente de argumentos jurídicos, institucionais e morais voltados à defesa da segurança jurídica, do direito de propriedade e da primazia do Legislativo na definição dos critérios de demarcação de terras indígenas. Esses padrões discursivos indicam que a FPA atua como uma coalizão suprapartidária altamente institucionalizada no contexto específico da tramitação do PL nº 490/2007 e da apreciação do veto presidencial, capaz de produzir convergência entre discursos e posições legislativas em torno da consolidação do Marco Temporal como solução normativa para o conflito fundiário. O estudo contribui, assim, para a compreensão dos mecanismos de coordenação política no Legislativo brasileiro em disputas de alta polarização envolvendo direitos territoriais indígenas e os limites do pluralismo político em contextos marcados por assimetrias de poder econômico e institucional.

Palavras-chave: Marco Temporal; Frente Parlamentar da Agropecuária; comportamento legislativo; agronegócio; Advocacy Coalition Framework.

ABSTRACT

The dissertation analyzes the voting behavior of federal deputies in the key decision-making episodes related to the Marco Temporal doctrine on Indigenous land rights in the Brazilian National Congress in 2023, with particular emphasis on the role of the Parliamentary Front for Agriculture (Frente Parlamentar da Agropecuária – FPA). The objective is to examine how institutional, structural, and discursive factors associated with the FPA shaped voting patterns on Bill No. 490/2007 and on the consideration of Presidential Veto No. 30/2023. The research adopts a mixed-methods, combining quantitative analysis of legislative behavior with qualitative analysis of parliamentary discourse. In the quantitative stage, roll-call voting data and logistic regression models are used to test the association between support for the Marco Temporal and institutional variables, such as membership in the FPA, as well as structural variables, including the economic weight of agribusiness and Indigenous mobilization in deputies' home states. In the qualitative stage, plenary speeches delivered by deputies affiliated with the FPA are analyzed using analytical categories inspired by the Advocacy Coalition Framework (ACF), with the aim of identifying discursive framings, shared belief systems, and strategies for vote legitimization. Quantitative results indicate that institutional affiliation with the FPA constitutes the primary explanatory factor behind support for the Marco Temporal, outweighing territorial and demographic variables, whose influence proves limited or statistically fragile within the coalition. The qualitative analysis reveals a high degree of discursive coordination within the Parliamentary Front for Agriculture in debates over the Marco Temporal, expressed through the recurrent mobilization of legal, institutional, and moral arguments centered on the defense of legal certainty, property rights, and the primacy of the legislature in defining criteria for the demarcation of Indigenous lands. These discursive patterns indicate that the FPA operates as a highly institutionalized, cross-party advocacy coalition in the specific context of the passage of Bill No. 490/2007 and the consideration of the presidential veto, capable of producing convergence between legislative positions and discourse around the consolidation of the Marco Temporal as a normative solution to land-related conflicts. The study thus contributes to a deeper understanding of mechanisms of political coordination within the Brazilian legislature in high-salience disputes involving Indigenous territorial rights, as well as to broader debates on the limits of political pluralism in contexts marked by pronounced asymmetries of economic and institutional power.

Keywords: Marco Temporal; Parliamentary Front for Agriculture; legislative behavior; agribusiness; Advocacy Coalition Framework.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Abrangência da FPA

Figura 02 - Distribuição por Estado da FPA na 57^o Legislatura

Figura 03 - Diagrama do ACF

Figura 04 – Distribuição percentual do voto por pertencimento à FPA

Figura 05 – Distribuição percentual do voto por pertencimento à FPA (Veto Presidencial n°30/2023)

Figura 06 - PL_30mai2023: probabilidades previstas de voto Pró-Marco por participação do agronegócio no PIB estadual (H2)

Figura 07 - VETO_14dez2023: probabilidades previstas de voto Pró-Marco por participação do agronegócio no PIB estadual (H2)

Figura 08 - PL_30mai2023: probabilidades previstas de voto Pró-Marco por mobilização indígena (H3)

Figura 09 - VETO_14dez2023: probabilidades previstas de voto Pró-Marco por mobilização indígena (H3)

Figura 10 - Distribuição de trechos codificados por nível de crença (ACF)

Figura 11 - Enquadramentos discursivos por nível de crença ACF

Figura 12 - Top 10 itens - Deep Core

Figura 13 - Top 10 itens - Policy Core

Figura 14 - Top 10 itens - Secondary Beliefs

Figura 15 - Distribuição temporal dos trechos discursivos por sessão plenária

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Linha do tempo do Marco Temporal no Brasil (2007–2025)

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Distribuição por partido da FPA na 57ª Legislatura

Tabela 02 - Distribuição por Região da FPA na 57ª Legislatura

Tabela 03 - Distribuição por Profissão da FPA na 57ª Legislatura

Tabela 04 - Ocupações dos Deputados da FPA

Tabela 05 - Crenças centrais profundas (deep core)

Tabela 06 - Crenças centrais de política (policy core)

Tabela 07 - Aspectos instrumentais ou secundários (secondary beliefs)

Tabela 08 - Panorama da votação da PL nº 490/2007

Tabela 09 - Panorama da votação do Veto presidencial

Tabela 10 - Distribuição do voto na PL nº 490/2007 por pertencimento à FPA

Tabela 11 - Regressão logística – efeito do pertencimento à FPA sobre o voto favorável

Tabela 12 - Probabilidade prevista de voto favorável segundo pertencimento à FPA (modelo logístico)

Tabela 13 - Distribuição do voto no Veto Presidencial por pertencimento à FPA

Tabela 14 - Regressão logística: efeito do pertencimento à FPA sobre o voto pela derrubada do veto

Tabela 15 - Probabilidade prevista de voto pela derrubada do veto segundo pertencimento à FPA (modelo logístico)

Tabela 16 - Distribuição do voto Pró/Anti-Marci no interior da FPA

Tabela 17 - Regressão logística (H2): efeito do peso do agronegócio no voto Pró-Marco (FPA), EP robusto cluster UF

Tabela 18 - Regressão logística (H3): efeito da mobilização indígena no voto Pró-Marco (FPA), EP robusto cluster UF

Tabela 19 - Eventos externos e fatores conjunturais no debate do Marco Temporal (2023–2025)

Tabela 20 - Sessões plenárias analisadas

Tabela A1 - Organização dos discursos

Tabela B1 - Conjunto de palavras-chave utilizadas para identificação dos discursos alinhados ao Marco Temporal

Tabela C1 - Mapeamento da crença e identificação de atores e coalizões

Tabela D1 - Voto na PL nº 490/2007 por partido (apenas parlamentares da FPA)

Tabela E1 - Voto no Veto Presidencial nº 30/2023 por partido no interior da FPA

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACF — Advocacy Coalition Framework
- ADC — Ação Declaratória de Constitucionalidade
- ADI — Ação Direta de Inconstitucionalidade
- ADCT — Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
- ADO — Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão
- AGU — Advocacia-Geral da União
- APIB — Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
- art. — Artigo
- AVANTE — Avante
- BDTD — Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
- CAPES — Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CD — Câmara dos Deputados
- CEPEA/ESALQ-USP — Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo
- CF — Constituição Federal
- CIDADANIA — Cidadania
- CN — Congresso Nacional
- CNA — Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
- CONAB — Companhia Nacional de Abastecimento
- CPI — Comissão Parlamentar de Inquérito
- FAAB — Frente Ampla do Agronegócio Brasileiro
- FP — Frente Parlamentar
- FPA — Frente Parlamentar da Agropecuária
- FPA — Frente Parlamentar da Agropecuária
- FPM — Frente Parlamentar Mista
- FUNAI — Fundação Nacional dos Povos Indígenas
- H1 — Hipótese 1
- H2 — Hipótese 2
- H3 — Hipótese 3
- H4 — Hipótese 4
- IBAMA — Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPA — Instituto Pensar Agropecuária
MDB — Movimento Democrático Brasileiro
MDA — Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDAAF — Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
MP — Medida Provisória
MPF — Ministério Público Federal
NOVO — Partido Novo
ONG — Organização Não Governamental
ONU — Organização das Nações Unidas
PCdoB — Partido Comunista do Brasil
PDT — Partido Democrático Trabalhista
PEC — Proposta de Emenda à Constituição
PIB — Produto Interno Bruto
PL — Partido Liberal
PL — Projeto de Lei
PODE — Podemos
PP — Progressistas
PRD — Partido Renovação Democrática
PSB — Partido Socialista Brasileiro
PSD — Partido Social Democrático
PSDB — Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL — Partido Socialismo e Liberdade
PT — Partido dos Trabalhadores
PV — Partido Verde
REPUBLICANOS — Republicanos
SOLIDARIEDADE — Solidariedade
STF — Supremo Tribunal Federal
TI — Terra Indígena
TSE — Tribunal Superior Eleitoral
UDR — União Democrática Ruralista
UF — Unidade Federativa
UNIÃO — União Brasil
UNIRIO — Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
VBP — Valor Bruto da Produção

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO E DELIMITAÇÃO DO TEMA

1.2. PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVOS

1.3. JUSTIFICATIVA

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. FRENTES PARLAMENTARES: CONCEITO E HISTÓRIA

2.1.1. Tipologia das frentes parlamentares

2.1.2. O dia a dia das frentes parlamentares

2.2. ESTUDO DE CASO: FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA

2.3. LOBBY, ADVOCACY E GRUPOS DE INTERESSE NO LEGISLATIVO

2.3.1. Grupos de interesse e pressão no congresso federal

2.3.2. Lobby no Congresso Federal

2.3.3. Advocacy no Congresso Federal

3. O MARCO TEMPORAL COMO CASO EMPÍRICO: CONTEXTO LEGISLATIVO E POLÍTICO DA PL Nº 490/2007

3.1. A CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-INSTITUCIONAL DA TESE DO MARCO TEMPORAL

3.2. A FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA E O MARCO TEMPORAL

4. QUADRO METODOLÓGICO

4.1. PROBLEMA DE PESQUISA E DELIMITAÇÃO ANALÍTICA

4.2. OBJETIVOS E HIPÓTESES DA PESQUISA

4.3. DESENHO METODOLÓGICO DA PESQUISA

4.4. ETAPA QUANTITATIVA: ANÁLISE DO COMPORTAMENTO LEGISLATIVO

4.4.1. Operacionalização das variáveis

4.4.2. Estratégia analítica

4.5. ETAPA QUALITATIVA: ANÁLISE DISCURSIVA DA ATUAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA

4.5.1. O Advocacy Coalition Framework

4.5.2. Coleta de dados

4.5.3. Protocolo de análise de discurso

5. ANÁLISE DE RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1. PANORAMA DAS VOTAÇÕES

5.1.1. Associação bivariada entre pertencimento à FPA e o voto

5.1.1.1. Votação da Pl nº 490/2007

5.1.1.2. Veto presidencial nº 30/2023

5.1.2. Condicionantes territoriais do voto no interior da FPA

5.1.2.1. H2: Peso do agronegócio no PIB estadual e voto Pró-Marco

5.1.2.2. H3: Mobilização indígena e voto Pró-Marco

5.2. A APLICAÇÃO DO ADVOCACY COALITION FRAMEWORK (ACF) AO SUBSISTEMA AGROAMBIENTAL NA VOTAÇÃO DO MARCO TEMPORAL

5.2.1. Parâmetros relativamente estáveis e Eventos Externos

5.2.2. Estrutura de crenças no debate do Marco Temporal

5.2.2.1. Enquadramentos discursivos nos diferentes níveis de crença

5.2.2.2. Deep core beliefs: fundamentos normativos do discurso ruralista

5.2.2.3. Policy core beliefs: disputas estruturais de política pública

5.2.2.4. Secondary beliefs: estratégias discursivas e mobilização política

5.2.2.5. Dinâmica temporal dos discursos nas sessões legislativas

5.2.3. A coalizão ruralista no debate do Marco Temporal

6. CONCLUSÃO

REFERÊNCIAS

APÊNDICE A

APÊNDICE B

APÊNDICE C

APÊNDICE D

APÊNDICE E

1. INTRODUÇÃO

A história política do Brasil é marcada, sobretudo, pela centralidade do patronato rural na composição do poder estatal, que não se limita à esfera econômica, mas se estrutura como um sistema patrimonialista capaz de permear as instituições políticas. Esse fenômeno remonta à origem do Estado brasileiro e ao processo de colonização, estruturado a partir das capitanias hereditárias, cujos desdobramentos contribuíram para a consolidação de uma elite agrária com forte capacidade de influência política (Prado Jr, 2004; Furtado, 2006).

A teoria patrimonialista, conforme delineada por Max Weber e aprofundada por Faoro (2012), oferece um arcabouço essencial para compreender a persistência do patronato rural na estrutura estatal brasileira. Weber define o patrimonialismo como uma forma de dominação tradicional, caracterizada pela fusão entre esfera pública e interesses privados, em que recursos do Estado são apropriados como extensão do poder pessoal. Essa lógica, transplantada para o Brasil durante a colonização, consolidou práticas clientelistas e redes oligárquicas que se perpetuaram ao longo da história, mesmo diante de mudanças institucionais. Como observa Faoro, a ausência de um sistema feudal e a centralização do poder na Coroa portuguesa favoreceram um modelo de administração baseado na intermediação e na personalização do poder, cuja face patrimonialista se manteve intacta até períodos recentes (Faoro, 2012; Weber, 1999).

Concomitantemente a esse cenário, Cunha (2021) destaca que, durante a colonização, a legislação voltada à questão indígena concentrou-se na regulação do acesso à força de trabalho nativa, evidenciando a lógica de exploração que permeia a ordem colonial. Na atualidade, o Estado brasileiro segue com políticas públicas alinhadas a interesses coloniais, relegando o meio ambiente e populações minoritárias a segundo plano, em nome do desenvolvimento econômico e da integração na economia mundial capitalista (Martins, 2020).

Esse padrão de exploração econômica dos territórios indígenas, frequentemente descrito como colonialismo interno¹, continua a se reproduzir de forma sistemática no Brasil contemporâneo, mesmo após o fim formal da dominação colonial. Conforme aponta Quijano (1992), trata-se de um padrão de poder que persiste para além do colonialismo enquanto

¹ Em definição do colonialismo interno: primeiro, que o colonialismo interno dá-se no terreno econômico, político, social e cultural; segundo, como evolui o colonialismo interno ao longo da história do Estado-nação e do capitalismo; terceiro, como se relaciona o colonialismo interno com as alternativas emergentes, sistêmicas e anti-sistêmicas, em particular as que concernem à “resistência” e à “construção de autonomias” dentro do Estado-nação, assim como à criação de vínculos (ou à ausência de vínculos) com os movimentos e forças nacionais e internacionais da democracia, da liberação e do socialismo. (González Casanova, 2007)

regime político, ao estabelecer hierarquias duráveis de natureza étnico-racial entre grupos dominantes e dominados, estruturando o acesso diferencial à terra, aos recursos naturais e às instâncias de poder.

Nesse sentido, as políticas territoriais conduzidas pelo Estado desde o período colonial são centrais para compreender as demandas atuais dos povos indígenas por território. Séculos de práticas de escravização, catequização forçada e aculturação produziram, na dimensão territorial, a expulsão sistemática de populações indígenas de seus espaços tradicionais, forçando deslocamentos, dispersões e profundas reorganizações sociais. Pacheco de Oliveira (1998) conceitua esses processos como processos de territorialização, nos quais a perda e a redefinição do território implicam, simultaneamente, a construção de novas identidades étnicas, a constituição de mecanismos políticos próprios, a reorganização do controle sobre os recursos ambientais e a reelaboração das relações com o passado. Esses elementos são fundamentais para a interpretação dos direitos territoriais indígenas, na medida em que evidenciam que a relação entre povos indígenas e território é historicamente construída sob condições de coerção e assimetria de poder, o que tensiona concepções restritivas de ocupação territorial baseadas em recortes temporais fixos.

No período da República Velha (1889–1930), essa centralidade do setor agrário assumiu contornos institucionais específicos. A política nacional foi amplamente dominada pela oligarquia rural, composta por barões do café no Sudeste, pecuaristas e grandes proprietários de terra, especialmente em estados como São Paulo e Minas Gerais. O pacto político conhecido como “café com leite”, articulado por meio da política dos governadores, consolidou um arranjo federativo no qual a representação política expressava diretamente os interesses da grande propriedade exportadora. Nesse contexto, o poder das elites agrárias era sustentado pela lógica do coronelismo, na qual grandes latifundiários exerciam controle político, econômico e social sobre as populações locais, organizando currais eleitorais e assegurando apoio político em troca de autonomia regional (Leal, 2012). Como observa José Murilo de Carvalho, a cidadania na Primeira República foi limitada e fortemente regulada por mecanismos locais de controle do voto, o que reforçou o papel das elites rurais como mediadoras centrais entre Estado e sociedade.

Durante o regime militar (1964–1985), a influência do setor agropecuário assumiu nova configuração, combinando modernização produtiva e fortalecimento institucional. A partir dos anos 1970, a política de crédito rural subsidiado, a expansão da fronteira agrícola e os investimentos em pesquisa, notadamente com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa

Agropecuária (Embrapa), em 1973, impulsionaram a consolidação de um agronegócio altamente integrado ao projeto desenvolvimentista do Estado.

Nesse contexto, a modernização agrícola promovida pelo Estado brasileiro não implicou a superação das assimetrias fundiárias, mas a sua reconfiguração institucional. Como destacam autores como Guillermo O'Donnell (1973), regimes burocrático-autoritários tendem a fortalecer coalizões entre tecnocracia estatal e elites econômicas estratégicas, o que, no caso brasileiro, incluiu segmentos dinâmicos da agropecuária empresarial. Paralelamente, conforme analisa Sérgio Sauer (2008), a modernização conservadora do campo ampliou a produtividade e a inserção internacional do setor, ao mesmo tempo em que manteve elevada concentração fundiária. Assim, tanto na Primeira República quanto no regime militar, o poder político do setor agropecuário esteve vinculado à sua capacidade de articular controle territorial, influência institucional e alinhamento com projetos nacionais de desenvolvimento.

É a partir dessas continuidades históricas e dessas assimetrias estruturais que se configuram as disputas políticas contemporâneas em torno da regulação do acesso à terra no Brasil. Diante desse contexto, esta dissertação tem como objetivo analisar o comportamento de voto dos deputados federais na votação do Marco Temporal, examinando de que modo fatores estruturais, institucionais e discursivos contribuíram para a convergência das posições parlamentares no interior do Congresso Nacional. Para tanto, a pesquisa adota uma abordagem explicativa baseada em métodos mistos, combinando a análise quantitativa do comportamento legislativo com a análise qualitativa dos discursos proferidos em plenário. A interpretação da atuação coletiva dos parlamentares é informada, de maneira complementar, por categorias analíticas derivadas do Advocacy Coalition Framework (ACF), mobilizadas para compreender a coordenação política e os enquadramentos discursivos observados no subsistema agroambiental. Ao focalizar esse episódio decisório específico, o estudo busca oferecer uma explicação empiricamente fundamentada sobre os mecanismos que estruturam o comportamento legislativo no contexto das disputas territoriais no Brasil.

1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO E DELIMITAÇÃO DO TEMA

É evidente que o legado do patronato rural encontra manifestação na centralidade do agronegócio na economia brasileira. Dados recentes do Cepea/Esalq-USP, em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA), indicam que o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio cresceu 6,49% no primeiro trimestre de 2025, ampliando sua participação no

PIB nacional de 23,5% em 2024 para 29,4% em 2025. Esse avanço foi impulsionado principalmente pela alta de preços e pelo crescimento da produção, com destaque para o ramo pecuário, que se expandiu 8,5%, e para o ramo agrícola, que cresceu 5,59%. Embora sua contribuição econômica seja significativa, esse crescimento tem sido acompanhado por uma expansão da influência política de grupos ligados ao setor, como a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA).

A FPA, também conhecida como bancada ruralista, é uma organização suprapartidária no Congresso Nacional vinculada, principalmente, aos interesses do agronegócio. Sua criação remonta à Constituinte de 1988, no momento em que grupos ligados à União Democrática Ruralista (UDR) se mobilizaram para garantir que as demandas do patronato rural estivessem representadas no texto constitucional (Bruno, 2015). A orientação política dos membros da bancada tem tendência à ideologia de direita e centro-direita, sendo diretamente responsáveis pela aprovação de propostas com benefícios financeiros e perdões – muitas associadas ao desmatamento – a poderosos grandes proprietários rurais (Lucchese, 2018).

Desde então, a FPA expandiu sua influência a ponto de ocupar posição estruturante na agenda legislativa, apoiada em recursos institucionais próprios como a Agência FPA² e, sobretudo, o Instituto Pensar Agropecuária (IPA). Fundado em 2012 e financiado majoritariamente por associações e grupos ligados ao agronegócio, o IPA atua como braço técnico e logístico da bancada ruralista. Diferente de outras frentes parlamentares no Congresso, esta possui uma infraestrutura com sede em Brasília, promove encontros regulares entre parlamentares e lideranças do setor e organiza-se em comitês temáticos que reproduzem a estrutura interna da FPA, produzindo pareceres jurídicos, estudos técnicos e propostas legislativas (Campello, 2024), o que evidencia o grau de institucionalização alcançado pelo lobby agropecuário no Brasil.

Para Pompeia (2024), a robustez organizacional da FPA confere ao grupo a capacidade de operar como uma verdadeira *homogenizing machine*, capaz de produzir convergência entre parlamentares em votações estratégicas, mesmo diante de divergências no setor privado. Essa coesão tem garantido à bancada um histórico de fidelidade às demandas do setor do agronegócio, frequentemente evidenciada na obstrução de políticas ambientais e na defesa de pautas ligadas ao controle da terra, propriedade rural, à produção e à expansão da

² A Agência FPA é a plataforma de notícias da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Seu objetivo é defender os interesses do agronegócio e aprimorar a legislação e as políticas públicas relacionadas ao setor.

fronteira agrícola. Atualmente, seus principais adversários no cenário político são organizações não governamentais (ONGs), atores internacionais, além de povos originários, quilombolas e comunidades tradicionais (Bruno, 2015).

Carneiro da Cunha (2017) também enfatiza que a FPA tem se destacado pela disciplina de votação em bloco quando se trata de processos legislativos relacionados aos interesses do agronegócio. Essa capacidade de articulação e convergência política ficou evidente na tramitação da Lei nº 14.701, conhecida como Lei do Marco Temporal, originada no PL nº 490/2007 da Câmara dos Deputados e no PL nº 2903/2023 do Senado Federal. A proposição estabelece a tese de que os povos indígenas no Brasil só teriam direito à demarcação de suas terras se as estivessem ocupando em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal, restringindo o alcance do direito originário previsto no artigo 231 da Constituição de 1988. Essa interpretação jurídica ganhou centralidade no julgamento do Recurso Extraordinário nº 1.017.365 pelo Supremo Tribunal Federal, envolvendo a disputa possessória da Terra Indígena Ibirama-Laklãnõ, tradicionalmente ocupada pelo povo Xokleng, bem como pelos povos Guarani e Kaingang (Gomes Munduruku; Dias, 2025). Ao estabelecer uma linha de corte temporal para o reconhecimento territorial, a proposição oferece um risco potencial de ampliação de violações dos direitos indígenas brasileiros, ao atender aos interesses de grandes grupos econômicos e cadeias produtivas ligadas sobretudo ao agronegócio, à mineração e ao setor energético (Borges, 2024).

Embora apresentada originalmente em 2007, a proposição teve sua tramitação significativamente acelerada em 30 de maio de 2023, quando a FPA articulou sua inclusão em regime de urgência, viabilizando a votação nominal em plenário e sua aprovação pela Câmara dos Deputados. A aprovação da Lei nº 14.701 configura um caso crítico de decisão legislativa em razão de seus efeitos materiais diretos sobre territórios indígenas e da magnitude dos interesses econômicos envolvidos. Estimativas indicam que a aplicação da tese do Marco Temporal pode resultar no desmatamento de 23 a 55 milhões de hectares de áreas nativas e na emissão de até 18,7 bilhões de toneladas de CO₂, associadas principalmente à expansão da pecuária sobre terras atualmente protegidas (Alencar et al., 2023; Barreto, 2021).

Nesse contexto, a Frente Parlamentar da Agropecuária destaca-se como o principal ator político articulado em favor da flexibilização dos marcos jurídicos territoriais, operando de forma coordenada para ampliar a disponibilidade de terras destinadas ao avanço do agronegócio, especialmente na Amazônia Legal. A centralidade das terras indígenas como

áreas preservadas e a pressão sistemática exercida sobre esses territórios explicitam o caráter distributivo do conflito legislativo, no qual a redefinição de direitos territoriais se associa à reorganização do uso da terra, à intensificação de práticas de violência sistêmica e ao risco de aprofundamento de processos de expropriação que, em contextos específicos, têm sido caracterizados pela literatura como formas contemporâneas de genocídio indígena³.

1.2. PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVOS

Diante da perspectiva de análise da força de decisão da bancada ruralista, esta pesquisa é estruturada a partir da seguinte pergunta central: Como se estruturou o comportamento de voto dos deputados federais vinculados à Frente Parlamentar da Agropecuária nos episódios decisórios centrais do Marco Temporal na Câmara dos Deputados em 2023?

Foram propostas também perguntas acessórias de pesquisa que serão utilizadas para auxiliar a resposta à pergunta principal. Dessa forma, foram formuladas quatro perguntas:

1. Em que medida o pertencimento à Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) esteve associada à probabilidade de voto favorável ao Marco Temporal?
2. Em que medida a eleição por estados com forte presença rural esteve associada ao padrão de votação?
3. Em que medida a eleição por estados com baixa mobilização indígena esteve associada ao padrão de votação?
4. Quais recursos discursivos compartilhados pela FPA foram mobilizados para justificar e legitimar o voto?

O trabalho foi direcionado a responder às questões mencionadas, de forma sistemática, durante o desenvolvimento e na conclusão. A análise empírica concentra-se em dois momentos decisórios centrais no ano de 2023: a votação da PL nº 490/2007 (30 de maio) e a apreciação do Veto presidencial nº 30/2023 em sessão conjunta do Congresso Nacional (14 de dezembro).

Com base nas questões apresentadas, foi definido o seguinte objetivo principal: analisar como fatores institucionais (vínculo formal à FPA), estruturais (como o peso do

³ Neste trabalho, o termo “genocídio indígena” é empregado em consonância com a literatura que aborda formas contemporâneas de genocídio estrutural e sistêmico, caracterizadas pela produção continuada de condições materiais, territoriais e simbólicas que inviabilizam a reprodução física e cultural de povos indígenas, sem pressupor necessariamente a eliminação direta ou imediata de seus membros.

agronegócio e a mobilização indígena) e discursivos (estratégias retóricas empregadas pela FPA no plenário), associados à atuação da Frente Parlamentar da Agropecuária, influenciaram o padrão de votação do PL n° 490/2007 na Câmara dos Deputados.

De forma complementar, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

1. Verificar a correlação entre pertencimento à FPA e probabilidade de voto favorável ao PL n° 490/2007.
2. Avaliar o impacto do peso do agronegócio nos redutos eleitorais (emprego e renda) e da mobilização indígena nos estados sobre o padrão de votação.
3. Identificar, por meio de análise de discurso, os enquadramentos, argumentos e estratégias retóricas utilizados pela FPA para legitimar a proposta.

1.3. JUSTIFICATIVA

Verifica-se, do ponto de vista prático, que o subsistema agropecuário brasileiro ocupa posição prioritária na agenda do governo federal há décadas, com especial intensificação a partir de 2012, ano da reforma do Código Florestal brasileiro, quando se aprofundaram disputas em torno da flexibilização de normas ambientais e da proteção de áreas de conservação e de terras indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais, sobretudo na Amazônia (Carneiro da Cunha, 2024). A partir do governo Michel Temer, observa-se um novo impulso às pautas do agronegócio, marcado pela extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário⁴ e pela retomada política da tese do Marco Temporal, anteriormente afastada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) como princípio geral de interpretação dos direitos territoriais indígenas.

No entanto, esse arranjo institucional foi parcialmente revisto com a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2023, quando o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) foi recriado (MPA Brasil, 2023). A pasta voltou a assumir competências centrais relacionadas à reforma agrária, à regularização fundiária e à promoção da agricultura familiar e do desenvolvimento rural, incluindo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) em sua estrutura, sinalizando uma tentativa de reequilíbrio institucional frente à centralidade adquirida pelo agronegócio nos governos anteriores.

⁴ Ministério que cuidava da agricultura familiar

As crenças e os interesses que permeiam o setor do patronato rural são estruturados, em grande medida, por uma concepção de propriedade privada entendida como direito natural e absoluto, colocado acima de quaisquer mediações sociais, bem como pela ideia de que a modernização do campo está necessariamente associada à grande escala produtiva (Bruno, 2015). A defesa do monopólio e da concentração fundiária, assim como a preservação da propriedade latifundiária, constitui o eixo comum que articula os diferentes segmentos do patronato rural e do agronegócio, funcionando como elemento unificador de suas agendas políticas.

Tal situação vai imprimir um determinado perfil do discurso e da ação coletiva dos grandes proprietários de terra e empresários agroindustriais, expressos, sobretudo, pelo arcaísmo político e pelo entrelaçamento de práticas tradicionais e modernas que alimentam e são alimentadas por “códigos de conduta e sentimentos intrinsecamente ligados ao lugar social, ao contexto histórico e também à experiência de cada um, criados nas tradições de um código desigual, elitista, no qual a realização de interesses próprios significa o princípio fundamental de suas condutas” [Elias, 1997:134]

Ademais, as discussões em torno do Novo Código Florestal fizeram aflorar, de forma mais explícita, o debate sobre as questões agrárias e seus impactos sobre as lutas dos povos indígenas e das populações tradicionais, sobretudo no que se refere à defesa da manutenção do padrão fundiário historicamente consolidado no Brasil, acirrando, assim, as disputas pela apropriação e pelo controle da terra e do território desses grupos sociais no campo (Bruno, 2015). No governo Bolsonaro, esse movimento foi aprofundado por meio de discursos, medidas provisórias e omissões estatais de caráter abertamente anti-indígena e anti ambiental, com repercussões diretas e significativas no âmbito legislativo.

Com a vitória de Jair Bolsonaro, em 2018, esse movimento foi aprofundado por meio de discursos oficiais, medidas provisórias e omissões estatais de caráter abertamente anti-indígena e anti ambiental, produzindo repercussões diretas e significativas no campo legislativo. Nesse contexto, atores vinculados ao agronegócio passaram a ocupar posições centrais no interior do governo federal, amparados por um programa político explicitamente anti-indígena e anti conservacionista, que conferiu legitimidade institucional à flexibilização de normas ambientais e de proteção territorial, bem como ao enfraquecimento dos mecanismos de controle e fiscalização.

Dessa forma, órgãos estatais responsáveis pela fiscalização e pela regulação ambiental foram progressivamente enfraquecidos, seja por meio da redução de suas capacidades operacionais, seja pela deslegitimação pública de suas atribuições. Como observa Carneiro da Cunha (2021), esse ambiente político favoreceu a intensificação de práticas ilegais em terras indígenas, incluindo o desmatamento seletivo promovido por madeireiros e a expansão do garimpo, frequentemente sem repressão efetiva. Paralelamente, agentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) foram exonerados ou punidos por exercerem suas funções legais, como a destruição de maquinário utilizado por empresas de garimpagem ilegal em territórios indígenas, evidenciando a subordinação da política ambiental a interesses econômicos específicos.

É nesse ambiente de deslegitimação das instâncias regulatórias e de fortalecimento político do agronegócio que a bancada ruralista se consolida como um ator central do processo legislativo, constituindo um mecanismo de institucionalização de interesses e contribuindo para a reprodução política do patronato rural e agroindustrial no Brasil. Nesse contexto, Regina Bruno (2015) aponta que a consolidação da Frente Parlamentar da Agropecuária está associada à construção de uma autoimagem coletiva fundada na ênfase na força política, na capacidade de organização e mobilização e na apresentação deliberada da bancada como um grupo homogêneo e coeso em torno de interesses comuns. A fidelidade às orientações do grupo e a atuação coordenada em momentos decisivos do processo legislativo reforçam essa identidade, conferindo à FPA uma capacidade de incidência que, em determinadas conjunturas, supera a das próprias bancadas partidárias. A lealdade ao grupo organizado tende a se sobrepor à lealdade partidária, evidenciando o caráter suprapartidário e estratégico da atuação ruralista no interior do Congresso Nacional.

No âmbito desta pesquisa, o Marco Temporal é tratado como um conjunto de episódios decisórios centrais no ciclo legislativo de 2023, cuja relevância decorre menos da controvérsia jurídica em torno da tese e mais das dinâmicas políticas que estruturam sua consolidação no Poder Legislativo. O foco analítico recai, portanto, sobre o comportamento de voto dos deputados federais em dois momentos decisórios fundamentais: a votação da PL nº 490/2007 na Câmara dos Deputados (30 de maio de 2023) e a apreciação da derrubada do Veto nº 30/2023 em sessão conjunta do Congresso Nacional (14 de dezembro de 2023). A inclusão do segundo episódio permite testar a estabilidade do padrão observado no primeiro, verificando se o pertencimento à Frente Parlamentar da Agropecuária mantém capacidade explicativa mesmo em contexto de confronto institucional com o Poder Executivo. Não

constitui objetivo deste trabalho avaliar o mérito jurídico da Lei nº 14.701, tampouco realizar uma análise aprofundada da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal ou da política indigenista brasileira em sentido amplo. A investigação concentra-se, assim, na arena legislativa, tomando esses episódios como recorte empírico delimitado para examinar como interesses econômicos organizados, estruturas institucionais e mecanismos de coordenação política se articulam na produção de decisões com impactos territoriais e distributivos significativos.

A capacidade de coordenação política é reforçada pelas trajetórias sociais e institucionais de seus membros, que não constituem um corpo isolado, mas encontram-se profundamente enraizados em redes de sociabilidade política, econômica, religiosa, gremial e familiar. Muitos parlamentares da FPA acumularam experiências prévias em cargos municipais e estaduais, como vereadores, prefeitos, deputados estaduais e secretários de governo, além de estarem inseridos em processos intensivos de acumulação econômica ligados ao setor agropecuário (Dados da Câmara dos Deputados, 2025)⁵. Esse enraizamento social e material amplia os recursos de poder mobilizados pela bancada e ajuda a explicar a definição clara de seus antagonistas políticos contemporâneos, entre os quais se destacam organizações não governamentais internacionais voltadas à agenda ambiental e povos e populações tradicionais, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos e comunidades camponesas, frequentemente posicionados como obstáculos à expansão territorial e produtiva do agronegócio.

Diante desse padrão de coordenação política e da capacidade da Frente Parlamentar da Agropecuária de estruturar comportamentos legislativos convergentes em torno de interesses territoriais e econômicos específicos, a relevância acadêmica desta pesquisa reside, portanto, na contribuição para o debate sobre frentes parlamentares, homogenizing machine e Advocacy Coalition Framework (ACF), evidenciando como o poder estrutural do agronegócio se converte em influência legislativa concreta. O conceito de homogenizing machine refere-se à capacidade de determinados atores ou coalizões de alinhar preferências, discursos e comportamentos legislativos em torno de interesses comuns. Já o Advocacy Coalition Framework (ACF) analisa a atuação de coalizões de atores que compartilham crenças e coordenam estratégias ao longo do tempo para influenciar políticas públicas.

⁵ Os dados utilizados foram extraídos do Portal de Dados Abertos da Câmara dos Deputados, que disponibiliza informações públicas sobre parlamentares, frentes parlamentares e atividades legislativas. Disponível em: <<https://dadosabertos.camara.leg.br/>>. Acesso em: 20 fev. 2026.

A relevância social e política decorre do fato de que a votação da PL nº 490/2007 envolveu direitos constitucionais dos povos indígenas e questões ambientais estratégicas, tornando este estudo pertinente para compreender as engrenagens da democracia brasileira e os limites do pluralismo político.

Ao mesmo tempo, a análise do padrão de votação do Marco Temporal a partir da atuação da FPA dialoga com uma literatura mais ampla que problematiza a heterogeneidade interna do agronegócio enquanto campo de interesses. Estudos mais recentes da área de antropologia e ciências sociais (Pompéia, 2021; Almeida, 2019; Carneiro da Cunha, 2021) afirmam que, embora existam divergências internas entre associações e agentes do agronegócio, essas diferenças tendem a diminuir a partir da formulação de coalizões parlamentares e da definição de agendas legislativas. Para Pompeia (2022), a atuação do IPA, por exemplo, exemplifica esse cenário ao indicar que, mesmo que as associações que financiam o *think tank* expressem posições públicas divergentes, tais fissuras raramente se refletem em divisões dentro da bancada no momento da votação. Essa capacidade de converter divergências setoriais em convergência política confere densidade analítica ao estudo da Frente Parlamentar da Agropecuária e constitui o principal ponto de interseção entre esta pesquisa e os debates contemporâneos sobre a atuação de elites, a formação de coalizões e os mecanismos de coordenação política no agronegócio brasileiro.

Deste modo, para responder à pergunta de pesquisa, esta dissertação adota um plano de ação baseado em uma abordagem metodológica mista, que articula duas frentes analíticas complementares. A primeira frente, de natureza quantitativa, analisa o comportamento de voto nominal dos deputados federais na votação da PL nº 490/2007, a partir de dados oficiais da Câmara dos Deputados, utilizando modelos de regressão logística para avaliar a associação entre o voto favorável à proposição e fatores institucionais e estruturais. As variáveis explicativas incluem o pertencimento formal à Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), identificado com base em listas oficiais da bancada; o peso do agronegócio nos redutos eleitorais, operacionalizado por meio do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) estadual, conforme dados do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e do IBGE; e indicadores de mobilização indígena, construídos a partir de dados do Censo Demográfico e de informações sobre terras indígenas demarcadas.

A segunda frente, de caráter qualitativo, consiste na análise de discursos parlamentares proferidos em plenário durante o período decisório, coletados no Diário da Câmara dos Deputados, com o objetivo de identificar enquadramentos, crenças e estratégias

retóricas mobilizadas coletivamente pela FPA. Essa etapa é orientada por categorias analíticas inspiradas no Advocacy Coalition Framework (ACF), permitindo examinar como a coordenação discursiva da bancada contribui para a legitimação política do voto favorável à proposição. A articulação entre essas duas frentes permite captar, de forma integrada, tanto os determinantes estruturais do comportamento legislativo quanto os mecanismos discursivos por meio dos quais o poder do agronegócio se traduz em influência legislativa concreta.

A análise quantitativa da votação nominal da PL nº 490/2007 indica a existência de padrões consistentes de comportamento legislativo, nos quais o pertencimento institucional à Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) se destaca como fator central. De forma geral, os resultados sugerem que a vinculação formal à Frente está fortemente associada ao voto favorável à proposição, ao passo que variáveis estruturais relacionadas aos redutos eleitorais apresentam capacidade explicativa mais limitada. Em particular, o peso do agronegócio na economia estadual não se mostrou um determinante robusto do comportamento de voto no interior da coalizão, enquanto indicadores de mobilização indígena revelam efeitos menos estáveis e sensíveis às diferentes especificações analíticas. Em conjunto, os achados quantitativos apontam para a predominância do fator institucional na explicação do padrão observado de votação.

No plano qualitativo, a análise dos discursos parlamentares evidencia que a coordenação da Frente Parlamentar da Agropecuária se manifesta principalmente por meio de estratégias discursivas voltadas à justificação imediata do voto, ancoradas em argumentos institucionais, jurídicos e morais. À luz do Advocacy Coalition Framework (ACF), esse padrão sugere que crenças normativas mais profundas e orientações centrais de política operam como estruturas de fundo da ação coletiva, sendo traduzidas no debate em plenário por enquadramentos pragmáticos e estabilizadores. Nesse sentido, a controvérsia em torno do Marco Temporal apresenta-se menos como um debate programático aberto e mais como um conflito marcado pela afirmação de autoridade institucional e pela consolidação de uma posição previamente coordenada no interior da coalizão.

A dissertação está organizada em cinco capítulos, além desta introdução. O Capítulo 1 apresenta a fundamentação teórica da pesquisa, discutindo conceitos centrais como lobby, poder estrutural e atuação das frentes parlamentares, com ênfase na Frente Parlamentar da Agropecuária. O Capítulo 2 dedica-se à contextualização empírica do caso analisado, examinando a tramitação da PL nº 490/2007 e os principais debates políticos e institucionais em torno da tese do Marco Temporal. O Capítulo 3 descreve o desenho metodológico da

pesquisa, detalhando os procedimentos adotados e justificando a combinação entre análise quantitativa e qualitativa. No Capítulo 4 são apresentados os resultados da etapa quantitativa, com foco na relação entre pertencimento à FPA, características estruturais dos redutos eleitorais e padrão de votação dos deputados federais. Além disso, são expostos os achados da análise qualitativa, centrada nos discursos proferidos em plenário por parlamentares vinculados à FPA durante o processo decisório. Por fim, o Capítulo 5 integra os resultados das duas etapas analíticas e apresenta as considerações finais, discutindo as principais implicações teóricas e políticas da pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O objetivo desta pesquisa é analisar como fatores estruturais, institucionais e discursivos, associados à atuação da Frente Parlamentar da Agropecuária, influenciaram o padrão de votação da PL nº 490/2007 na Câmara dos Deputados.

Para um maior entendimento da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), é necessário expor que sua atuação é voltada para estratégias variadas que incluem tanto o advocacy, voltado à mobilização discursiva e social, quanto o lobby, centrado na influência direta sobre decisões legislativas. A FPA, nesse espectro, configura-se predominantemente como uma frente de lobby, criada a partir da articulação de setores do agronegócio e sustentada por estruturas institucionais e financeiras externas ao Parlamento, como o Instituto Pensar Agropecuária.

Este capítulo está organizado em três eixos: (1) análise da formação e funcionamento das frentes parlamentares, incluindo tipologias de classificação; (2) estudo histórico e institucional da FPA como coalizão dominante no subsistema agrário e ambiental; e (3) discussão sobre o papel dos grupos de interesse e de pressão na política brasileira, bem como as dinâmicas de lobby e advocacy no processo legislativo. Ao longo da análise, serão evidenciadas as formas pelas quais a FPA se institucionaliza, mobiliza recursos materiais e simbólicos e interfere nas decisões legislativas, especialmente nas que afetam os direitos territoriais dos povos indígenas.

2.1. FRENTES PARLAMENTARES: CONCEITO E HISTÓRIA

Fenômeno típico, embora não exclusivo da política brasileira, as frentes parlamentares são associações de membros do Legislativo Federal que atuam de forma unificada na promoção de debates, além da legislação sobre temas de interesse da sociedade civil, independentemente do partido político ao qual pertençam. Esses grupos têm caráter suprapartidário, de participação voluntária e não exclusiva, sendo cada parlamentar livre para integrar quantas frentes parlamentares forem do seu interesse (Santos, 2025).

As frentes parlamentares foram formalizadas a partir do Ato da Mesa nº 69, de 2005, da Câmara dos Deputados, que estabeleceu regras para seu funcionamento (Brasil, 2005). Apesar de o referido ato ser de 2005, a literatura nacional registra a atuação expressiva de blocos suprapartidários no período de 1945 a 1964, especialmente durante o governo de João

Goulart (Fernandes, 2018). Com o início da ditadura militar (1964 - 1985), esses grupos foram banidos do cenário político. Pinheiro (2010) evidencia uma atuação expressiva de blocos suprapartidários a partir da redemocratização brasileira, sobretudo durante a Assembleia Nacional Constituinte, quando o ambiente político se mostrou favorável à rearticulação desses grupos. Desde então, as frentes parlamentares se proliferaram e ganharam força: no ano de regulamentação, em 2005, a Câmara registrava 90 frentes formalizadas; em julho de 2025, esse número saltou para 297⁶.

O registro formal de uma frente na Câmara dos Deputados é solicitado mediante requerimento assinado por, no mínimo, um terço dos parlamentares do Congresso Nacional, o que representa 198 deputados e senadores. No entanto, para obter este número, as frentes negociam com alguns deputados uma adesão apenas nominal, mesmo que não tenham ligação com o tema específico ou área do grupo. Entende-se, a partir desse cenário, um esquema de jogo, no qual, para obter o quórum da Frente Parlamentar, o parlamentar deve integrar o grupo, pois poderá precisar desse mesmo apoio quando decidir liderar a criação de uma frente de seu interesse.

Para ter sua existência reconhecida pela Câmara, é preciso indicar um coordenador e registrar um estatuto, o que é renovado a cada legislatura. As Frentes podem utilizar o ambiente físico da Câmara, desde que não atrapalhem o andamento de outras atividades, mas não podem requisitar nomeação de pessoal ou fornecimento de passagens aéreas. Além disso, organizam-se em torno de núcleos de operação compactos, nos quais os membros podem ser classificados como “fundadores”, “efetivos” e “colaboradores” (Coradini, 2010)

No Congresso Nacional, a organização dos parlamentares vai além das frentes parlamentares oficialmente registradas junto à Mesa Diretora. Existem também grupos temáticos suprapartidários que operam informalmente, mas que, na prática, funcionam de maneira semelhante às frentes. Ambas as modalidades, registradas ou não, são conhecidas como “bancadas”⁷. O que as diferencia das frentes é o maior âmbito de atuação e de agregação. São grupos maiores que reúnem uma diversidade de agendas específicas, mas todas girando em torno de um grande eixo temático (Araújo; Silva, 2019). Paralelamente, há ainda os chamados grupos parlamentares, que, embora também tenham caráter multipartidário

⁶ Conforme mencionado na seguinte página oficial: <https://www.camara.leg.br/deputados/frentes-parlamentares> Acesso em: 20 de Julho de 2025.

⁷ Toda frente parlamentar é uma bancada suprapartidária, mas nem toda bancada suprapartidária é uma frente parlamentar; a principal diferença é o registro, previsto em regimento apenas pela Câmara dos Deputados. Entre as bancadas sem registro se destacam as bancadas regionais e estaduais. (Cascione, 2018)

e registro formal, têm como finalidade específica o estreitamento das relações entre o Legislativo brasileiro e parlamentos de outros países. Logo,

Em termos conceituais, temos que toda bancada temática é informal e nela estão reunidas uma ou várias frentes parlamentares. No entanto, pode haver frente parlamentar que não esteja incluída ou englobada em uma bancada. Os seus interesses ou as suas opiniões podem ser tão específicos que não se encaixam em nenhum grande grupo (Silva; Araújo, 2019, p. 242).

Dessa forma, Simionato e Costa (2012) afirmam que o Congresso Nacional brasileiro apresenta uma tendência à formação de “bancadas temáticas” – como é o caso das bancadas “religiosas”, “ruralistas” e “armamentistas” – compostas por parlamentares organizados para além dos partidos políticos, com o objetivo de representar interesses de setores específicos de classe da sociedade. Algumas delas constituem-se como grupos informais; outras, como frentes parlamentares institucionalizadas, como é o caso da Bancada Ruralista, formalmente denominada Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Para fins deste trabalho, a análise recairá exclusivamente sobre a Frente Parlamentar da Agropecuária, registrada formalmente junto à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, desconsiderando-se os grupos parlamentares de caráter diplomático e as bancadas informais.

2.1.1. TIPOLOGIA DAS FRENTES PARLAMENTARES

Segundo Araújo e Silva (2019), a quantidade de frentes parlamentares e bancadas indica uma diversidade de agenda e uma diversa possibilidade de relações entre agentes políticos e grupos de interesse dentro do Congresso Nacional. Diante desse cenário, é relevante buscar regularidades por meio da elaboração de uma tipologia que proporcione a combinação de categorias analíticas distintas com fatores explicativos variados. Para isso, os autores propõem três níveis de categorização: i) natureza de atuação; ii) abrangência; e iii) origem. A natureza de atuação, como ainda veremos de forma mais ampliada na seção 2.3, divide-se entre advocacy e lobby.

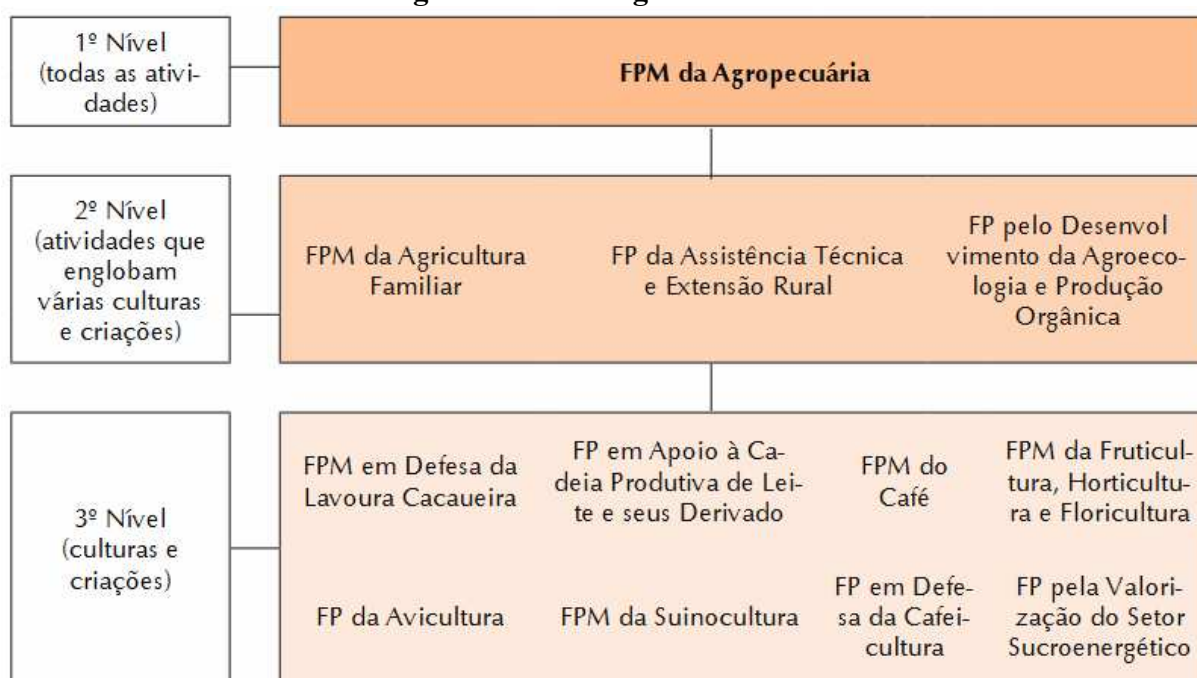
Advocacy refere-se a grupos de atores dentro do subsistema que compartilham crenças comuns sobre a política analisada, criando muitas vezes comunidades de apoio na sociedade e entre agentes políticos. Essas coalizões competem entre si para influenciar a formulação e implementação de políticas públicas, a partir da simplificação, seleção e filtragem de informações.

Lobby, por sua vez, corresponde a ações diretas de influência exercidas sobre atores políticos que ocupam posições estratégicas nos espaços formais de tomada de decisão. Esse tipo de atuação é geralmente voltado para interesses específicos e identificáveis, sem a obrigação de gerar resultados benéficos para a sociedade, mas sim de obter alguma vantagem econômica ou transferência de renda para um setor. Exemplos de frentes de advocacy no Brasil seriam as frentes ambientalista e em defesa do SUS, enquanto que exemplos de frentes de lobby seriam as frentes da Indústria Têxtil, do Cooperativismo, e principalmente, a Frente Parlamentar da Agropecuária (Cascione, 2018).

No que diz respeito à abrangência, trata-se da análise do alcance dos objetivos pretendidos por cada frente. Essa dimensão permite compreender quais temas e prioridades estão sendo articulados no Congresso Nacional, evidenciando os conjuntos de agendas que estruturam a atuação legislativa suprapartidária. Nesse sentido, ela pode ser dividida entre duas categorias: i) ampla e ii) focalizada.

As frentes amplas são aquelas que abordam grandes temas, setores econômicos, segmentos ou extratos sociais. Já as frentes focalizadas são aquelas que apresentam um objetivo vinculado à áreas econômicas específicas, a público-alvo identificável associados a temas, categorias profissionais, instituições ou mesmo assuntos pontuais (Araújo; Silva, 2019).

Figura 01 - Abrangência da FPA



Fonte: Araújo e Silva (2019)

A figura 1 revela uma organização hierárquica das frentes parlamentares vinculadas ao tema da agropecuária, destacando sua abrangência e concentrações temáticas. A estrutura está organizada em três níveis, do mais geral ao mais específico, facilitando a visualização de como diferentes frentes se distribuem dentro do subsistema legislativo agropecuário.

No 1º Nível, encontra-se a Frente Parlamentar Mista da Agropecuária (FPM da Agropecuária), que opera de maneira abrangente, englobando todas as atividades relacionadas ao setor agropecuário. Trata-se de uma frente suprapartidária e de elevado reconhecimento político, reunindo legisladores com forte ligação com os interesses do agronegócio.

O 2º Nível é composto por frentes com escopo ainda amplo, mas mais setorializado, direcionadas a atividades que abrangem diversas culturas e criações, como a FPM da Agricultura Familiar, a FP da Assistência Técnica e Extensão Rural, e a FP pelo Desenvolvimento da Agroecologia e Produção Orgânica. Embora abordem temas transversais dentro do setor agropecuário, possuem focos programáticos mais definidos, posicionando-se como intermediárias entre a generalidade do 1º Nível e a especialização do 3º.

No 3º Nível, estão representadas as frentes com ênfase temática mais restrita, voltadas a culturas ou cadeias produtivas específicas, como a FPM do Café, a FPM da Suinocultura, a FP da Avicultura, a FPM em Defesa da Lavoura Cacaueira, entre outras. Essas frentes atuam de maneira segmentada, com objetivos específicos, refletindo a organização de grupos de interesse que representam setores produtivos bem delineados. Essa segmentação temática contribui para ampliar a capilaridade do subsistema de representação agropecuária, ao permitir que produtores de diferentes escalas e cadeias produtivas se reconheçam nas frentes parlamentares específicas, fortalecendo o senso de pertencimento e a legitimidade política da atuação coordenada do setor.

Essa classificação em níveis permite observar diferentes escalas de atuação e graus de especialização entre as frentes parlamentares associadas à agropecuária. A estrutura revela um subsistema altamente articulado, no qual a FPM da Agropecuária opera como frente principal, enquanto as demais frentes funcionam como instâncias complementares ou especializadas, refletindo a diversidade interna do setor e a multiplicidade de interesses representados no Congresso Nacional.

Quanto à origem, existem duas formas de classificação: exógenas ou endógenas ao Congresso. A frente exógena é aquela cuja origem se dá a partir de uma demanda externa ao

Parlamento, em que grupos organizados da sociedade civil buscam apoio de parlamentares e propõem a criação da frente. Já a frente endógena surge de iniciativas internas ao Congresso Nacional, quando parlamentares se apresentam como empreendedores políticos, propondo a formação da frente com o objetivo de representar setores sociais ainda em processo de organização. Essa classificação tipológica contribui para compreender os diferentes processos de constituição das frentes parlamentares e como a origem do impulso mobilizador influencia suas estratégias e formas de atuação. De acordo com Araújo e Silva (2019), exemplos de frentes exógenas incluem a Frente da Micro e Pequena Empresa e a Frente Ambientalista, enquanto as frentes Católica e de Direitos Humanos são citadas como casos de frentes endógenas.

2.1.2. O DIA A DIA DAS FRENTES PARLAMENTARES

As frentes parlamentares no Congresso Nacional são associações suprapartidárias organizadas em torno de agendas temáticas específicas, que operam paralelamente à estrutura formal da Câmara dos Deputados. Embora não possuam poder deliberativo regimental nem competência formal para pautar proposições, sua atuação cotidiana revela capacidade significativa de coordenação política e influência decisória. Seu funcionamento baseia-se menos em prerrogativas institucionais explícitas e mais na articulação estratégica de seus membros, na produção de alinhamento interno e na capacidade de atuar de maneira coordenada nos espaços formais do processo legislativo.

No cotidiano da Câmara, essa influência se manifesta sobretudo na coordenação política entre parlamentares e na definição de posições coletivas antes das votações em plenário. Em um sistema marcado pela necessidade permanente de formação de maiorias, os instrumentos informais de articulação tornam-se centrais para a organização da ação legislativa. Como demonstram Baião, Couto e Oliveira (2019, p. 3), a dinâmica política brasileira envolve mecanismos de coordenação que ultrapassam as estruturas formais, inclusive no âmbito das emendas parlamentares, cuja execução foi historicamente utilizada como instrumento de construção de coalizões majoritárias. Essa lógica revela que a articulação política cotidiana opera tanto por meio de instrumentos regimentais quanto por mecanismos informais de alinhamento.

No plano das comissões permanentes – espaço central da tramitação técnica das proposições – a atuação coordenada ganha ainda maior relevância. É nesse estágio que se

definem relatorias, são apresentados requerimentos de audiência pública e se elaboram substitutivos capazes de alterar substancialmente o conteúdo das matérias. A literatura sobre comportamento legislativo indica que decisões parlamentares são fortemente orientadas por vínculos políticos e estratégicos, mais do que por critérios estritamente técnicos. Como afirmam Baião, Couto e Oliveira (2019, p. 17), “os deputados levam em consideração os vínculos políticos com o município e a capacidade de a prefeitura receber e executar as emendas enviadas”, evidenciando que a coordenação política é elemento estruturante da ação legislativa. Essa constatação ajuda a compreender como as frentes parlamentares transformam densidade numérica em influência efetiva nas comissões.

Além disso, estudos mostram que critérios técnicos ou indicadores objetivos tendem a ter peso reduzido nas decisões distributivas dos parlamentares. Conforme sintetizam Baião, Couto e Oliveira (2019, p. 17), “critérios relacionados à situação da saúde no município, por sua vez, importam pouco para a decisão dos deputados”. Ainda que o artigo trate especificamente de emendas orçamentárias, o achado é relevante para compreender o funcionamento cotidiano das frentes parlamentares: a coordenação política, as alianças e os vínculos estratégicos tendem a prevalecer sobre critérios estritamente técnicos na definição de comportamentos legislativos.

A articulação territorial também desempenha papel central. Baião e Couto (2017, p. 730) demonstram que “a emenda tem um efeito eleitoral muito maior quando o deputado proponente e o prefeito do município beneficiado são colegas de partido”, evidenciando a importância das redes políticas locais na lógica decisória. Essa dinâmica ilumina a forma como frentes parlamentares operam no dia a dia da Câmara: ao articular interesses temáticos com redes partidárias e bases eleitorais, ampliam sua capacidade de coordenação e disciplinamento interno.

O caso da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) ilustra esse padrão de atuação. Com elevada densidade numérica e presença estratégica nas comissões, a FPA atua como núcleo organizado de coordenação temática, estruturando posições coletivas, influenciando relatorias e operando de maneira coesa em votações relevantes. Sua força decorre menos de competências institucionais formais e mais da combinação entre articulação intrapartidária, inserção estratégica nas instâncias decisórias e capacidade de coordenação política cotidiana.

2.2. ESTUDO DE CASO: FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA

A análise do papel atual da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) no Congresso Nacional requer, necessariamente, um estudo histórico das raízes políticas, sociais e econômicas que levaram à sua formação. A mobilização organizada do patronato rural no Brasil não é um fenômeno recente, mas o resultado de um processo prolongado que remonta ao sistema agrícola da época colonial, atravessa a proeminência das oligarquias rurais na Primeira República e se transforma ao longo do século XX, acompanhando as mudanças produtivas e institucionais no setor agropecuário. Essa trajetória não apenas justifica a forte capacidade de articulação política da FPA, mas também evidencia a permanência de um modelo de representação de interesses profundamente enraizado nas elites do agronegócio. Assim, antes de examinar sua configuração atual, é essencial contextualizar historicamente como essa frente se insere na tradição de defesa estruturada do agronegócio no âmbito legislativo, compreendendo as continuidades e adaptações que sustentam sua influência nas disputas legislativas contemporâneas.

Dessa forma, as raízes históricas da formação socio-territorial do Brasil estão assentadas sobre bases agrárias, e a agricultura sempre teve um importante papel na economia nacional e na reprodução do poder político no cerne do Estado nacional. (Locatel, 2016) A história do Brasil República, especialmente no período da República Velha (1889-1930), foi marcada pela presença da Oligarquia Rural na política, formada pelos barões do café, pecuaristas do Sudeste e senhores de engenho do Nordeste. O domínio político presidencial ocorria entre São Paulo e Minas Gerais, sendo este período conhecido como “café com leite”. Essa concentração histórica de poder nas mãos das oligarquias agrárias constitui a base estrutural para compreender tanto o atual protagonismo político da bancada ruralista quanto os mecanismos contemporâneos de reprodução desse poder, que hoje se manifesta principalmente por meio do financiamento eleitoral (Sátyro, 2022).

O apoio dos governadores estaduais aos candidatos à presidência da República era articulado pelos coronéis, os quais eram grandes latifundiários que detinham considerável poder político, econômico e social sobre as populações locais. Esses coronéis atuavam como líderes políticos regionais e, por meio dos chamados currais eleitorais⁸, controlavam o voto de suas comunidades⁹ em benefício próprio ou de seus aliados, assegurando o domínio das

⁸ É o lugar para onde se transportam eleitores e onde eles permanecem, são alimentados e festejados, em dia de votação. Com a prática, pretende-se exercer sobre os eleitores estrito controle por parte de chefes políticos e cabos eleitorais e, dessa forma, evitar “contaminação” por adversários. (GLOSSÁRIO, TSE.)

oligarquias rurais no cenário político nacional. A "máquina de opressão", segundo Faoro (2001), perpetua uma relação desigual, em que o Estado explora o povo ao invés de protegê-lo.

O governo, para o povo, não é o protetor, o defensor, a guarda vigilante de sua vontade e de seus interesses: mas o explorador, o algoz, o perseguidor. Um comando político ativo e violento submete uma sociedade passiva e atemorizada, vendo no poder a insondável máquina de opressão, incapaz de provocar a confiança. (...) A tutela colonial sucedeu-se à tutela imperial, sob a luz de um mito, o venerado imperador, fonte de bondade e respeito ao cidadão, mas, desvirilizado pelos intermediários e idealizado pela distância (Faoro, 2001, p. 462).

Para Locatel (2016), no período de 1945 a 1964, pós Estado Novo, caracterizou-se pela necessidade de consolidar um sistema urbano-industrial, o que reduziu parcialmente o poder político e econômico dos setores agro-exportadores e importadores.

Nesse período alguns grupos sociais (ligados à indústria e ao setor financeiro) começam a ter mais importância como categoria política. (...) A burguesia industrial vai se fortalecendo, no entanto, isso não significou que as tradicionais oligarquias agrárias fossem afastadas do poder. Estas mantiveram uma forte presença no Congresso Nacional, foram objeto de políticas econômicas específicas e, principalmente, tiveram resguardo, do ponto de vista legal, o absoluto controle sobre a propriedade da terra (Locatel, 2016, p. 60).

Este período também marcou o início da chamada “Revolução Verde”, que no Brasil e em outros países menos desenvolvidos se consolidou apenas após a década de 1960. O projeto estatal de modernização do Brasil deu início aos sistemas técnicos inovadores que possibilitaram o uso de maquinários importados, produtos químicos e novos tipos de sementes. Além disso, a adoção de políticas de incentivo ao agronegócio, como subsídios e isenções fiscais, reflete o papel do Estado como mediador de interesses econômicos que frequentemente priorizam o setor rural em detrimento de preocupações ambientais e sociais. Essa nova divisão e organização do trabalho agrícola modificou todo um sistema e

Dentre as implicações da adoção e difusão espacial dessa prática, podemos destacar o aumento da produtividade e dos custos de produção, o avanço de monoculturas sobre a pequena agricultura familiar, a financeirização das

⁹ Também conhecido como voto de cabresto, que nada mais era aquele em que o eleitor escolhia um candidato por determinação de um chefe político ou cabo eleitoral. Muitas vezes, o cidadão nem sabia exatamente em quem votar. Por isso, era denominado “eleitor de cabresto”. (GLOSSÁRIO, TSE.)

atividades agrícolas, o agravamento de danos ambientais (erosão, contaminação do solo e da água) e a maior participação de grandes corporações em diversas etapas da cadeia produtiva (Toledo; Castillo, 2009, p.46-47).

Regina Bruno (2009), em seu ensaio *Agronegócio, palavra política*, identifica cinco significados desse conceito¹⁰. O quinto refere-se ao imperativo de uma maior institucionalidade e da construção de novos espaços de representação e mediação de interesses diretamente ligados ao agronegócio. Com a Revolução Verde, Bruno (2009) afirma que a partir da década de 70, surgiram dois movimentos de renovação e ampliação da representação patronal no campo. De um lado, grandes proprietários e produtores rurais, organizados em sindicatos, federações e entidades tradicionais, insatisfeitos com a presença da igreja progressista no meio rural. Por outro lado, proprietários, produtores rurais e empresários ligados à agropecuária, preocupados com novos canais de representação e mediação de seus interesses.

Na década de 1980, marcada pelo fim da ditadura militar, mas também por um período de forte esgotamento de crédito e de crescente embate sobre reforma agrária e ocupação de terra, surgiu a Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB), um dos primeiros passos para a ampliação e redefinição do campo de representação no processo de constituição política do agronegócio. Havia a necessidade de maior reconhecimento e visibilidade da “classe rural” junto ao Estado e perante à sociedade. Tratava-se também de recuperar os espaços perdidos durante os governos militares (Bruno, 1987). No entanto, com a vitória política sobre a reforma agrária na Constituinte e a consolidação da União Democrática Ruralista (UDR), a FAAB perdeu a força política.

Dessa forma, a maior bancada suprapartidária do Congresso Federal na 57ª legislatura, a Frente Parlamentar da Agropecuária, mais conhecida como bancada ruralista, representa um processo de institucionalização de interesses e contribui para a reprodução política do patronato rural e agroindustrial no Brasil (Bruno, 2015). Surgida como herdeira da União Democrática Ruralista (UDR) na década de 1980, sua criação foi impulsionada pelos debates sobre reforma agrária e a Constituinte de 1988. Ela é composta por grandes

¹⁰Alguns supostos encontram-se presentes nos argumentos das lideranças patronais rurais e procuram fundamentar a construção política da palavra agronegócio: i) O agronegócio como sinônimo de união, de sucesso e de geração de riqueza; ii) O agronegócio como expressão da modernidade e de um novo modelo de desenvolvimento que atende os interesses e as necessidades de todos; iii) A crença na ausência de alternativas históricas outras além do agronegócio, iv) O princípio da valorização de si e desqualificação do outro. v) O imperativo de uma maior institucionalidade e da construção de novos espaços de representação, mediação de interesses. (Bruno, 2009, p.1)

proprietários de terra, empresários rurais e parlamentares de regiões de conflito fundiário, constituindo uma das principais forças políticas conservadoras do Brasil.

No seu início, os parlamentares ruralistas atuavam como um grupo informal sob comandos da UDR, principalmente no que diz respeito às ocupações de terra e mobilização em favor de uma reforma agrária. A partir de 2008, há uma ampliação de sua participação no Congresso por meio da presença em comissões, com a finalidade de aumentar a área de influência política e controlar os debates e negociações. Há também proximidade entre ruralistas e evangélicos no Congresso Nacional, que remete à origem da bancada e aos debates da Constituinte de 1988 (Bruno, 2015).

A FPA é de caráter amplo, tem atuação ligada ao *lobby* e de origem endógena (Araújo; Silva, 2016). É altamente institucionalizada e presente quase 20 anos antes do Ato da Mesa nº 69, de 2005, da Câmara dos Deputados. A bancada ruralista registra constantes trocas de liderança dentro de regras pré-estabelecidas, realiza reuniões periódicas com ampla cobertura na imprensa, possui clara hierarquia interna e, sobretudo, conta com uma estrutura formal de apoio técnico e financiamento externo, caracterizada pela criação do Instituto Pensar Agropecuária, estabelecido em 2011 (Cascione, 2018).

Segundo Frade (1996), a FPA já apresentava capacidade de organização, possuindo regimento próprio, com coordenação nomeada por áreas, sendo essa divisão feita por partidos e estados, e um coordenador geral designado para atuar por um semestre. Em 1996, a bancada contava com assessores que acompanhavam todos os temas ligados à agricultura.

Hoje, suas ações são conhecidas por uma forte lealdade aos interesses do agronegócio, frequentemente atuando para barrar políticas que possam afetar o setor. Além disso,

“Três aspectos demarcam a construção da autoimagem dos ruralistas organizados na Bancada: i- a ênfase na força política e no potencial de organização e de mobilização de seus membros; ii- o empenho em apresentar-se como um grupo homogêneo e unido em torno de seus pleitos e demandas e iii- o argumento de que não necessitam de alianças e de acordos dos demais parlamentares quando os seus interesses e de classe estão na pauta política. São artifícios políticos que os seus integrantes lançam mão e contribuem para a visão de si e do outro e reorienta práticas, contribuindo, assim, para o próprio fortalecimento da Bancada.” (Bruno, 2015, p.9).

Seus membros demonstram coesão e lealdade em votações estratégicas, garantindo a proteção de privilégios econômicos e políticos ligados ao controle da terra e à produção rural.

Hoje seus principais adversários são organizações não governamentais internacionais ligadas ao meio ambiente e os povos e populações tradicionais, além de ambientalistas (Bruno, 2015).

A compreensão das dinâmicas políticas e socioeconômicas que estruturam o agronegócio no Brasil pode ser enriquecida a partir de uma análise sobre as elites e suas formas de organização. Conforme observa Bruno (2015), os parlamentares vinculados à bancada ruralista tendem a apresentar um reduto eleitoral concentrado em áreas rurais, com baixa dispersão de votos. Em geral, os financiadores de suas campanhas pertencem ao mesmo grupo social, o que resulta em elevada convergência de interesses e alinhamento político.

O caráter suprapartidário da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) é amplamente reconhecido como um dos principais elementos de sua força política no Congresso Nacional, permitindo-lhe articular alianças estratégicas para avançar pautas de interesse do agronegócio. Um exemplo expressivo dessa capacidade foi a tramitação e aprovação da Lei nº 14.701/2023, conhecida como “Lei do Marco Temporal” (originada no PL nº 490/2007 na Câmara e PL nº 2903/2023 no Senado). A proposta, que estabelece que os povos indígenas só têm direito à demarcação de terras que estivessem sob sua posse ou disputa em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal, foi aprovada pelo Congresso em outubro de 2023, mesmo após o Supremo Tribunal Federal (STF) já ter declarado a tese inconstitucional. Após o veto parcial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Congresso derrubou as objeções presidenciais em dezembro do mesmo ano, consolidando a promulgação da lei. Tal movimento evidencia a habilidade da FPA em mobilizar apoio legislativo para contestar decisões judiciais e enfraquecer mecanismos de proteção territorial, favorecendo a expansão de atividades econômicas como o garimpo e a produção agropecuária em territórios antes protegidos.

A história da FPA, caracterizada pela continuidade nas estratégias que representam as elites agrárias e pelo desenvolvimento de uma estrutura político-institucional sólida, ajuda a entender que sua importância atual é resultado não apenas do momento atual, mas de uma inserção prolongada nas esferas de poder. Esse profundo enraizamento histórico aumenta sua habilidade de atuar como um meio privilegiado de articulação de interesses no Legislativo, especialmente em temas que impactam diretamente o agronegócio. É nesse aspecto que a análise histórica se liga à dimensão teórica: compreender como a FPA funciona exige que a vejamos também como um agente coletivo que emprega métodos tradicionais de influência política, como o *lobby* e o *advocacy*, para moldar a agenda legislativa e reforçar a proteção de seus interesses setoriais.

2.3. LOBBY, ADVOCACY E GRUPOS DE INTERESSE NO LEGISLATIVO

Desde a redemocratização brasileira, as instituições políticas brasileiras atingiram um grau importante de maturidade democrática, assegurando a realização de eleições periódicas e ininterruptas (Silva; Araújo, 2019). No entanto, mesmo diante desse cenário institucional consolidado, o sistema partidário brasileiro mantém características bastante peculiares, marcado pela intensa fragmentação, frágil institucionalização partidária, baixa clareza na disputa política e elevada volatilidade eleitoral (Kinzo, 2004). Estudos mais recentes confirmam a persistência dessas características. Madeira (2022), ao analisar o desempenho partidário e as trajetórias de carreira em cargos majoritários (governadores, senadores e prefeitos de capitais) entre 1994 e 2016, mostra que a fragmentação cresceu de forma contínua, inclusive nesses postos tradicionalmente mais restritos, sem que isso significasse maior abertura para novos atores políticos. Pelo contrário, tais cargos permanecem majoritariamente ocupados por políticos experientes, em “circulação na carreira”, e mesmo os chamados “novos partidos” reproduziram esse padrão, reforçando a concentração de poder nas mãos de elites políticas consolidadas.

A crescente complexidade da representação política no Congresso Nacional tem demandado novas abordagens analíticas para compreender as diversas maneiras de atuação dos grupos de interesse no processo legislativo. Entre essas formas, as frentes parlamentares temáticas configuram-se como espaços institucionais privilegiados de articulação e pressão política, atuando, muitas vezes, de maneira suprapartidária e paralela às estruturas tradicionais dos partidos políticos. Assim, torna-se essencial distinguir a natureza e a estratégia da atuação das frentes parlamentares, isto é, a forma pela qual se abordam as suas questões de interesse.

Como demonstram Araújo e Silva (2019), tais frentes atuam por meio de estratégias variadas que oscilam entre o lobby, entendido como influência direta sobre atores decisórios, e o advocacy, voltado à difusão de ideias e à mobilização social a partir, principalmente, do terceiro setor¹¹. Essa realidade híbrida se alinha aos pressupostos do Advocacy Coalition Framework (ACF), ao evidenciar a constituição de coalizões que compartilham sistemas de crenças e buscam moldar a formulação de políticas públicas em contextos de disputa

¹¹ O Terceiro Setor refere-se ao conjunto de instituições e organizações da sociedade civil que não são governamentais (Primeiro Setor) nem empresas privadas com fins lucrativos (Segundo Setor). Ele é composto por entidades privadas sem fins lucrativos, que atuam em áreas de interesse público e social, buscando promover o bem-estar da comunidade. (MPGO, 2020)

normativa. As frentes, nesse sentido, não apenas institucionalizam essas coalizões dentro do Legislativo, como também reduzem os custos de coordenação entre parlamentares e atores externos, ampliando sua capacidade de influenciar a agenda política e legislativa.

2.3.1. GRUPOS DE INTERESSE E PRESSÃO NO CONGRESSO FEDERAL

A pesquisa sobre a representação política destaca a importância da participação de grupos de interesse na criação de políticas públicas. Embora não exista uma definição consolidada, esta análise adota a perspectiva de Thomas (2004), que afirma que grupos de interesse são formados por associações de pessoas, organizações ou instituições, sejam elas do setor público ou privado, com o objetivo de impactar decisões políticas relacionadas a temas ou causas específicas.

Em conexão com essa ideia, o termo grupo de pressão é utilizado para referir-se a formas mais estruturadas e intencionais de influenciar o processo de decisão. Alguns autores consideram esse termo sinônimo de grupos de interesse, enquanto outros sugerem uma distinção com base na intenção de impactar diretamente as decisões.

No contexto do Congresso Nacional, frentes parlamentares e partidos compartilham o fato de se relacionarem com grupos de interesse, mas o fazem de forma distinta. Enquanto os partidos operam a partir de estruturas institucionais formalizadas e submetidas a regras de financiamento e transparência, as frentes parlamentares possuem caráter mais flexível e permeável. Muitas frentes têm origem exógena, sendo formadas a partir da mobilização de associações de classe, confederações empresariais ou outras organizações da sociedade civil que procuram parlamentares para institucionalizar sua presença no Legislativo (Aragão, 1994; Araújo; Silva, 2016). Nesses casos, as frentes funcionam como canais internos de *lobby*, garantindo acesso direto dos grupos aos espaços de deliberação legislativa (Frade, 1996). Em menor escala, também existem frentes de origem endógena, criadas por iniciativa de parlamentares que desejam representar causas específicas, mesmo que ainda pouco organizadas socialmente.

A multiplicação de frentes parlamentares nas últimas décadas indica o fortalecimento das conexões entre representantes políticos e grupos organizados da sociedade. Esse fenômeno reflete, segundo Santos (2007), uma mudança no padrão de representação política brasileira: da lógica corporativista de mediação estatal dos interesses para uma lógica

pluralista e fragmentada, na qual diferentes grupos competem pelo acesso e pela influência sobre os rumos da política pública.

A influência dos grupos de interesse, no entanto, não se limita à criação de frentes. Em muitos casos, essas organizações também financiam sua estrutura e funcionamento, utilizando as frentes como instrumentos para fortalecer sua atuação institucional junto ao Parlamento (Ringer; Victor; Carman, 2013). O exemplo mais notório é o da Frente Parlamentar Mista da Agropecuária (FPA), principal expressão da chamada “bancada ruralista”. Além de sua composição robusta e atuação estratégica, a FPA conta com apoio técnico e financeiro do Instituto Pensar Agropecuária, entidade mantida por associações do agronegócio que subsidia a formulação de propostas legislativas, pareceres jurídicos e estratégias de comunicação (Simionatto; Costa, 2012; Silva, 2014; Araújo; Silva, 2016).

Cabe ressaltar que o financiamento das frentes parlamentares não parte exclusivamente de grupos externos. Em diversas situações, os próprios parlamentares, de forma individual ou em pequenos núcleos, assumem os custos associados à criação e à manutenção dessas frentes. Isso ocorre, por exemplo, quando há interesse estratégico na causa defendida ou expectativa de retorno político-eleitoral, o que motiva o uso de recursos próprios, mesmo que escassos, para sustentar a frente como plataforma de atuação e visibilidade (Ringe; Victor; Carman, 2013; Victor; Ringe, 2009).

2.3.2. LOBBY NO CONGRESSO FEDERAL

O lobby pode ser entendido como uma atividade de influência política direta, na qual grupos organizados, frequentemente denominados grupos de interesse, buscam impactar as decisões feitas em fóruns institucionais, como comissões parlamentares, conselhos de políticas públicas e sessões plenárias. O objetivo central dessa prática é promover interesses específicos, geralmente relacionados a projetos de lei ou regulamentos que afetam diretamente determinados setores econômicos ou sociais.

Pesquisadores como Thomas (2004) e Santos (2007) conceituam o lobbying como um conjunto estruturado de ações realizadas por representantes de grupos de interesse, visando influenciar políticas públicas em andamento ou desenvolver novas propostas legislativas. Assim, trata-se de uma interação estratégica com os formuladores de políticas, realizada através de canais formais ou informais, tanto diretos quanto indiretos. Entre as atividades mais comuns incluem-se interações com autoridades públicas, elaboração de

pareceres técnicos, acompanhamento do processo legislativo e desenvolvimento de estratégias de articulação política.

A figura do lobista, nesse contexto, corresponde ao agente que realiza essa interlocução em nome de um grupo ou setor. Segundo Thomas (2004), o lobby pode ser entendido como um desdobramento operacional do *advocacy*, caracterizando-se por seu caráter mais pragmático e orientado a resultados legislativos concretos. Enquanto o *advocacy* busca moldar a opinião pública e engajar a sociedade na defesa de valores e princípios mais amplos, o *lobby* tende a se concentrar em pautas pontuais e ações dirigidas a grupos decisórios bem definidos.

No caso brasileiro, essa prática tem sido marcada por ambivalências. De um lado, o *lobby* é estigmatizado, muitas vezes associado a práticas de corrupção, como evidenciado em escândalos como o da Lava Jato, que revelou a influência de empreiteiras e grandes empresas por meio de financiamento eleitoral ilegal e pagamento de propinas. De outro lado, reconhece-se que o lobby, quando praticado de forma legítima, pode cumprir um papel relevante na democracia representativa. Isso ocorre especialmente quando contribui para reduzir assimetrias de informação entre grupos sociais e os tomadores de decisão, fornecendo subsídios técnicos e argumentos consistentes para a construção de políticas públicas mais efetivas e transparentes (Santos, 2007).

A ausência de regulamentação específica sobre a atividade de lobby no Brasil contribui para a opacidade das relações entre parlamentares e grupos de interesse. Diferentemente dos partidos políticos, as frentes parlamentares, muitas vezes articuladas como instrumentos de lobby, não estão submetidas a regras claras de financiamento ou prestação de contas. Essa lacuna institucional cria um ambiente favorável à atuação de interesses particulares sem supervisão pública adequada.

Frentes parlamentares orientadas por estratégias de lobby tendem a nascer de demandas de setores organizados, voltadas à defesa de interesses pontuais e facilmente identificáveis. A atuação dessas frentes geralmente se concentra em proposições legislativas específicas, sendo mobilizada conforme a conjuntura política ou o avanço de determinados projetos de lei. Por essa razão, sua comunicação é direcionada a públicos restritos, geralmente os próprios decisores políticos, sem buscar adesão ampla da sociedade.

Esse perfil contrasta com as frentes orientadas pelo *advocacy*, cujo foco está na promoção de causas mais abrangentes, como defesa de direitos, transparência institucional ou pautas sociais estruturantes. Enquanto frentes de lobby tendem à focalização e à segmentação

temática, as de advocacy operam por meio da articulação de princípios gerais que perpassam diferentes áreas da política pública.

Por fim, cabe observar que o desenho institucional das frentes parlamentares reflete esses diferentes modos de atuação: as frentes de advocacy frequentemente funcionam como espaços de articulação ideológica e mobilização simbólica, enquanto as frentes de lobby operam como canais preferenciais de grupos organizados com capacidade de financiar, orientar e instrumentalizar a ação legislativa.

2.3.3. ADVOCACY NO CONGRESSO FEDERAL

O termo *advocacy*, oriundo de uma função tradicional nos Estados Unidos, refere-se a estratégias organizadas de incidência política utilizadas por coalizões da sociedade civil, grupos de interesse e atores institucionais para atuar ativamente sobre as características políticas, econômicas e culturais do país (Araújo; Silva, 2019). Diferente do *lobby*, que opera predominantemente por meio da pressão direta sobre tomadores de decisão¹², o *advocacy* se sustenta na mobilização de valores, crenças, conhecimento técnico e legitimidade social, buscando moldar a agenda política e a percepção pública com base na construção discursiva e na mediação de interesses perante a sociedade e o Estado (Capelari; Calmon; Araújo, 2014). Para Avner (2002), o *lobbying* é uma forma específica de fazer *advocacy* e é focado em influenciar a legislação. Ou seja, o *lobbying* pode ser entendido como parte da atividade de *advocacy*.

O *advocacy* possui estratégias que procuram envolver os atores políticos em discussões que perpassam uma ampla gama de proposições legislativas. Dessa forma, seu principal objetivo é a disseminação de ideias para influenciar decisões e para causar grande mobilização de apoiadores. No contexto brasileiro, marcado por um sistema partidário fragmentado e por canais institucionais permeáveis à atuação de atores externos ao Estado, o *advocacy* tem ganhado relevância como mecanismo de influência política, sobretudo nas frentes parlamentares temáticas.

Entre os principais referenciais utilizados para analisar a atuação dessas coalizões, destaca-se o *Advocacy Coalition Framework* (ACF), modelo desenvolvido por Paul Sabatier e Hank Jenkins-Smith nos anos 1980. O ACF concebe o processo de formulação de políticas públicas como uma disputa contínua entre diferentes coalizões de defesa organizadas em

¹² tais como em conselhos de políticas, comissões e plenários das casas legislativas.

torno de sistemas de crenças compartilhados. Essas coalizões atuam dentro de subsistemas específicos, como os de meio ambiente, saúde ou segurança pública, e reúnem atores governamentais e não governamentais, como parlamentares, burocratas, empresários, cientistas e representantes da sociedade civil (Sabatier; Weible, 2007).

As crenças compartilhadas que sustentam as coalizões são hierarquizadas em três níveis: o núcleo duro (*deep core*), composto por valores normativos mais profundos e estáveis, como visões sobre o papel do Estado e da liberdade individual; o núcleo de políticas (*policy core*), que abrange concepções estratégicas sobre causas de problemas públicos e instrumentos de intervenção adequados; e as crenças secundárias, mais flexíveis, relacionadas à implementação de políticas em contextos específicos (Araújo, 2007). A atuação dessas coalizões é condicionada por sua capacidade de mobilizar recursos como autoridade legal, apoio da opinião pública, conhecimento técnico, recursos financeiros e redes de apoio político.

No Legislativo brasileiro, frentes parlamentares como a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) funcionam como arenas privilegiadas para a institucionalização de coalizões de defesa. A FPA articula parlamentares de diversos partidos em torno de um conjunto de crenças voltadas à promoção da atividade agropecuária, à flexibilização da legislação ambiental e à defesa da propriedade privada, caracterizando-se como a expressão política da coalizão dos Desenvolvimentistas Tradicionais. Essa coalizão é composta por setores do agronegócio, mineradoras, grupos religiosos conservadores e empresários vinculados ao modelo de desenvolvimento baseado na exploração de recursos naturais (Capelari et al., 2020).

Embora o *lobbying* possa ser entendido como uma parte da atividade operacional do *advocacy*, sua prática pode se concentrar em discussões mais específicas e direcionadas, como projetos de lei ou políticas públicas. No caso da FPA, ela se caracteriza como uma frente de *lobby*, uma vez que nasceu a partir de um grupo de interesse. A FPA possui diversas estratégias, tais como: proposição de projetos de lei, como a PL nº 490/2007; articulação de frentes suprapartidárias; controle de comissões permanentes e especiais; mobilização de dados técnicos e pareceres jurídicos; e difusão de discursos legitimadores por meio de veículos de imprensa aliados e redes sociais. Esses mecanismos permitem à FPA consolidar sua posição como coalizão dominante no subsistema de política agrária e ambiental, ao mesmo tempo em que fragiliza canais de escuta e negociação com coalizões rivais, como os socioambientalistas e os representantes dos povos indígenas. Além do fato de que sua comunicação não pretende

angariar adesões socialmente amplas; ao contrário, as frentes de lobby identificam-se com segmentos socioeconômicos facilmente identificáveis (Silva; Araújo, 2019).

Cabe destacar que, em certos contextos, estratégias de *advocacy* podem se sobrepor ou se articular com práticas de *lobby*, como é o caso das frentes parlamentares Ambientalistas, de Combate à Corrupção e de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação. Nesse sentido,

“a estratégia do tipo *advocacy* procura modificar uma legislação ou um arcabouço normativo influenciando a avaliação do público em geral e, de alguma forma, envolvendo pelo menos parte desse público na própria atividade do lobby, incentivando contatos diretos ou indiretos com os tomadores de decisão, prática conhecida como *grassroots lobbying* (Bergan, 2009; Cluverius, 2014)

A aplicação empírica do ACF ao caso brasileiro, em especial ao subsistema de política ambiental, revela limitações e desafios importantes. Como mostram Capelari, Araújo e Calmon (2020), o Brasil apresenta, desde 2019, um contexto de hiper adversariedade, no qual o grau de conflito entre coalizões aumentou, os canais de negociação foram esvaziados e a desinformação se tornou uma tática sistemática de governo. A coalizão dominante, composta por setores desenvolvimentistas tradicionais, passou a ocupar posições estratégicas no Executivo e no Legislativo, promovendo o desmonte de políticas ambientais, o enfraquecimento institucional de órgãos de controle e a repressão a movimentos da sociedade civil.

Esse cenário evidencia uma das críticas mais recorrentes ao ACF: sua dificuldade de captar com precisão contextos de autoritarismo institucional, desigualdades estruturais e exclusão deliberada de coalizões minoritárias. O modelo, originalmente concebido para contextos pluralistas, como o norte-americano, precisa ser adaptado para realidades como a brasileira, nas quais o *advocacy* é frequentemente instrumentalizado como estratégia de dominação e não de disputa democrática legítima. Além disso, a politização da ciência e a negação deliberada de informações técnicas, como no caso da demissão do diretor do INPE e da responsabilização de ONGs por desastres ambientais, mostram que as disputas ultrapassam as crenças de *policy core* e atingem o *deep core*, tornando ainda mais difícil a negociação e o aprendizado entre coalizões.

3. O MARCO TEMPORAL COMO CASO EMPÍRICO: CONTEXTO LEGISLATIVO E POLÍTICO DA PL Nº 490/2007

Em 28 de dezembro de 2023, a Lei nº 14.701/2023 foi promulgada pelo Congresso Nacional sob a justificativa de regulamentar o artigo 231 da Constituição. Essa norma cria novos parâmetros para demarcação de terras indígenas e ignora o julgamento do Tema 1031 de repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal (STF), concluído em setembro de 2023 (Gomes; Santos, 2024). A aprovação da lei evidencia, assim, a intensificação do conflito entre os Poderes Legislativo e Judiciário em torno da definição dos direitos territoriais indígenas e dos limites da atuação estatal sobre essas áreas.

A chamada tese do Marco Temporal insere-se em um processo histórico mais amplo de disputas fundiárias no Brasil, marcado por tensões persistentes entre projetos de desenvolvimento econômico, preservação dos ecossistemas e reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas (Portela; Menezes Júnior; Silva, 2024). Nesse contexto, a atuação política e legislativa do agronegócio, especialmente por meio da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), ocupa posição central, ao articular interesses econômicos organizados e estratégias institucionais voltadas à contenção da ampliação de direitos territoriais indígenas, refletindo conflitos estruturais entre o setor agropecuário e as populações originárias (Castilho, 2022).

Do ponto de vista jurídico-institucional, a controvérsia que deu origem à tese do Marco Temporal tem como marco o Recurso Extraordinário nº 1.017.365, relacionado à disputa possessória envolvendo a Terra Indígena Ibirama-Laklãnõ, no estado de Santa Catarina. O caso opôs o Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina à Fundação Nacional do Índio e ao povo Xokleng, além de envolver comunidades Guarani e Kaingang que também habitam o território. Embora a área tenha sido progressivamente reduzida ao longo do século XX, estudos antropológicos realizados pela Funai identificaram a ocupação tradicional indígena, posteriormente reconhecida pelo Ministério da Justiça em 2003, em um processo que jamais deixou de ser reivindicado pelos povos originários (Gomes Munduruku; Dias, 2025).

O julgamento desse recurso explicitou o confronto entre duas interpretações jurídicas antagônicas. De um lado, a tese do direito originário, fundamentada no artigo 231 da Constituição de 1988, segundo a qual os direitos territoriais indígenas independem de marcos temporais específicos. De outro, a tese do Marco Temporal, defendida por setores ligados ao

agronegócio e pela bancada ruralista, que sustenta a necessidade de uma linha de corte temporal¹³ como critério para a demarcação, sob o argumento de garantir segurança jurídica à propriedade privada. A controvérsia ganhou maior projeção institucional a partir de sua aplicação no julgamento da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em 2009, e foi posteriormente reforçada pelo Parecer nº 001/2017 da Advocacia-Geral da União, cuja eficácia permanece suspensa por decisão do Supremo Tribunal Federal (Gomes Munduruku; Dias, 2025).

A atribuição de repercussão geral ao Recurso Extraordinário nº 1.017.365, em 2019, conferiu à decisão do STF potencial normativo ampliado, uma vez que seus efeitos passaram a orientar o Judiciário e a administração pública federal no conjunto dos processos de demarcação de terras indígenas. As consequências desse julgamento extrapolam o caso concreto, pois a eventual validação da tese do Marco Temporal poderia comprometer processos de demarcação em curso e revisar territórios já reconhecidos, enquanto sua rejeição é interpretada por setores ruralistas como ameaça à estabilidade fundiária e à produção agropecuária (Gomes Munduruku; Dias, 2025).

3.1. A CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-INSTITUCIONAL DA TESE DO MARCO TEMPORAL

O artigo 231 da Constituição Federal de 1988 reconhece aos povos indígenas o direito originário sobre as terras que tradicionalmente ocupam, atribuindo à União a responsabilidade de demarcar, proteger e fazer respeitar esses territórios. Trata-se de um dispositivo que rompe com concepções assimilacionistas anteriores e afirma a anterioridade histórica e jurídica da presença indígena no território nacional, conferindo natureza declaratória – e não constitutiva – ao procedimento demarcatório (Gomes; Santos, 2024). Em complemento a esse dispositivo constitucional, o artigo 67 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) estabeleceu o prazo de cinco anos, a contar da promulgação da Constituição, para que a União concluísse a demarcação das terras indígenas. No entanto, passadas mais de três décadas desde a promulgação da Constituição, persistem entraves estruturais à conclusão dos processos demarcatórios.

Entre os principais fatores que historicamente tensionam o processo de demarcação de terras indígenas, destaca-se a chamada tese do Marco Temporal. Essa interpretação

¹³ Vide 5 de outubro de 1988

restritiva do artigo 231 da Constituição Federal sustenta que apenas seriam passíveis de demarcação as terras que estivessem sob posse indígena em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição, ou aquelas em que se pudesse comprovar a existência de conflito físico ou controvérsia judicial persistente à época. A Lei nº 14.701/2023 incorpora esse entendimento ao seu arcabouço normativo e, em especial, ao estabelecer, em seu artigo 15, a nulidade das demarcações que não observem os critérios por ela instituídos. Tal disposição produz impactos diretos sobre a política indigenista ao reabrir processos já concluídos ou em estágio avançado, ao mesmo tempo em que tenciona princípios constitucionais como a segurança jurídica e a duração do processo administrativo.

A difusão desse entendimento intensificou-se a partir do julgamento da Petição nº 3.388/RR, referente à Terra Indígena Raposa Serra do Sol¹⁴, pelo Supremo Tribunal Federal. Embora o caso tenha sido decidido a partir de um conjunto de condicionantes aplicáveis à situação concreta analisada, instâncias inferiores do Judiciário passaram a utilizar o Marco Temporal de forma ampliada e, em muitos casos, distorcida, como fundamento para suspender ou anular procedimentos demarcatórios já em estágio avançado. Esse movimento foi reforçado institucionalmente com a edição do Parecer nº 001/2017/GAB/CGU/AGU, aprovado pela Presidência da República, que atribuiu caráter vinculante à aplicação da tese do Marco Temporal em toda a administração pública federal, incluindo os órgãos responsáveis pela política indigenista (Gomes; Santos, 2024).

No dia 24 de maio de 2023, a Câmara dos Deputados aprovou a urgência na tramitação do projeto de lei do Marco Temporal, com 324 votos favoráveis, 131 contrários e uma abstenção (Brasil, 2023a). A aprovação do regime de urgência ocorreu em contexto de iminência do julgamento do STF sobre a matéria, o que contribuiu para a aceleração da tramitação legislativa. No dia 30 de maio de 2023, a Câmara aprovou o mérito do PL nº 490/2007 no plenário, aprovando-o como texto base. Na Câmara, houve 283 votos favoráveis ao projeto e 155 contrários (Brasil, 2023b).

Diante desse cenário de retração institucional, os povos indígenas intensificaram sua mobilização política e jurídica em defesa do direito originário e contra a consolidação do Marco Temporal como critério normativo. No entanto, a tramitação dos PLs 490/2007 da Câmara dos Deputados, posteriormente convertido no PL 2.903/2023 no Senado, conhecido como “Marco Temporal das Terras Indígenas” evidenciou a polarização entre atores

¹⁴ Essa ação, proposta por agricultores, buscava anular a Portaria MJ n. 1.128/2003, que ampliou a posse dos grupos indígenas Xokleng, Kaingang e Guarani sobre a Terra Indígena Ibirama-Laklãnõ, em Santa Catarina

vinculados à defesa dos direitos indígenas e setores organizados do agronegócio, representados no Congresso pela FPA (Borges, 2024). Esse processo culminou no julgamento do Tema 1031 de repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal, concluído no dia 21 de setembro de 2023 (Brasil, 2023 c). Com resultado de nove votos a dois¹⁵, o STF rejeitou a tese do Marco Temporal, o que tornou inválido o entendimento jurídico. O STF reafirmou, ainda, que a demarcação constitui procedimento meramente declaratório do direito originário à posse das terras tradicionalmente ocupadas, consolidando entendimento já presente na jurisprudência constitucional (Gomes; Santos, 2024).

No mesmo julgamento, o Tribunal reconheceu a validade constitucional do procedimento administrativo de demarcação previsto no Decreto nº 1.775/1996, em especial no que se refere à centralidade do laudo antropológico como instrumento técnico-científico fundamental para a comprovação da tradicionalidade da ocupação indígena (Gomes; Santos, 2024). Um dos aspectos mais relevantes do julgamento do Tema 1031, contudo, foi o reconhecimento explícito de que os direitos territoriais indígenas configuram direitos fundamentais, dotados das garantias próprias das cláusulas pétreas. Ao afirmar que o artigo 231 tutela direitos fundamentais insuscetíveis de supressão por maiorias ocasionais, o STF estabeleceu um marco normativo robusto contra tentativas de retrocesso legislativo, assegurando interpretação extensiva e vedação à restrição regressiva desses direitos. Esse entendimento projeta implicações diretas sobre iniciativas legislativas posteriores, como a Lei nº 14.701/2023, que passam a ser analisadas à luz da tensão entre soberania legislativa, proteção de direitos fundamentais e limites constitucionais à atuação do Congresso Nacional (Gomes; Santos, 2024).

Além disso, para provar a forte pressão da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) nas duas casas do Congresso Nacional,

“a aprovação da lei no Senado em 27 de setembro de 2023 (Agência Senado, 2023), apenas uma semana após o Supremo Tribunal Federal (STF) considerar a tese do Marco Temporal inconstitucional no julgamento do Recurso Extraordinário 1.017.365-SC (Brasil, 2023b), com repercussão geral sobre todas as demais ações em todos os tribunais do país -Tema 1031-STF (Brasil, 2019), que eram de 217 ações em junho de 2023 -, e no mesmo dia em que o STF definiu a tese como de repercussão geral.” (BORGES; BISPO, 2024, p. 368).

¹⁵ Os ministros Rosa Weber, Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin, Luís Roberto Barroso, Dias Toffoli, Luiz Fux, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes votaram pela inconstitucionalidade. Do outro lado, foram favoráveis ao Marco Temporal os ministros Nunes Marques e André Mendonça. (O Globo, 2024)

Adicionalmente, no dia 20 de outubro de 2023, com forte reação da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) à decisão do STF sobre a matéria, foi aprovada a Lei nº 14.701, Lei do Marco Temporal, que regulamenta o artigo 231 da Constituição Federal. No dia 23 de outubro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vetou (2023b) os principais artigos da lei aprovada devido à sua inconstitucionalidade. No dia 14 de dezembro de 2023, em sessão conjunta, o Congresso Nacional derrubou os vetos presidenciais, com 321 deputados contrários aos vetos e 137 favoráveis, e no Senado a votação foi de 53 a 19 pela retirada dos vetos (Portela; Menezes Júnior; Silva, 2024; Brasil, 2023d).

Após essa aprovação, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), em conjunto com os partidos Rede Sustentabilidade e PSOL, ajuizou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7.582 perante o Supremo Tribunal Federal, requerendo a suspensão dos efeitos da norma e o reconhecimento de sua incompatibilidade com a Constituição Federal. Paralelamente, a Corte passou a analisar um conjunto mais amplo de ações relacionadas à Lei do Marco Temporal, incluindo a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) nº 87, as Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 7.583 e nº 7.586, bem como a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 86, propostas por partidos políticos e entidades da sociedade civil. Esse conjunto de iniciativas evidencia a elevada controvérsia jurídico-política em torno da norma e reforça a centralidade do Supremo Tribunal Federal como arena decisória na disputa sobre os limites constitucionais da política de demarcação de terras indígenas (Portela; Menezes Júnior; Silva, 2024).

Em 2024, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento das ações de controle concentrado que questionavam a constitucionalidade da Lei nº 14.701/2023, reafirmando a incompatibilidade da tese do Marco Temporal com a ordem constitucional e rejeitando seu uso como critério para o reconhecimento da ocupação tradicional indígena. A Corte reiterou, nesse contexto, o caráter originário dos direitos territoriais assegurados pelo artigo 231 da Constituição Federal. Não obstante o afastamento explícito do Marco Temporal, o Tribunal manteve dispositivos legais que introduzem condicionantes ao regime constitucional de proteção, ao admitir, entre outros aspectos, normas de transição, parâmetros indenizatórios ampliados e mecanismos de conciliação que deslocam parte relevante da controvérsia para a esfera político-administrativa. Assim, embora o julgamento tenha impedido a consolidação legislativa da tese, ele não eliminou integralmente os focos de tensão institucional que atravessam a política de demarcação de terras indígenas, preservando espaços para disputas

futuras entre o Judiciário, o Legislativo e atores econômicos organizados, sobretudo no que diz respeito à implementação efetiva dos direitos territoriais.

Até a última atualização disponível, em 9 de dezembro de 2025, o Senado Federal aprovou, em primeiro e segundo turnos, a Proposta de Emenda à Constituição nº 48/2023, com 52 votos favoráveis em ambas as votações, registrando-se 14 votos contrários e uma abstenção no primeiro turno, e 15 votos contrários e uma abstenção no segundo (Brasil, 2025). De autoria do senador Dr. Hiran (PP-RR), a proposta ratifica os fundamentos do Marco Temporal, retomando o conteúdo normativo da Lei nº 14.701/2023. Segundo seus proponentes, a emenda teria como objetivo conferir maior segurança jurídica ao processo de demarcação de terras indígenas, reposicionando o tema no plano constitucional após a decisão do Supremo Tribunal Federal.

Quadro 01 – Linha do tempo do Marco Temporal no Brasil (2007–2025)

Data	Evento	Instância
20 mar. 2007	Apresentação do PL nº 490/2007	Câmara dos Deputados
2009	Julgamento da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (Pet. 3.388/RR)	STF
2017	Emissão do Parecer nº 001/2017/AGU	Poder Executivo
24 maio 2023	Aprovação do regime de urgência do PL nº 490/2007	Câmara dos Deputados
30 maio 2023	Aprovação do PL nº 490/2007 em plenário	Câmara dos Deputados
1º jun. 2023	Encaminhamento ao Senado (PL nº 2.903/2023)	Senado Federal
27 set. 2023	Aprovação do projeto no Senado Federal	Senado Federal
20 out. 2023	Promulgação da Lei nº 14.701/2023	Congresso Nacional
14 dez. 2023	Derrubada dos vetos presidenciais	Congresso Nacional
2024	Julgamento das ADIs e ADC relativas à Lei nº 14.701/2023	STF
9 dez. 2025	Aprovação da PEC nº 48/2023	Senado Federal

Fonte: Elaboração própria, com base em Câmara dos Deputados (2007; 2023), Supremo Tribunal Federal (2009; 2023; 2024) e O Globo (2025).

3.2. A FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA E O MARCO TEMPORAL

No plano institucional, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) configura-se como um dos principais agrupamentos suprapartidários do Congresso Nacional voltados à representação de interesses vinculados ao setor agropecuário. Trata-se de um ator coletivo que articula parlamentares com o objetivo de defender o direito de propriedade, influenciar a formulação de políticas públicas e atuar de forma coordenada na produção legislativa relacionada ao agronegócio, à política fundiária e à regulação ambiental. Conforme destaca Borges (2023), a FPA surgiu de maneira informal durante o processo constituinte de 1987-1988 e foi oficialmente fundada em 1994, com o propósito de acompanhar e influenciar a política oficial de desenvolvimento da agropecuária nacional. Nesse período, parlamentares ligados ao setor rural passaram a se organizar a partir da promoção de debates, simpósios e seminários voltados à agenda agropecuária, consolidando progressivamente uma atuação coletiva no interior do Legislativo (Borges, 2023; Portela; Menezes Júnior; Silva, 2024).

Ao longo das décadas seguintes, a FPA ampliou significativamente sua capacidade de influência no processo legislativo, passando a ocupar uma posição estruturante na agenda do Congresso Nacional. Esse fortalecimento institucional está associado não apenas à ampliação de sua base parlamentar, mas também à constituição de recursos organizacionais próprios, como a Agência FPA, voltada à comunicação política, e, sobretudo, o Instituto Pensar Agropecuária (IPA). Criado em 2012 e financiado majoritariamente por associações empresariais e entidades representativas do agronegócio, o IPA atua como instância de assessoramento técnico e articulação estratégica da bancada, oferecendo suporte jurídico, estudos técnicos e propostas normativas que subsidiam a atuação legislativa de seus membros (Campella, 2024). Diferentemente de outras frentes parlamentares, a FPA dispõe de infraestrutura permanente em Brasília, promove reuniões regulares entre parlamentares e representantes do setor produtivo e organiza-se em comitês temáticos que espelham sua estrutura interna, o que evidencia um elevado grau de institucionalização do lobby agropecuário no Brasil.

Essa robustez organizacional confere à FPA uma capacidade singular de coordenação política. Conforme argumenta Pompéia (2024), a Frente opera como uma verdadeira homogenizing machine, capaz de produzir convergência entre parlamentares em

votações estratégicas mesmo diante de divergências existentes no interior do setor privado. Essa coesão interna tem se traduzido em elevados níveis de fidelidade às demandas do agronegócio, particularmente em pautas relacionadas ao controle da terra, à propriedade rural, à expansão da fronteira agrícola e à contenção de iniciativas regulatórias de cunho ambiental. Nesse contexto, a atuação da FPA frequentemente se estabelece em oposição a organizações não governamentais, a atores internacionais e a grupos sociais diretamente afetados pela expansão do agronegócio, como povos indígenas, comunidades quilombolas e populações tradicionais (Bruno, 2015).

A literatura também destaca que essa capacidade de articulação se expressa de forma consistente na disciplina de votação em bloco da FPA em processos legislativos considerados estratégicos para o setor agropecuário (Carneiro da Cunha, 2017). Tal padrão tornou-se particularmente visível durante a tramitação da Lei nº 14.701/2023, conhecida como Lei do Marco Temporal, originada no PL nº 490/2007 na Câmara dos Deputados e posteriormente convertida no PL nº 2.903/2023 no Senado Federal. O entendimento está no artigo 4º da Lei nº 14.701 (Brasil), que, ao regulamentar o artigo 231 da Constituição Federal de 1988 (Brasil) estabelece o seguinte texto:

Art. 4º São terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas brasileiros aquelas que, na data da promulgação da Constituição Federal, eram, simultaneamente:

- I - habitadas por eles em caráter permanente;
- II - utilizadas para suas atividades produtivas;
- III - imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar;
- IV - necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

A força política da FPA também se expressa na dimensão numérica e na capacidade de coordenação de seus membros em votações consideradas centrais para sua agenda. Na deliberação sobre os vetos presidenciais à Lei nº 14.701/2023, de 312 parlamentares integrantes da FPA, 282 votaram contra o veto presidencial à Lei do Marco Temporal, correspondendo a 75% dos votos para a derrubada do veto (Borges, 2024), evidenciando elevado grau de alinhamento interno em torno da matéria. Esse comportamento coletivo reforça a caracterização da FPA como um ator capaz de articular interesses econômicos organizados e convertê-los em ação legislativa coordenada, especialmente em temas sensíveis relacionados à política fundiária e aos direitos territoriais indígenas (Borges, 2024).

Do ponto de vista normativo, a defesa do Marco Temporal pela FPA materializou-se na aprovação de um conjunto amplo de alterações legislativas que vão além da redefinição do critério temporal para o reconhecimento das terras tradicionalmente ocupadas. A Lei nº 14.701/2023 introduziu mudanças relevantes em diplomas centrais da política indigenista, como o Estatuto do Índio e o procedimento administrativo de demarcação previsto no Decreto nº 1.775/1996, ampliando as possibilidades de exploração econômica por não indígenas, flexibilizando restrições em territórios em processo de demarcação e reabrindo a possibilidade de questionamento de limites já homologados. Essas alterações evidenciam que a disputa em torno do Marco Temporal não se restringe a uma controvérsia jurídica pontual, mas integra uma estratégia legislativa mais ampla de reconfiguração do regime de proteção territorial indígena, na qual a FPA atua como ponte entre interesses econômicos e a produção normativa do Congresso Nacional (Portela; Menezes Júnior; Silva, 2024).

A trajetória institucional da Frente Parlamentar da Agropecuária, conforme registrada nos dados oficiais da Câmara dos Deputados, evidencia de forma empírica a ampliação progressiva de sua capacidade organizativa e sua consolidação como um dos atores coletivos mais poderosos do Legislativo brasileiro. As diferentes formações da FPA ao longo das legislaturas – 2008, 2011, 2019 e 2023 – revelam não apenas sua permanência histórica, mas também um processo contínuo de expansão numérica e aperfeiçoamento de mecanismos internos de coordenação, refletindo o fortalecimento político do agronegócio nas arenas decisórias.

A primeira formação analisada, criada em 16 de abril de 2008 na 53ª Legislatura, já demonstra um grau notável de mobilização. Em menos de dois anos, acumulou 284 membros, considerando deputados e senadores, após sucessivas confirmações e inclusões documentadas entre 2008 e 2010. Esses registros indicam um crescimento orgânico da FPA, que se consolidava enquanto agrupamento suprapartidário estável com capacidade de atrair parlamentares de distintos partidos, ancorado na defesa da propriedade rural e na oposição a políticas indigenistas e ambientais consideradas “restritivas” pelo setor. O histórico documental incluiu, ainda, mudanças na coordenação – como a transição para Moreira Mendes em 2010 – evidenciando a adoção de procedimentos burocráticos internos como atas, ofícios e publicações, que revelam uma institucionalização crescente.

A reedição da FPA em 17 de março de 2011, durante a 54ª Legislatura, confirma a consolidação dessas rotinas organizacionais. No ato de registro, foram validadas 191 assinaturas de deputados e 11 de senadores, totalizando 202 parlamentares. Mais relevante do

que o número inicial é a reiteração da estrutura interna da Frente, com ofícios comunicando mudanças na mesa diretora, alterações estatutárias e sucessões na coordenação, como a posse de Homero Pereira e, posteriormente, de Luis Carlos Heinze — ambos atores centrais da articulação ruralista. Esses elementos refletem o aprofundamento da burocratização da Frente e seu funcionamento contínuo, em consonância com a expansão do IPA a partir de 2012.

A reedição da FPA no início da 55ª Legislatura (2015–2019) aprofunda o processo de institucionalização observado anteriormente, agora acompanhado de maior capacidade de incidência no processo legislativo. O registro da Frente nesse período indica uma base expressiva de adesão, com 227 parlamentares entre deputados e senadores no ato de formalização, e a consolidação de uma estrutura organizacional estável, com diretoria definida e funcionamento contínuo por meio de reuniões periódicas e articulação estratégica. Mais relevante do que a dimensão numérica é o padrão de atuação observado: a bancada ruralista passa a operar de forma coordenada no interior das comissões permanentes e na definição da agenda legislativa, especialmente na Comissão de Agricultura (CAPADR), ampliando sua capacidade de influência institucional. Estudos indicam que, nesse período, parlamentares vinculados ao agronegócio apresentaram maior propensão a ocupar posições estratégicas e a propor matérias alinhadas aos interesses do setor, evidenciando o uso articulado de recursos políticos e econômicos como base de atuação. Esse ciclo também é marcado por elevada receptividade do Congresso às pautas da FPA, com significativo grau de sucesso legislativo em matérias relacionadas à política agrícola, fundiária e regulatória. Ao mesmo tempo, a Frente mantém e aprimora sua articulação suprapartidária, reunindo parlamentares de múltiplas legendas e consolidando-se como um dos grupos de interesse mais organizados e influentes do Parlamento brasileiro.

Com a criação da FPA em 25 de fevereiro de 2019, na 56ª Legislatura, esse padrão se intensifica. A Frente inicia com 195 assinaturas de deputados e 32 de senadores, alcançando 227 membros logo em sua formação, número que se expande ao longo dos anos seguintes por meio de múltiplos ofícios de adesão entre 2019 e 2022. Sob coordenação do deputado Sérgio Souza (MDB-PR), essa formação destaca-se pela produção contínua de documentação relativa a inclusões, validações e alterações estatutárias, revelando uma organização altamente ativa. Esse período coincide com o acirramento das disputas em torno das políticas ambientais e fundiárias, no qual a bancada ruralista se afirma como polo de defesa do Marco Temporal ainda antes de sua formalização legislativa.

O ápice do processo de institucionalização ocorreu na formação criada em 28 de março de 2023, na 57ª Legislatura, sob coordenação do deputado Pedro Lupion (Republicanos-PR). Logo em sua criação, foram confirmadas 300 assinaturas de deputados e 41 de senadores, totalizando 341 parlamentares – o maior contingente já registrado, equivalente a mais de dois terços da Câmara dos Deputados. Atualmente, a FPA reúne 340 deputados federais e 41 senadores, configurando um dos maiores agrupamentos suprapartidários da história legislativa recente.

No que se refere à composição partidária, a Tabela 01 evidencia a predominância de legendas situadas no campo conservador-liberal e integrantes do chamado “bloco do agronegócio”. O Partido Liberal (PL), com 91 cadeiras (26,8%), responde isoladamente por mais de um quarto da composição da FPA. Em seguida, aparecem União Brasil (13,8%), Progressistas – PP (12,4%), PSD (10%) e Republicanos (9,4%). Em conjunto, essas cinco legendas concentram mais de 72% dos membros da Frente, evidenciando elevada coesão partidária e convergência ideológica em torno dos interesses do setor agropecuário. MDB, PSDB e PSB apresentam participações secundárias, enquanto partidos de esquerda ou centro-esquerda registram presença residual, reforçando o caráter ideologicamente homogêneo do agrupamento.

A visualização apresentada na Tabela 01 reforça o predomínio de legendas alinhadas ao agronegócio, como PL, União Brasil, PP, PSD e Republicanos, que ocupam a maioria das posições na FPA, evidenciando sua elevada densidade organizativa e capacidade de coordenação interna. Entre 2023 e 2025, observa-se intenso fluxo documental da Frente, com sucessivos ofícios relativos à inclusão de novos membros, alterações estatutárias, eleições internas e ajustes organizacionais (Dados da Câmara dos Deputados, 2023). A regularidade e diversidade desses registros indicam que a FPA opera em regime de funcionamento contínuo, capaz de incorporar parlamentares ao longo de toda a legislatura e de manter-se como estrutura central de articulação política do setor agropecuário no Congresso Nacional.

Tabela 01 - Distribuição por partido da FPA na 57ª Legislatura

Frente Parlamentar da Agropecuária - FPA

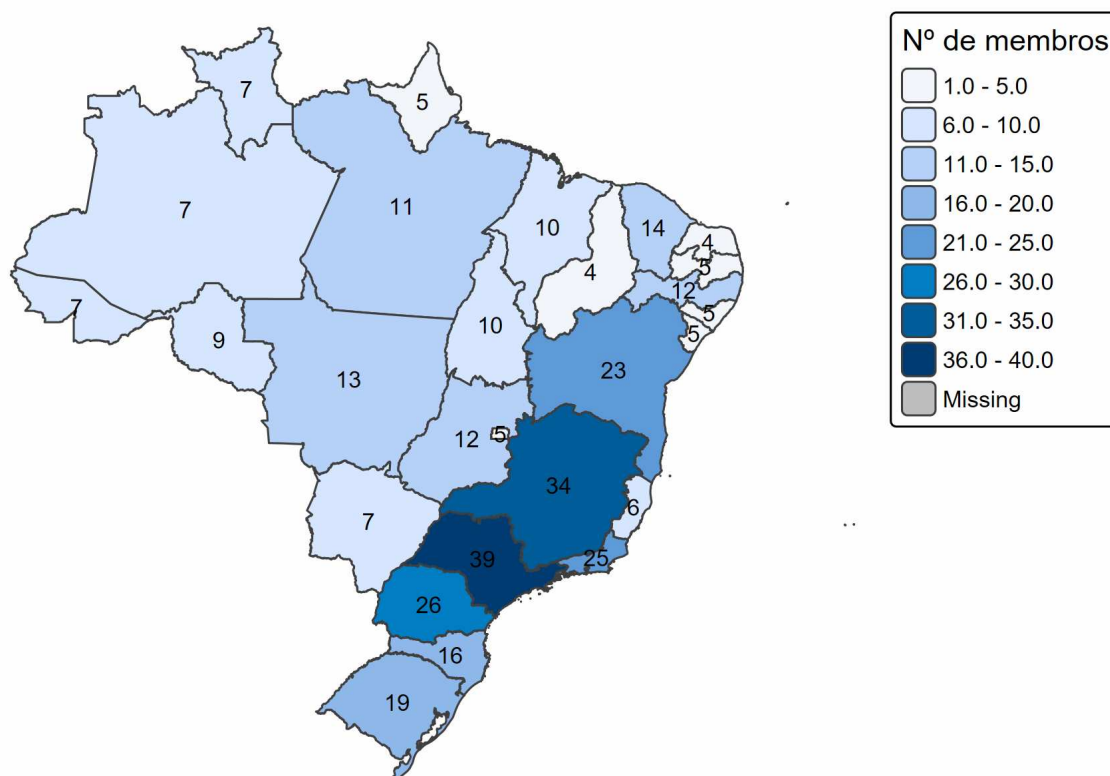
Distribuição por partido | Total: 340

Partido	Nº de cadeiras	% do total
PL	91	26.8
UNIÃO	47	13.8
PP	42	12.4
PSD	34	10.0
REPUBLICANOS	32	9.4
MDB	30	8.8
PSDB	13	3.8
PDT	9	2.6
PSB	9	2.6
PODE	8	2.4
NOVO	6	1.8
AVANTE	5	1.5
PT	5	1.5
PRD	3	0.9
CIDADANIA	2	0.6
SOLIDARIEDADE	2	0.6
PCdoB	1	0.3
PV	1	0.3

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados dos Dados Abertos da Câmara dos Deputados

A Figura 02 apresenta a distribuição territorial dos 340 membros da FPA por Unidade da Federação. Observa-se forte concentração nos estados do Sudeste e do Sul, especialmente em São Paulo (39 membros), Minas Gerais (34), Paraná (26) e Rio Grande do Sul (19), regiões que combinam elevada densidade populacional, peso significativo no PIB nacional e agroindústria altamente desenvolvida. Esses estados concentram os maiores contingentes individuais da Frente, reforçando sua centralidade no arranjo político-legislativo do agronegócio.

Figura 02 - Distribuição por Estado da FPA na 57ª Legislatura



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados dos Dados Abertos da Câmara dos Deputados.

Esse padrão regional torna-se ainda mais evidente na Tabela 02, que sintetiza a distribuição por macrorregião. O Sudeste, com 104 deputados (30,6%), emerge como eixo estruturante da representação ruralista, seguido pelo Nordeste (24,1%), Sul (17,9%), Norte (16,5%) e Centro-Oeste (10,9%). Embora o Centro-Oeste represente o núcleo histórico da fronteira agrícola moderna, sua participação relativa é menor em termos proporcionais, o que indica que a FPA deixou de ser uma bancada restrita aos estados de produção primária e consolidou-se como um bloco legislativo nacionalizado, ampliado por estados populosos e politicamente estratégicos.

Tabela 02 - Distribuição por Região da FPA na 57ª Legislatura

Frente Parlamentar da Agropecuária - FPA

Distribuição por região | Total: 340

Região	Nº de deputados	% do total
Sudeste	104	30.6
Nordeste	82	24.1
Sul	61	17.9
Norte	56	16.5
Centro-Oeste	37	10.9

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados dos Dados Abertos da Câmara dos Deputados.

Quando considerados em conjunto, esses dados indicam que a FPA não apenas se manteve ativa ao longo de quase duas décadas, mas tornou-se progressivamente maior, mais coesa e mais profissionalizada. O crescimento de 284 membros em 2008 para 341 em 2023 evidencia sua crescente capacidade de mobilização, que se converte em força político-legislativa relevante. Esse arranjo organizacional contribui para compreender como a FPA foi capaz de articular apoio significativo tanto na aprovação da PL nº 490/2007 na Câmara dos Deputados quanto na posterior derrubada do Veto nº 30/2023 à Lei nº 14.701/2023, assegurando a consolidação legislativa da tese do Marco Temporal mesmo após sua rejeição pelo Supremo Tribunal Federal. Assim, a análise das quatro formações da FPA confirma seu papel central na disputa institucional, atuando como uma das engrenagens mais relevantes de conversão de interesses econômicos organizados em ação legislativa coordenada ao longo do ciclo decisório de 2023.

Ademais, a análise das profissões declaradas pelos parlamentares integrantes da Frente Parlamentar da Agropecuária revela a predominância de formações diretamente associadas ao setor agropecuário. Conforme ilustrado na Tabela 03, observa-se elevada incidência de ocupações como agropecuarista, agricultor, pecuarista e agrônomo, além de formações técnicas correlatas. Esse padrão sugere que parcela expressiva dos membros da FPA possui inserção profissional prévia ou simultânea em atividades vinculadas à produção

rural, reforçando a proximidade socioprofissional entre os parlamentares da Frente e os segmentos econômicos que ela representa no plano legislativo.

Tabela 03 - Distribuição por profissão da FPA na 57ª Legislatura

	deputado	profissao
1	Pedro Jr	Agropecuarista
2	Rafael Simoes	Proprietário rural
3	Murillo Gouvea	Agropecuarista
4	Luciano Amaral	Pecuarista
5	Marussa Boldrin	Agrônoma
6	Rodolfo Nogueira	Pecuarista
7	Rodolfo Nogueira	Agricultor
8	Filipe Martins	Agropecuarista
9	Nelson Barbudo	Agricultor
10	Pedro Lupion	Agropecuarista
11	Da Vitoria	Agricultor
12	Covatti Filho	Agricultor
13	Luiz Nishimori	Agricultor
14	Emidinho Madeira	Agropecuarista
15	Zé Silva	Agricultor
16	Zé Silva	Agrônomo
17	Romero Rodrigues	Agrônomo
18	Arthur Lira	Agropecuarista
19	Luiz Fernando Faria	Agropecuarista
20	Lázaro Botelho	Pecuarista
21	Ana Paula Leão	Agropecuarista
22	Cobalchini	Agricultor
23	Júlio Cesar	Agricultor
24	Dilceu Sperafico	Agropecuarista

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados dos Dados Abertos da Câmara dos Deputados.

A leitura das trajetórias ocupacionais detalhadas aprofunda essa constatação ao evidenciar que os vínculos com o setor agropecuário não se limitam à formação profissional, mas se estendem ao exercício de cargos públicos e privados relacionados à política agrícola. Como demonstrado na Tabela 04, diversos parlamentares ocuparam posições em secretarias estaduais e municipais de agricultura, órgãos de extensão rural, empresas públicas e entidades voltadas ao desenvolvimento agropecuário, bem como cargos de direção em instituições privadas e associações setoriais. Essas trajetórias indicam uma circulação recorrente entre o setor produtivo e instâncias estatais de formulação e implementação de políticas agrícolas.

Tabela 04 - Ocupações dos Deputados da FPA

	deputado	profissoes	ocupacao	entidade	entidadeUF	anolnicio	anoFim
1	Márcio Honaiser	Engenheiro	Secretário Estadual	Secretaria da Agricultura, Pecuária e Pesca do Estado do Maranhão	MA	2015	2018
2	Rafael Simoes	Advogado; Proprietário rural	Presidente	Fundação de Ensino Superior Vale do Sapucaí	MG	2013	2016
3	Rafael Simoes	Advogado; Proprietário rural	Diretor	Faculdade de Direito no Sul de Minas	MG	2012	2016
4	Rafael Simoes	Advogado; Proprietário rural	Presidente	Fundação Sul Mineira de Ensino	MG	2006	2008
5	Rafael Simoes	Advogado; Proprietário rural	Professor	Faculdade de Direito do Sul de Minas	MG	1994	NA
6	Murillo Gouvea	Agropecuaria	Secretário de Governo	Prefeitura de Itaperuna	RJ	2021	2022
7	Murillo Gouvea	Agropecuaria	Secretário de Governo	Prefeitura de Itaperuna	RJ	2013	2015
8	Rodolfo Nogueira	Agricultor; Pecuarista	Presidente do PL	Partido Liberal	NA	2022	NA
9	Rodolfo Nogueira	Agricultor; Pecuarista	Gerente Internacional da Embratur	Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo	DF	2020	2022
10	Rodolfo Nogueira	Agricultor; Pecuarista	Assessor	Ministério do Meio Ambiente	DF	2019	NA
11	Rodolfo Nogueira	Agricultor; Pecuarista	Presidente do PSL	Partido Social Liberal	NA	2018	NA
12	Adriana Ventura	Administradora	Diretora Tesoureira	Alene Associação Latino Americana de Ética, Negócios e Economia	SP	2005	2007
13	Mauro Benevides Filho	Professor	Secretário Estadual	Secretaria Estadual da Fazenda	CE	2015	2015
14	Mauro Benevides Filho	Professor	Secretário Estadual	Secretaria Estadual da Fazenda	CE	2011	2011
15	Mauro Benevides Filho	Professor	Secretário Estadual	Secretaria Estadual da Fazenda	CE	2007	2007
16	Carlos Jordy	Empregado público	Garçom	Guacamole Cocina Mexicana	SC	2007	2007
17	Bibo Nunes	Comunicador; Empresário; Escritor; Jornalista	Apresentador	Canal 20 NET	RS	1997	NA
18	Ricardo Guidi	Empresário	Produtor Rural	Pessoa Física	SC	1992	NA
19	Dr. Luiz Ovando	Médico	Apresentador do Programa de Rádio intitulado "Estilo de Vida a Saúde sem Remédio"	Antiga Rádio Educação Rural	MS	2003	2005
20	Covatti Filho	Agricultor	Secretário Estadual	Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural	RS	2019	2021
21	Evair Vieira de Melo	Administrador	Diretor Presidente	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - Incaper	ES	2009	2014
22	Evair Vieira de Melo	Administrador	Secretário Municipal de Agricultura	Prefeitura Municipal	ES	2000	2008
23	Paulo Azi	Administrador; Engenheiro	Diretor de Operações	Companhia de Engenharia Rural	BA	1991	1999
24	Domingos Sávio	Médico veterinário	Produtor Rural	Fazenda Florada	MG	1978	NA
25	Giovani Cherini	Professor	Professor, Graduação e Pós-Graduação em Cooperativismo	Univates	RS	2008	2009
26	Zé Silva	Agricultor; Agrônomo; Extensionista	Secretário de Estado de Agricultura Pecuária e Abastecimento	Governo do Estado	MG	2014	2014
27	Zé Silva	Agricultor; Agrônomo; Extensionista	Secretário de Estado de Trabalho e Emprego	Governo do Estado	MG	2013	2013
28	Zé Silva	Agricultor; Agrônomo; Extensionista	Presidente	Emater	MG	2003	2010
29	Zé Silva	Agricultor; Agrônomo; Extensionista	Gerente Regional	Emater	MG	1998	2002
30	Zé Silva	Agricultor; Agrônomo; Extensionista	Extensionista Rural	Emater	MG	1989	1998

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados dos Dados Abertos da Câmara dos Deputados.

A presença significativa de cargos exercidos no interior da administração pública – como secretarias de agricultura, órgãos estaduais de fomento e instituições de assistência técnica – revela que a inserção dos membros da FPA no setor agropecuário não ocorre apenas por meio da atividade econômica direta, mas também pela ocupação de posições estratégicas no aparato estatal. Esse padrão reforça a caracterização da Frente como um ator capaz de articular interesses do agronegócio a partir de uma dupla inserção: produtiva e administrativa, o que amplia sua capacidade de influência sobre a agenda legislativa relacionada à política fundiária e territorial.

No contexto da disputa em torno do Marco Temporal, esse perfil socioprofissional assume relevância analítica ao evidenciar a afinidade estrutural entre a composição da FPA e as pautas por ela priorizadas no processo legislativo. Sem pressupor relações causais diretas, a convergência entre trajetórias profissionais vinculadas ao agronegócio, ocupações em órgãos de política agrícola e atuação parlamentar coordenada sugere um ambiente institucional favorável à defesa de propostas que reforçam o controle da terra, a segurança jurídica da propriedade rural e a contenção de avanços nos regimes de proteção territorial indígena.

4. QUADRO METODOLÓGICO

Este capítulo possui o propósito de apresentar as perguntas de pesquisa, a delimitação analítica e o desenho metodológico que orientam a investigação desta dissertação. O subcapítulo 4.1 explicita as questões centrais que orientam o estudo e define o objeto empírico analisado, especificando o tipo de comportamento político examinado, o recorte institucional adotado e o intervalo temporal considerado. A análise empírica concentra-se em dois momentos decisórios centrais no ano de 2023: (i) a votação nominal da PL nº 490/2007, realizada em 30 de maio, e (ii) a apreciação do Veto presidencial nº 30/2023, ocorrida em sessão conjunta do Congresso Nacional em 14 de dezembro. Em seguida, o subcapítulo 4.2 apresenta os objetivos da pesquisa e as hipóteses que orientam a investigação.

Na sequência, o subcapítulo 4.3 descreve o desenho metodológico geral da pesquisa, especificando a unidade de análise, o recorte temporal e as fontes de dados utilizadas. O capítulo avança, então, para a etapa quantitativa, apresentada no subcapítulo 4.4, no qual se detalham a operacionalização das variáveis (4.4.1), a estratégia analítica empregada para o exame do comportamento legislativo (4.4.2) e as principais limitações associadas a essa etapa da pesquisa (4.4.3).

A etapa qualitativa é desenvolvida no subcapítulo 4.5, dedicado à análise discursiva da atuação da Frente Parlamentar da Agropecuária. Nesse bloco, são apresentados os critérios de seleção e delimitação do corpus empírico (4.5.1), o referencial analítico adotado e a adaptação do Advocacy Coalition Framework às especificidades do caso brasileiro (4.5.2), bem como o protocolo de análise de discurso empregado (4.5.3) e as limitações inerentes a essa abordagem (4.5.4).

4.1. PROBLEMA DE PESQUISA E DELIMITAÇÃO ANALÍTICA

O artigo 231 da Constituição Federal de 1988 reconhece aos povos indígenas o direito originário sobre as terras que tradicionalmente ocupam, atribuindo à União a responsabilidade de demarcar, proteger e fazer respeitar esses territórios. Trata-se de um dispositivo que rompe com concepções assimilacionistas anteriores e afirma a anterioridade histórica e jurídica da presença indígena no território nacional, conferindo natureza declaratória – e não constitutiva – ao procedimento demarcatório (Gomes; Santos, 2024). Em complemento a esse dispositivo constitucional, o artigo 67 do Ato das Disposições

Constitucionais Transitórias (ADCT) estabeleceu o prazo de cinco anos, a contar da promulgação da Constituição, para que a União concluísse a demarcação das terras indígenas. No entanto, passadas mais de três décadas desde a promulgação da Constituição, persistem entraves estruturais à conclusão dos processos demarcatórios.

Esta pesquisa é estruturada a partir da seguinte pergunta central: Como se estruturou o comportamento de voto dos deputados federais vinculados à Frente Parlamentar da Agropecuária nos episódios decisórios centrais do Marco Temporal no Congresso Nacional em 2023?

A partir dessa questão orientadora, o estudo desdobra-se em quatro perguntas analíticas complementares:

1. Em que medida o pertencimento à Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) esteve associada à probabilidade de voto favorável ao Marco Temporal?
2. Em que medida a eleição por estados com forte presença rural esteve associada ao padrão de votação?
3. Em que medida a eleição por estados com baixa mobilização indígena esteve associada ao padrão de votação?
4. Quais recursos discursivos compartilhados pela FPA foram mobilizados para justificar e legitimar o voto?

Para fins analíticos, esta pesquisa concentra-se no comportamento legislativo dos deputados federais pertencentes à FPA, expresso por meio do voto nominal na apreciação da Proposta de Lei nº 490/2007, conhecida como Marco Temporal, realizada na Câmara dos Deputados em 30 de maio de 2023, bem como na votação referente à apreciação do Veto Presidencial nº 30/2023, ocorrida em sessão conjunta do Congresso Nacional em 14 de dezembro de 2023. O comportamento político examinado corresponde, portanto, à decisão formal de voto favorável ou contrário às matérias em plenário, consideradas em seus respectivos contextos institucionais. Outras formas de atuação legislativa associadas à tramitação da proposição, como a apresentação de emendas, pareceres em comissões ou negociações informais, não constituem objeto deste estudo, tampouco manifestações públicas desvinculadas do processo decisório formal.

Embora a unidade de análise adotada seja o parlamentar, a investigação não se restringe a uma abordagem estritamente do comportamental legislativo. A análise considera a atuação coordenada da Frente Parlamentar da Agropecuária como elemento central para a compreensão dos padrões de convergência observados na votação. Nesse sentido, levando em

consideração a atuação do Instituto Pensar Agro e de sua articulação com parlamentares e atores privados do agronegócio (Pompéia, 2023), a FPA não é tratada neste estudo como um objeto organizacional autônomo, mas como uma estrutura de coordenação política capaz de definir posições coletivas, orientar o comportamento de voto de seus membros e influenciar lideranças partidárias, inclusive em contextos de dissenso intrapartidário. Essa atuação coordenada envolve tanto mecanismos institucionais quanto estratégias de mobilização política de curto e longo prazo, direcionadas a parlamentares vinculados e não vinculados diretamente ao núcleo da bancada.

No interior de cada subsistema de política pública, os atores tendem a se agregar em coalizões de advocacia ou defesa (Sabatier; Jenkins-Smith, 1999, p. 120). Dessa forma, o comportamento analisado é situado no âmbito do subsistema de política pública agroambiental, compreendido, para os fins desta pesquisa, como a arena institucional na qual se articulam disputas legislativas envolvendo interesses do agronegócio, regulação ambiental e direitos territoriais indígenas. Essa delimitação permite circunscrever o escopo analítico do estudo à interseção específica entre essas agendas no Legislativo federal, afastando a pretensão de analisar a política ambiental ou agrária em sentido amplo.

Ademais, o foco empírico recai sobre momentos críticos de decisão legislativa, caracterizados, no primeiro caso, pela aceleração da tramitação da matéria em 30 de maio de 2023, pela realização de votação nominal em plenário da Câmara dos Deputados e pela elevação dos custos políticos associados às escolhas individuais dos parlamentares; e, no segundo, pela apreciação do Veto Presidencial nº 30/2023, em 14 de dezembro de 2023, em sessão conjunta do Congresso Nacional, contexto marcado por confronto interinstitucional entre Legislativo e Executivo e por custos políticos igualmente elevados. Conforme destacado por Borges (2024), a Proposta de Lei nº 490/2007 ocupa posição central nas disputas legislativas envolvendo a regulação de direitos territoriais indígenas e a atuação organizada da Frente Parlamentar da Agropecuária, o que contribui para elevar a saliência política desses episódios decisórios e reforça sua adequação como objeto empírico de análise.

4.2. OBJETIVOS E HIPÓTESES DA PESQUISA

O objetivo geral é analisar como fatores estruturais, institucionais e discursivos, associados à atuação da Frente Parlamentar da Agropecuária, estão associados ao padrão de votação da PL nº 490/2007 na Câmara dos Deputados, bem como o comportamento

legislativo na apreciação do Veto Presidencial nº 30/2023 em sessão conjunta do Congresso Nacional. Os fatores estruturais referem-se ao peso do agronegócio e ao nível de mobilização indígena nos estados de eleição dos parlamentares; o fator institucional diz respeito ao vínculo formal dos deputados à Frente Parlamentar da Agropecuária; e a dimensão discursiva compreende as estratégias retóricas mobilizadas pela FPA nos pronunciamentos em plenário durante o processo decisório.

De forma a operacionalizar esse objetivo geral, o estudo apresenta os seguintes objetivos específicos:

1. Examinar a relação entre o pertencimento à Frente Parlamentar da Agropecuária e a probabilidade de voto favorável à PL nº 490/2007, bem como à rejeição do Veto Presidencial nº 30/2023, a partir da análise do comportamento legislativo individual dos deputados federais nos dois momentos decisórios considerados;
2. Avaliar a influência das características estruturais dos redutos eleitorais, em particular o peso do agronegócio nos estados, sobre o padrão de votação observado em cada uma das votações analisadas;
3. Avaliar a influência das características estruturais dos redutos eleitorais, em particular o grau de mobilização indígena nos estados, sobre o padrão de votação observado em cada uma das votações analisadas;
4. Identificar e analisar os enquadramentos discursivos, argumentos e estratégias retóricas mobilizados por parlamentares vinculados à FPA, com vistas a compreender os mecanismos de justificação e legitimação do voto favorável à proposição.

A partir da pergunta central e dos objetivos delineados, a pesquisa é orientada por quatro hipóteses analíticas que buscam explicar o comportamento de voto dos deputados federais na apreciação da Proposta de Lei nº 490/2007 e na votação referente ao Veto Presidencial nº 30/2023. As hipóteses são formuladas de modo a captar diferentes dimensões explicativas do processo decisório, distinguindo-se entre fatores institucionais, estruturais e discursivos, o que permite articular abordagens quantitativas e qualitativas de forma complementar, sem confundir níveis analíticos ou estratégias metodológicas.

A primeira hipótese parte do pressuposto de que a atuação coletiva estruturada influencia o comportamento legislativo individual. H1: deputados federais vinculados à Frente Parlamentar da Agropecuária apresentam maior probabilidade de votar favoravelmente ao PL nº 490/2007, bem como de rejeitar o Veto Presidencial nº 30/2023, do que deputados não vinculados à FPA. Essa hipótese busca testar empiricamente o efeito do pertencimento

formal à FPA sobre a decisão de voto, sendo examinada por meio de análise quantitativa do comportamento legislativo individual.

A segunda hipótese parte da ideia de que características estruturais dos redutos eleitorais podem influenciar as escolhas parlamentares em votações de alta relevância política no interior da FPA. H2: deputados pertencentes à Frente Parlamentar da Agropecuária, eleitos por estados com maior peso do agronegócio na economia estadual, tendem a apresentar maior probabilidade de votar favoravelmente ao PL nº 490/2007 e de manter esse posicionamento na apreciação do Veto Presidencial nº 30/2023. Essa hipótese busca verificar se a importância econômica do agronegócio nos estados de origem dos parlamentares está associada ao seu comportamento legislativo.

Já a terceira hipótese desloca o foco para a dimensão demográfica e territorial dos redutos eleitorais. H3: deputados vinculados à FPA, eleitos por estados com menor grau de mobilização indígena, medido pela presença relativa de população indígena residente em Terras Indígenas, tendem a apresentar maior probabilidade de votar favoravelmente ao PL nº 490/2007 e de rejeitar o veto presidencial subsequente. Essa hipótese procura examinar se a configuração social e territorial dos estados também está relacionada ao padrão de votação observado nas duas ocasiões.

A quarta hipótese, de natureza discursiva, tem caráter analítico-interpretativo. H4: parlamentares vinculados à FPA mobilizam enquadramentos discursivos e estratégias retóricas convergentes para justificar e legitimar o voto favorável ao PL nº 490/2007 e a rejeição do veto presidencial. Essa proposição é examinada por meio de análise qualitativa dos discursos em plenário, com base no referencial do Advocacy Coalition Framework (ACF), buscando identificar padrões de crenças e argumentos mobilizados coletivamente.

As hipóteses formuladas nesta pesquisa refletem as dinâmicas identificadas na literatura sobre patronato rural, frentes parlamentares, lobby e advocacy. A H1, H2 e H3, testadas quantitativamente, partem do reconhecimento de que a FPA concentra sua base em redutos eleitorais rurais e em parlamentares com forte vínculo estrutural com o agronegócio, o que estão associadas a gerar maior probabilidade de alinhamento em votações estratégicas (Bruno, 2015). Já a H3, examinada qualitativamente, deriva das discussões recentes que ressaltam a tensão entre heterogeneidade e convergência no campo do agronegócio (Pompéia, 2021; Almeida, 2019; Carneiro da Cunha, 2021) além dos debates sobre a natureza híbrida da atuação dessas frentes, que combinam lobby e advocacy (Araújo; Silva, 2019) com a lógica de crenças hierarquizadas descritas pelo Advocacy Coalition Framework (Araújo, 2007).

Testar essas hipóteses é, portanto, fundamental para compreender não apenas a dimensão estrutural do poder da bancada ruralista, mas também os mecanismos por meio dos quais essa coordenação se traduz em padrões observáveis de comportamento legislativo e em estratégias discursivas de legitimação no processo decisório.

4.3. DESENHO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Nas últimas décadas, os debates metodológicos passaram a ocupar lugar central na Ciência Política, especialmente em reação à crescente predominância de abordagens quantitativas tanto nas principais publicações da área quanto na formação acadêmica. Críticas como as de Sartori (2005) chamaram atenção para a progressiva hegemonia de métodos quantitativos em periódicos de referência, enquanto estudos empíricos apontaram a concentração do ensino metodológico em técnicas estatísticas nos programas de pós-graduação, em detrimento de abordagens qualitativas e de reflexões sobre desenho de pesquisa (Schwartz-Shea, 2003; Barth, Bennett e Rutherford, 2003; Parker, 2010). Esse diagnóstico contribuiu para o surgimento de movimentos de contestação no interior da disciplina, como o chamado Perestroika Movement, que passou a questionar a predominância da escolha racional, da modelagem formal e de métodos quantitativos na produção e na formação em Ciência Política, defendendo maior pluralismo metodológico e epistemológico (Oliveira e Nicolau, 2012). No contexto brasileiro, evidências semelhantes indicam a prevalência do ensino de métodos estatísticos nos programas da área, reforçando a relevância de estratégias de pesquisa que articulem diferentes abordagens metodológicas de forma complementar.

Dessa forma, a metodologia adotada fundamenta-se em uma abordagem mista, combinando análise quantitativa e qualitativa para examinar a influência do poder estrutural do agronegócio, das estratégias de lobby e das narrativas políticas da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) sobre a votação da Proposta de Lei nº 490/2007 (Marco Temporal) na Câmara dos Deputados, em 2023. A pesquisa adota um desenho de métodos mistos do tipo explanatório, conforme a tipologia proposta por Souza e Kerbauy (2017), no qual a etapa quantitativa é empregada para identificar padrões e associações no comportamento de voto dos deputados federais, enquanto a etapa qualitativa subsequente tem por objetivo explicar e interpretar esses resultados a partir da análise discursiva da atuação da FPA. Trata-se,

portanto, de um desenho sequencial, em que os métodos são articulados de forma complementar e não simultânea.

A unidade de análise adotada nesta pesquisa é o deputado federal, considerando-se o comportamento de voto expresso na votação do Marco Temporal e na apreciação do Veto Presidencial nº 30/2023. Esse recorte temporal é relevante porque concentra as fases decisivas do processo legislativo, marcadas, no primeiro momento, por intensa articulação política e pela adoção de estratégias de urgência na Câmara dos Deputados, e, no segundo, por confronto interinstitucional na sessão conjunta do Congresso Nacional, permitindo observar a atuação coordenada da FPA em contextos institucionais distintos. Além disso, esses episódios não podem ser compreendidos isoladamente: inserem-se em um cenário mais amplo de mudanças estruturais no subsistema de política ambiental brasileiro após 2019, quando uma coalizão favorável à flexibilização regulatória e à expansão do agronegócio consolidou-se como dominante, promovendo desregulação e enfraquecimento institucional (Capelari et al., 2020). Nesse cenário, a aprovação do Marco Temporal e a posterior rejeição do veto presidencial ilustram a capacidade dessa coalizão de converter recursos estruturais e simbólicos em vitórias legislativas, mesmo diante de decisões contrárias do STF.

No que se refere às fontes de dados e à operacionalização das variáveis, a etapa quantitativa baseia-se, inicialmente, nos registros oficiais de voto nominal dos deputados federais, obtidos a partir da Câmara dos Deputados, que constituem a variável dependente da análise. Como variáveis independentes de natureza, são mobilizados indicadores socioeconômicos e territoriais dos estados de eleição dos parlamentares, com destaque para o peso do agronegócio na economia estadual, mensurado por meio da proporção de empregados no setor agropecuário e da participação do PIB agropecuário estadual, bem como para o grau de mobilização indígena, operacionalizado a partir do número de terras indígenas demarcadas e da proporção da população indígena residente em cada estado. Esses dados são provenientes de bases públicas oficiais, como RAIS/CNAE, IBGE e Censo Agropecuário, e são analisados por meio de estatística descritiva e regressão logística, de modo a testar a hipótese relacionada ao impacto de fatores estruturais sobre o comportamento de voto (H2). No plano do poder instrumental, o pertencimento formal à Frente Parlamentar da Agropecuária é operacionalizado como variável binária, a partir da lista oficial da FPA, permitindo avaliar sua associação com a probabilidade de voto favorável à proposição legislativa (H1).

A etapa qualitativa utiliza como fonte exclusiva os pronunciamentos parlamentares proferidos em plenário durante o processo decisório, coletados a partir do Diário da Câmara

dos Deputados. A opção por essa fonte decorre de seu caráter institucional, público e sistemático, assegurando homogeneidade ao corpus empírico e reduzindo riscos de viés de seleção associados à utilização de materiais heterogêneos. Esses registros constituem a base para a análise discursiva da atuação da Frente Parlamentar da Agropecuária, permitindo examinar os enquadramentos argumentativos e as estratégias retóricas mobilizadas em arena decisória formal. A análise é orientada por categorias inspiradas no Advocacy Coalition Framework, como crenças do núcleo duro, do núcleo de políticas e crenças secundárias, operacionalizadas por meio da identificação de conceitos-chave recorrentes, bem como pela identificação de enquadramentos discursivos predominantes de natureza econômica, jurídica, ambiental ou identitária.

4.4. ETAPA QUANTITATIVA: ANÁLISE DO COMPORTAMENTO LEGISLATIVO

4.4.1. OPERACIONALIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS

A etapa quantitativa da pesquisa tem como objetivo analisar o comportamento legislativo dos deputados federais na votação da Proposta de Lei nº 490/2007 e na apreciação do Veto Presidencial nº 30/2023, a partir da operacionalização de variáveis que representem, de forma analiticamente consistente, os fatores institucionais e estruturais mobilizados nas hipóteses H1 e H2.

A variável dependente corresponde ao voto do parlamentar nas referidas apreciação em plenário, sendo operacionalizada de forma binária em cada um dos momentos decisórios. No caso da votação da PL nº 490/2007, o valor 1 indica voto favorável à proposição, enquanto o valor 0 agrega voto contrário, abstenção, obstrução ou ausência. No caso da apreciação do veto presidencial, o valor 1 indica voto pela rejeição do veto – implicando a manutenção do conteúdo aprovado anteriormente – e o valor 0 agrega voto pela manutenção do veto, abstenção, obstrução ou ausência. A opção pela codificação binária fundamenta-se no entendimento de que, em votações nominiais de alta saliência política, o posicionamento favorável ou contrário ao conteúdo substantivo da matéria constitui a distinção analiticamente mais relevante para captar o alinhamento do parlamentar à proposta em disputa. A agregação das demais categorias no valor 0 reflete a interpretação de que tais comportamentos, embora distintos do ponto de vista procedimental, expressam, no contexto analisado, a não adesão ao conteúdo da proposição.

As variáveis independentes são definidas como proxies empíricas de dimensões teóricas centrais à explicação do comportamento legislativo analisado. O pertencimento à Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) é operacionalizado como uma variável dicotômica, indicando se o deputado integra formalmente a bancada no período da votação. A identificação dos membros baseia-se na lista oficial de parlamentares vinculados à FPA, divulgada pela Câmara dos Deputados¹⁶. Essa variável busca capturar a dimensão institucional-organizacional da atuação da bancada ruralista, funcionando como indicador da inserção do parlamentar em uma estrutura suprapartidária de coordenação política, mobilização coletiva e definição de posições comuns.

O peso do agronegócio no reduto eleitoral é operacionalizado a partir de indicadores socioeconômicos estaduais que refletem a centralidade do setor agropecuário na economia local. Especificamente, utiliza-se a participação do PIB agropecuário no PIB estadual, com base em dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/CNAE) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa variável é interpretada como proxy das bases materiais e produtivas associadas aos interesses representados pela FPA, permitindo avaliar em que medida a dependência econômica do agronegócio nos estados de eleição condiciona o comportamento de voto dos parlamentares em matérias de alta saliência territorial.

A mobilização indígena é mensurada por meio de indicadores demográficos e territoriais que expressam a presença e a relevância política dos povos indígenas nos estados. Para tanto, são utilizados a proporção da população indígena residente e o número de terras indígenas demarcadas em cada unidade da federação, conforme dados do Censo Demográfico do IBGE 2022¹⁷. Essa variável funciona como proxy de potenciais constrangimentos sociais, políticos e simbólicos ao apoio parlamentar à proposição, captando contextos nos quais a redistribuição de direitos territoriais indígenas tende a gerar maior custo político para os representantes eleitos.

Além dessas variáveis centrais, a análise incorpora variáveis de controle com o objetivo de reduzir o risco de viés decorrente da omissão de fatores relevantes. São incluídos controles relacionados à filiação partidária e à orientação ideológica dos parlamentares,

¹⁶CÂMARA DOS DEPUTADOS. Dados Abertos - API. Disponível em: <https://dadosabertos.camara.leg.br/swagger/api.html?tab=staticfile>

¹⁷INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA: base de dados. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102018>

classificados em blocos de esquerda, centro e direita, considerando que partidos e clivagens ideológicas podem influenciar o comportamento de voto de forma independente das dimensões institucionais e territoriais analisadas. Inclui-se, ainda, o controle por região geográfica (UF), de modo a captar eventuais efeitos contextuais associados a padrões regionais de representação política, estrutura econômica e conflitos territoriais.

4.4.2. *ESTRATÉGIA ANALÍTICA*

A análise quantitativa do comportamento legislativo foi realizada no ambiente RStudio, utilizando a linguagem estatística R. O uso desse ambiente permitiu a integração entre tratamento dos dados, aplicação de testes estatísticos, estimação de modelos multivariados e produção de visualizações gráficas, assegurando transparência, reprodutibilidade e consistência analítica.

A estratégia adotada é sequencial e cumulativa, combinando estatística descritiva, testes bivariados de associação e modelos de regressão logística, com o objetivo de testar empiricamente as hipóteses H1, H2 e H3. A regressão logística é amplamente empregada em estudos sobre comportamento legislativo e votação parlamentar por ser adequada à modelagem de decisões binárias em contextos de escolha política individual, permitindo estimar tanto a direção e a magnitude dos efeitos das variáveis explicativas quanto probabilidades condicionais de voto (Aldrich & Nelson, 1984; Long & Freese, 2014).

Inicialmente, os dados de votação nominal foram filtrados para as deliberações específicas da Proposta de Lei nº 490/2007, realizada em 30 de maio de 2023 na Câmara dos Deputados, e da apreciação do Veto Presidencial nº 30/2023, ocorrida em 14 de dezembro de 2023 em sessão conjunta do Congresso Nacional. No caso da PL nº 490/2007, os registros foram obtidos a partir do identificador oficial da votação disponibilizado pela Câmara dos Deputados. Já no caso do veto presidencial, os dados foram extraídos do boletim nominal em formato PDF disponibilizado pelo Congresso Nacional, sendo o conteúdo convertido em texto por meio de ferramenta de leitura automatizada e posteriormente estruturado em base tabular a partir da identificação padronizada dos registros individuais de votação (nome parlamentar, partido, unidade da federação e voto). Considerando que a sessão conjunta inclui votos de deputados e senadores, os registros foram filtrados de modo a reter exclusivamente os deputados federais, preservando a unidade de análise adotada nesta pesquisa.

A variável dependente, correspondente ao voto do parlamentar, foi operacionalizada de forma binária em ambas as votações. Na deliberação da PL nº 490/2007, o valor 1 indica voto favorável à proposição (“Sim”), enquanto o valor 0 corresponde ao voto contrário (“Não”), sendo excluídas da modelagem as categorias residuais (abstenção, obstrução ou ausência), de modo a restringir a análise às decisões substantivas de apoio ou rejeição à matéria. Na apreciação do veto presidencial, considerando que a rejeição do veto implica a manutenção do conteúdo aprovado anteriormente, o voto “Não” foi operacionalizado como posição pró-Marco Temporal (valor 1), enquanto o voto “Sim” foi interpretado como posição anti-Marco Temporal (valor 0). Registros correspondentes a abstenções e outras categorias residuais foram excluídos da modelagem, de modo a preservar a comparabilidade entre decisões substantivas de apoio e rejeição ao conteúdo normativo em disputa. A opção pela codificação binária fundamenta-se no entendimento de que, em votações nominais de alta saliência política, a distinção analiticamente mais relevante reside no alinhamento ou não alinhamento ao conteúdo substantivo da matéria.

Como etapa preliminar, foram produzidas tabelas de contingência cruzando o voto nominal com o pertencimento formal à Frente Parlamentar da Agropecuária. Essas tabelas permitiram a comparação direta das proporções de voto entre deputados vinculados e não vinculados à FPA em ambos os momentos decisórios. A significância estatística da associação entre essas variáveis foi avaliada por meio do teste qui-quadrado de Pearson e, de forma complementar, pelo teste exato de Fisher, utilizado como verificação de robustez em matrizes 2x2. Esses testes fornecem evidência inicial sobre a existência de associação sistemática entre pertencimento à FPA e comportamento de voto tanto na aprovação da proposição quanto na apreciação do veto presidencial.

Na sequência, a análise avançou para a estimação de modelos de regressão logística binária, técnica adequada quando a variável dependente assume apenas dois valores possíveis. A regressão logística permite estimar a probabilidade de voto favorável ao conteúdo do Marco Temporal em função de um conjunto de variáveis explicativas, permitindo estimar a probabilidade de voto favorável em função das variáveis explicativas consideradas em cada hipótese. O primeiro modelo estimado tem como variável explicativa central o pertencimento à FPA, sendo voltado ao teste da hipótese H1 nos dois episódios analisados. Os coeficientes foram interpretados por meio de odds ratios, acompanhados de intervalos de confiança de 95%, o que possibilita avaliar tanto a direção quanto a magnitude do efeito institucional

associado à inserção do parlamentar na bancada ruralista, bem como sua estabilidade em diferentes contextos decisórios.

Para o teste das hipóteses H2 e H3, a análise foi conduzida exclusivamente entre os deputados formalmente vinculados à Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), de modo a examinar variações internas à coalizão. Foram estimados modelos de regressão logística binária separados para cada evento decisório – a votação da PL nº 490/2007 e a apreciação do Veto Presidencial nº 30/2023 – tendo como variável dependente o voto pró-Marco Temporal. A hipótese H2 foi testada por meio da inclusão da variável correspondente à participação do agronegócio no PIB estadual, enquanto a hipótese H3 foi avaliada a partir da proporção de população indígena residente em Terras Indígenas no estado de origem do parlamentar. Além dos modelos estimados separadamente para cada variável explicativa, foi estimado um modelo conjunto como verificação de robustez, permitindo observar o comportamento dos coeficientes quando considerados simultaneamente.

Os coeficientes foram apresentados na forma de odds ratios, acompanhados de intervalos de confiança, e as inferências estatísticas foram baseadas em erros-padrão robustos clusterizados por unidade da federação, considerando que as variáveis estruturais são medidas em nível estadual. Complementarmente, foram calculadas probabilidades previstas ao longo da variação observada de cada variável explicativa, e os resultados foram apresentados por meio de gráficos, com o objetivo de traduzir os efeitos estimados em termos substantivos mais intuitivos. Por fim, foram realizadas verificações de consistência dos dados, incluindo a checagem da correspondência entre parlamentares e votos em cada evento e a comparação entre os resultados dos modelos separados e do modelo conjunto. Esses procedimentos asseguram coerência entre a especificação teórica das hipóteses e a estratégia empírica adotada.

4.5. ETAPA QUALITATIVA: ANÁLISE DISCURSIVA DA ATUAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA

A análise discursiva fundamenta-se em categorias analíticas inspiradas no Advocacy Coalition Framework (ACF), mobilizado como referencial para a identificação de padrões de crenças, enquadramentos interpretativos e argumentos compartilhados por atores políticos que atuam de forma coordenada no interior de subsistemas de políticas públicas. A escolha do ACF justifica-se por sua ênfase na dimensão cognitiva e discursiva da ação política, bem

como por sua adequação à análise de coalizões que articulam interesses heterogêneos em torno de agendas comuns, particularmente em contextos de conflito distributivo e elevada saliência política.

Cumprе destacar que o ACF não é aplicado de forma integral neste estudo. O framework é utilizado de maneira adaptada e instrumental, como recurso heurístico destinado a orientar a construção das categorias analíticas e a interpretação dos discursos parlamentares, sem a pretensão de reproduzir integralmente seus pressupostos teóricos ou requisitos empíricos. Essa opção metodológica decorre tanto das especificidades do objeto analisado quanto do recorte adotado, centrado em um episódio decisório delimitado no âmbito do Poder Legislativo federal.

As categorias analíticas empregadas na análise discursiva foram definidas de modo operacional, a partir do diálogo entre a literatura associada ao ACF e a problemática empírica desta pesquisa, contemplando dimensões como enquadramentos interpretativos recorrentes, argumentos centrais mobilizados no debate e estratégias retóricas utilizadas para justificar e legitimar posições políticas. Reconhecem-se, contudo, os limites do ACF para a análise do contexto brasileiro, especialmente diante da elevada fluidez das coalizões parlamentares e da centralidade de frentes suprapartidárias como a Frente Parlamentar da Agropecuária, características que exigem cautela na transposição direta do modelo e reforçam a necessidade de sua adaptação analítica.

4.5.1. O ADVOCACY COALITION FRAMEWORK

O Advocacy Coalition Framework (ACF), desenvolvido por Paul Sabatier e Hank Jenkins-Smith nos anos 1980, constitui-se em um quadro de análise que tem como proposta uma plataforma de pesquisa compartilhada que confere aos analistas a possibilidade de trabalhar com diversas teorias simultaneamente, permitindo descrever, explicar e, em alguns casos, prever fenômenos em diferentes contextos (Jenkins-Smith, Nohrstedt, Weible, & Sabatier, 2014). Esse modelo compreende o processo de formulação de políticas públicas como resultado da interação competitiva entre diferentes coalizões¹⁸ de atores, inseridas em subsistemas específicos de política.

¹⁸Abordadas como agrupamentos informais de atores, cada qual com um conjunto diferenciado de crenças direcionadas à questão de política pública em foco e atuação coordenada ao longo do tempo, no sentido de influenciar as decisões governamentais, ou melhor, de defender a transformação de suas crenças em decisões e resultados concretos.

A unidade central de análise é o subsistema de políticas públicas, no qual diferentes atores governamentais e não governamentais, tanto do setor público quanto do privado, compartilham envolvimento contínuo e interesse ativo em torno de uma determinada questão pública. Eles se organizam em coalizões de defesa baseadas em sistemas de crenças compartilhados (*deep core* - núcleo duro -, *policy core* - núcleo de políticas - e *secondary beliefs* - crenças secundárias). Essas coalizões disputam a formulação e implementação de políticas, valendo-se de recursos como autoridade legal, informação técnica, mobilização de apoiadores, recursos financeiros e liderança estratégica. Assim sendo, esse modelo (Faria, 2003) busca explicar padrões de mudança nas políticas públicas em um mundo cada vez mais globalizado e marcado pela incerteza e, para tanto, lida com a interação entre coalizões formadas por atores que compartilham crenças e com os eventos externos que impactam o subsistema.

O ACF é um dos frameworks mais utilizados para explicar mudanças em políticas públicas com alto grau de competição e rivalidade (Weible & Ingold, 2018). No Brasil, já tem sido aplicado com destaque na política ambiental (Capelari, Araújo, & Calmon, 2015; Weible, Heikkilä, Ingold, & Fischer, 2016), sendo identificadas quatro coalizões de advocacia: (i) tecnocratas esclarecidos; (ii) socioambientalistas; (iii) desenvolvimentistas modernos; e (iv) desenvolvimentistas tradicionais (Araújo, 2007, p. 257).

O primeiro grupo, dos tecnocratas esclarecidos, é caracterizado pela centralidade da preservação dos recursos naturais como objetivo prioritário da política ambiental. Essa orientação enfatiza a atuação de um Estado forte, dotado de capacidade técnica e regulatória, capaz de impor limites claros ao uso dos recursos naturais por meio de instrumentos normativos e de comando e controle. A tomada de decisão tende a ser concebida como um processo centralizado, no qual o conhecimento técnico-científico ocupa posição privilegiada, sendo considerado elemento fundamental para a formulação de políticas eficazes. Nesse sentido, há uma valorização das unidades de conservação de proteção integral e uma concepção segundo a qual a regulação ambiental deve preceder considerações econômicas ou distributivas.

O segundo conjunto de crenças corresponde aos socioambientalistas, cuja visão busca conciliar preservação ambiental e justiça social. Diferentemente da abordagem tecnocrática, essa orientação atribui grande importância à participação democrática, à descentralização das decisões e ao envolvimento de atores locais nos processos decisórios. O conhecimento tradicional e os aspectos culturais das populações locais são reconhecidos

como componentes legítimos e relevantes da política ambiental, ao lado do saber técnico-científico. Essa perspectiva enfatiza a defesa dos direitos de povos e comunidades tradicionais, bem como a atuação integrada entre diferentes níveis de governo. No que se refere aos instrumentos de política, há valorização do equilíbrio entre unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável, considerando as especificidades regionais e territoriais como elementos centrais para a eficácia das políticas ambientais.

O terceiro grupo, identificado como desenvolvimentistas modernos, apresenta uma visão que incorpora preocupações ambientais, mas as subordina a uma lógica de uso sustentável dos recursos naturais orientada pelo mercado. Nessa perspectiva, o Estado deve desempenhar um papel mais limitado, atuando principalmente como regulador indireto e facilitador de iniciativas privadas. O conhecimento técnico-científico é valorizado, muitas vezes combinado com saberes tradicionais, desde que compatíveis com objetivos econômicos. Há preferência por instrumentos econômicos de política ambiental, como incentivos, mecanismos de mercado e soluções baseadas na participação do setor privado. As unidades de conservação de uso sustentável tendem a ser priorizadas, em detrimento de áreas de proteção integral, sob a justificativa de compatibilizar conservação e exploração econômica.

Por fim, os desenvolvimentistas tradicionais sustentam uma visão utilitarista dos recursos naturais, concebidos primordialmente como insumos para o crescimento econômico. Nessa orientação, o Estado assume papel ativo no fomento às iniciativas privadas voltadas ao desenvolvimento, com menor ênfase à regulação ambiental. Aspectos culturais e ambientais são frequentemente tratados de forma instrumental ou secundária, e o conhecimento técnico-científico tende a ser desvalorizado quando percebido como obstáculo à expansão econômica. A descentralização das decisões é defendida principalmente em favor de estados e municípios no que diz respeito à exploração de recursos naturais, enquanto a União concentra decisões relacionadas à política econômica. Esse conjunto de crenças manifesta oposição explícita a instrumentos restritivos de política ambiental e às unidades de conservação, especialmente quando estas limitam atividades produtivas.

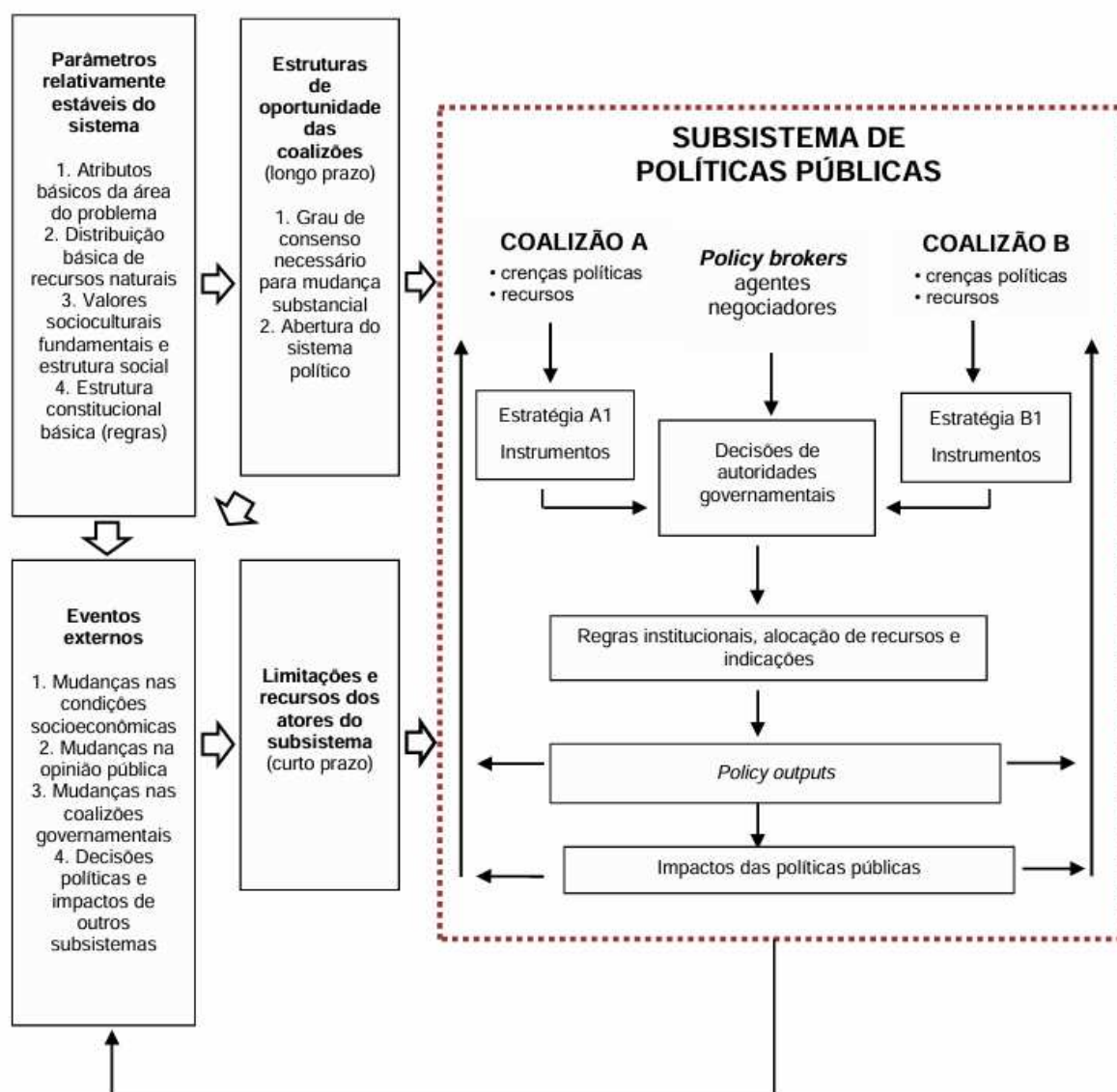
O caso da Frente Parlamentar da Agropecuária pode ser compreendido, à luz do Advocacy Coalition Framework (ACF), como a expressão de uma coalizão desenvolvimentista tradicional atualmente dominante no subsistema de política ambiental brasileiro. Trata-se de uma coalizão suprapartidária e fortemente institucionalizada, que articula de maneira integrada diferentes tipos de recursos: recursos materiais, como a infraestrutura técnica e financeira do Instituto Pensar Agropecuária; recursos políticos,

expressos no controle da bancada ruralista no Congresso Nacional e na capacidade de influenciar lideranças partidárias; e recursos simbólicos, mobilizados por meio de discursos de soberania nacional, desenvolvimento econômico e crítica à regulação ambiental.

Esses recursos permitem à coalizão converter um sistema de crenças caracterizado por uma visão utilitarista dos recursos naturais, pela defesa da descentralização decisória e pela oposição a instrumentos restritivos de política ambiental em estratégias coordenadas de lobby, advocacy e argumentação legislativa. O ACF oferece, assim, um arcabouço analítico adequado para compreender como a Frente Parlamentar da Agropecuária transforma divergências setoriais internas em coesão política no processo decisório, consolidando sua influência por meio da ocupação de posições estratégicas no Legislativo e da construção de enquadramentos discursivos capazes de legitimar suas posições mesmo em contextos de contestação institucional e social.

Para Sabatier e Jenkins-Smith (1999), o Advocacy Coalition Framework tem como base cinco premissas centrais. A primeira diz respeito ao papel estratégico da informação técnica e do conhecimento especializado nos processos de formulação e mudança de políticas públicas, reconhecendo que disputas políticas são também disputas interpretativas sobre evidências e diagnósticos. A segunda premissa sustenta que a análise de mudanças em políticas públicas exige uma perspectiva temporal ampliada, geralmente superior a uma década, de modo a captar transformações graduais, aprendizados institucionais e realinhamentos entre atores. A terceira estabelece o subsistema de política pública como a unidade analítica mais adequada, compreendido como a arena em que interagem atores interessados de forma contínua em uma determinada temática. A quarta premissa enfatiza que esses subsistemas são compostos por um conjunto amplo e heterogêneo de atores, que inclui representantes dos poderes Executivo e Legislativo em diferentes níveis de governo, bem como burocratas, especialistas, pesquisadores, organizações da sociedade civil, consultores e formadores de opinião. Por fim, a quinta premissa concebe políticas públicas e programas governamentais como expressões de sistemas de crenças, na medida em que incorporam visões normativas e causais sobre problemas públicos e sobre os meios considerados legítimos e eficazes para enfrentá-los. O diagrama do framework resultado das atualizações até a última versão apresentada por Jenkins-Smith et al. (2014) é reproduzida na figura 3.

Figura 03 - Diagrama do ACF



Fonte: Sabatier e Weible (2007, p. 202); Sabatier, Weible e McQueen (2009, p. 123); Suely Araújo (2013, p.15)

O primeiro bloco à esquerda do modelo, referente aos parâmetros relativamente estáveis, compreende um conjunto de variáveis de natureza estrutural que operam tanto no interior quanto no entorno do subsistema de política pública. Trata-se de fatores associados ao regime institucional mais amplo - como arranjos legais, padrões históricos de propriedade, valores sociais dominantes e características estruturais da economia - que tendem a apresentar baixa variação no curto prazo, mas condicionam de maneira decisiva a dinâmica do conflito político no subsistema analisado.

O segundo bloco à esquerda, na parte de baixo, refere-se aos eventos externos ao subsistema, compreendidos como mudanças conjunturais que introduzem oportunidades e restrições à atuação dos atores envolvidos na política pública. Esses eventos constituem os

fatores mais dinâmicos do arcabouço analítico do ACF e são frequentemente associados à ocorrência de mudanças substantivas na política (*major policy change*), na medida em que podem alterar de forma relativamente rápida o equilíbrio de forças no interior do subsistema. Sua importância decorre, sobretudo, do fato de escaparem ao controle direto dos atores, funcionando como choques exógenos capazes de reforçar determinadas crenças e enfraquecer outras, reconfigurando temporariamente ou de maneira duradoura a lógica da disputa política (Sabatier & Jenkins-Smith, 1993). Jenkins-Smith et al. (2014) identificam esses aspectos sistêmicos e conjunturais, entre esses eventos, transformações nas condições socioeconômicas, mudanças na opinião pública, alterações na composição das coalizões governamentais e dinâmicas provenientes de outros subsistemas de política pública.

O impacto desses eventos externos sobre o subsistema não é automático, sendo mediado pelos recursos e restrições disponíveis aos atores no curto e no longo prazo. Esses fatores moduladores dizem respeito às capacidades efetivas que os atores possuem para responder às mudanças conjunturais e transformar oportunidades em influência política concreta. Para além dos recursos estritamente financeiros, Sabatier e Weible (2009) destacam um conjunto mais amplo de recursos relevantes, incluindo a autoridade formal para tomada de decisões, a capacidade de moldar a opinião pública, o controle e a produção de informação especializada, o potencial de mobilização política, a disponibilidade de recursos materiais e a presença de lideranças capazes de articular estratégias e coordenar ações coletivas. A combinação desses recursos condiciona a capacidade das coalizões de absorver choques externos e direcionar processos de mudança ou de manutenção da política pública.

O segundo elemento modulador do modelo refere-se às estruturas de oportunidade de longo prazo, que dizem respeito ao contexto institucional e político mais amplo no qual as coalizões de advocacia atuam. Essas estruturas exercem função mediadora entre os parâmetros relativamente estáveis do sistema e a dinâmica interna do subsistema de política pública, condicionando tanto os recursos disponíveis quanto às estratégias adotadas pelos atores.

A incorporação desse componente ao ACF ocorreu a partir da revisão proposta por Sabatier e Weible em 2007, em resposta a críticas que apontavam o framework como excessivamente dependente das características do pluralismo norte-americano, marcado por elevada fragmentação de atores e ampla abertura política. Com essa reformulação, os autores buscaram ampliar a aplicabilidade do ACF a contextos institucionais distintos, inclusive aqueles com maior concentração de poder ou menor permeabilidade à contestação. Nesse

sentido, são identificados três fatores centrais que moldam o comportamento e a capacidade de influência das coalizões ao longo do tempo: (i) o grau de consenso institucional exigido para a promoção de mudanças amplas na política pública; (ii) o nível de abertura do sistema político à participação e ao conflito; e (iii) a presença de clivagens sociais sobrepostas, que podem reforçar ou atenuar a polarização entre coalizões concorrentes.

As coalizões de advocacia são sustentadas por sistemas de crenças compartilhadas, organizados de forma hierárquica em três níveis analíticos (Jenkins-Smith et al., 2014). No nível mais profundo encontra-se o núcleo duro (*deep core*), composto por crenças normativas fundamentais e altamente estáveis, como concepções sobre o papel do Estado, a natureza da propriedade, a liberdade individual e a relação entre sociedade e natureza. Por serem crenças de caráter axiológico, elas são pouco suscetíveis a processos de aprendizagem e tendem a permanecer inalteradas por longos períodos de tempo (Fonseca, 2017).

Em um nível intermediário situa-se o núcleo de políticas (*policy core*), que reúne crenças estratégicas sobre a definição dos problemas públicos, suas causas centrais e os instrumentos considerados legítimos e eficazes para a intervenção estatal. Embora essas crenças sejam mais flexíveis do que aquelas do *deep core*, elas ainda apresentam elevada resistência à mudança, uma vez que estruturam a orientação geral da atuação política das coalizões (Araújo, 2007).

Por fim, as crenças secundárias correspondem ao nível mais instrumental e contingente do sistema de crenças, estando associadas à implementação de políticas públicas em contextos específicos, ao desenho de programas, à escolha de procedimentos e à adaptação tática às condições conjunturais. Por seu caráter operacional, essas crenças são mais suscetíveis a revisões e ajustes ao longo do tempo, funcionando como os meios pelos quais as coalizões buscam concretizar os objetivos derivados de seu *policy core* (Fonseca, 2017).

A capacidade de atuação das coalizões no interior do subsistema é condicionada, ainda, pela mobilização diferenciada de recursos políticos, institucionais e simbólicos, tais como autoridade legal, apoio da opinião pública, produção e controle de informações técnicas, recursos financeiros e redes de apoio político, os quais influenciam sua posição relativa nas disputas pela condução da política pública.

4.5.2. COLETA DE DADOS

O corpus da análise qualitativa é constituído por discursos parlamentares proferidos no plenário da Câmara dos Deputados durante a apreciação da Proposta Legislativa nº 490/2007, conforme registrados no Diário da Câmara dos Deputados. Foram incluídas as manifestações de deputados federais formalmente vinculados à Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), cuja identificação foi realizada a partir da lista oficial de membros disponibilizada em base de dados públicos no site da Câmara dos Deputados, que se pronunciaram sobre a proposição no contexto do processo decisório analisado, no período compreendido entre 24 de maio de 2023, data da aprovação do regime de urgência da PL nº 490/2007, e 1º de junho de 2023, momento imediatamente posterior à votação em plenário.

Esse recorte temporal foi definido com o objetivo de captar o debate parlamentar em sua fase de maior saliência política, caracterizada pela aceleração da tramitação da matéria, pela intensificação das disputas argumentativas e pela elevação dos custos políticos associados às posições assumidas em plenário. Foram excluídas intervenções de caráter estritamente procedimental, comunicações sem conteúdo substantivo relacionado à proposição e manifestações proferidas fora do intervalo decisório delimitado. Os discursos analisados foram obtidos no site oficial da Câmara dos Deputados, na seção “Notas Taquigráficas”, em formato PDF.

Durante o processo de construção do corpus, constatou-se que a sessão do Congresso Nacional realizada em 26 de maio de 2023 não produziu manifestações parlamentares compatíveis com os objetivos analíticos desta pesquisa. Trata-se de uma Sessão Solene não deliberativa, convocada para a comemoração do Dia Nacional do Líder Comunitário, cujo conteúdo se concentrou predominantemente em homenagens, pronunciamentos protocolares e falas de autoridades convidadas e representantes da sociedade civil. Ainda que parlamentares tenham presidido a sessão e participado pontualmente das intervenções, as falas proferidas apresentaram caráter essencialmente celebratório e institucional, dissociado de disputas argumentativas, posicionamentos programáticos ou controvérsias legislativas substantivas. Dessa forma, sua exclusão do corpus não constitui lacuna empírica, mas decorre diretamente da natureza excepcional da sessão, reforçando a coerência metodológica do estudo ao restringir a análise a documentos com efetiva densidade discursiva e relevância política.

A seleção dos discursos, apresentada na Tabela 5 (Apêndice A), obedeceu a três critérios centrais: (i) relevância política, contemplando líderes da FPA, o relator da proposição e parlamentares reconhecidos como porta-vozes da bancada durante o debate; (ii) representatividade partidária, assegurando a inclusão de diferentes legendas que compõem a

FPA; e (iii) aderência substantiva à tese do Marco Temporal, identificada a partir de categorias semânticas e palavras-chave previamente definidas com base na literatura e nos objetivos desta pesquisa.

Para assegurar padronização, rastreabilidade e consistência analítica, os discursos foram processados no ambiente RStudio, utilizando a linguagem estatística R. O procedimento envolveu a extração automática do texto integral das notas taquigráficas em PDF, a normalização linguística dos discursos (remoção de acentuação e padronização em minúsculas) e a segmentação das falas a partir do padrão taquigráfico de abertura dos pronunciamentos parlamentares. Em seguida, as falas foram agregadas por deputado e submetidas a um procedimento de triagem semântica baseado em categorias analíticas e conjuntos de palavras-chave associados a temas como Marco Temporal, soberania nacional, segurança jurídica, direito de propriedade, desenvolvimento econômico, povos indígenas, meio ambiente e atuação do Supremo Tribunal Federal.

A operacionalização dessas categorias, apresentada na Tabela 06 (Apêndice B), permite sistematizar, de maneira analítica e comparável, os critérios de busca e identificação das manifestações parlamentares alinhadas à tese do Marco Temporal, assegurando maior precisão na composição do corpus qualitativo. Como resultado desse processo, foi construído um banco de dados contendo, para cada deputado, o discurso integral padronizado, as páginas de ocorrência nas notas taquigráficas e as categorias semânticas identificadas.

No total, foram mapeados 66 discursos em 24 de maio, 58 discursos em 30 de maio, 94 discursos em 31 de maio de 2023 e 101 discursos de deputados da FPA na sessão de 1º de junho, compondo um universo amplo de manifestações parlamentares associadas ao processo decisório. A análise qualitativa aprofundada, contudo, concentrou-se em um subconjunto de discursos selecionados com base em sua centralidade política, densidade argumentativa e capacidade de exemplificar os principais mecanismos discursivos de justificação e legitimação mobilizados pela Frente Parlamentar da Agropecuária no debate do Marco Temporal.

A codificação será conduzida segundo protocolo inspirado no Advocacy Coalition Framework (ACF), classificando os trechos conforme três dimensões analíticas: núcleo duro (deep core), núcleo de políticas (policy core) e crenças secundárias (secondary beliefs), além da identificação de enquadramentos discursivos predominantes.

4.5.3. PROTOCOLO DE ANÁLISE DE DISCURSO

Diante das características do objeto empírico analisado, esta pesquisa adota de forma adaptada as orientações metodológicas do Advocacy Coalition Framework (ACF), conforme sistematizadas por Sabatier e Jenkins-Smith (1993), mobilizando-o como referencial analítico para a identificação de crenças e enquadramentos discursivos compartilhados no interior do subsistema agroambiental. Diferentemente das aplicações clássicas do ACF, frequentemente baseadas em entrevistas em profundidade e na análise longitudinal de processos de mudança em políticas públicas, o presente estudo operacionaliza o framework a partir da análise de discursos parlamentares proferidos em plenário, compreendidos como manifestações públicas, institucionais e estratégicas das crenças mobilizadas pelos atores políticos no contexto de um episódio decisório específico.

Essa adaptação metodológica decorre tanto do recorte empírico adotado – centrado na votação da Proposta de Lei nº 490/2007 na Câmara dos Deputados – quanto da natureza do corpus analisado, composto exclusivamente por pronunciamentos parlamentares registrados em arena legislativa formal. Nesse sentido, o ACF é empregado de maneira instrumental, como guia para a construção das categorias analíticas e para a interpretação dos padrões discursivos observados, sem a pretensão de reproduzir integralmente seus pressupostos originais, em especial aqueles relacionados à análise de mudanças de política em longos horizontes temporais.

Nesta pesquisa, a função estratégica dos discursos não é operacionalizada como categoria analítica autônoma. Parte-se do pressuposto, em consonância com o Advocacy Coalition Framework, de que as estratégias de legitimação, contestação ou naturalização de posições políticas decorrem diretamente do nível e do conteúdo das crenças mobilizadas pelos atores. Assim, os próprios componentes das crenças centrais profundas (*deep core*), das crenças centrais de política (*policy core*) e das crenças secundárias (*secondary beliefs*) funcionam como indicadores analíticos da função estratégica desempenhada por cada trecho discursivo no interior da coalizão analisada, dispensando a criação de categorias adicionais que poderiam introduzir redundância conceitual ou ampliar a margem de subjetividade interpretativa.

Com base na literatura especializada sobre o agronegócio, patronato rural e atuação da Frente Parlamentar da Agropecuária, bem como em aplicações prévias do ACF no contexto brasileiro (Araújo, 2007; Fonseca, 2017), foi elaborado um protocolo analítico orientado por categorias de 7 (sete) *deep core*, 14 (quatorze) *policy core* e às 7 (sete) crenças

secundárias. Essas categorias foram utilizadas para sistematizar a análise dos pronunciamentos parlamentares, permitindo identificar padrões recorrentes de argumentação, enquadramentos normativos e estratégias discursivas mobilizadas coletivamente pela FPA durante o processo decisório da PL nº 490/2007.

Para tanto, os quadros de crenças originalmente propostos por Araújo (2013) foram adaptados ao objeto específico do estudo, qual seja, a atuação da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) no debate em torno da regulação dos direitos territoriais indígenas, com base na revisão bibliográfica do setor, na análise preliminar de documentos oficiais e, sobretudo, na leitura exploratória dos discursos parlamentares selecionados para compor o corpus empírico.

A adaptação consistiu na seleção e reformulação das categorias analíticas de modo a garantir maior aderência ao subsistema investigado, priorizando dimensões diretamente relacionadas à política fundiária, à política ambiental e à produção agropecuária. Categorias não pertinentes a esse recorte foram excluídas da codificação, sem prejuízo à coerência interna do framework, mas com o objetivo de evitar a imposição de enquadramentos analíticos artificiais sobre discursos nos quais tais crenças não se manifestam de forma relevante. A versão final é apresentada nas Tabelas 5, 6 e 7.

Tabela 05 - Crenças centrais profundas (*deep core*)

<i>Crenças Centrais Profundas (deep core)</i>	
Componente	Itens (crenças)
DC1 - Visão sobre a relação homem-natureza	DC1.1 A natureza deve ser concebida como recurso subordinado ao desenvolvimento humano e à produção agropecuária
	DC1.2 A natureza deve ser protegida apenas na medida em que não comprometa a expansão da produção agropecuária
	DC1.3 A proteção ambiental deve ser conciliada com a produção agropecuária, sem primazia explícita de um valor sobre o outro
	DC1.4 A natureza deve ser protegida como valor autônomo, independentemente de sua utilidade econômica ou produtiva
DC2 - Visão sobre a justiça distributiva	DC2.1 A justiça distributiva deve priorizar a segurança jurídica da propriedade privada rural

	DC2.2 A justiça distributiva deve conciliar direitos de propriedade rural e demandas sociais, sem redistribuição estrutural
	DC2.3 A justiça distributiva deve corrigir desigualdades sociais no meio rural por meio de políticas compensatórias
	DC2.4 A justiça distributiva deve promover redistribuição substantiva para enfrentar desigualdades históricas no acesso à terra
DC3 - Visão essencial sobre os recursos naturais	DC3.1 Os recursos naturais devem ser tratados prioritariamente como insumos econômicos para a produção agropecuária
	DC3.2 Os recursos naturais devem ser explorados de forma eficiente, com sustentabilidade compatível com a lógica de mercado
	DC3.3 Os recursos naturais devem ser utilizados de forma regulada para conciliar produção agropecuária e conservação
	DC3.4 Os recursos naturais devem ser preservados como bens coletivos de interesse público
DC4 - Visão sobre o conhecimento como valor	DC4.1 Conhecimentos jurídicos e econômicos ligados à produção agropecuária devem prevalecer na formulação de políticas
	DC4.2 Conhecimentos técnicos especializados devem orientar decisões públicas sobre o setor agropecuário
	DC4.3 Diferentes formas de conhecimento (técnico, científico e social) devem ser consideradas de forma complementar
	DC4.4 Saberes tradicionais, indígenas e conhecimentos locais devem ter valor equivalente ao conhecimento técnico-científico
DC5 - Visão sobre a intervenção do Estado no meio socioeconômico	DC5.1 Os mecanismos de mercado devem ser sempre priorizados na organização da atividade agropecuária
	DC5.2 Os mecanismos de mercado devem ser priorizados, assegurando-se a intervenção estatal apenas para corrigir falhas

	DC5.3 A intervenção do Estado deve equilibrar eficiência econômica do setor agropecuário e objetivos sociais
	DC5.4 A intervenção estatal deve ser o principal instrumento de organização da produção e da vida socioeconômica rural
DC6 - Visão sobre a relação entre governo e democracia	DC6.1 A legitimidade democrática reside prioritariamente nos representantes eleitos, especialmente no Legislativo
	DC6.2 A democracia deve combinar representação política e participação limitada de outros atores sociais
	DC6.3 A democracia deve incorporar mecanismos amplos de participação social nas decisões públicas
	DC6.4 A participação social direta deve ter primazia na definição das políticas públicas
DC7 - Visão sobre o valor das políticas públicas	DC7.1 Políticas públicas devem priorizar o crescimento econômico e a eficiência produtiva do setor agropecuário
	DC7.2 Políticas públicas devem conciliar crescimento do agronegócio e objetivos sociais mais amplos
	DC7.3 Políticas públicas devem priorizar a redução de desigualdades e a proteção de direitos sociais
	DC7.4 Políticas públicas devem ser orientadas principalmente por objetivos sociais e ambientais

Fonte: Elaboração da autora com base em Suely Araújo (2013)

Tabela 06 - Crenças centrais de política (policy core)

<i>Crenças centrais de política (policy core)</i>	
Componentes	Itens (crenças)
PC1 - Atribuições dos níveis de governo em política ambiental agrícola	PC1.1 Centralização das atribuições ambientais na União
	PC1.2 Descentralização administrativa para Estados e Municípios, com coordenação federal
	PC1.3 Municipalização plena da política ambiental

	PC1.4 Descentralização ponderada conforme a matéria regulada
	PC1.5 Visão integradora e cooperativa entre os entes federativos
PC2 - Tipos prioritários de instrumentos de política ambiental	PC2.1 Oposição aos instrumentos regulatórios de política ambiental
	PC2.2 Foco exclusivo ou prioritário em instrumentos voluntários
	PC2.3 Foco exclusivo ou prioritário em instrumentos econômicos
	PC2.3.1 Instrumentos econômicos com benefícios diretos à população de baixa renda
	PC2.3.2 Instrumentos econômicos com benefícios diretos ao setor produtivo
	PC2.3.3 Instrumentos econômicos com benefícios difusos
	PC2.4 Combinação de instrumentos regulatórios, econômicos e voluntários
PC3 - Participação do setor privado na solução de problemas ambientais	PC3.1 Exclusão do setor privado da solução de problemas ambientais
	PC3.2 Participação limitada do setor privado sob forte regulação estatal
	PC3.3 Participação central do setor privado com autorregulação
	PC3.4 Setor privado como principal agente da política ambiental
PC4 - Controle do desmatamento e de outras intervenções ambientais	PC4.1 Rejeição do controle estatal sobre desmatamento e intervenções ambientais
	PC4.2 Controle ambiental mínimo, com foco educativo
	PC4.3 Controle ambiental moderado com instrumentos

	administrativos
	PC4.4 Controle ambiental rigoroso com fiscalização e sanções
PC5 - Relação entre direito de propriedade e direito de uso do imóvel	PC5.1 Primazia absoluta do direito de propriedade
	PC5.2 Direito de propriedade prioritário, com restrições ambientais mínimas
	PC5.3 Equilíbrio entre direito de propriedade e função socioambiental
	PC5.4 Primazia da função socioambiental sobre o direito de propriedade
PC6 - Peculiaridades regionais e locais	PC6.1 Uniformização das regras ambientais em todo o território
	PC6.2 Reconhecimento limitado de peculiaridades regionais
	PC6.3 Adaptação significativa das normas às realidades locais
	PC6.4 Forte descentralização normativa baseada em contextos regionais
PC7 - Atuação de órgãos colegiados com participação da sociedade civil	PC7.1 Exclusão da sociedade civil dos processos decisórios
	PC7.2 Participação apenas consultiva da sociedade civil
	PC7.3 Participação deliberativa compartilhada
	PC7.4 Centralidade dos órgãos colegiados na tomada de decisão
PC10 - Criação de Unidades de Conservação	PC10.1 Oposição à criação de Unidades de Conservação
	PC10.2 Criação restrita de Unidades de Conservação
	PC10.3 Criação seletiva conciliada com atividades produtivas
	PC10.4 Criação ampla de Unidades de Conservação
PC11 - Direitos das	PC11.1 Subordinação dos direitos tradicionais à exploração

populações tradicionais e proteção ambiental	econômica
	PC11.2 Reconhecimento limitado de direitos tradicionais
	PC11.3 Reconhecimento condicionado à proteção ambiental
	PC11.4 Reconhecimento pleno e prioritário dos direitos tradicionais
PC12 - Presença humana em Unidades de Conservação	PC12.1 Proibição da presença humana em Unidades de Conservação
	PC12.2 Presença humana restrita e regulada
	PC12.3 Presença humana conciliada com objetivos de conservação
	PC12.4 Presença humana como elemento central da gestão territorial
PC13 - Destinação das florestas públicas	PC13.1 Destinação prioritária para exploração econômica
	PC13.2 Destinação mista entre exploração e conservação
	PC13.3 Destinação prioritária para conservação ambiental
	PC13.4 Destinação para uso comunitário e proteção integral
PC14 - Licenciamento ambiental do uso de áreas urbanas	PC14.1 Rejeição ao licenciamento ambiental
	PC14.2 Licenciamento simplificado e descentralizado
	PC14.3 Licenciamento moderado com avaliação técnica
	PC14.4 Licenciamento rigoroso como instrumento central

Fonte: Elaboração da autora com base em Suely Araújo (2013)

Tabela 07 - Aspectos instrumentais ou secundários (secondary beliefs)

<i>Aspectos instrumentais ou secundários (instrumental ou secondary aspects)</i>	
Componentes	Itens (crenças)
SC1 - Aplicação prática das demarcações	SC1.1 Defesa de marcos temporais claros como critério central para evitar insegurança jurídica
	SC1.2 Rejeição a revisões de terras já tituladas

	SC1.3 Valorização de perícias fundiárias em detrimento de laudos antropológicos
SC2 - Atuação de órgãos federais	SC2.1 Críticas à FUNAI e ao IBAMA por suposto abuso de poder e ideologização
	SC2.2 Defesa de revisão técnica das decisões desses órgãos
	SC2.3 Proposta de limitação das competências de FUNAI e IBAMA a pareceres consultivos
SC3 - Narrativas sobre os povos indígenas	SC3.1 Valorização do indígena produtivo e integrado às atividades econômicas
	SC3.2 Rejeição de lideranças indígenas politizadas e associadas a atores externos
	SC3.3 Legitimação do indígena tradicional apenas quando reforça ideais de trabalho e autossuficiência
SC4 - Relação entre produção e conservação	SC4.1 Uso de exemplos de produção sustentável para justificar flexibilização regulatória
	SC4.2 Argumento de que o setor agropecuário é o principal responsável pela preservação ambiental
	SC4.3 Defesa da conciliação retórica entre preservação ambiental e crescimento econômico
SC5 - Papel do Congresso e das instituições	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo
	SC5.2 Reação ao STF por suposta usurpação de funções legislativas
	SC5.3 Defesa da autonomia do Legislativo como expressão da soberania popular
SC6 - Intervenção estatal e apoio ao agro	SC6.1 Rejeição à regulação ambiental considerada punitiva
	SC6.2 Apoio à intervenção estatal sob a forma de crédito, incentivos ou infraestrutura
	SC6.3 Defesa de políticas públicas voltadas à modernização

	produtiva
SC7 - Dimensão moral e emocional dos discursos	SC7.1 Associação de defensores indígenas a posições radicais ou ideológicas
	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos
	SC7.3 Mobilização de moralidade, patriotismo e valores nacionais para legitimar posições políticas

Fonte: Elaboração da autora com base em Suely Araújo (2013)

Os resultados da análise qualitativa serão apresentados no capítulo seguinte, dedicado à aplicação do Advocacy Coalition Framework (ACF) ao processo decisório da votação do Marco Temporal. Os discursos parlamentares analisados, bem como as planilhas de codificação contendo a totalidade dos registros e categorias atribuídas, encontram-se disponíveis na Tabela 09 (Apêndice C) deste trabalho, assegurando transparência e possibilidade de replicação da análise.

5. ANÁLISE DE RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo apresenta a análise empírica do comportamento legislativo em dois episódios decisórios associados à agenda do Marco Temporal no Congresso Nacional em 2023: (i) a votação nominal da PL nº 490/2007 na Câmara dos Deputados (30/05/2023) e (ii) a apreciação do Veto Presidencial nº 30/2023 em sessão conjunta, com recorte analítico restrito aos votos dos deputados federais (14/12/2023). Em consonância com o desenho de métodos mistos explanatório-sequencial adotado na pesquisa, os resultados são apresentados em duas etapas articuladas: inicialmente, a evidência quantitativa referente aos padrões de votação nos dois episódios; em seguida, a análise qualitativa dos pronunciamentos parlamentares à luz do Advocacy Coalition Framework (ACF), concentrada especificamente no processo decisório da PL nº 490/2007.

Na primeira etapa (5.1), são examinados os padrões de votação por meio de estatística descritiva, testes bivariados e modelos de regressão logística. O objetivo é avaliar, de forma sistemática, os fatores associados ao voto favorável ou contrário à agenda do Marco Temporal nos dois eventos, com ênfase no pertencimento institucional à Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e em variáveis estruturais dos redutos eleitorais, tais como a relevância econômica do agronegócio e a presença indígena. Essa etapa permite identificar, com base empírica, os elementos que apresentam maior capacidade explicativa do comportamento legislativo observado em arenas institucionais distintas.

Na segunda etapa (5.2), procede-se à operacionalização do Advocacy Coalition Framework (ACF) no âmbito do subsistema agroambiental brasileiro, tomando como recorte empírico os pronunciamentos proferidos em plenário durante o processo decisório da PL nº 490/2007. A aplicação do framework incorpora seus conceitos centrais – *deep core*, *policy core* e crenças secundárias – conforme formulados por Sabatier e Jenkins-Smith (1988, 1993, 1999) e desenvolvidos em revisões posteriores, adaptando-os ao contexto institucional e temporal específico desta pesquisa. A análise busca mapear a estrutura de crenças mobilizada pelos atores, bem como identificar a formação de coalizões de advocacia e as questões estruturantes que conformaram o debate parlamentar sobre o Marco Temporal.

Ao articular os resultados quantitativos com a análise discursiva, o capítulo amplia a capacidade explicativa do estudo, permitindo compreender não apenas a distribuição observada dos votos, mas também os fundamentos normativos, estratégicos e interpretativos que orientaram o posicionamento dos parlamentares no interior do subsistema agroambiental.

5.1. PANORAMA DAS VOTAÇÕES

A hipótese institucional (H1) sustenta que o pertencimento à Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) está associado a maior probabilidade de voto favorável ao Marco Temporal, independentemente do contexto decisório específico. Para testá-la, foram analisados dois episódios legislativos distintos: (i) a votação do regime de urgência da PL nº 490/2007, em 30 de maio de 2023, e (ii) a apreciação do Veto Presidencial nº 30/2023, em 14 de dezembro de 2023.

Na votação do PL, foram registrados 440 votos válidos, dos quais 283 (64,3%) manifestaram-se favoravelmente à proposição, 155 (35,2%) posicionaram-se de forma contrária, além de 1 voto referente ao artigo 17 e 1 abstenção. Na apreciação do veto, considerando apenas os deputados federais, contabilizaram-se 459 votos válidos, sendo 321 (70%) favoráveis à derrubada do veto presidencial, 137 (29,9%) contrários à sua derrubada e 1 abstenção.

Tabela 08: Panorama da votação da PL nº 490/2007

Indicador	Valor
Total de votantes	440
Votos favoráveis	283 (64,3%)
Votos contrários	155 (35,2%)
Abstenção	1 (0,5%)
Artigo 17	1 (0,5%)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Câmara dos Deputados (2023).

A distribuição territorial dos votantes abrange a totalidade das 27 unidades da Federação, indicando cobertura completa do espectro federativo na decisão analisada. A participação por estado variou de 6 a 58 parlamentares, refletindo a distribuição desigual de cadeiras na Câmara dos Deputados. Estados como São Paulo (58 de 70, ou 83%), Minas Gerais (44 de 53, ou 83%), Rio de Janeiro (39 de 46, ou 85%), Bahia (32 de 39 ou 82%) e Paraná (28 de 30, ou 93%) concentraram maior número de votantes, ao passo que unidades federativas com menor representação apresentaram contingentes reduzidos.

Tabela 09: Panorama da votação do Veto presidencial

Indicador	Valor
Total de votantes	459
Votos favoráveis	321 (70%)
Votos contrários	137 (29,9%)
Abstenção	1 (0,1%)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Câmara dos Deputados (2023).

Novamente, a distribuição territorial dos votantes na apreciação do Veto Presidencial nº 30/2023 abrange a totalidade das 27 unidades da Federação, indicando cobertura federativa completa na decisão analisada. A participação por estado variou de 2 a 62 parlamentares, refletindo a distribuição desigual de cadeiras na Câmara dos Deputados e eventuais ausências no momento da votação. Estados com maior representação concentraram contingentes mais elevados de votantes, como São Paulo (62), Minas Gerais (48), Rio de Janeiro (44), Bahia (32) e Paraná (29). Em seguida, destacam-se Rio Grande do Sul (28), Pernambuco (24), Ceará (17) e Maranhão (17). Por outro lado, unidades federativas com menor número de cadeiras ou menor comparecimento registraram contingentes reduzidos, como Acre (6), Roraima (7), Alagoas (7) e Sergipe (2).

Além do recorte territorial por unidade da Federação, o banco analítico construído para ambas as votações incorpora variáveis de perfil parlamentar relevantes para os testes subsequentes, incluindo filiação partidária, pertencimento institucional à Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e indicadores de localização (UF e região). No caso da apreciação do Veto Presidencial nº 30/2023, embora a deliberação tenha ocorrido em sessão conjunta do Congresso Nacional, a presente análise restringe-se exclusivamente aos votos dos deputados federais, preservando a unidade de análise adotada ao longo da pesquisa. Essa padronização assegura comparabilidade entre os dois episódios decisórios. O pertencimento à FPA constitui variável institucional central e será examinado de forma sistemática na seção seguinte, em consonância com a formulação da hipótese H1.

5.1.1. ASSOCIAÇÃO BIVARIADA ENTRE PERTENCIMENTO À FPA E O VOTO

A análise da relação entre pertencimento à Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e posicionamento nas votações constitui o primeiro teste empírico da hipótese institucional da pesquisa. Parte-se da premissa de que a vinculação formal à Frente atua como

mecanismo estruturante do comportamento legislativo, aumentando a probabilidade de alinhamento à agenda ruralista nas deliberações analisadas.

5.1.1.1. VOTAÇÃO DA PL N° 490/2007

A Tabela 12 apresenta a distribuição do voto na votação nominal do PL n° 490/2007 segundo a filiação ou não dos parlamentares à Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Para fins de análise, não foram considerados o voto de abstenção nem o voto específico no artigo 17, sendo computados apenas os votos “Sim” e “Não”.

Tabela 10 - Distribuição do voto na PL n° 490/2007 por pertencimento à FPA

Grupo	Votos “Não”	Votos “Sim”	% “Não”	% “Sim”
FPA	44	247	15,1%	84,9%
Não-FPA	111	36	75,5%	24,5%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Câmara dos Deputados (2023).

A distribuição evidencia diferenças substantivas entre os grupos. Entre os parlamentares não integrantes da FPA, 24,5% votaram favoravelmente à proposição, enquanto 75,5% registraram voto contrário. Em contraste, entre os deputados vinculados à Frente, 84,9% votaram “Sim” e apenas 15,1% votaram “Não”. Observa-se, portanto, padrão de comportamento marcadamente distinto entre membros e não membros da FPA.

A associação na votação da PL n° 490/2007 foi testada por meio do qui-quadrado de *Pearson*, cujo resultado foi estatisticamente significativo ($\chi^2 = 153,14$; $p < 0,001$). O teste exato de Fisher confirmou a robustez da associação ($p < 0,001$). Há, assim, evidência consistente de associação entre filiação à FPA e voto favorável à proposição.

A Figura 04 ilustra a distribuição percentual do voto dentro de cada grupo parlamentar, evidenciando a concentração do apoio à matéria entre os integrantes da Frente.

Figura 04 – Distribuição percentual do voto por pertencimento à FPA (PL n° 490/2007)



Nota: Percentuais calculados dentro de cada grupo parlamentar.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Câmara dos Deputados (2023).

Com o objetivo de mensurar a magnitude dessa associação, estimou-se modelo de regressão logística binária, tendo como variável dependente o voto favorável (1 = “Sim”; 0 = “Não”), com N = 438 observações válidas.

Tabela 11: Regressão logística – efeito do pertencimento à FPA sobre o voto favorável

Variável	Odds Ratio	IC 95% inferior	IC 95% superior	p-valor
FPA	17,3	10,7	28,7	< 0,001

Observação: variável dependente = voto favorável (1 = Sim).

Fonte: Elaboração própria.

O pertencimento à FPA apresentou razão de chances igual a 17,3 (IC95% [10,7; 28,7]; $p < 0,001$), indicando associação estatisticamente significativa e substantivamente expressiva. Em termos probabilísticos, o modelo sugere que parlamentares vinculados à Frente apresentam chances aproximadamente 17 vezes maiores de votar favoravelmente à proposição quando comparados aos não integrantes.

A consistência entre os resultados da análise bivariada e do modelo logístico reforça a robustez do efeito institucional estimado. Para tornar o efeito mais substantivamente

interpretável, foram calculadas probabilidades previstas de voto favorável segundo pertencimento à FPA.

**Tabela 12: Probabilidade prevista de voto favorável segundo pertencimento à FPA
(modelo logístico)**

Grupo	Log-odds (β)	Probabilidade prevista	IC 95% inferior	IC 95% superior
Não-FPA	-1,126	24,5%	18,2%	32,1%
FPA	1,725	84,9%	80,3%	88,6%

Fonte: Elaboração própria.

Os intervalos de confiança indicam que, mesmo no limite inferior da estimativa, a probabilidade de voto favorável entre parlamentares da FPA (80,3%) permanece substancialmente superior à observada entre não integrantes (18,2% no limite inferior do grupo não-FPA). A diferença entre os grupos é, portanto, não apenas estatisticamente significativa, mas também substantivamente elevada.

Para fins analíticos, foi realizado o cálculo da desagregação do voto na PL nº 490/2007 no interior da própria FPA, revelando um alto grau de coesão entre partidos situados no campo do centro-direita e da direita, conforme classificações ideológicas consolidadas na literatura sobre o sistema partidário brasileiro (Power; Zucco, 2011), embora com maior heterogeneidade do que aquela observada posteriormente na apreciação do veto presidencial. Partidos com maior peso na composição da Frente, como PL (98,7% pró-Marco), União Brasil (100%), PP (94,6%), Republicanos (88,9%) e PSD (86,4%), apresentaram níveis muito elevados de apoio à proposição, indicando forte alinhamento institucional na votação da urgência. O MDB também exibiu maioria favorável (78,3%), ainda que com proporção mais expressiva de dissidência interna (21,7%).

Em contraste, partidos situados mais à esquerda ou à centro-esquerda apresentaram padrão distinto. O PT registrou votação integralmente contrária à proposição (100% de votos “Não” entre seus integrantes da FPA), enquanto PSB (75% de votos contrários) e PDT (83,3%) também exibiram elevada taxa de oposição interna. Partidos menores, como PV (66,7% contrários) e Solidariedade (50%), apresentaram maior variação proporcional, ainda que com contingentes reduzidos de parlamentares. A tabela completa com a distribuição do voto por partido no interior da FPA encontra-se no Apêndice D.

Os resultados indicam que o pertencimento à Frente Parlamentar da Agropecuária constitui o principal fator institucional associado ao comportamento legislativo na votação da PL nº 490/2007. Embora se observe alguma heterogeneidade interna entre partidos que compõem a Frente, especialmente entre aqueles com menor número de parlamentares, o padrão geral é de elevada coesão pró-Marco entre as legendas com maior representação na FPA. Em conjunto, as evidências bivariadas e multivariadas convergem para demonstrar que a vinculação institucional à Frente está fortemente associada ao voto favorável à proposição, configurando o elemento explicativo mais robusto identificado até esta etapa da análise.

5.1.1.2. VETO PRESIDENCIAL Nº 30/2023

A robustez do efeito institucional pode ser novamente observada na apreciação do Veto Presidencial nº 30/2023, conforme apresentado na Tabela 15. Para fins de análise, não foram considerados os votos de abstenção, sendo computados apenas os votos “Sim” e “Não”.

Tabela 13 - Distribuição do voto no Veto Presidencial por pertencimento à FPA

Grupo	Votos “Não (derrubada do veto)”	Votos “Sim (manutenção do veto)”	% “Não”	% “Sim”
FPA	249	30	89,2%	10,8%
Não-FPA	72	107	40,2%	59,8%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Câmara dos Deputados (2023).

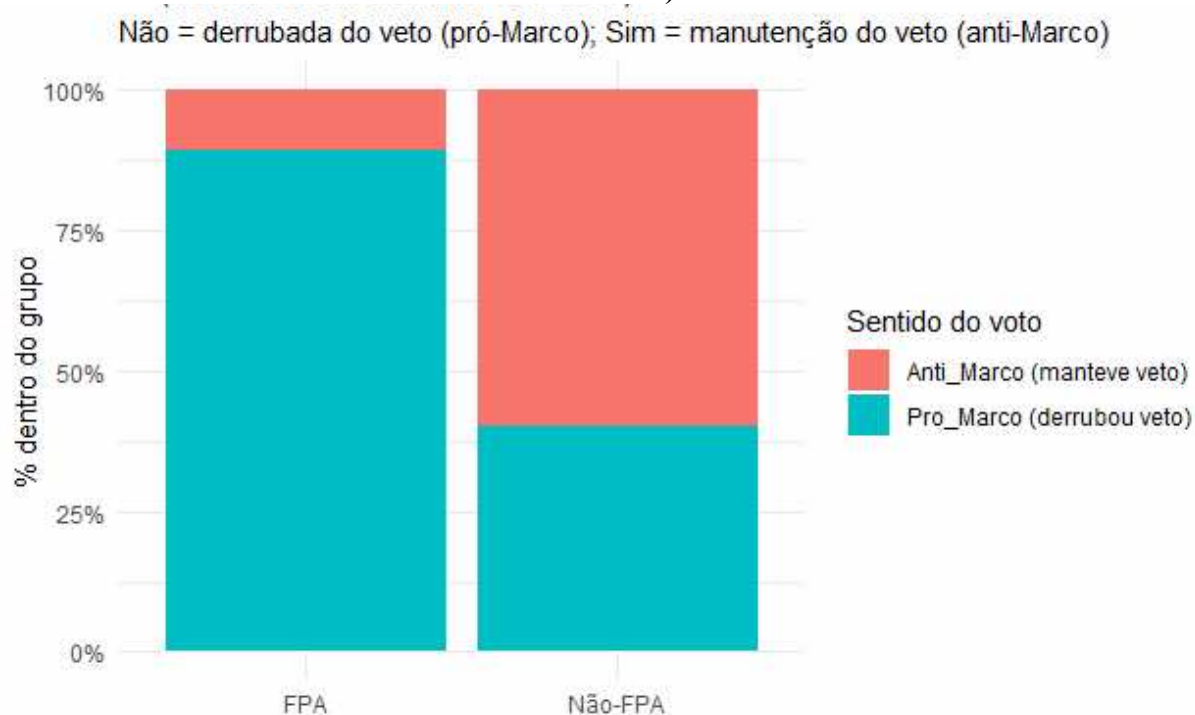
A distribuição do voto na apreciação do Veto Presidencial nº 30/2023 também evidencia diferenças substantivas entre parlamentares integrantes e não integrantes da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Entre os deputados não vinculados à Frente, 40,2% votaram pela derrubada do veto (posição pró-Marco Temporal), enquanto 59,8% votaram por sua manutenção. Em contraste, entre os parlamentares da FPA, 89,2% votaram pela derrubada do veto e apenas 10,8% optaram por sua manutenção. Observa-se, portanto, padrão de comportamento fortemente diferenciado entre os grupos, com elevada concentração do apoio à derrubada do veto no interior da Frente.

A associação foi testada por meio do qui-quadrado de *Pearson*, cujo resultado foi estatisticamente significativo ($\chi^2 = 122,67$; $p < 0,001$). O teste exato de Fisher confirmou a robustez da associação ($p < 0,001$), com razão de chances estimada em aproximadamente

12,2. Há, assim, evidência consistente de associação entre pertencimento à FPA e voto pela derrubada do veto presidencial.

A Figura 04 ilustra a distribuição percentual do voto na apreciação do Veto Presidencial nº 30/2023 dentro de cada grupo parlamentar, evidenciando a elevada concentração de votos pela derrubada do veto entre os integrantes da Frente Parlamentar da Agropecuária.

Figura 05 – Distribuição percentual do voto por pertencimento à FPA (Veto Presidencial nº30/2023)



Nota: Percentuais calculados dentro de cada grupo parlamentar.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Câmara dos Deputados (2023).

Com o objetivo de mensurar a magnitude da associação entre pertencimento à Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e posicionamento na apreciação do Veto Presidencial nº 30/2023, estimou-se modelo de regressão logística binária, tendo como variável dependente o voto pela derrubada do veto (1 = “Não”, isto é, derrubada do veto; 0 = “Sim”, manutenção do veto).

Tabela 14: Regressão logística: efeito do pertencimento à FPA sobre o voto pela derrubada do veto

Variável	Odds Ratio	IC 95% inferior	IC 95% superior	p-valor
FPA	12,3	7,7	20,3	< 0,001

Observação: variável dependente = voto pela derrubada do veto (1 = Não).

Fonte: Elaboração própria.

O pertencimento à FPA apresentou razão de chances igual a 12,3 (IC95% [7,70; 20,3]; $p < 0,001$), indicando associação estatisticamente significativa e substantivamente expressiva. Em termos substantivos, o modelo sugere que parlamentares vinculados à Frente apresentam chances aproximadamente 12 vezes maiores de votar pela derrubada do veto quando comparados aos não integrantes.

A consistência entre os resultados da análise bivariada e do modelo logístico reforça a robustez do efeito institucional estimado também na segunda deliberação. Para tornar o efeito mais interpretável, foram calculadas probabilidades previstas de voto pela derrubada do veto segundo pertencimento à FPA

Tabela 15: Probabilidade prevista de voto pela derrubada do veto segundo pertencimento à FPA (modelo logístico)

Grupo	Log-odds (β)	Probabilidade prevista	IC 95% inferior	IC 95% superior
Não-FPA	-0,396	40,2%	33,3%	47,6%
FPA	2,116	89,2%	85%	92,4%

Fonte: Elaboração própria.

Os intervalos de confiança indicam que, mesmo no limite inferior da estimativa, a probabilidade de voto pela derrubada do veto entre parlamentares da FPA (85,0%) permanece substancialmente superior à observada entre não integrantes (33,3% no limite inferior do grupo não-FPA). A diferença entre os grupos é, portanto, não apenas estatisticamente significativa, mas também substantivamente elevada.

Para fins analíticos, foi realizado o cálculo da desagregação do voto no interior da própria FPA revelando um elevado grau de coesão partidária na apreciação do veto presidencial, ainda que com padrões diferenciados entre legendas. Partidos de maior peso na composição da Frente, como PL (98,7% pró-Marco), União Brasil (97,4%), PP (95,1%), PSDB (90,9%), Republicanos (90,0%) e PSD (88,9%), apresentaram níveis muito elevados de

apoio à derrubada do veto, indicando forte alinhamento institucional. Em contraste, legendas com menor número de parlamentares na FPA exibiram maior proporção relativa de dissidência, como Cidadania e Solidariedade (50% de votos pela manutenção do veto), PDT (37,5%) e Patriota (25%). Destacam-se ainda partidos como PSB, PT e PCdoB, cujos integrantes vinculados à FPA votaram integralmente pela manutenção do veto, embora se trate de contingentes reduzidos. Esses resultados sugerem uma maior coesão observada entre partidos situados no espectro centro-direita e direita. A tabela completa com a distribuição do voto por partido no interior da FPA encontra-se no Apêndice E.

Comparativamente, a magnitude da dissidência interna foi menor na apreciação do veto do que na votação da urgência da PL nº 490/2007, sugerindo consolidação e reforço da coesão institucional da FPA na segunda deliberação. Em ambas as votações, contudo, o pertencimento à Frente emerge como variável fortemente associada ao comportamento legislativo, corroborando de maneira robusta a hipótese institucional (H1).

5.1.2. CONDICIONANTES TERRITORIAIS DO VOTO NO INTERIOR DA FPA

Esta seção testa se características estruturais dos redutos eleitorais ajudam a explicar variações intra-FPA nas duas decisões analisadas: (i) a votação da PL nº 490/2007 (30/05/2023) e (ii) a apreciação do Veto Presidencial nº 30/2023 (14/12/2023). Em consonância com o desenho analítico, a amostra foi restrita aos deputados vinculados à FPA, e a variável dependente foi binarizada como voto Pró-Marco (= 1) e Anti-Marco (= 0) em cada evento. No caso do veto, “Pró-Marco” corresponde ao voto “Não” (derrubada do veto), enquanto “Anti-Marco” corresponde ao voto “Sim” (manutenção do veto).

Para fins de análise, não foram considerados o voto de abstenção, sendo computados apenas os votos “Sim” e “Não”, resultando em N = 270 observações para a PL nº 490/2007 e N = 280 para o veto, sempre no interior da FPA. A Tabela 18 sintetiza a distribuição do desfecho nos dois eventos.

Tabela 16: Distribuição do voto Pró/Anti-Marci no interior da FPA

Evento	N	Pró-Marco	Anti-Marco	% Pró-Marco
PL nº 490/2007	270	234	36	86,7%
Veto Presidencial	280	250	30	89,3%

nº 30/2023				
------------	--	--	--	--

Fonte: Elaboração própria.

Para testar H2 e H3, estimaram-se modelos de regressão logística binária separados para cada hipótese e, adicionalmente, um modelo conjunto (H2 + H3) como verificação de robustez. Em todos os modelos, as inferências foram reportadas com erros-padrão robustos com cluster por UF, de modo a acomodar a estrutura federativa do dado e reduzir o risco de superestimação da precisão.

5.1.2.1. H2: PESO DO AGRONEGÓCIO NO PIB ESTADUAL E VOTO PRÓ-MARCO

A hipótese H2 propõe que, no interior da FPA, deputados eleitos por estados com maior participação no Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária nacional tenderiam a apresentar maior probabilidade de voto Pró-Marco tanto na votação da PL nº 490/2007 quanto na apreciação do Veto Presidencial nº 30/2023. O indicador utilizado corresponde à participação percentual de cada estado no VBP agropecuário nacional em 2023, captando a centralidade produtiva do estado no setor agropecuário brasileiro.

Diferentemente de uma medida de “agro como proporção do PIB estadual”, o VBP reflete o valor bruto da produção agropecuária, funcionando como proxy da relevância econômica absoluta do setor no território e da potencial densidade de interesses organizados vinculados à atividade agropecuária.

Os resultados com erros-padrão robustos clusterizados por UF apontam associação positiva entre a participação do estado no VBP agropecuário nacional e o voto Pró-Marco nas duas votações, embora com evidência estatística limitada.

No PL nº 490/2007, o coeficiente associado à participação do estado no PIB agro nacional foi positivo ($\beta = 0,07$; EP = 0,04), com significância marginal ($p = 0,076$ no modelo conjunto; $p \approx 0,09$ no modelo isolado). Na apreciação do Veto nº 30/2023, o coeficiente também foi positivo ($\beta \approx 0,07$; EP $\approx 0,04$), com evidência igualmente marginal ($p \approx 0,06$ no modelo isolado; $p \approx 0,07$ no modelo conjunto).

Em termos substantivos, os coeficientes sugerem que aumentos na participação do estado no VBP agropecuário nacional estão associados a incrementos na probabilidade estimada de voto Pró-Marco. Contudo, os resultados não atingem o limiar convencional de

significância estatística nas ciências sociais ($p < 0,05$), devendo ser interpretados como evidência apenas sugestiva de associação entre a centralidade produtiva do agronegócio nos estados e o comportamento legislativo dos parlamentares da FPA.

Tabela 17: Regressão logística (H2): efeito do peso do agronegócio no voto Pró-Marco (FPA), EP robusto cluster UF

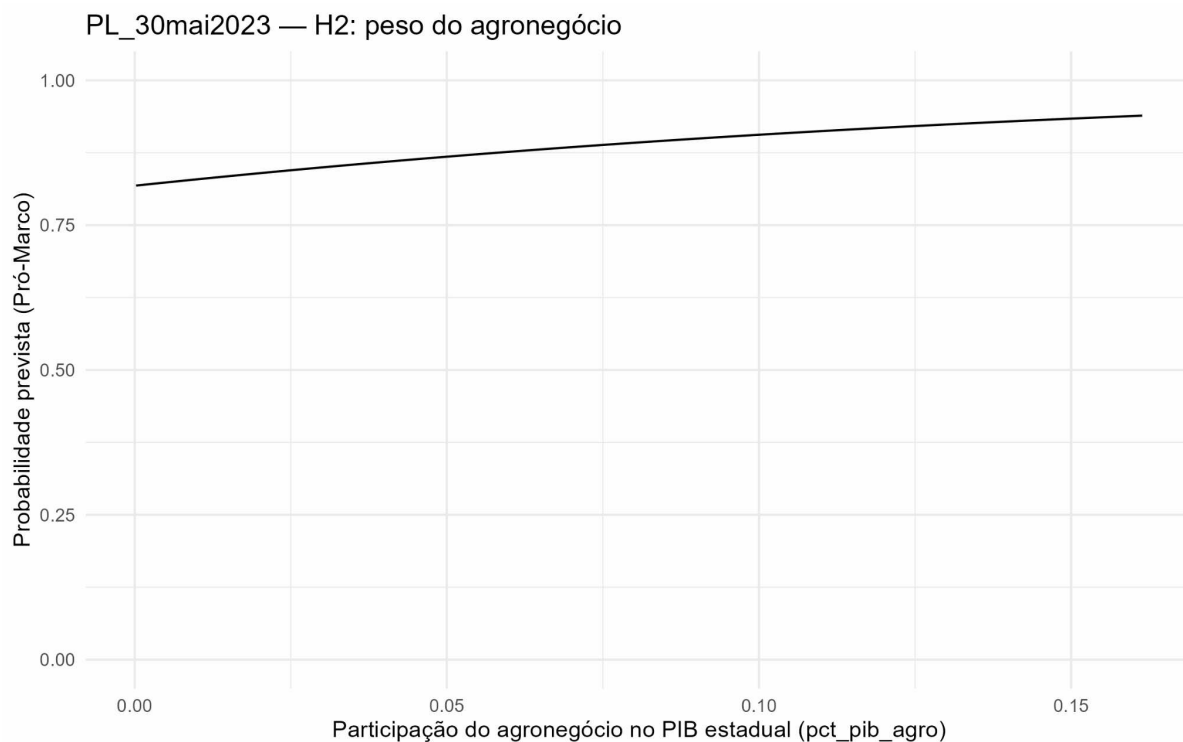
Evento	Variável	β (logit)	EP robusto (cluster UF)	p-valor
PL nº 490/2007	pct_pib_agro	$\approx 0,07$	$\approx 0,04$	0,09
Veto nº 30/2023	pct_pib_agro	$\approx 0,07$	$\approx 0,04$	0,058
PL (modelo conjunto)	pct_pib_agro	$\approx 0,07$	$\approx 0,04$	0,076
Veto (modelo conjunto)	pct_pib_agro	$\approx 0,07$	$\approx 0,04$	0,069

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Coeficientes estimados via regressão logística binária. Erros-padrão robustos clusterizados por unidade federativa.

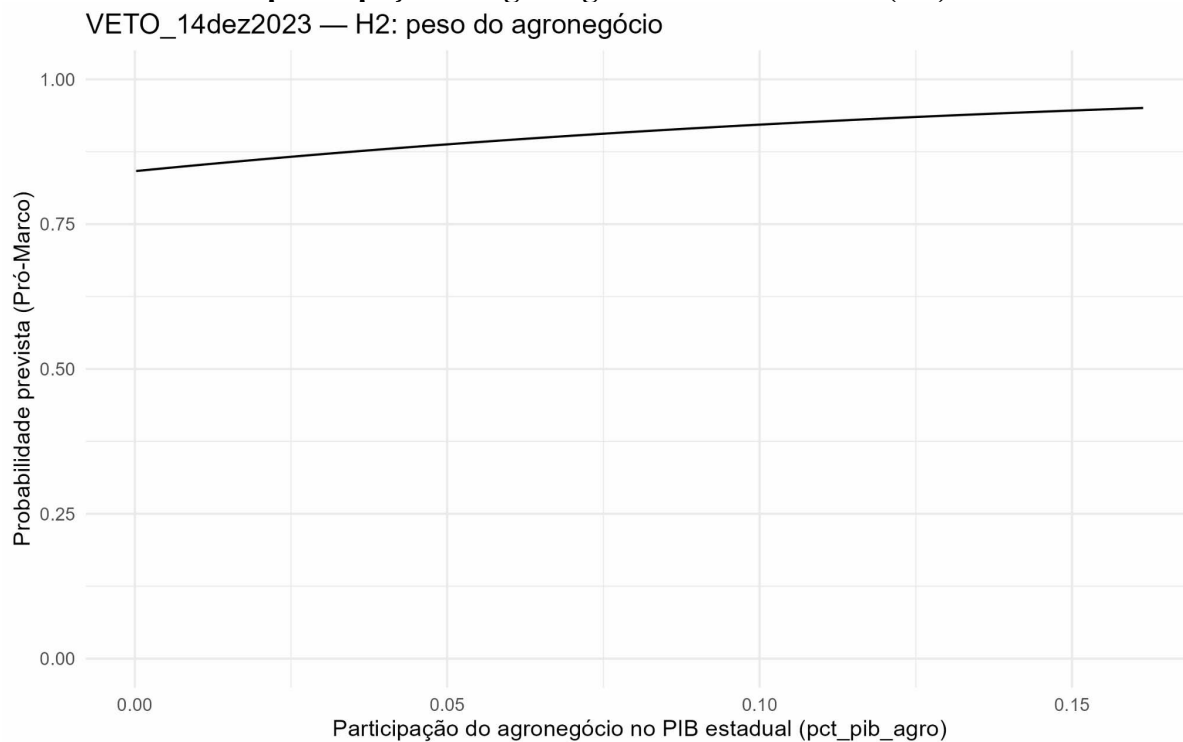
A análise das probabilidades previstas indica que a probabilidade estimada de voto Pró-Marco tende a aumentar à medida que cresce a participação do estado no VBP agropecuário nacional, tanto na votação da PL nº 490/2007 quanto na apreciação do veto presidencial. As curvas apresentam inclinação moderada e partem de patamares já elevados de probabilidade (superiores a 0,80), sugerindo que a centralidade econômica do estado no setor agropecuário pode exercer um efeito adicional, ainda que limitado sobre o comportamento de um grupo parlamentar caracterizado por elevada coesão institucional.

Figura 06 - PL_30mai2023: probabilidades previstas de voto Pró-Marco por participação do agronegócio no PIB estadual (H2)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Câmara dos Deputados (2023).

Figura 07 - VETO_14dez2023: probabilidades previstas de voto Pró-Marco por participação do agronegócio no PIB estadual (H2)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Câmara dos Deputados (2023).

Em síntese, os resultados indicam associação positiva entre a centralidade do estado na economia agropecuária nacional e a probabilidade de voto Pró-Marco no interior da FPA.

Embora a evidência estatística situe-se no limiar convencional de significância, a consistência do sinal nas duas votações e nos modelos conjuntos sugere que condicionantes econômicos territoriais operam como fator de reforço, e não como determinante primário, do comportamento legislativo em uma coalizão já altamente alinhada.

5.1.2.2. H3: MOBILIZAÇÃO INDÍGENA E VOTO PRÓ-MARCO

A hipótese H3 desloca o foco para a dimensão demográfica e territorial dos redutos eleitorais, propondo que deputados da FPA eleitos por estados com maior presença relativa de população indígena residente em Terras Indígenas tenderiam a apresentar menor probabilidade de voto Pró-Marco.

Os resultados diferenciam parcialmente os dois eventos. Na PL nº 490/2007, o coeficiente associado à variável de mobilização indígena é positivo, porém estatisticamente indistinguível de zero ($\beta = 0,326$; EP = 0,639; $p = 0,610$), e permanece não significativo no modelo conjunto ($\beta = 0,343$; EP = 0,657; $p = 0,602$).

Já no veto, o coeficiente assume sinal negativo ($\beta = -0,585$; EP = 0,726), mas sem alcançar significância estatística ($p = 0,421$). No modelo conjunto, o sinal permanece negativo ($\beta \approx -0,52$; EP $\approx 0,73$; $p \approx 0,47$), confirmando a ausência de evidência robusta de associação sistemática entre presença indígena e comportamento legislativo no interior da FPA.

Tabela 18: Regressão logística (H3): efeito da mobilização indígena no voto Pró-Marco (FPA), EP robusto cluster UF

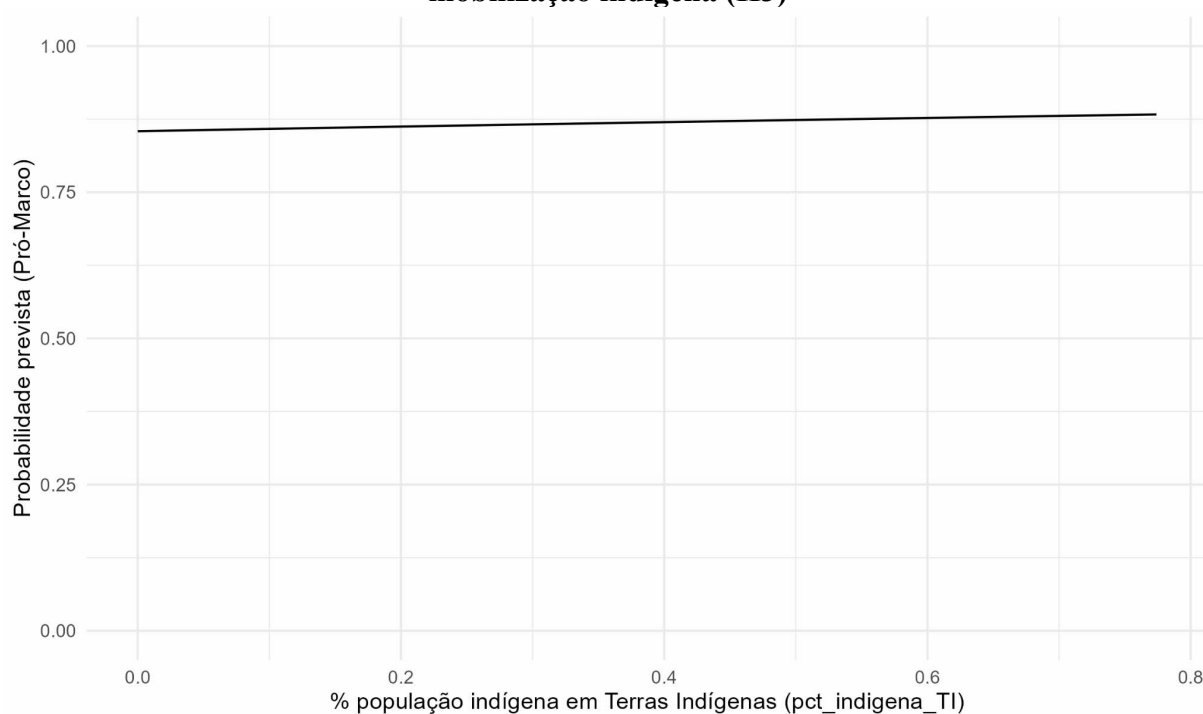
Evento	Variável	β (logit)	EP robusto (cluster UF)	p-valor
PL nº 490/2007	pct_pib_TI	0,326	0,639	0,610
Veto nº 30/2023	pct_pib_TI	-0,585	0,726	0,421
PL (modelo conjunto)	pct_pib_TI	0,343	0,657	0,602
Veto (modelo conjunto)	pct_pib_TI	-0,519	0,725	0,474

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Coeficientes estimados via regressão logística binária. Erros-padrão robustos clusterizados por unidade federativa.

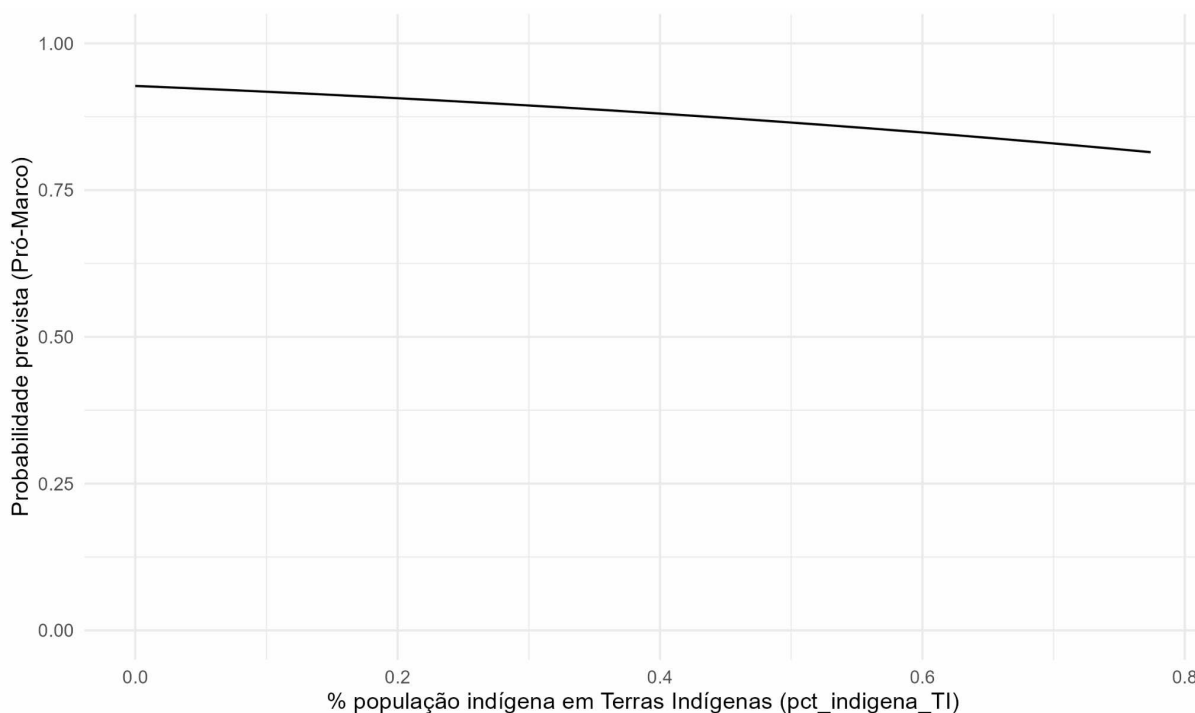
As probabilidades previstas sintetizam visualmente esse padrão: na votação da PL, a curva associada à mobilização indígena é praticamente plana, indicando ausência de variação substantiva na probabilidade estimada de voto Pró-Marco ao longo do espectro de presença indígena. No veto, observa-se leve inclinação negativa, porém de baixa magnitude e sem respaldo estatístico robusto.

Figura 08 - PL_30mai2023: probabilidades previstas de voto Pró-Marco por mobilização indígena (H3)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Câmara dos Deputados (2023).

Figura 09 - VETO_14dez2023: probabilidades previstas de voto Pró-Marco por mobilização indígena (H3)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Câmara dos Deputados (2023).

Diferentemente do observado para H2, a hipótese relativa à mobilização indígena não encontra respaldo estatístico nas duas votações analisadas. Ainda que o sinal negativo no veto seja compatível com a expectativa teórica, a ausência de significância indica que fatores demográficos territoriais exercem influência limitada sobre a variação interna do voto na FPA, especialmente em um contexto caracterizado por elevada coesão programática e organizacional.

5.2. A APLICAÇÃO DO ADVOCACY COALITION FRAMEWORK (ACF) AO SUBSISTEMA AGROAMBIENTAL NA VOTAÇÃO DO MARCO TEMPORAL

Este subcapítulo operacionaliza a aplicação do Advocacy Coalition Framework (ACF) ao subsistema agroambiental brasileiro, tomando como objeto empírico o debate parlamentar em torno da votação da Proposta de Lei nº 490/2007 (Marco Temporal), na Câmara dos Deputados, em 2023. A análise mobiliza os conceitos centrais do framework, em especial a noção de subsistema de política pública, a estrutura hierarquizada de crenças e a formação de coalizões, de forma adaptada ao recorte institucional, temporal e metodológico da pesquisa.

5.2.1. PARÂMETROS RELATIVAMENTE ESTÁVEIS E EVENTOS EXTERNOS

No âmbito do Advocacy Coalition Framework (ACF), os aspectos sistêmicos do quadro analítico, caracterizados por seu caráter abrangente, exercem influência indireta sobre o comportamento dos atores e sobre a configuração das alianças no interior do subsistema de política pública (Jenkins-Smith et al., 2014). Os parâmetros relativamente estáveis correspondem a fatores estruturais de alta persistência que moldam o funcionamento do subsistema, como as características centrais do problema, a distribuição de recursos, valores socioculturais e estruturas sociais e legais. Em contraste, os eventos sistêmicos externos possuem caráter mais dinâmico e referem-se a mudanças no contexto político mais amplo, como variações nas condições socioeconômicas, na opinião pública, nas coalizões governamentais ou em outros subsistemas de políticas públicas (Sabatier; Jenkins-Smith, 1993, 1999).

Diferentemente das aplicações clássicas do ACF voltadas à explicação de processos de mudança de política ao longo do tempo, o framework é mobilizado nesta pesquisa como instrumento analítico para a identificação de padrões discursivos, convergências argumentativas e coordenação política em uma arena decisória específica. Em razão desse recorte analítico, a análise concentra-se exclusivamente no contexto político da votação do PL nº 490/2007, sem a pretensão de reconstruir dinâmicas de longo prazo ou processos de aprendizado intertemporal. Desta forma, a caracterização desses elementos baseia-se em literatura especializada e documentos institucionais relacionados ao debate do Marco Temporal.

Os parâmetros relativamente estáveis do subsistema agroambiental brasileiro estão associados a elementos constitucionais, institucionais e históricos que estruturam, de forma duradoura, o conflito em torno da política de demarcação de terras indígenas. No plano constitucional, o artigo 231 da Constituição Federal de 1988 reconhece aos povos indígenas sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, bem como os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (BRASIL, 1988). Esse dispositivo estabelece um marco normativo robusto, de natureza declaratória, que afirma a anterioridade histórica da ocupação indígena e impõe limites à atuação estatal e legislativa sobre tais direitos (Gomes; Santos, 2024).

Paralelamente, a Constituição Federal assegura, em seu artigo 5º, inciso XXII, o direito de propriedade privada, configurando outro eixo estrutural relevante do subsistema agroambiental (BRASIL, 1988). Soma-se a esse elemento normativo a centralidade histórica e

econômica do setor agropecuário na economia brasileira, evidenciada por sua contribuição significativa para o crescimento do Produto Interno Bruto nacional, o que reforça sua capacidade de mobilização política e institucional no processo legislativo (G1, 2026).

A centralidade econômica e política do agronegócio no Brasil tem sido amplamente documentada pela literatura, especialmente no que se refere à sua capacidade de organização institucional e influência sobre o processo legislativo, em particular na agenda fundiária e ambiental. Nesse contexto, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) consolidou-se como um ator coletivo central, articulando preferências do setor rural e mobilizando estratégias legislativas para conter a ampliação de direitos territoriais indígenas, especialmente quando percebidos como ameaça à segurança jurídica e à estabilidade fundiária (Castilho, 2022).

Esses elementos estruturais sustentam um conflito persistente entre dois projetos normativos e políticos: de um lado, a proteção dos direitos territoriais indígenas e a preservação ambiental; de outro, a expansão produtiva, a regularização fundiária e a defesa da propriedade privada. Trata-se de um conflito de caráter duradouro, que atravessa diferentes conjunturas políticas e se manifesta de forma recorrente em disputas legislativas e judiciais, configurando o pano de fundo sobre o qual se desenvolve o debate do Marco Temporal.

Agora, os eventos externos e fatores conjunturais que marcaram o ano de 2023 alteraram significativamente o ambiente de disputa no subsistema agroambiental, intensificando o conflito político e jurídico em torno do Marco Temporal. Entre esses eventos, destaca-se o julgamento do Tema 1031 de repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal, concluído em setembro de 2023, que rejeitou a tese do Marco Temporal por ampla maioria e reafirmou o caráter fundamental e originário dos direitos territoriais indígenas (Brasil, 2023 c).

A decisão do Supremo Tribunal Federal, ao rejeitar a tese do Marco Temporal, não encerrou o conflito em torno da política de demarcação de terras indígenas. Ao contrário, contribuiu para a intensificação da reação legislativa, especialmente por parte da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que passou a articular a aprovação do projeto de lei como estratégia para posicionar a disputa no âmbito do Congresso Nacional (Borges; Bispo, 2024; Gomes; Santos, 2024). Nesse contexto, a tramitação do PL nº 490/2007 em regime de urgência, aprovada em maio de 2023, bem como a realização de votação nominal em plenário, reforçaram o caráter politizado e polarizado do processo decisório, ao mesmo tempo em que ampliaram a visibilidade pública do tema (Brasil, 2023a; Brasil, 2023b).

Adicionalmente, a mudança de governo em 2023 e a retomada de uma agenda mais sensível à proteção dos direitos indígenas e ambientais no âmbito do Poder Executivo contribuíram para reconfigurar as relações entre os Poderes. A derrubada dos vetos presidenciais à Lei nº 14.701/2023, em dezembro de 2023, evidenciou a capacidade de coordenação do Legislativo frente ao Executivo e acentuou as tensões institucionais entre o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal, deslocando parte relevante da controvérsia para a arena do controle concentrado de constitucionalidade (Portela; Menezes Júnior; Silva, 2024).

Esses fatores conjunturais não produziram, por si, alterações imediatas na política de demarcação de terras indígenas, mas condicionaram, modularam e alteraram o ambiente de disputa no subsistema agroambiental. Ao intensificarem o conflito político e institucional, tais elementos reforçam a centralidade da arena legislativa como espaço de afirmação discursiva e coordenação política das coalizões em disputa no debate sobre o Marco Temporal. Assim sendo, os principais eventos externos e fatores conjunturais que incidiram sobre o subsistema agroambiental no período analisado estão sintetizados na Tabela 19.

Tabela 19: Eventos externos e fatores conjunturais no debate do Marco Temporal (2023–2025)

Evento / fator	Ano	Arena	Efeito sobre o subsistema
Julgamento do Tema 1031 (STF)	2023	Judiciário	Intensificação do conflito institucional
Regime de urgência do PL 490/2007	2023	Legislativo	Aceleração do processo decisório
Votação nominal em plenário	2023	Legislativo	Polarização e visibilidade política
Derrubada dos vetos presidenciais	2023	Legislativo	Reforço da coordenação da FPA
Ações de controle concentrado (ADIs/ADC)	2024	Judiciário	Manutenção da controvérsia institucional
Aprovação da PEC nº 48/2023 (1º e 2º turnos)	2025	Legislativo	Reposição do conflito no plano constitucional

Fonte: Elaboração própria, com base no Brasil (2023; 2024; 2025).

É nesse contexto sistêmico e conjuntural que se estruturam os sistemas de crenças mobilizados no debate parlamentar, analisados na seção seguinte.

5.2.2. ESTRUTURA DE CRENÇAS NO DEBATE DO MARCO TEMPORAL

A análise discursiva realizada nesta pesquisa baseia-se na operacionalização do Advocacy Coalition Framework (ACF), que concebe os sistemas de crenças dos atores políticos como organizados em três níveis hierárquicos: *deep core beliefs*, *policy core beliefs* e *secondary beliefs* (Sabatier; Jenkins-Smith, 1999; Sabatier; Weible, 2007). A utilização da escala ordinal de 1 a 5 para a mensuração das crenças tem finalidade exclusivamente analítica e comparativa. A pontuação atribuída aos trechos discursivos não pretende mensurar a intensidade psicológica das crenças individuais dos parlamentares, tampouco estabelecer juízos normativos sobre suas posições. Seu uso destina-se a identificar padrões de alinhamento discursivo, recorrência argumentativa e graus relativos de convergência entre os atores analisados, permitindo a comparação sistemática dos sistemas de crenças mobilizados no debate parlamentar, em consonância com aplicações qualitativas do Advocacy Coalition Framework em arenas legislativas específicas.

A análise das crenças mobilizadas no debate parlamentar sobre o Marco Temporal baseou-se na codificação sistemática dos pronunciamentos realizados em sessões plenárias da Câmara dos Deputados durante o processo de tramitação da Proposta de Lei nº 490/2007, em 2023. O corpus empírico analisado compreende as intervenções registradas nas sessões plenárias realizadas entre os dias 24 de maio e 1º de junho de 2023, período no qual ocorreram as principais deliberações relacionadas à tramitação do projeto, incluindo a aprovação do regime de urgência e a votação em plenário.

As sessões plenárias analisadas estão sistematizadas na Tabela 20.

Tabela 20: Sessões plenárias analisadas

Data	Sessão	Tema principal
24/05/2023	Sessão da Câmara dos Deputados	Debate sobre regime de urgência da PL nº 490/2007
26/05/2023	Sessão do Congresso Nacional	Discussões relacionadas à pauta indígena
30/05/2023	Sessão da Câmara dos Deputados	Votação da urgência da PL nº 490/2007

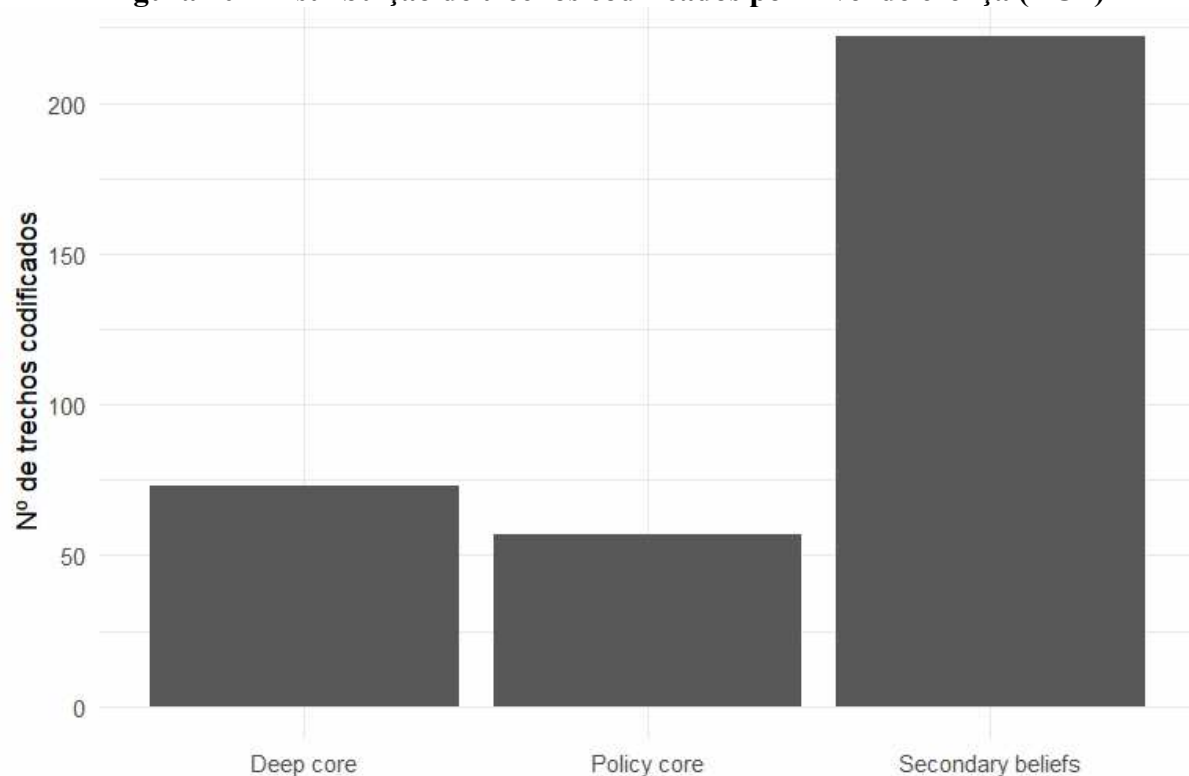
30/05/2023	Sessão da Câmara dos Deputados	Debate parlamentar sobre a matéria
31/05/2023	Sessão da Câmara dos Deputados	Continuidade das discussões em plenário
01/06/2023	Sessão da Câmara dos Deputados	Encaminhamentos finais do debate

Fonte: Elaboração própria a partir das transcrições oficiais da Câmara dos Deputados

A partir dessas sessões, foi realizado o processo de análise de conteúdo e codificação dos pronunciamentos parlamentares, utilizando o protocolo analítico desenvolvido no capítulo metodológico desta pesquisa. Esse procedimento permitiu identificar e classificar os diferentes argumentos mobilizados pelos parlamentares ao longo do debate legislativo.

A codificação dos discursos parlamentares permitiu identificar 352 trechos discursivos, classificados conforme os três níveis de crença. A distribuição geral evidencia uma predominância clara de secondary beliefs, que correspondem a aproximadamente 220 ocorrências (63%), seguidos por deep core beliefs, com cerca de 70 ocorrências (20%) e policy core beliefs, aproximadamente 55 ocorrências (16%). Esse padrão é apresentado na Figura 10.

Figura 10 - Distribuição de trechos codificados por nível de crença (ACF)



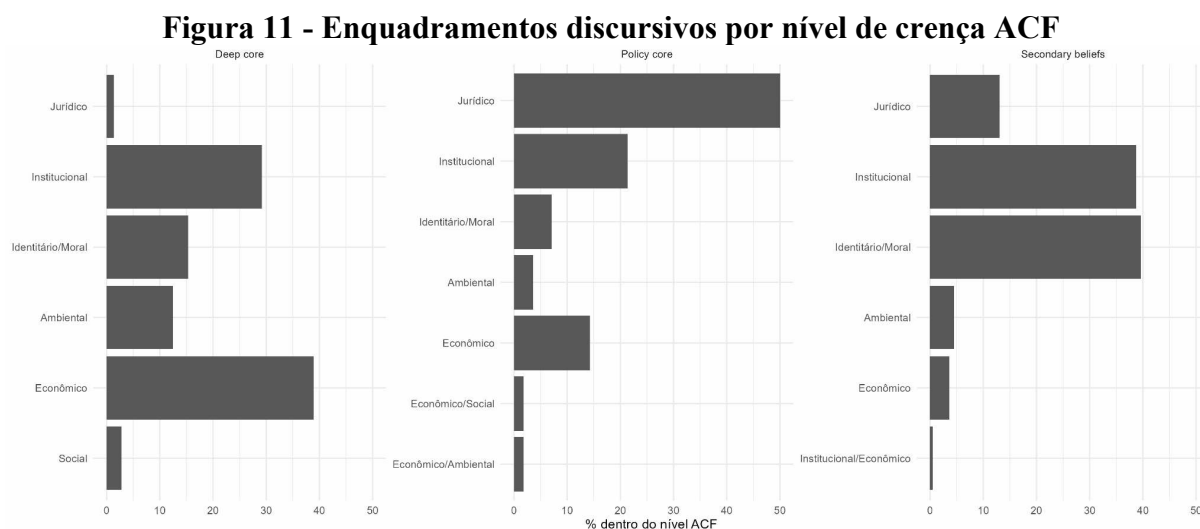
Fonte: Elaboração própria.

Essa distribuição é consistente com a literatura do ACF, que sustenta que os níveis mais superficiais do sistema de crenças, especialmente as crenças secundárias, tendem a aparecer com maior frequência nos debates legislativos, pois dizem respeito a estratégias discursivas, disputas institucionais e enquadramentos retóricos empregados em arenas políticas específicas (Sabatier; Weible, 2007). Em contraste, crenças de deep core aparecem com menor frequência, dado seu caráter mais normativo e estruturante.

Assim, o padrão observado sugere que a atuação discursiva da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) no debate sobre o Marco Temporal combina valores normativos relativamente estáveis, posições estruturais de política pública e estratégias retóricas mobilizadas em contextos institucionais específicos.

5.2.2.1. ENQUADRAMENTOS DISCURSIVOS NOS DIFERENTES NÍVEIS DE CRENÇA

A análise dos enquadramentos discursivos associados a cada nível de crença, apresentados na Figura 11, revela padrões distintos de argumentação política.



Fonte: Elaboração própria.

Nos deep core beliefs, observa-se predominância de enquadramentos econômicos, seguidos por enquadramentos institucionais, identitários/morais e ambientais. Esse padrão indica que os fundamentos normativos mobilizados pelos parlamentares da FPA associam o desenvolvimento econômico do agronegócio a valores estruturantes da ordem política e social. Nesse nível mais profundo do sistema de crenças, os argumentos econômicos

frequentemente aparecem vinculados à ideia de que o crescimento do setor agropecuário constitui não apenas um objetivo de política pública, mas um princípio orientador do próprio modelo de desenvolvimento nacional. Embora parte das falas parlamentares assuma forma concreta ou descritiva, elas expressam, em nível subjacente, crenças normativas mais amplas sobre desenvolvimento, propriedade, legitimidade democrática e papel do conhecimento técnico na formulação de políticas públicas.

Essa visão aparece, por exemplo, em intervenções que associam diretamente o agronegócio à sustentação material da economia nacional. Na Sessão Deliberativa da Câmara de 30 de maio de 2023, o deputado Rodolfo Nogueira (PL-MS) afirmou que “o agronegócio sustenta a economia, sustenta a produção de alimentos — um prato a cada cinco pratos no mundo é produzido por ele”, enquanto Gustinho Ribeiro (Republicanos-SE) declarou que o setor “bota comida na mesa de milhões de brasileiros”. Em sentido semelhante, Rafael Simões (União-MG) destacou, na Sessão Deliberativa de 31 de maio de 2023, que “a cadeia produtiva do leite representa 1,2% do produto interno bruto brasileiro” e gera milhões de empregos no país. Esses argumentos econômicos operam como justificativas empíricas para uma crença normativa mais profunda segundo a qual a expansão da produção agropecuária constitui elemento central do desenvolvimento nacional.

Além da centralidade econômica do setor, também aparecem crenças associadas à segurança jurídica da propriedade e à estabilidade institucional, princípios frequentemente mobilizados como fundamentos do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, Arthur Oliveira Maia (União-BA) afirmou, na Sessão Deliberativa da Câmara de 30 de maio de 2023, que “nenhum país no mundo se desenvolveu sem respeitar o direito de propriedade, nenhum país no mundo se desenvolveu sem segurança jurídica”, articulando desenvolvimento, propriedade e estabilidade institucional como princípios normativos convergentes.

Por fim, observa-se a valorização do conhecimento técnico como fonte legítima de autoridade na formulação de políticas públicas, elemento que também integra o sistema de crenças mobilizado pela coalizão ruralista. Em intervenção realizada na Sessão Deliberativa – Regime de Urgência de 24 de maio de 2023, Afonso Hamm (PP-RS) invocou explicitamente sua posição de especialista ao afirmar “eu sou engenheiro agrônomo”, mencionando ainda instituições como a Embrapa e as entidades da agronomia para reforçar a legitimidade técnica das posições defendidas.

No nível dos policy core beliefs, observa-se predominância de enquadramentos jurídicos, seguidos por enquadramentos institucionais e econômicos. Diferentemente das crenças profundas que estruturam visões normativas gerais sobre desenvolvimento e democracia, os policy core beliefs correspondem a posições relativamente estáveis sobre a organização institucional das políticas públicas e sobre a hierarquia entre diferentes regimes de direitos. No debate analisado, esses enquadramentos aparecem sobretudo nas disputas em torno da relação entre direito de propriedade, direitos territoriais indígenas e critérios institucionais para a demarcação de terras.

Um dos eixos centrais dessa disputa refere-se à primazia do direito de propriedade e à necessidade de segurança jurídica nas relações fundiárias. Diversos parlamentares defenderam que a definição de um marco temporal funcionaria como instrumento institucional para estabilizar conflitos territoriais e reduzir a incerteza jurídica. Nesse sentido, Gilson Marques (NOVO-SC) afirmou, na Sessão Deliberativa – Regime de Urgência de 30 de maio de 2023, que “é evidente que o direito de propriedade precisa estar respeitado. Se não houver uma data específica como marco para que o Judiciário e as pessoas tenham segurança jurídica sobre o que é seu, nós ficaremos ao bel-prazer do Judiciário”. De forma semelhante, Marcel van Hattem (NOVO-RS) argumentou, na Sessão Deliberativa da Câmara de 30 de maio de 2023, que a aprovação da proposta representaria “segurança jurídica” e permitiria relações mais pacíficas entre proprietários rurais, povos indígenas e o poder público. Também Rodolfo Nogueira (PL-MS) associou diretamente a estabilidade das regras fundiárias à produção agrícola ao afirmar que “sem segurança jurídica, é impossível haver segurança alimentar para o mundo inteiro”.

Outro eixo importante dos policy core beliefs diz respeito à definição dos limites institucionais dos direitos territoriais indígenas, frequentemente apresentados como compatíveis com o reconhecimento de direitos tradicionais já consolidados, mas não com sua expansão indefinida. Nesse sentido, parlamentares mobilizaram argumentos quantitativos e jurídicos para sustentar a tese de reconhecimento limitado desses direitos. Na Sessão Deliberativa da Câmara de 30 de maio de 2023, Bibó Nunes (PL-RS) argumentou que “a área indígena do Brasil é de 14%, e a população indígena no Brasil é de 0,4%”, questionando a ampliação de novas demarcações. De forma semelhante, Giovani Cherini (PL-RS) afirmou, na Sessão Deliberativa – Regime de Urgência de 24 de maio de 2023, que “treze por cento do território nacional são de área indígena, enquanto o agricultor produz em apenas 7% do

território”, enquadrando o conflito territorial como disputa distributiva entre produção agrícola e expansão das terras indígenas.

Além disso, aparecem posições que defendem a possibilidade de exploração econômica das terras indígenas como forma de integração produtiva desses territórios à economia nacional. Nesse sentido, Giovani Cherini (PL-RS) afirmou que “a questão indígena no Brasil é dar oportunidade ao índio para que ele possa explorar suas terras de forma legal”, argumento que expressa a crença de que direitos territoriais devem estar subordinados à lógica de exploração econômica dos recursos disponíveis.

Embora predominem posições favoráveis ao marco temporal, o debate também inclui intervenções que defendem interpretações constitucionais mais amplas dos direitos territoriais indígenas. Por exemplo, José Guimarães (PT-CE) argumentou, na Sessão Deliberativa – Regime de Urgência de 30 de maio de 2023, que “um projeto de lei não pode alterar aquilo que está no art. 231 da Constituição”, sustentando que a proposta representaria alteração indevida de direitos constitucionais assegurados aos povos indígenas.

Por fim, no nível das *secondary beliefs*, verifica-se predominância de enquadramentos institucionais e identitários/morais, com menor presença de argumentos econômicos ou ambientais. Diferentemente dos *deep core beliefs*, que remetem a visões normativas mais abstratas, e dos *policy core beliefs*, que organizam posições relativamente estáveis sobre os arranjos institucionais das políticas públicas, as *secondary beliefs* operam no plano mais imediato da disputa política, funcionando como instrumentos retóricos de mobilização, justificação e antagonização. Nesse nível, os parlamentares da FPA e de partidos alinhados ao marco temporal mobilizam sobretudo narrativas relacionadas à legitimidade institucional do Parlamento, à defesa da soberania popular, à reação contra o Supremo Tribunal Federal e à construção de adversários políticos associados à esquerda, ao MST, ao governo federal e, em alguns casos, a atores externos.

Um primeiro conjunto de falas enfatiza a centralidade do Parlamento como instância legítima de decisão e a necessidade de afirmar sua autonomia frente a outros poderes. Na Sessão Deliberativa – Regime de Urgência de 24 de maio de 2023, Arthur Oliveira Maia (União-BR) afirmou que a aprovação do projeto representaria contribuição decisiva do Congresso ao país e, já na Sessão Deliberativa da Câmara de 30 de maio de 2023, sustentou que “não é razoável que permanentemente a nossa autoridade, o nosso poder, a nossa prerrogativa legiferante seja suplantada por decisões do Supremo”. No mesmo sentido, Sergio Souza (MDB-PR) declarou, na mesma sessão, que “defendemos que o Congresso tem a

prerrogativa de regulamentar dispositivo da Constituição”, enquanto Zé Trovão (PL-SC) argumentou que “o parlamento precisa ser respeitado” e não poderia sofrer interferência de outros poderes. Esses trechos mostram que, no plano das crenças secundárias, a defesa do marco temporal é frequentemente articulada à afirmação da autoridade legislativa e à construção de um conflito institucional com o Judiciário.

Um segundo eixo recorrente refere-se à defesa de marcos temporais claros como critério prático para evitar insegurança jurídica, elemento central da justificação imediata do projeto. Na Sessão Deliberativa da Câmara de 30 de maio de 2023, Arthur Oliveira Maia (União-BR) afirmou que “tem que existir um marco temporal, uma data para que se considere uma terra ocupada como tradicional”, acrescentando que essa seria a forma de garantir segurança jurídica e paz no campo. De forma semelhante, Caroline de Toni (PL-SC) argumentou, tanto em 24 quanto em 30 de maio de 2023, que seria necessário votar “sim” ao marco temporal para evitar a relativização da segurança jurídica e impedir revisões fundiárias retroativas. Também Abilio Brunini (PL-MT) afirmou, na Sessão Deliberativa de 31 de maio de 2023, que a aprovação da proposta trazia “um resultado muito importante para o direito à propriedade e para a resolução do conflito”. Nesses casos, a linguagem da segurança jurídica aparece menos como formulação abstrata de princípio e mais como instrumento de persuasão e estabilização do conflito no plano legislativo imediato.

Além disso, as *secondary beliefs* revelam forte presença de narrativas identitário-morais e de construção de inimigos políticos, especialmente por meio da associação entre esquerda, MST, governo federal e desordem institucional. Na Sessão Deliberativa – Regime de Urgência de 24 de maio de 2023, Coronel Chrisóstomo (PL-RO) afirmou que certos atores “produzem o mal, produzem perversidades contra aqueles que têm terras, invadindo, queimando terras, matando animais”, ao passo que Eduardo Bolsonaro (PL-SP) classificou o governo como “um governo de mentirosos”. Em 30 e 31 de maio de 2023, esse padrão se intensifica: Carlos Jordy (PL-RJ) falou em “irresponsabilidade fiscal, típica do PT” e em um governo que desrespeitaria o Parlamento; Filipe Barros (PL-PR) associou a base governista à corrupção; Giovani Cherini (PL-RS) mencionou “perfis extremistas de esquerda” e acusou a esquerda de alimentar a luta de classes contra agricultores; e Mauricio Marcon (PODE-RS) afirmou que o Supremo seria aparelhado pela esquerda, funcionando como instância de reversão das derrotas sofridas na arena democrática. Esses exemplos mostram que as crenças secundárias não apenas justificam posições legislativas, mas também estruturam antagonismos políticos e morais, conferindo densidade identitária ao conflito.

Outro conjunto relevante de falas mobiliza a figura do “indígena produtivo”, isto é, do indígena cuja legitimidade aparece condicionada à integração às atividades econômicas, ao trabalho e à autossuficiência. Na Sessão Deliberativa – Regime de Urgência de 24 de maio de 2023, Giovani Cherini (PL-RS) afirmou que o projeto garantiria ao indígena a possibilidade de “ser rico no Brasil, não viver na pobreza”, enquanto, em 30 de maio, declarou que seria preciso “deixá-los plantar, colher, viver, e não apenas de Bolsa Família”. Na mesma linha, Rodolfo Nogueira (PL-MS) afirmou que “índio não quer mais terra; índio quer asfalto, água, luz, energia elétrica, celular e internet”, e Reinhold Stephanes (PSD-PR) declarou, em 31 de maio de 2023, que o indígena de hoje “não quer viver isolado”, mas ter renda e qualidade de vida. Esse enquadramento revela o caráter estratégico das crenças secundárias: o reconhecimento do indígena é discursivamente condicionado à sua aderência a valores de produtividade, consumo e inserção econômica.

Por fim, também aparecem narrativas voltadas à contestação de regulações ambientais e de órgãos de controle, frequentemente enquadrados como entraves indevidos ao desenvolvimento. Na Sessão Deliberativa de 31 de maio de 2023, Capitão Alberto Neto (PL-AM) afirmou que o Ministério do Meio Ambiente seria “contra o Brasil” por não aprovar determinado licenciamento, enquanto Henderson Pinto (MDB-PA) criticou o indeferimento do pedido da Petrobras pelo Ibama. Em chave semelhante, Ismael (PSD-SC) denunciou multa ambiental excessiva aplicada em Santa Catarina. Esses trechos indicam que, no nível das crenças secundárias, a crítica à regulação ambiental assume função eminentemente estratégica, servindo para reforçar a oposição entre produção, de um lado, e burocracia, fiscalização ou restrição estatal, de outro.

5.2.2.2. DEEP CORE BELIEFS: FUNDAMENTOS NORMATIVOS DO DISCURSO RURALISTA

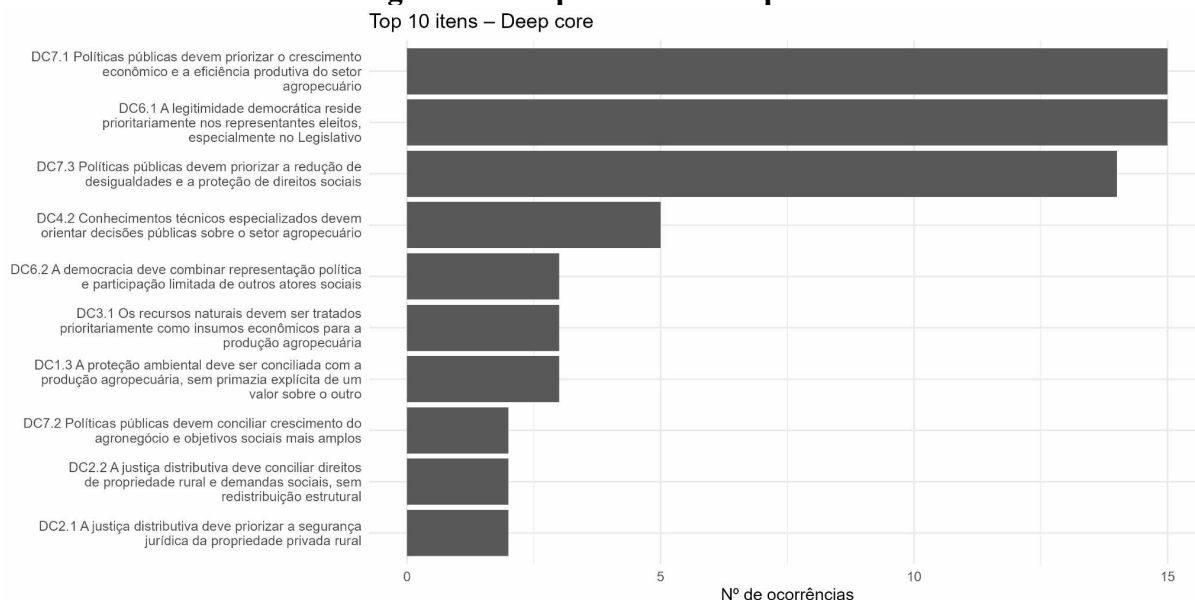
No nível das deep core, os itens mais recorrentes refletem princípios normativos associados ao papel do Estado, à concepção de democracia e à centralidade econômica do agronegócio.

Entre os itens mais frequentes destacam-se:

- a ideia de que políticas públicas devem priorizar o crescimento econômico e a eficiência produtiva do setor agropecuário;
- a crença de que a legitimidade democrática reside prioritariamente nos representantes eleitos, especialmente no Legislativo;

- a defesa de que políticas públicas devem conciliar crescimento econômico com objetivos sociais mais amplos, sem comprometer a produtividade do setor;
- a noção de que recursos naturais devem ser tratados prioritariamente como insumos econômicos para a produção agropecuária

Figura 12 - Top 10 itens - Deep Core



Fonte: Elaboração própria.

Esses elementos indicam que o discurso ruralista mobiliza uma visão normativa na qual desenvolvimento econômico, representação política e produção agropecuária são concebidos como pilares estruturantes da ordem política.

Adicionalmente, observa-se a presença de crenças relacionadas à justiça distributiva e ao regime de propriedade, especialmente a defesa da segurança jurídica da propriedade rural e da conciliação entre direitos de propriedade e demandas sociais sem redistribuição estrutural. Esse conjunto de crenças reforça a centralidade do direito de propriedade como princípio organizador do sistema normativo mobilizado pela coalizão ruralista.

5.2.2.3. *POLICY CORE BELIEFS: DISPUTAS ESTRUTURAIS DE POLÍTICA PÚBLICA*

No nível intermediário do sistema de crenças, correspondente aos policy core beliefs, emergem posições diretamente relacionadas à estrutura institucional das políticas territoriais e ambientais.

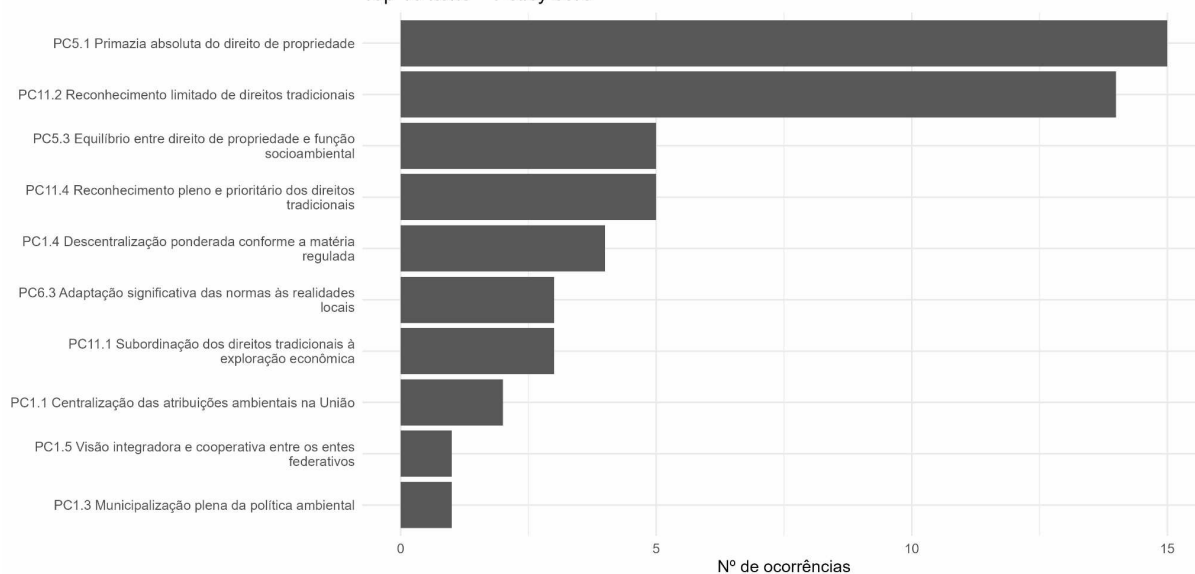
Entre os itens mais frequentes destacam-se:

- a primazia do direito de propriedade;

- o reconhecimento limitado de direitos territoriais tradicionais;
- a defesa do equilíbrio entre direito de propriedade e função socioambiental;
- a subordinação de direitos tradicionais à exploração econômica em determinados contextos

Figura 13 - Top 10 itens - Policy Core

Top 10 itens – Policy core



Fonte: Elaboração própria.

Também aparecem crenças relacionadas à organização federativa da política ambiental, incluindo propostas de descentralização regulatória ou adaptação das normas às realidades locais.

Esses resultados indicam que, no plano das disputas de política pública, o conflito central não se organiza apenas em torno da dicotomia entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental, mas sobretudo em torno da hierarquia entre diferentes regimes de direitos territoriais, particularmente entre propriedade privada e direitos coletivos.

Nesse sentido, os policy core beliefs identificados refletem a tentativa de estabelecer um arranjo institucional que preserve a centralidade da propriedade privada e limite a expansão de direitos territoriais indígenas, elemento central do debate sobre o Marco Temporal.

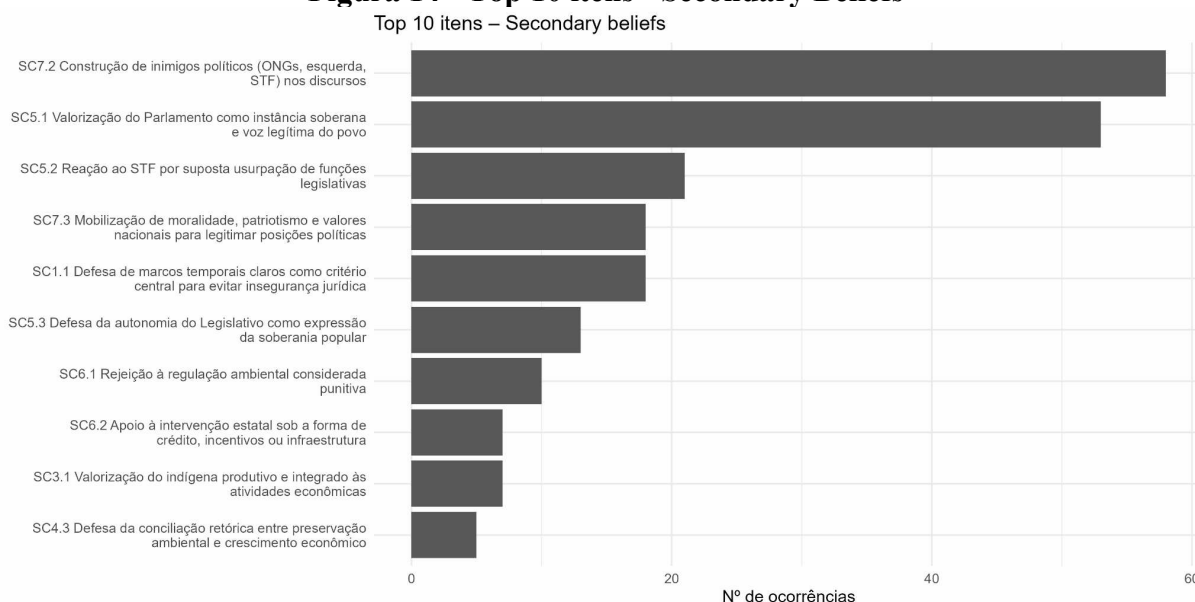
5.2.2.4. *SECONDARY BELIEFS: ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS E MOBILIZAÇÃO POLÍTICA*

O nível das secondary beliefs concentra a maior parte dos trechos discursivos identificados na análise, evidenciando o caráter estratégico dessas crenças na disputa política.

Entre os itens mais recorrentes destacam-se:

- a construção de inimigos políticos, frequentemente associando organizações não governamentais, setores da esquerda e o Supremo Tribunal Federal (STF) a ameaças aos interesses nacionais;
- a valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo;
- a reação ao STF por suposta usurpação de funções legislativas;
- a mobilização de valores morais, patriotismo e identidade nacional para legitimar posições políticas.

Figura 14 - Top 10 itens - Secondary Beliefs



Fonte: Elaboração própria.

Também aparecem narrativas relacionadas à insegurança jurídica decorrente da ausência de marcos temporais claros, bem como argumentos contra o que é descrito como regulação ambiental punitiva.

Esses elementos revelam que as secondary beliefs operam principalmente como instrumentos retóricos e estratégicos, utilizados para mobilizar apoio político e estruturar antagonismos no debate público.

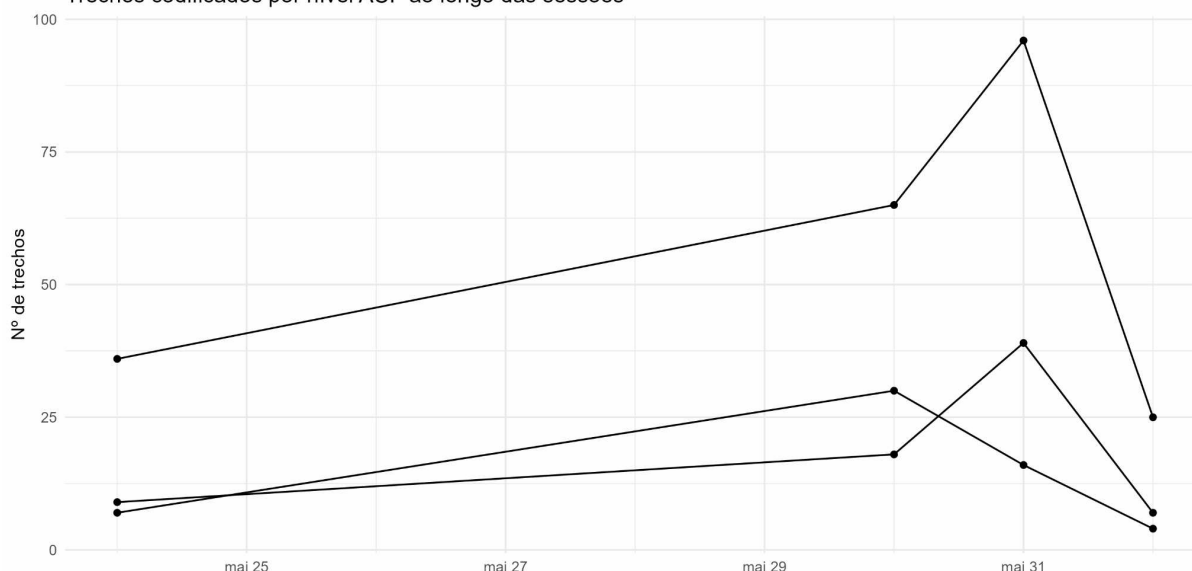
5.2.2.5. DINÂMICA TEMPORAL DOS DISCURSOS NAS SESSÕES LEGISLATIVAS

A análise temporal dos discursos revela variações importantes ao longo das sessões legislativas analisadas. Observa-se um crescimento progressivo no número de trechos

codificados entre os dias 24 e 31 de maio, atingindo um pico próximo de 100 ocorrências no dia 31 de maio, seguido de redução na sessão subsequente

Figura 15 - Distribuição temporal dos trechos discursivos por sessão plenária

Trechos codificados por nível ACF ao longo das sessões



Fonte: Elaboração própria.

Esse padrão sugere que a intensificação do debate parlamentar ocorreu nas fases finais da tramitação da matéria, momento em que as disputas discursivas se tornam mais intensas e a mobilização retórica dos atores políticos tende a aumentar.

Além disso, a predominância de secondary beliefs nos momentos de maior intensidade do debate reforça a interpretação de que esse nível do sistema de crenças está fortemente associado a estratégias de mobilização política em arenas institucionais específicas.

5.2.3. A COALIZÃO RURALISTA NO DEBATE DO MARCO TEMPORAL

A partir da análise dos padrões discursivos identificados nos pronunciamentos parlamentares, é possível reconhecer a atuação de uma coalizão de advocacia no interior do subsistema agroambiental, conforme definido pelo Advocacy Coalition Framework (ACF). Essa coalizão, articulada principalmente em torno da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), caracteriza-se pela convergência de sistemas de crenças, pela coordenação argumentativa e pela atuação estratégica em uma arena decisória específica — o plenário da Câmara dos Deputados durante a tramitação do PL nº 490/2007, em 2023.

A identificação dessa coalizão não se fundamenta na observação de vínculos organizacionais formais ou em dados de filiação partidária, mas na recorrência de crenças compartilhadas e enquadramentos discursivos semelhantes, observados ao longo das sessões analisadas. A predominância de crenças convergentes nos níveis de deep core, policy core e secondary beliefs indica um elevado grau de alinhamento normativo e estratégico entre os parlamentares vinculados à FPA, compatível com a noção de coalizão de advocacia proposta pelo ACF (Sabatier; Jenkins-Smith, 1999; Sabatier; Weible, 2007).

No plano dos deep core beliefs, a coalizão ruralista mobiliza fundamentos normativos associados à centralidade do desenvolvimento econômico, à legitimidade democrática do Legislativo e à concepção da produção agropecuária como pilar estruturante do modelo de desenvolvimento nacional. Esses princípios orientadores sustentam, no nível intermediário dos policy core beliefs, posições favoráveis à primazia do direito de propriedade e à limitação da expansão de direitos territoriais indígenas, especialmente quando percebidos como entraves à segurança jurídica e à atividade produtiva.

Já no nível das secondary beliefs, observa-se a utilização recorrente de estratégias discursivas voltadas à mobilização política imediata, como a valorização do Parlamento enquanto instância soberana, a construção de antagonismos em relação ao Supremo Tribunal Federal e a evocação de valores morais e identitários para legitimar posições políticas. Esse padrão reforça a interpretação de que a coalizão ruralista atua de forma coordenada, combinando fundamentos normativos relativamente estáveis com enquadramentos estratégicos adaptados ao contexto institucional específico da votação do Marco Temporal.

Assim, a atuação da Frente Parlamentar da Agropecuária no debate analisado pode ser compreendida como a expressão de uma coalizão de advocacia que, embora inserida em um contexto conjuntural específico, reproduz conflitos estruturais duradouros do subsistema agroambiental brasileiro, especialmente no que se refere à hierarquia entre diferentes regimes de direitos territoriais.

6. CONCLUSÃO

A presente dissertação teve como objetivo geral analisar de que modo fatores institucionais (vínculo formal à Frente Parlamentar da Agropecuária), estruturais (o peso do agronegócio e a mobilização indígena nos estados de origem dos parlamentares) e discursivos (estratégias retóricas mobilizadas pela FPA em plenário) influenciaram o padrão de votação do Projeto de Lei nº 490/2007 na Câmara dos Deputados. A análise qualitativa foi orientada pelo *Advocacy Coalition Framework* (ACF), desenvolvido por Sabatier e Jenkins-Smith (1988, 1993, 1999), empregado, nesta pesquisa, de forma adaptada como instrumento analítico para a identificação de padrões de crenças, enquadramentos discursivos e mecanismos de coordenação política durante a votação da PL nº 490/2007 (30 de maio) e a apreciação do Veto presidencial nº 30/2023 em sessão conjunta do Congresso Nacional (14 de dezembro). Com isso, não houve a pretensão de explicar processos de mudança de política de longo prazo.

De forma complementar, a pesquisa incorporou também uma etapa quantitativa, baseada na análise de votações nominais e em modelos de regressão logística, com o objetivo de examinar a associação entre o pertencimento institucional à FPA, características estruturais dos redutos eleitorais e a probabilidade de voto favorável à agenda do Marco Temporal.

A análise desenvolvida nesta dissertação insere-se em um contexto no qual o subsistema agroambiental brasileiro ocupa posição prioritária na agenda política nacional há décadas, com especial intensificação a partir da reforma do Código Florestal em 2012, quando se aprofundaram as disputas em torno da flexibilização das normas ambientais e da proteção de áreas de conservação e de terras indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais, sobretudo na Amazônia (Carneiro da Cunha, 2024). Esse movimento ganhou novo impulso a partir dos governos subsequentes, marcado pela retomada política da tese do Marco Temporal e pelo fortalecimento institucional de atores vinculados ao agronegócio, ainda que parcialmente tensionado, em 2023, pela recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (Mpa Brasil, 2023). Nesse cenário, a controvérsia em torno do Marco Temporal deve ser compreendida menos como um debate jurídico isolado e mais como expressão de um conflito estrutural duradouro, no qual concepções de propriedade privada, desenvolvimento econômico e direitos territoriais orientam a atuação dos atores políticos no interior do Congresso Nacional. À luz do ACF, esse pano de fundo corresponde aos parâmetros relativamente estáveis do subsistema, que delimitam o repertório de posições legítimas e estruturam a forma pela qual o conflito tende a se reproduzir entre arenas

legislativas e judiciais, especialmente quando eventos externos reconfiguram o ambiente de disputa.

Desta forma, os resultados da pesquisa indicam que esse conflito estrutural se manifesta de forma particularmente nítida por meio da atuação coordenada da Frente Parlamentar da Agropecuária. A FPA emerge como um ator coletivo altamente institucionalizado, capaz de articular interesses econômicos, trajetórias sociais e recursos organizacionais em torno de uma agenda comum voltada à defesa da propriedade privada, da segurança jurídica fundiária e da contenção da ampliação de direitos territoriais indígenas (Bruno, 2015). Essa capacidade de coordenação política é reforçada pelo enraizamento social e institucional de seus membros, cujas trajetórias se articulam a redes políticas, econômicas e produtivas vinculadas ao setor agropecuário, ampliando os recursos de poder mobilizados pela bancada (Dados da Câmara dos Deputados, 2023). No contexto específico do ciclo legislativo de 2023, essa configuração permitiu à FPA atuar de forma disciplinada em dois episódios decisórios centrais para esta pesquisa, a votação do PL nº 490/2007 e a apreciação do Veto Presidencial nº 30/2023, produzindo convergência de votos e discursos mesmo diante de mudanças no Executivo e de decisões contrárias do Supremo Tribunal Federal, confirmando o papel da bancada ruralista como mecanismo de institucionalização e reprodução política do patronato rural no Brasil (Bruno, 2015; Elias, 1997). Em termos do ACF, tal coordenação é compatível com a atuação de uma coalizão de advocacia cujo núcleo decisório mobiliza recursos organizacionais e narrativas legitimadoras para reduzir custos de dissenso interno, estabelecendo um padrão de ação coletiva em arenas institucionais distintas.

Os resultados quantitativos apresentados neste estudo evidenciam um padrão de convergência legislativa altamente consistente em torno da agenda do Marco Temporal, particularmente entre os parlamentares vinculados à bancada ruralista. Em ambos os episódios decisórios analisados, observou-se a formação de maiorias expressivas favoráveis à tese ruralista, mesmo em arenas institucionais distintas e sob contextos políticos polarizados, como a mudança de governo e o posicionamento contrário do Supremo Tribunal Federal. Esse padrão empírico dialoga diretamente com a noção de máquina homogeneizadora desenvolvida por Pompeia (2024), segundo a qual divergências internas ao campo do agronegócio, amplamente documentadas no plano associativo e empresarial, tendem a ser neutralizadas no interior do Congresso Nacional por meio de mecanismos institucionais e organizacionais que produzem convergência de votos. Assim, o caso do Marco Temporal confirma que a coesão observada não decorre da ausência de conflitos setoriais, mas da capacidade da FPA de transformar heterogeneidade econômica e política em disciplina legislativa efetiva.

A robustez desse mecanismo de coordenação institucional é corroborada pelos resultados da análise estatística. Na votação do PL nº 490/2007, parlamentares vinculados à FPA apresentaram chances aproximadamente 17 vezes maiores de votar favoravelmente à proposição em comparação aos não integrantes ($OR = 17,3$; $IC95\% [10,7; 28,7]$; $p < 0,001$), com probabilidade prevista de voto favorável superior a 84%, mesmo no limite inferior do intervalo de confiança. Na apreciação do Veto Presidencial nº 30/2023, este efeito manteve-se elevado e estatisticamente significativo ($OR = 12,3$; $IC95\% [7,7; 20,3]$; $p < 0,001$), indicando estabilidade do padrão de alinhamento institucional mesmo diante do confronto explícito com o Poder Executivo. Esses achados empíricos reforçam a interpretação proposta por Pompeia (2024), segundo a qual o fator decisivo para o comportamento dos parlamentares mais próximos da FPA não é a diversidade de interesses regionais ou setoriais, mas a adesão à posição oficial da bancada (Pompéia, 2024). A convergência observada nos modelos logísticos sugere, portanto, a operação de um mecanismo institucional capaz de disciplinar o voto e reduzir a variabilidade comportamental no interior da coalizão ruralista.

A análise das variações internas ao voto da FPA reforça ainda mais essa interpretação. As hipóteses relativas aos condicionantes territoriais, notoriamente o peso do agronegócio na economia estadual (H2) e presença indígena nos redutos eleitorais (H3), apresentaram capacidade explicativa limitada quando a amostra foi restrita aos parlamentares da Frente. Embora a centralidade econômica do agronegócio no estado de origem esteja associada positivamente ao voto Pró Marco, o efeito é moderado e apenas marginalmente significativo, operando como fator de reforço, e não como determinante primário do comportamento legislativo. Já a variável relacionada à mobilização indígena não apresentou associação estatisticamente significativa em nenhum dos modelos estimados. Esses resultados são convergentes com a etnografia de Pompeia (2024), que demonstra que, uma vez acionada a máquina homogeneizadora, diferenças territoriais, pressões locais e até dissensos associativos tendem a ser subsumidos à lógica de coordenação centralizada da bancada. Assim, o comportamento observado no ciclo legislativo de 2023 indica que a FPA opera como uma estrutura institucional capaz de amortecer constrangimentos territoriais e produzir alinhamento político mesmo em contextos potencialmente desfavoráveis.

Consideradas em conjunto, as hipóteses testadas nesta dissertação permitem sintetizar o funcionamento do episódio decisório analisado em três níveis analíticos complementares. A hipótese institucional (H1) foi amplamente corroborada, indicando que o pertencimento à FPA constitui o principal determinante do voto Pró-Marco tanto na tramitação do PL quanto na apreciação do veto. As hipóteses territoriais (H2 e H3)

apresentaram capacidade explicativa limitada no interior da bancada, sugerindo que constrangimentos estruturais locais são, em larga medida, subordinados à coordenação centralizada. Por fim, a hipótese discursiva (H4) foi sustentada pelos padrões observados na análise qualitativa: a convergência do voto foi acompanhada por convergência argumentativa, com predominância de crenças secundárias e enquadramentos institucionais e identitários/morais, especialmente nos momentos de maior intensificação do debate. Nesse sentido, os resultados indicam que a disciplina legislativa não opera apenas no plano procedimental, mas também por meio de repertórios discursivos compartilhados que reforçam coesão interna e legitimidade pública.

Do ponto de vista teórico, esta dissertação contribui para o debate sobre coalizões políticas e comportamento legislativo ao articular o Advocacy Coalition Framework (ACF) à literatura antropológica e sociopolítica sobre o agronegócio no Brasil. Ao mobilizar o ACF não como ferramenta para explicar mudanças de política de longo prazo, mas como instrumento analítico para examinar padrões de coordenação política e convergência discursiva em uma arena decisória específica, o estudo amplia o escopo de aplicação do framework em contextos legislativos marcados por elevada polarização e conflitos institucionais. Nesse sentido, os achados dialogam, novamente, com a noção de máquina homogeneizadora proposta por Pompeia (2024), ao demonstrar que a convergência observada no Congresso não decorre da homogeneidade substantiva de interesses ou crenças no campo do agronegócio, mas da articulação entre estruturas institucionais, hierarquias internas e estratégias discursivas capazes de produzir alinhamento político mesmo diante de dissensos latentes. Ao integrar evidências quantitativas de comportamento de voto com a análise qualitativa dos sistemas de crenças mobilizados em plenário, a pesquisa reforça a utilidade do ACF para compreender coalizões altamente institucionalizadas no Legislativo brasileiro e contribui para uma leitura mais refinada das relações entre interesses econômicos organizados, crenças políticas e disciplina legislativa no subsistema agroambiental.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães de. Política ambiental no Brasil no período 1992–2012: um estudo comparado das agendas verde e marrom. Orientador: Paulo Carlos Du Pin Calmon. Brasília, 2013. 458 p. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- ATHAYDE, Diego Brillhante. A formação da Frente Parlamentar da Agropecuária e sua atuação em processos de produção de políticas públicas de interesse do agronegócio. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Aprovado texto-base do projeto do Marco Temporal das terras indígenas; acompanhe. Brasília, DF, 30 maio de 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/967250-aprovado-texto-base-do-projeto-do-marco-temporal-das-terras-indigenas-acompanhe/>. Acesso em: 25 jan. 2026.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Câmara aprova urgência para projeto do Marco Temporal na demarcação de terras indígenas. Brasília, DF, 24 maio de 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/965416-camara-aprova-urgencia-para-marco-temporal-na-demarcacao-de-terras-indigenas>. Acesso em: 25 jan. 2026.
- BRASIL. Senado Federal. Congresso derruba veto ao Marco Temporal para terras indígenas. Brasília, DF, 14 dez. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/12/14/congresso-derruba-veto-ao-marco-temporal-para-terras-indigenas>. Acesso em: 25 jan. 2026.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. STF rejeita tese do Marco Temporal para demarcação de terras indígenas. Brasília, DF, 20 set. 2023. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=514552 & ori=1>. Acesso em: 25 jan. 2026.
- BRASIL. Senado Federal. Aprovada em dois turnos, PEC do Marco Temporal vai à Câmara. Brasília, DF, 9 dez. 2025. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/12/09/aprovada-em-dois-turnos-pec-do-marco-temporal-vai-a-camara>. Acesso em: 25 jan. 2026.
- BRUNO, Regina. Agronegócio, palavra política. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- BRUNO, Regina. Bancada ruralista, conservadorismo e representação de interesses no Brasil contemporâneo. In: MALUF, Renato; FLEXOR, George (org.). Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjuntura e políticas públicas. Rio de Janeiro: E-papers, 2017. p. 155–168.
- BRUNO, Regina. Elites agrárias, patronato rural e bancada ruralista. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura, 2015.
- BRUNO, Regina. Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA): campo de disputa entre ruralistas e petistas no Congresso Nacional brasileiro. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 29, n. 2, p. 461–502, 2021.

BRUNO, Regina. Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder. Rio de Janeiro: Mauad X; EdUR-UFRRJ, 2009.

CAMPELLO, Daniela. Political barriers to decarbonization in Brazil: the persistence of neoliberalism. Carnegie Endowment for International Peace, 2024. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/research/2024/07/political-barriers-to-decarbonization-in-brazil-the-persistence-of-neoliberalism>. Acesso em: 17 ago. 2025.

CAPELARI, Mauro Guilherme Maidana; ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães de; CALMON, Paulo Carlos Du Pin; BORINELLI, Benilson. Mudança de larga escala na política ambiental: análise da realidade brasileira. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 54, n. 6, p. 1691–1710, nov./dez. 2020.

CAPELARI, Mauro Guilherme Maidana; CALMON, Paulo Carlos Du Pin; ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães de. Coalizões de advocacia: levantamento das teses e dissertações nacionais. Brasília: CEAG/UnB, 2014. (Série Textos de Discussão CEAG/UnB, n. 003/14).

CARVALHO, Nelson Rojas de. E no início eram as bases: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

CASCIONE, Silvio Ricardo Silva. Institucionalização e influência das frentes parlamentares no Congresso Brasileiro. 2018. 165 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

CEPEA – CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. PIB do agronegócio brasileiro. Piracicaba: ESALQ/USP, [s.d.]. Disponível em: <https://www.cepea.org.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em: 8 ago. 2025.

LUCCHESI, Giovani da Silva; OLIVESKI, Felipe Esteves; FERNANDES, Sandra Beatriz Vicenci. A bancada ruralista e a política pública ambiental brasileira. Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana, set. 2018.

MADEIRA, Rafael Machado. Sob a superfície do sistema partidário: carreiras políticas e eleições majoritárias. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 39, e249100, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2022.39.249100>

MANES, Matteo de Barros; SCHAEFER, Bruno Marques; FERES JÚNIOR, João; SANTOS, Fabiano Guilherme Mendes. Cooperativismo, agropecuária e representação parlamentar: convergências entre a Frencoop e a FPA no Congresso Nacional (2019–2025). Rio Branco: Projeto LEGAL/UFAC; IESP-UERJ, 2025. (Série Boletins LEGAL, n. 2). Disponível em: <https://doi.org/10.17605/OSF.IO/EC395>

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS. O que é terceiro setor. [S. l.], 2023. Disponível em: https://www.mpggo.mp.br/portal/conteudo/o-que-e-terceiro-setor#:~:text=%C3%A9%20Terceiro%20Setor?_O%20que%20%C3%A9%20Terceiro%20Setor. Acesso em: 1 ago. 2025.

POMPEIA, Caio. Homogenizing machine: the agribusiness caucus's strategic cohesion in legislative voting. Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology, v. 21, 2024.

POWER, Timothy J.; ZUCCO JR., Cesar. Elite preferences in a consolidating democracy: the Brazilian legislative surveys 1990–2009. *Latin American Politics and Society*, v. 53, n. 4, p. 1-27, 2011.

SIMIONATTO, Ivete; COSTA, Carolina Rodrigues. Como os dominantes dominam: o caso da Bancada Ruralista. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 12, n. 24, p. 215–237, jul./dez. 2012.

SILVA, Rafael Silveira e; ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães de. Representações políticas alternativas no Congresso Nacional: uma proposta conceitual para compreender as frentes parlamentares. *Revista de Direito da Universidade – RDU*, Porto Alegre, v. 16, n. 88, p. 232–256, jul./ago. 2019.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Perú Indígena*, Lima, v. 12, n. 29, p. 11–20, 1992.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Colonialismo interno (uma redefinição). In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (org.). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO, 2007. ISBN 9789871183678.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47–77, 1998.

O'DONNELL, Guillermo. *Modernization and bureaucratic-authoritarianism: studies in South American politics*. Berkeley: University of California, 1973.

ALENCAR, Ane; GARRIDO, Bruna; CASTRO SILVA, Izabella; LAURETO, Laura; FREITAS, Mariana; FELLOWS, Michael; TERENA, Marcos; DE CARVALHO, Nina; MOUTINHO, Paulo; SILVESTINI, Rafaella; MANCHINERI, Toya. Uma combinação nefasta – PL 490 e Marco Temporal ameaçam os direitos territoriais indígenas e colocam em risco a segurança climática da Amazônia e do país. Brasília: IPAM Amazônia, 2023.

BARRETO, Paulo. Políticas para desenvolver a pecuária na Amazônia sem desmatamento. Belém: Amazônia 2030, 2021. Disponível em: https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/09/pecuaria-extrativa_final_Paulo-Barreto-1.pdf. Acesso em: 23 jan. 2026.

POMPEIA, Caio. Máquina homogeneizadora: a Frente Parlamentar da Agropecuária e sua construção de convergência de votos no Congresso Nacional. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, Brasília, v. 21, e21500, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-43412024v21a500>.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES (MPA BRASIL). Governo Lula recria o Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar. MPA Brasil, 2 jan. 2023. Disponível em: <https://mpabrasil.org.br/noticias/governo-lula-recria-o-ministerio-do-desenvolvimento-agrario-e-da-agricultura-familiar/>. Acesso em: 20 fev. 2026.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 490, de 2007. Altera o processo de demarcação das terras indígenas. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=345311>. Acesso em: 20 jan. 2026.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Câmara aprova urgência para projeto do Marco Temporal na demarcação de terras indígenas. Brasília, DF, 24 maio de 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/965416-camara-aprova-urgencia-para-marco-temporal-na-demarcacao-de-terras-indigenas>. Acesso em: 20 jan. 2026.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Câmara aprova projeto do Marco Temporal para demarcação das terras indígenas. Brasília, DF, 30 maio de 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/967344-camara-aprova-projeto-do-marco-temporal-para-demarcacao-das-terras-indigenas>. Acesso em: 20 jan. 2026.

BRASIL. Senado Federal. Projeto do Marco Temporal das terras indígenas chega ao Senado. Brasília, DF, 1 jun. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/06/01/projeto-do-marco-temporal-das-terras-indigenas-chega-ao-senado>. Acesso em: 20 jan. 2026.

BRASIL. Senado Federal. Senado aprova projeto do Marco Temporal das terras indígenas. Brasília, DF, 27 set. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/09/27/senado-aprova-projeto-do-marco-temporal-das-terras-indigenas>. Acesso em: 20 jan. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.701, de 20 de outubro de 2023. Dispõe sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 out. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/14701.htm. Acesso em: 20 jan. 2026.

BRASIL. Congresso Nacional. Congresso derruba vetos presidenciais à Lei nº 14.701/2023 (Marco Temporal). Brasília, DF, 14 dez. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/12/14/congresso-derruba-vetos-presidenciais-ao-projeto-do-marco-temporal>. Acesso em: 20 jan. 2026.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Petição nº 3.388/RR (Terra Indígena Raposa Serra do Sol). Relator: Min. Carlos Ayres Britto. Julgado em 19 mar. 2009. Diário da Justiça Eletrônico, Brasília, DF. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2468610>. Acesso em: 20 jan. 2026.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Tema 1031 da Repercussão Geral. Relator: Min. Edson Fachin. Julgado em 27 set. 2023. Brasília, DF. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verTema.asp?numTema=1031>. Acesso em: 20 jan. 2026.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 7.582, 7.583 e 7.586 e Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 87. Julgamento conjunto. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br>. Acesso em: 20 jan. 2026.

O GLOBO. Marco temporal: entenda o que é e veja a linha do tempo da tese aprovada pelo Senado nesta terça, opondo STF e Congresso. Rio de Janeiro, 9 dez. 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/12/09/marco-temporal-entenda-o-que-e-e-veja-a-linha-do-tempo-da-tese-aprovada-pelo-senado-nesta-terca-opondo-stf-e-congresso.ghtml>. Acesso em: 20 jan. 2026.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). Violência contra os povos indígenas no Brasil – dados de 2024. 22. ed. Brasília: CIMI, 2025. 260 p. ISSN 1984-7645.

CASTILHO, Alceu Luís (org.). Os financiadores da boiada: como as multinacionais do agronegócio sustentam a bancada ruralista e patrocinam o desmonte socioambiental. [S. l.]: De Olho nos Ruralistas – Observatório do Agronegócio no Brasil, 2022.

BORGES, Luiz Fernando Rossetti; BISPO, Fábio. Lei do Marco Temporal e violência contra povos indígenas na Amazônia. Revista Científica do CPJM, Rio de Janeiro, v. 3, n. 9, p. 366-?, 2024. DOI: 10.55689/rcpjm.2024.09.015.

GOMES MUNDURUKU, Tiago Kirixi Ramos; DIAS, Robson. Julgamento da tese do Marco Temporal: análise da cobertura do movimento indígena e do agronegócio. [Dados do periódico, volume, número e ano devem ser incluídos conforme publicação].

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. STF conclui julgamento e rejeita Marco Temporal, mas mantém retrocessos. [S. l.], [ano]. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/stf-conclui-julgamento-e-rejeita-marco-temporal-mas-mantem-retrocessos-da>. Acesso em: 20 jan. 2026.

VASCONCELOS NETO, Hugo Cavalcante. A atuação das frentes parlamentares temáticas na Câmara dos Deputados: um estudo de caso da Frente Parlamentar da Agropecuária (2019–2023). 2022. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

APÊNDICE A

Tabela A1 - Organização dos discursos

Código do Deputado	Nome do Deputado	Partido	UF	Data da Sessão	Tipo de Sessão	Nº de trechos codificados
D.001	Adriana Ventura	NOVO	SP	24/05/2023	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	4
D.002	Alberto Fraga	PL	DF	24/05/2023	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	1
D.003	Afonso Hamm	PP	RS	24/05/2023	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	3
D.004	Arthur Oliveira Maia	UNIÃO	BA	24/05/2023	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	3
D.005	Carlos Jordy	PL	RJ	24/05/2023	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	1
D.006	Caroline de Toni	PL	SC	24/05/2023	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	4
D.007	Celso Sabino	UNIÃO	PA	24/05/2023	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	4
D.008	Claudio Cajado	PP	BA	24/05/2023	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	1
D.009	Cobalchini	MDB	SC	24/05/2023	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	2
D.010	Coronel Chrisóstomo	PL	RO	24/05/2023	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	4
D.011	Eduardo Bolsonaro	PL	SP	24/05/2023	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	2

D.012	Fábio Garcia	UNIÃO	MT	24/05/2023	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	1
D.013	Felipe Carreras	PSB	PE	24/05/2023	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	2
D.014	Giovani Cherini	PL	RS	24/05/2023	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	5
D.015	Hugo Motta	REPUBLICANOS	PB	24/05/2023	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	3
D.016	José Medeiros	PL	MT	24/05/2023	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	5
D.017	Marcos Pollon	PL	MS	24/05/2023	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	1
D.018	Zé Trovão	PL	SC	24/05/2023	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	6
D.019	Deltan Dallagnol	PODE	PR	30/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	5
D.020	Cabo Gilberto Silva	PL	PB	30/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	5
D.021	Arthur Oliveira Maia	UNIÃO	BA	30/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	12
D.022	Carlos Jordy	PL	RJ	30/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	1
D.023	Caroline de Toni	PL	SC	30/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	4
D.024	Coronel Chrisóstomo	PL	RO	30/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	4

D.025	Giovani Cherini	PL	RS	30/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	4
D.026	José Medeiros	PL	MT	30/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	3
D.027	Marcos Pollon	PL	MS	30/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	5
D.028	Bibo Nunes	PL	RS	30/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	5
D.029	José Nelto	Bloco/PP	GO	30/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	2
D.030	Kim Kataguirí	Bloco/U nião	SP	30/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	4
D.031	Marcel van Hattem	NOVO	RS	30/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	6
D.032	Mauricio Marcon	Bloco/P ODE	RS	30/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	5
D.033	Pedro Lupion	Bloco/PP	PR	30/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	3
D.034	Rodolfo Nogueira	PL	MS	30/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	3
D.035	Sergio Souza	Bloco/M DB	PR	30/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	4
D.036	Sidney Leite	Bloco/PS D	A M	30/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	4
D.037	Ze Trovao	PL	SC	30/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	4
D.038	Giovani Cherini	PL	RS	30/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	6

D.039	Coronel Telhada	PP	SP	30/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	1
D.040	Evair Vieira de Melo	PP	ES	30/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	2
D.041	Fábio Garcia	UNIÃO	MT	30/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	2
D.042	General Girão	PL	RN	30/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	5
D.043	Gilson Marques	NOVO	SC	30/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	5
D.044	Gustinho Ribeiro	REPUB LICAN OS	SE	30/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	4
D.045	José Guimarães	PT	CE	30/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	5
D.046	Abilio Brunini	PL	MT	31/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	5
D.047	Bacelar	PV	BA	31/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	6
D.048	Cabo Gilberto Silva	PL	PB	31/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	4
D.049	Capitão Alden	PL	BA	31/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	6
D.050	Afonso Hamm	PP	RS	31/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	5
D.051	Carlos Jordy	PL	RJ	31/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	6
D.052	Giovani	PL	RS	31/05/2023	Sessão Deliberativa –	5

	Cherini				Câmara	
D.053	Marcos Pollon	PL	MS	31/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	5
D.054	José Nelto	PP	GO	31/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	5
D.055	Kim Kataguirí	UNIÃO	SP	31/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	5
D.056	Capitão Alberto Neto	PL	A M	31/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	5
D.057	Elmar Nascimento	UNIÃO	BA	31/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	6
D.058	Emidinho Madeira	PL	M G	31/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	5
D.059	Filipe Barros	PL	PR	31/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	6
D.060	Gerlen Diniz	PP	AC	31/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	6
D.061	Gilson Daniel	PODE	ES	31/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	4
D.062	Gustavo Gayer	PL	GO	31/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	8
D.063	Henderson Pinto	MDB	PA	31/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	5
D.064	Ismael	PSD	SC	31/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	4
D.065	José Medeiros	PL	MT	31/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	5
D.066	Marco	PL	SP	31/05/2023	Sessão Deliberativa –	7

	Feliciano				Câmara	
D.067	Marx Beltrão	PP	AL	31/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	5
D.068	Nilto Tatto	PT	SP	31/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	5
D.069	Rafael Simões	UNIÃO	M G	31/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	5
D.070	Reinhold Stephanes	PSD	PR	31/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	6
D.071	Ricardo Ayres	REPUB LICAN OS	TO	31/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	5
D.072	Ricardo Silva	PSD	SP	31/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	5
D.073	Silas Câmara	REPUB LICAN OS	A M	31/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	5
D.074	Fábio Garcia	UNIÃO	MT	31/05/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	2
D.075	Abilio Brunini	PL	MT	01/06/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	6
D.076	Adriana Ventura	NOVO	SP	01/06/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	4
D.077	Alberto Fraga	PL	DF	01/06/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	4
D.078	Bacelar	PV	BA	01/06/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	5
D.079	Cabo Gilberto Silva	PL	PB	01/06/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	7

D.080	Capitão Alden	PL	BA	01/06/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	5
D.081	Eduardo Velloso	UNIÃO	AC	01/06/2023	Sessão Deliberativa – Câmara	5

Fonte: Elaboração própria, com base nos Diários da Câmara dos Deputados e na base final de codificação ACF.

APÊNDICE B

Tabela B1 - Conjunto de palavras-chave utilizadas para identificação dos discursos alinhados ao Marco Temporal

Palavras-chave	
Categoria semântica	Palavras-chave e expressões de referência
Marco Temporal	“Marco Temporal”, “tese do Marco Temporal”, “1988”, “Constituição de 1988”
Demarcação de terras indígenas	“demarcação”, “terras indígenas”, “área indígena”, “revisão de demarcação”
Segurança jurídica	“segurança jurídica”, “insegurança jurídica”, “direito adquirido”
Direito de propriedade	“direito de propriedade”, “propriedade privada”, “terra titulada”
Povos indígenas	“indígenas”, “índios”, “povos indígenas”
Indígena produtivo / integração	“indígena produtivo”, “índio produtor”, “integrado à produção”
Agropecuária / agronegócio	“agro”, “agronegócio”, “agropecuária”, “produção rural”
Desenvolvimento econômico	“desenvolvimento”, “crescimento econômico”, “emprego”, “PIB”
Segurança alimentar	“segurança alimentar”, “alimentar o Brasil”
Meio ambiente	“meio ambiente”, “preservação”, “conservação ambiental”
Fiscalização ambiental	“fiscalização”, “IBAMA”, “multas ambientais”
FUNAI	“FUNAI”, “Fundação Nacional dos Povos Indígenas”
STF	“STF”, “Supremo Tribunal Federal”
Soberania nacional	“soberania”, “interesse nacional”, “Brasil”

Fonte: Elaboração Própria

APÊNDICE C

Tabela C1 - Mapeamento da crença e identificação de atores e coalizões

Aplicação do código de análise											
Mapeamento da crenças e identificação de atores e coalizões											
Registro	Deputado	Partido	UF	Sessão	Data	Trecho do discurso	Nível de crença (ACF)	Componentes	Item da crença	Nível	Enquadramento Discursivo
2405-AdrianaVentura-01	Adriana Ventura	NOVO	SP	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“hoje, eles voltam aqui indignados, assim como qualquer cidadão brasileiro de bem. não estou falando de extremistas aqui, não; estou falando de cidadão de bem, aquele que quer o melhor para o seu país, o melhor futuro para os seus filhos, independentemente do jeito que pensa. ninguém precisa pensar igual.”	Secondary belief	SC7	SC7.3 Mobilização de moralidade, patriotismo e valores nacionais para legitimar posições políticas	3	Identitário/Moral
2405-AdrianaVentura-02	Adriana Ventura	NOVO	SP	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“será realizado um ato no dia 4 de junho, e eles chamam as pessoas que querem democracia, que querem justiça e que querem liberdade para que compareçam às ruas naturalmente, e uma movimentação pacífica, respeitosa, com respeito às instituições e o objetivo é promover novamente essa voz, porque há um movimento de calar vozes.”	Secondary belief	SC7	SC7.3 Mobilização de moralidade, patriotismo e valores nacionais para legitimar posições políticas	3	Identitário/Moral
2405-AdrianaVentura-03	Adriana Ventura	NOVO	SP	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“recurso ao plenário da decisão da presidência exarada a questão de ordem nº 35, levantada em 4 de maio de 2023 e publicada no diário da câmara dos deputados em 15 de maio de 2023, a qual	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo	1	Jurídico

						indeferiu o requerimento do partido novo para integrar comissões temporárias na vaga de rodízio, cerceando o direito de minoria.”					
2405-AdrianaVentura-04	Adriana Ventura	NOVO	SP	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“o stf já tem entendimento firmado em relação ao § 3º do art. 58, em que declara que este fundamento constitucional da cpi destina-se a ensejar a participação ativa das minorias parlamentares no processo de investigação legislativa, sem que para tanto mostre-se necessária a concordância das agremiações que compõem a maioria parlamentar.”	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo	1	Jurídico
2405-AfonsoHamm-01	Afonso Hamm	PP	RS	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“Trata-se do projeto que institui o dia nacional do plantio direto, para comemorarmos o plantio direto, que é uma tecnologia sustentável que preserva o meio ambiente, não revolve o solo e, portanto, não libera gases de efeito estufa em uma dimensão muito grande.”	Secondary belief	SC4	SC4.1 Uso de exemplos de produção sustentável para justificar flexibilização regulatória	1	Ambiental
2405-AfonsoHamm-02	Afonso Hamm	PP	RS	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“Com isso, há uma redução desses gases, preservam-se a umidade e as condições do solo e se evita a erosão.”	Secondary belief	SC4	SC4.2 Argumento de que o setor agropecuário é o principal responsável pela preservação ambiental	2	Ambiental
2405-AfonsoHamm-03	Afonso Hamm	PP	RS	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“eu sou engenheiro agrônomo. a sargs - sociedade de agronomia do rio grande do sul, os produtores de todo o brasil, a Embrapa e as ematers desejam a	Deep core	DC4	DC4.2 Conhecimentos técnicos especializados	2	Institucional 1

						instituição do dia nacional do plantio direto”			devem orientar decisões públicas sobre o setor agropecuário		
2405-AlbertoFraga-04	Alberto Fraga	PL	DF	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“Alguém aqui tem dúvida de que Brasília não tem como se sustentar? Brasília não tem indústria, Brasília não tem agro. Brasília funciona com o funcionalismo público.”	Deep core	DC7	DC7.3 Políticas públicas devem priorizar a redução de desigualdades e a proteção de direitos sociais	3	Econômico
2405-ArthurOliveiraMaia-01	Arthur Oliveira Maia	UNIÃO	BA	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“Este requerimento de urgência que v.exa. submete agora ao plenário desta casa se refere a um dos mais importantes temas para o parlamento e para o brasil, porque, se aprovado, o projeto colaborará para que reine a paz no campo.”	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo	1	Institucional
2405-ArthurOliveiraMaia-02	Arthur Oliveira Maia	UNIÃO	BA	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“e inaceitável, sr. presidente, que ainda prevaleça a insegurança jurídica e que pessoas de má-fé se utilizem de autodeclarações como indígena para tomar de maneira espúria a propriedade alheia, constituída na forma da lei, de boa-fé e de acordo com o que estabelece a constituição brasileira.”	Policy core	PC5	PC5.1 Primazia absoluta do direito de propriedade	1	Jurídico
2405-ArthurOliveiraMaia-03	Arthur Oliveira Maia	UNIÃO	BA	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“Foi uma grande luta para aprovarmos o PL 490 na comissão de constituição e justiça. tive a honra de ser o relator e tenho certeza de que, aprovando o texto, o congresso nacional estará dando uma grande contribuição ao brasil.”	Secondary belief	SC5	SC5.3 Defesa da autonomia do Legislativo como expressão da soberania popular	3	Institucional
2405-CoronelChrisostomo-	Coronel	PL	RO	Sessão Deliberativa –	24/05/2023	“produzem o mal, produzem	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção	2	Identitário/

01	Chrisóstomo			Regime de Urgência		perversidades contra aqueles que têm terras, invadindo, queimando terras, matando animais, é isso que fazem.”			de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos		Moral
2405-CoronelChrisostomo-02	Coronel Chrisóstomo	PL	RO	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“estou orgulhoso: estou na cpi do mst.”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/Moral
2405-CoronelChrisostomo-03	Coronel Chrisóstomo	PL	RO	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“a Rondônia rural show é o maior mercado do agronegócio na Amazônia. lá se fazem bons negócios com produtores tanto de grãos quanto de animais.”	Deep core	DC7	DC7.1 Políticas públicas devem priorizar o crescimento econômico e a eficiência produtiva do setor agropecuário	1	Econômico
2405-CoronelChrisostomo-04	Coronel Chrisóstomo	PL	RO	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“Vamos mostrar quem financia esse movimento criminoso.”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/Moral
2405-Cobalchini-01	Cobalchini	MDB	SC	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“o leite é destaque no agronegócio do nosso estado e envolve uma cadeia produtiva extensa. mais de 70 mil famílias dependem desta atividade, que gera cerca de 8 mil empregos diretos.”	Deep core	DC7	DC7.2 Políticas públicas devem conciliar crescimento do agronegócio e objetivos sociais mais amplos	2	Econômico
2405-Cobalchini-02	Cobalchini	MDB	SC	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“o leite tem um impacto social e econômico muito significativo para nosso	Deep core	DC7	DC7.2 Políticas públicas devem	2	

						estado.”			conciliar crescimento do agronegócio e objetivos sociais mais amplos		
2405-ClaudioCajado-01	Claudio Cajado	PP	BA	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“usamos um critério. não foi escolha subjetiva, opinião pessoal ou ideia do relator. usamos o seguinte critério: tudo que tiver impacto no resultado primário tem de fazer parte da base. o critério é objetivo, e técnico.”	Deep core	DC4	DC4.2 Conhecimentos técnicos especializados devem orientar decisões públicas sobre o setor agropecuário	2	Institucional
2405-CarolineDeToni-01	Caroline de Toni	PL	SC	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“Dar segurança jurídica aos pequenos e grandes produtores rurais cujas propriedades estão sendo ameaçadas por novas demarcações, muitas unilaterais, com laudos antropológicos falsos.”	Secondary belief	SC1	SC1.1 Defesa de marcos temporais claros como critério central para evitar insegurança jurídica	1	Jurídico
2405-CarolineDeToni-02	Caroline de Toni	PL	SC	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“vão ser despejadas, sem indenização, mais de mil famílias que têm titulação de terra de mais de 100 anos.”	Secondary belief	SC1	SC1.2 Rejeição a revisões de terras já tituladas	2	Jurídico
2405-CarolineDeToni-03	Caroline de Toni	PL	SC	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“Infelizmente, o supremo tribunal federal está pautando essa matéria, mas ela tem que ser discutida aqui.”	Secondary belief	SC5	SC5.2 Reação ao STF por suposta usurpação de funções legislativas	2	Institucional
2405-CarolineDeToni-04	Caroline de Toni	PL	SC	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“Vamos dizer ‘sim’ ao Marco Temporal, pois não podemos permitir que se relativize a segurança jurídica do país, de modo que possamos voltar até 1500, caso seja relativizado o Marco Temporal.”	Secondary belief	SC1	SC1.1 Defesa de marcos temporais claros como critério central para evitar insegurança	1	Jurídico

									jurídica		
2405-CarlosJordy-05	Carlos Jordy	PL	RJ	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“essa é a ode a irresponsabilidade fiscal, típica do pt!”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/Moral
2405-CelsoSabino-01	Celso Sabino	UNIÃO	PA	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“Entendemos que o brasil precisa ter uma regra, que a comunidade internacional, que o mercado financeiro, que os investidores, que o capital investido, quem gera emprego precisam acreditar em nós, precisam acreditar que pagamos as nossas dívidas, que temos austeridade, que temos responsabilidade perante as contas públicas.”	Deep core	DC5	DC5.2 Os mecanismos de mercado devem ser priorizados, assegurando-se a intervenção estatal apenas para corrigir falhas	2	Econômico
2405-CelsoSabino-02	Celso Sabino	UNIÃO	PA	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“o congresso nacional - a câmara dos deputados e o senado federal - não vai permitir que o brasil siga o mesmo caminho de irresponsabilidade.”	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo	1	Institucional
2405-CelsoSabino-03	Celso Sabino	UNIÃO	PA	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“os nossos técnicos da união brasil, técnicos muito competentes na área tributária e na área orçamentária, apelidaram o art. 15 de ‘cheque pré-datado.’”	Deep core	DC4	DC4.2 Conhecimentos técnicos especializados devem orientar decisões públicas sobre o setor agropecuário	2	Institucional
2405-CelsoSabino-04	Celso Sabino	UNIÃO	PA	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“o recado do parlamento brasileiro será claro: temos responsabilidade, a lei começa a valer, e desde o primeiro ano.”	Secondary belief	SC5	SC5.3 Defesa da autonomia do Legislativo como	3	Institucional

									expressão da soberania popular		
2405-EduardoBolsonaro-01	Eduardo Bolsonaro	PL	SP	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“você, pobre, que votou em Lula achando que ia ter picanha e cervejinha, vai ter que pagar esta conta aqui!”	Secondary belief	SC7	SC7.3 Mobilização de moralidade, patriotismo e valores nacionais para legitimar posições políticas	3	Identitário/Moral
2405-EduardoBolsonaro-02	Eduardo Bolsonaro	PL	SP	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“Este é um governo de mentirosos! e bom que a sociedade brasileira aprenda e não repita o erro de tirar um cara da cadeia e coloca-lo na presidência da república”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/Moral
2405-FabioGarcia-01	Fábio Garcia	UNIÃO	MT	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“portanto, nós orientamos ‘sim’ a urgência do Marco Temporal, respeitando a posição divergente do pdt e do psb.”	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo	1	Institucional
2405-FelipeCarreras-01	Felipe Carreras	PSB	PE	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“o bloco orienta o voto ‘sim’ com exceção do união brasil, que orienta o voto ‘não’.”	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo	1	Institucional
2405-FelipeCarreras-02	Felipe Carreras	PSB	PE	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“o bloco muda a orientação e libera a bancada, porque há divergências no psb e no pdt.”	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo	1	Institucional
2405-GiovaniCherini-01	Giovani Cherini	PL	RS	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“Hoje, no brasil, nós temos as maiores reservas indígenas do planeta. Treze por cento do território nacional são de área	Policy core	PC11	PC11.2 Reconhecimento limitado de direitos	2	Econômico

						indígena, e nós não estamos reivindicando nenhum hectare desse percentual. Enquanto isso, o agricultor produz em 7% do território.”			tradicionais		
2405-GiovaniCherini-02	Giovani Cherini	PL	RS	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“sabem por que? porque esta casa precisa aprovar o projeto de lei nº 490, que garante ao índio a possibilidade de ele ser rico no brasil, não viver na pobreza”	Secondary belief	SC1	SC1.1 Defesa de marcos temporais claros como critério central para evitar insegurança jurídica	1	Jurídico
2405-GiovaniCherini-03	Giovani Cherini	PL	RS	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“a questão indígena no brasil e de dar oportunidade ao índio para que ele possa explorar suas terras de forma legal, e não de forma ilegal, como acontece na maioria das vezes.”	Policy core	PC11	PC11.1 Subordinação dos direitos tradicionais à exploração econômica	1	Econômico
2405-GiovaniCherini-04	Giovani Cherini	PL	RS	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“Nós precisamos aprovar o projeto de lei nº 490, para que o índio tenha uma média de 500 hectares de terra, cada cpf de índio no brasil.”	Policy core	PC5	PC5.1 Primazia absoluta do direito de propriedade	1	Jurídico
2405-GiovaniCherini-05	Giovani Cherini	PL	RS	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“Precisamos deixá-los plantar, colher, viver, e não apenas de bolsa família, como infelizmente o governo do pt gosta de fazer!”	Secondary belief	SC3	SC3.1 Valorização do indígena produtivo e integrado às atividades econômicas	1	Identitário/ Moral
2405-HugoMotta-01	Hugo Motta	REPUB LICAN OS	PB	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“dialogamos com a fpa, com cujo presidente, deputado Pedro Lupion, que aqui está, eu estive, e acertamos para hoje apoiar a urgência desse projeto que nós entendemos ser importante para o país.”	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo	1	Institucional

2405-HugoMotta-02	Hugo Motta	REPUB LICAN OS	PB	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“nós já estamos marcando com o relator da matéria, deputado Arthur oliveira maia, para que ele possa fazer o périplo pelas bancadas, explicando o seu texto, colhendo sugestões”	Secondary belief	SC5	SC5.3 Defesa da autonomia do Legislativo como expressão da soberania popular	3	Institucional
2405-HugoMotta-03	Hugo Motta	REPUB LICAN OS	PB	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“Por isso, o nosso bloco orienta o voto ‘sim’.”	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo	1	Institucional
2405-JoseMedeiros-01	José Medeiros	PL	MT	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“Ontem, o governo promoveu uma grande inauguração, a primeira, que eu saiba. [...] foi inaugurado o letreiro do ministério do desenvolvimento agrário, uma grande inauguração do governo do pt.”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/ Moral
2405-JoseMedeiros-02	José Medeiros	PL	MT	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“Tudo que vem da direita é fake News, e mentira e tal, e os números da verdade estão com o governo.”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/ Moral
2405-JoseMedeiros-03	José Medeiros	PL	MT	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“Uma ministra foi a Davos e disse que aqui havia 120 milhões de brasileiros passando fome. isso é mentira, uma mentira das mais deslavadas possível.”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/ Moral
2405-JoseMedeiros-04	José Medeiros	PL	MT	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“o atual presidente Lula tem um vídeo famoso na internet em que diz: ‘a gente falava de números sem o menor compromisso com a realidade. a gente ia soltando números’.”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/ Moral

2405-JoseMedeiros-05	José Medeiros	PL	MT	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“a grande inauguração do governo Lula se deu ontem [...] e foi a inauguração do letreiro do mda.”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/Moral
2405-MarcosPollon-01	Marcos Pollon	PL	MS	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“Há 16 anos esse projeto tramita na casa. em respeito aos mais de 260 parlamentares que assinaram esse requerimento de urgência, a minoria encaminha o voto ‘sim’.”	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo	1	Institucional
2405-ZeTrovao-01	Zé Trovão	PL	SC	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“Essa é uma matéria muito importante para o brasil, é uma matéria que, neste dia, marca a história da tranquilidade que nós levaremos aos campos brasileiros.”	Secondary belief	SC4	SC4.3 Defesa da conciliação retórica entre preservação ambiental e crescimento econômico	3	Identitário/Moral
2405-ZeTrovao-02	Zé Trovão	PL	SC	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“Em 2007, o brasil trouxe a esta casa um projeto audacioso, que acabaria com as guerras entre os agricultores e os povos indígenas.”	Policy core	PC11	PC11.2 Reconhecimento limitado de direitos tradicionais	2	Institucional
2405-ZeTrovao-03	Zé Trovão	PL	SC	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“mas vou falar sobre um dos assuntos talvez mais importantes para o agricultor, que clama por isso em todas as partes do Brasil.”	Deep core	DC7	DC7.1 Políticas públicas devem priorizar o crescimento econômico e a eficiência produtiva do setor agropecuário	1	Econômico
2405-ZeTrovao-04	Zé Trovão	PL	SC	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“quem e contra o PL 490/07 e contra a paz no campo, e contra a estrutura jurídica e fundiária, e contra a	Secondary belief	SC7	SC7.3 Mobilização de moralidade, patriotismo e	3	Identitário/Moral

						constituição, e contra a democracia.”			valores nacionais para legitimar posições políticas		
2405-ZeTrovao-05	Zé Trovão	PL	SC	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“o pl não é contra os povos originários, pois resguarda todas as terras indígenas já homologadas.”	Policy core	PC11	PC11.2 Reconhecimento limitado de direitos tradicionais	2	Jurídico
2405-ZeTrovao-06	Zé Trovão	PL	SC	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	24/05/2023	“O PL não é a favor dos produtores rurais, mas da segurança jurídica da propriedade privada, seja no campo, seja na cidade.”	Policy core	PC5	PC5.1 Primazia absoluta do direito de propriedade	1	Jurídico
3005-ArthurOliveiraMaia-01	Arthur Oliveira Maia	UNIÃO	BA	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“O que nós estamos discutindo na tarde de hoje são duas teses a respeito do que significa o índio brasileiro e a sua presença na nossa sociedade.”	Policy core	PC11	PC11.2 Reconhecimento limitado de direitos tradicionais	2	Institucional
3005-ArthurOliveiraMaia-02	Arthur Oliveira Maia	UNIÃO	BA	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“de um lado, existem aqueles que defendem a tese do indigenato, aqueles que absurdamente acreditam que todo o território brasileiro pertence aos povos originários”	Policy core	PC11	PC11.2 Reconhecimento limitado de direitos tradicionais	2	Identitário/Moral
3005-ArthurOliveiraMaia-03	Arthur Oliveira Maia	UNIÃO	BA	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“De 1988 para cá, nós tivemos no Brasil a demarcação de 14% de todo o nosso território, que foi entregue aos povos indígenas em forma de reservas indígenas.”	Policy core	PC11	PC11.2 Reconhecimento limitado de direitos tradicionais	2	Jurídico
3005-ArthurOliveiraMaia-04	Arthur Oliveira Maia	UNIÃO	BA	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“tem que existir um Marco Temporal, uma data para que se considere uma terra ocupada como tradicional. essa data foi estabelecida na decisão do ministro Ayres Britto, que definiu a data de 5 de outubro de 1988. esta é a data do Marco	Secondary belief	SC1	SC1.1 Defesa de marcos temporais claros como critério central para evitar insegurança jurídica	1	Jurídico

						Temporal, que nós estamos trazendo para o pl 490.”					
3005-ArthurOliveiraMaia-05	Arthur Oliveira Maia	UNIÃO	BA	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“não é razoável que o cidadão de bem, de boa-fé, depois de trabalhar, de juntar o seu recurso e de verificar no cartório de imóveis que existe ali uma sucessão de cadeia de 200 anos ou mais, compre uma determinada propriedade imobiliária...”	Policy core	PC5	PC5.1 Primazia absoluta do direito de propriedade	1	Jurídico
3005-ArthurOliveiraMaia-06	Arthur Oliveira Maia	UNIÃO	BA	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“prevaleça a narrativa de um laudo antropológico muitas vezes construído por uma mentalidade absolutamente ideológica, que tira o direito dessa pessoa, rouba a sua propriedade”	Secondary belief	SC1	SC1.3 Valorização de perícias fundiárias em detrimento de laudos antropológicos	3	Jurídico
3005-ArthurOliveiraMaia-07	Arthur Oliveira Maia	UNIÃO	BA	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“Nenhum país no mundo se desenvolveu sem respeitar o direito de propriedade, nenhum país no mundo se desenvolveu sem segurança jurídica.”	Deep core	DC2	DC2.1 A justiça distributiva deve priorizar a segurança jurídica da propriedade privada rural	1	Econômico
3005-ArthurOliveiraMaia-08	Arthur Oliveira Maia	UNIÃO	BA	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“Não posso deixar de mandar o meu fraterno abraço aos bravos guerreiros e guerreiras da frente parlamentar da agricultura, comandada hoje por esse grande deputado o meu amigo Pedro Lupion.”	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo	1	Institucional
3005-ArthurOliveiraMaia-09	Arthur Oliveira Maia	UNIÃO	BA	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“após amplo diálogo com diversos líderes partidários, prevaleceu o entendimento de que o texto deveria permanecer consoante aprovado pela comissão de constituição e justiça e de cidadania, com o acolhimento	Secondary belief	SC5	SC5.3 Defesa da autonomia do Legislativo como expressão da soberania popular	3	Institucional

						da emenda nº 4 de plenário”					
3005-ArthurOliveiraMaia-10	Arthur Oliveira Maia	UNIÃO	BA	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“Não é razoável que permanentemente a nossa autoridade, o nosso poder, a nossa prerrogativa legiferante seja suplantada por decisões do supremo.”	Secondary belief	SC5	SC5.2 Reação ao STF por suposta usurpação de funções legislativas	2	Institucional
3005-ArthurOliveiraMaia-11	Arthur Oliveira Maia	UNIÃO	BA	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“Em breve teremos o projeto de lei nº 490 em forma de lei que dará segurança jurídica e garantir ao povo brasileiro o direito à paz no campo.”	Secondary belief	SC1	SC1.1 Defesa de marcos temporais claros como critério central para evitar insegurança jurídica	1	Jurídico
3005-ArthurOliveiraMaia-12	Arthur Oliveira Maia	UNIÃO	BA	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“estamos, sim, cumprindo o nosso papel, mandando ao supremo a nossa mensagem, a mensagem de poder harmônico, mas, ao mesmo tempo, de poder altivo”	Secondary belief	SC5	SC5.3 Defesa da autonomia do Legislativo como expressão da soberania popular	3	Institucional
3005-BiboNunes-01	Bibo Nunes	PL	RS	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“a área indígena do brasil é de 14%, e a população indígena no brasil é de 0,4%.”	Policy core	PC11	PC11.2 Reconhecimento limitado de direitos tradicionais	2	Jurídico
3005-BiboNunes-02	Bibo Nunes	PL	RS	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“como é que, com 14% do território nacional e 0,4% da população, querem ainda mais terras?”	Policy core	PC11	PC11.2 Reconhecimento limitado de direitos tradicionais	2	Jurídico
3005-BiboNunes-03	Bibo Nunes	PL	RS	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“quem pensar por meio segundo verá que esse PL 490 tem que ser aprovado.”	Secondary belief	SC1	SC1.1 Defesa de marcos temporais claros como critério central para evitar insegurança jurídica	1	Jurídico

3005-BiboNunes-04	Bibo Nunes	PL	RS	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“a área prevista para novas terras indígenas poderá alcançar 27,8% do território nacional, quase 30% do nosso território, para apenas 800 mil pessoas.”	Policy core	PC11	PC11.2 Reconhecimento limitado de direitos tradicionais	2	Econômico
3005-BiboNunes-05	Bibo Nunes	PL	RS	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“lógica nenhuma, simplesmente ódio, vingança contra quem trabalha, contra quem tem terras.”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/ Moral
3005-CaboGilbertoSilva-01	Cabo Gilberto Silva	PL	PB	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“Mais uma vez, há uma clara interferência da suprema corte neste parlamento. Nós não podemos aceitar passivamente o que está acontecendo em nosso país.”	Secondary belief	SC5	SC5.2 Reação ao STF por suposta usurpação de funções legislativas	2	Institucional
3005-CaboGilbertoSilva-02	Cabo Gilberto Silva	PL	PB	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“bastou ele ser eleito presidente da comissão parlamentar de inquérito do mst para ser investigado através de uma decisão da suprema corte. esta investigação serve claramente para intimidar sua atuação.”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/ Moral
3005-CaboGilbertoSilva-03	Cabo Gilberto Silva	PL	PB	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“eu vou ler o art. 53 [...] ‘os deputados e senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer [...] opiniões, palavras e votos’.”	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo	1	Jurídico
3005-CaboGilbertoSilva-04	Cabo Gilberto Silva	PL	PB	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“quanto às terras onde eles favorecem o mst, deram um pouco mais de 200 mil títulos de terra em 14 anos. o governo passado do presidente Bolsonaro deu quase 500 mil.”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/ Moral
3005-CaboGilbertoSilva-	Cabo	PL	PB	Sessão Deliberativa –	30/05/2023	“O discurso de que somos contra a	Secondary belief	SC4	SC4.3 Defesa da	3	Ambiental

05	Gilberto Silva			Câmara		questão da mata atlântica não condiz com a realidade nem com o texto do relator.”			conciliação retórica entre preservação ambiental e crescimento econômico		
3005-CarlosJordy-04	Carlos Jordy	PL	RJ	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“essa é a ode a irresponsabilidade fiscal, típica do pt!”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/Moral
3005-CarolineDeToni-01	Caroline de Toni	PL	SC	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“Dar segurança jurídica aos pequenos e grandes produtores rurais cujas propriedades estão sendo ameaçadas por novas demarcações, muitas unilaterais, com laudos antropológicos falsos.”	Secondary belief	SC1	SC1.1 Defesa de marcos temporais claros como critério central para evitar insegurança jurídica	1	Jurídico
3005-CarolineDeToni-02	Caroline de Toni	PL	SC	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“vão ser despejadas, sem indenização, mais de mil famílias que têm titulação de terra de mais de 100 anos.”	Secondary belief	SC1	SC1.2 Rejeição a revisões de terras já tituladas	2	Jurídico
3005-CarolineDeToni-03	Caroline de Toni	PL	SC	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“Infelizmente, o supremo tribunal federal está pautando essa matéria, mas ela tem que ser discutida aqui.”	Secondary belief	SC5	SC5.2 Reação ao STF por suposta usurpação de funções legislativas	2	Institucional
3005-CarolineDeToni-04	Caroline de Toni	PL	SC	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“Vamos dizer ‘sim’ ao Marco Temporal, pois não podemos permitir que se relativize a segurança jurídica do país, de modo que possamos voltar até 1500, caso seja relativizado o Marco Temporal.”	Secondary belief	SC1	SC1.1 Defesa de marcos temporais claros como critério central para evitar insegurança jurídica	1	Jurídico
3005-CoronelChrisostomo-	Coronel	PL	RO	Sessão Deliberativa –	30/05/2023	“produzem o mal, produzem	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção	2	Identitário/

01	Chrisóstomo			Câmara		perversidades contra aqueles que têm terras, invadindo, queimando terras, matando animais.”			de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos		Moral
3005-CoronelChrisostomo-02	Coronel Chrisóstomo	PL	RO	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“estou orgulhoso: estou na cpi do mst.”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/Moral
3005-CoronelChrisostomo-03	Coronel Chrisóstomo	PL	RO	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“em santa Catarina, quem produz e quem tem terra, não quem não tem. e o mst não tem terra.”	Secondary belief	SC3	SC3.1 Valorização do indígena produtivo e integrado às atividades econômicas	1	Identitário/Moral
3005-CoronelChrisostomo-04	Coronel Chrisóstomo	PL	RO	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“a Rondônia rural show é o maior mercado do agronegócio na Amazônia. lá se fazem bons negócios com produtores tanto de grãos quanto de animais.”	Deep core	DC7	DC7.1 Políticas públicas devem priorizar o crescimento econômico e a eficiência produtiva do setor agropecuário	1	Econômico
3005-CoronelTelhada-01	Coronel Telhada	PP	SP	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	30/05/2023	“A minoria, pela valorização do índio e pela pacificação, orienta ‘sim’.”	Secondary belief	SC3	SC3.3 Legitimação do indígena tradicional apenas quando reforça ideais de trabalho e autossuficiência	3	Identitário/Moral
3005-DeltanDallagnol-01	Deltan Dallagnol	PODE	PR	Sessão Deliberativa	30/05/2023	“muito me preocupa que alguns deputados da esquerda defendem a	Secondary belief	SC5	SC5.2 Reação ao STF por suposta	2	Institucional

						democracia da boca para fora, mas, quando vem o poder judiciário tomar uma decisão fora das hipóteses legais de inelegibilidade, caçando um voto popular...”			usurpação de funções legislativas		
3005-DeltanDallagnol-02	Deltan Dallagnol	PODE	PR	Sessão Deliberativa	30/05/2023	“hoje me preocupa o enfraquecimento da nossa democracia, o enfraquecimento causado por abusos de pessoas que [...] defendem decisões em inquéritos ilegais, abusivos, instaurados por quem não tem competência”	Secondary belief	SC5	SC5.2 Reação ao STF por suposta usurpação de funções legislativas	2	Institucional
3005-DeltanDallagnol-03	Deltan Dallagnol	PODE	PR	Sessão Deliberativa	30/05/2023	“autocratas eleitos mantêm um verniz de democracia [...] enquanto corroem [...] a sua essência.”	Deep core	DC6	DC6.1 A legitimidade democrática reside prioritariamente nos representantes eleitos, especialmente no Legislativo	1	Identitário/Moral
3005-DeltanDallagnol-04	Deltan Dallagnol	PODE	PR	Sessão Deliberativa	30/05/2023	“nós vamos aqui lutar para reequilibrar os poderes diante de um tribunal superior eleitoral que cassou os meus eleitores”	Secondary belief	SC5	SC5.3 Defesa da autonomia do Legislativo como expressão da soberania popular	3	Institucional
3005-DeltanDallagnol-05	Deltan Dallagnol	PODE	PR	Sessão Deliberativa	30/05/2023	“Quando os representantes aqui são calados, o povo é calado!”	Deep core	DC6	DC6.1 A legitimidade democrática reside prioritariamente nos representantes eleitos, especialmente no	1	Institucional

									Legislativo		
3005-EvairVieiraDeMelo-01	Evair Vieira de Melo	PP	ES	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	30/05/2023	“naturalmente, já peço o voto favorável de v.exa., hoje, ao projeto de lei nº 490, de 2007, tão importante para o Brasil”	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo	1	Institucional
3005-EvairVieiraDeMelo-02	Evair Vieira de Melo	PP	ES	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	30/05/2023	“presidente, a oposição orienta ‘sim’.”	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo	1	Institucional
3005-FabioGarcia-01	Fábio Garcia	UNIÃO	MT	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	30/05/2023	“Nós conversamos com todos os líderes do bloco, e a maioria deles orienta ‘sim’.”	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo	1	Institucional
3005-FabioGarcia-02	Fábio Garcia	UNIÃO	MT	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	30/05/2023	“portanto, nós orientamos ‘sim’ a urgência do Marco Temporal, respeitando a posição divergente do PDT e do PSB.”	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo	1	Institucional
3005-GeneralGirao-01	General Girão	PL	RN	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	30/05/2023	“conforme notícia do G1 de hoje, o governo Bolsonaro tirou 10 milhões de pessoas da pobreza. Contra fatos não há argumento.”	Deep core	DC7	DC7.3 Políticas públicas devem priorizar a redução de desigualdades e a proteção de direitos sociais	3	Econômico
3005-GeneralGirao-02	General Girão	PL	RN	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	30/05/2023	“as ações do governo federal durante a pandemia sustentaram empregos, ajudaram a colocar alimento na mesa dos mais pobres, com o auxílio Brasil, com o	Deep core	DC7	DC7.3 Políticas públicas devem priorizar a redução de desigualdades e	3	Econômico

						pronampe, com a isenção de impostos”			a proteção de direitos sociais		
3005-GeneralGirao-03	General Girão	PL	RN	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	30/05/2023	“esse também era o discurso de outros órgãos do poder central, principalmente do judiciário.”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/ Moral
3005-GeneralGirao-04	General Girão	PL	RN	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	30/05/2023	“a água não acumulada não gera riqueza, não gera possibilidades de plantio, de criação.”	Deep core	DC3	DC3.1 Os recursos naturais devem ser tratados prioritariamente como insumos econômicos para a produção agropecuária	1	Econômico
3005-GeneralGirao-05	General Girão	PL	RN	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	30/05/2023	“A governadora está editando um decreto querendo criar uma taxa para cobrar pela água dos poços, a água que se usa para a criação e para a plantação.”	Policy core	PC2	PC2.1 Oposição aos instrumentos regulatórios de política ambiental	1	Ambiental
3005-GilsonMarques-01	Gilson Marques	NOVO	SC	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	30/05/2023	“e evidente que o direito de propriedade precisa estar respeitado. se não houver uma data específica como marco para que o judiciário e as pessoas tenham segurança jurídica sobre o que é seu, ou pensam que é seu, nós ficaremos ao bel-prazer do judiciário”	Policy core	PC5	PC5.1 Primazia absoluta do direito de propriedade	1	Jurídico
3005-GilsonMarques-02	Gilson Marques	NOVO	SC	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	30/05/2023	“o Marco Temporal é extremamente necessário para proteger o proprietário, o agricultor, quem faz a pecuária, quem tem uma pequena propriedade.”	Secondary belief	SC1	SC1.1 Defesa de marcos temporais claros como critério central para evitar insegurança	1	Jurídico

									jurídica		
3005-GilsonMarques-03	Gilson Marques	NOVO	SC	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	30/05/2023	“isso atenta contra o direito de propriedade, o que inclusive prejudica os próprios indígenas”	Deep core	DC2	DC2.1 A justiça distributiva deve priorizar a segurança jurídica da propriedade privada rural	1	Jurídico
3005-GilsonMarques-04	Gilson Marques	NOVO	SC	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	30/05/2023	“por conta desses argumentos, tanto o novo como a minoria vão orientar a favor do mérito deste projeto”	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo	1	Institucional
3005-GilsonMarques-05	Gilson Marques	NOVO	SC	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	30/05/2023	“o novo orienta o voto ‘sim’ por entender que não cabem exceções.”	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo	1	Institucional
3005-GiovaniCherini-01	Giovani Cherini	PL	RS	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	30/05/2023	“Hoje, no brasil, nós temos as maiores reservas indígenas do planeta. treze por cento do território nacional são de área indígena, e nós não estamos reivindicando nenhum hectare desse percentual.”	Policy core	PC11	PC11.2 Reconhecimento limitado de direitos tradicionais	2	Jurídico
3005-GiovaniCherini-02	Giovani Cherini	PL	RS	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	30/05/2023	“Enquanto isso, o agricultor produz em 7% do território.”	Deep core	DC7	DC7.1 Políticas públicas devem priorizar o crescimento econômico e a eficiência produtiva do setor agropecuário	1	Econômico

3005-GiovaniCherini-03	Giovani Cherini	PL	RS	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	30/05/2023	“sabem por que? porque esta casa precisa aprovar o projeto de lei nº 490, que garante ao índio a possibilidade de ele ser rico no brasil, não viver na pobreza”	Secondary belief	SC3	SC3.1 Valorização do indígena produtivo e integrado às atividades econômicas	1	Identitário/Moral
3005-GiovaniCherini-04	Giovani Cherini	PL	RS	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	30/05/2023	“a questão indígena no brasil e de dar oportunidade ao índio para que ele possa explorar suas terras de forma legal, e não de forma ilegal”	Policy core	PC11	PC11.1 Subordinação dos direitos tradicionais à exploração econômica	1	Econômico
3005-GiovaniCherini-05	Giovani Cherini	PL	RS	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	30/05/2023	“Nós precisamos aprovar o projeto de lei nº 490, para que o índio tenha uma média de 500 hectares de terra, cada cpf de índio no brasil.”	Policy core	PC5	PC5.1 Primazia absoluta do direito de propriedade	1	Jurídico
3005-GiovaniCherini-06	Giovani Cherini	PL	RS	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	30/05/2023	“Precisamos deixá-los plantar, colher, viver, e não apenas de bolsa família, como infelizmente o governo do pt gosta de fazer!”	Secondary belief	SC3	SC3.1 Valorização do indígena produtivo e integrado às atividades econômicas	1	Identitário/Moral
3005-GustinhoRibeiro-01	Gustinho Ribeiro	REPUB LICAN OS	SE	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	30/05/2023	“A maioria orienta o voto ‘sim’ e reafirma que este projeto tem equilíbrio.”	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo	1	Institucional
3005-GustinhoRibeiro-02	Gustinho Ribeiro	REPUB LICAN OS	SE	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	30/05/2023	“o projeto não prejudica os povos indígenas. este projeto que nós estamos votando hoje [...] garante respeito aos produtores rurais, que asseguram a força	Secondary belief	SC4	SC4.3 Defesa da conciliação retórica entre preservação ambiental e	3	Identitário/Moral

						econômica do país, mas também garante respeito aos povos indígenas.”			crescimento econômico		
3005-GustinhoRibeiro-03	Gustinho Ribeiro	REPUB LICAN OS	SE	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	30/05/2023	“reafirmamos a defesa do agronegócio brasileiro [...] que bota comida na mesa de milhões de brasileiros.”	Deep core	DC7	DC7.1 Políticas públicas devem priorizar o crescimento econômico e a eficiência produtiva do setor agropecuário	1	Econômico
3005-GustinhoRibeiro-04	Gustinho Ribeiro	REPUB LICAN OS	SE	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	30/05/2023	“devidamente orientado pelo líder da maioria, o deputado Aguinaldo ribeiro, a maioria libera a bancada para esta votação.”	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo	1	Institucional
3005-JoseGuimaraes-01	José Guimarães	PT	CE	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	30/05/2023	“eu entendo que nós não poderíamos votar uma matéria que, para mim, altera cláusula pétrea da constituição através de um projeto de lei.”	Policy core	PC11	PC11.4 Reconhecimento pleno e prioritário dos direitos tradicionais	4	Jurídico
3005-JoseGuimaraes-02	José Guimarães	PT	CE	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	30/05/2023	“Um projeto de lei não pode alterar aquilo que está no art. 231 da nossa constituição.”	Policy core	PC11	PC11.4 Reconhecimento pleno e prioritário dos direitos tradicionais	4	Jurídico
3005-JoseGuimaraes-03	José Guimarães	PT	CE	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	30/05/2023	“Foi assumido um compromisso eleitoral, por compreender que um simples projeto de lei não tem força para alterar o art. 231 da nossa constituição.”	Deep core	DC6	DC6.2 A democracia deve combinar representação política e participação	2	Institucional

									limitada de outros atores sociais		
3005-JoseGuimaraes-04	José Guimarães	PT	CE	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	30/05/2023	“dado o compromisso que tem com a preservação de direitos em geral no brasil, especialmente dos direitos das comunidades indígenas, o governo [...] não tem como não encaminhar o voto ‘não’ a esta matéria”	Policy core	PC11	PC11.4 Reconhecimento pleno e prioritário dos direitos tradicionais	4	Jurídico
3005-JoseGuimaraes-05	José Guimarães	PT	CE	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	30/05/2023	“portanto, o voto do governo e ‘não’, sr. presidente.”	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo	1	Institucional
3005-JoseMedeiros-01	José Medeiros	PL	MT	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“sr. presidente, está havendo um aumento de impostos, uma criação de impostos de forma subliminar, sem passar por aqui. [...] notamos que estão vindo decisões das cortes, do judiciário, estão vindo coisas por via administrativa, e vemos que estão realmente custeando o alambrado para, cada vez mais, dar uma mordida no bolso dos brasileiros. [...] cada vez mais vemos que o congresso vai sendo relativizado nas suas funções, visto que a autorização teria que passar por aqui.”	Secondary belief	SC5	SC5.2 Reação ao STF por suposta usurpação de funções legislativas	2	Institucional
3005-JoseMedeiros-02	José Medeiros	PL	MT	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“a maioria dos indígenas do brasil, hoje, estão dependendo de cesta básica. os que estão próximos da cidade vivem uma realidade de drogadição, alcoolismo, prostituição infantil. sabe por que?	Secondary belief	SC3	SC3.1 Valorização do indígena produtivo e integrado às atividades	1	Identitário/ Moral

						Porque, como foi dito aqui, eles não podem explorar as terras que estão dizendo que querem lhes dar.”			econômicas		
3005-JoseMedeiros-03	José Medeiros	PL	MT	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“nos vemos, hoje, por aí, um monte de cosplays se passando por indígenas e muito não índio se dando bem nas costas dos índios, com este discurso: "haja dólar que vem do exterior". então, o pano de fundo aqui não é o bem-estar dos indígenas. o pano de fundo são interesses outros: interesses em mineração, interesses em dinheiro que vem de fora.”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/Moral
3005-JoseNelto-01	José Nelto	Bloco/PP	GO	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“Este é o momento ideal para a discussão e a votação do Marco Temporal, em defesa da propriedade brasileira.”	Policy core	PC5	PC5.1 Primazia absoluta do direito de propriedade	1	Jurídico
3005-JoseNelto-02	José Nelto	Bloco/PP	GO	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“Desde 1988, ano em que foi promulgada a constituição, esse tema não foi regulamentado.”	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo	1	Institucional
3005-KimKataguiri-01	Kim Kataguiri	Bloco/União	SP	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“se dizem que o projeto é inconstitucional, precisam questionar a decisão do supremo tribunal federal, porque o que este projeto pretende é só colocar na lei o atual entendimento do supremo tribunal federal.”	Secondary belief	SC5	SC5.2 Reação ao STF por suposta usurpação de funções legislativas	2	Jurídico
3005-KimKataguiri-02	Kim Kataguiri	Bloco/União	SP	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“a única segurança que é dada e aquela já prevista pelo supremo tribunal federal, no sentido de que, se for demarcada alguma terra fora do Marco Temporal, o proprietário da terra vai ser indenizado.	Policy core	PC5	PC5.1 Primazia absoluta do direito de propriedade	1	Jurídico

						pronto, acabou. e uma garantia de que o sujeito tem direito a segurança jurídica de que o passado não vai ser incerto.”					
3005-KimKataguiiri-03	Kim Kataguiiri	Bloco/U não	SP	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“em países desenvolvidos, os indígenas têm, em regra, total liberdade para explorar a própria riqueza.”	Deep core	DC3	DC3.1 Os recursos naturais devem ser tratados prioritariamente como insumos econômicos para a produção agropecuária	1	Econômico
3005-KimKataguiiri-04	Kim Kataguiiri	Bloco/U não	SP	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“de má-fê, muitas vezes, setores da esquerda utilizam imagens antigas, inclusive do governo Dilma, imagens de terras ianomamis em que o garimpo ilegal só foi permitido por causa de um jabuti colocado por um deputado petista numa medida provisória do governo Dilma.”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/Moral
3005-MarcelVanHattem-01	Marcel van Hattem	NOVO	RS	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“este é um tema que precisa ser enfrentado pelo parlamento, aliás, já deveria ter sido enfrentado há muito tempo.”	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo	1	Institucional
3005-MarcelVanHattem-02	Marcel van Hattem	NOVO	RS	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“Estamos tratando de segurança jurídica. isto aqui é um avanço para todo mundo.”	Policy core	PC5	PC5.1 Primazia absoluta do direito de propriedade	1	Jurídico
3005-MarcelVanHattem-03	Marcel van Hattem	NOVO	RS	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“decisões jurídicas equivocadas, vindas de outro poder, que tem mais legislado do que feito justiça.”	Secondary belief	SC5	SC5.2 Reação ao STF por suposta usurpação de funções legislativas	2	Institucional
3005-MarcelVanHattem-	Marcel van	NOVO	RS	Sessão Deliberativa –	30/05/2023	“a esquerda que escraviza - escraviza -,	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção	2	Identitário/

04	Hattem			Câmara		para suas finalidades ideológicas, povos indígenas está aqui defendendo ainda o retrocesso.”			de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos		Moral
3005-MarcelVanHattem-05	Marcel van Hattem	NOVO	RS	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“Queremos garantir o Marco Temporal para que no brasil as relações sejam pacíficas entre pequenos proprietários rurais, produtores, indígenas e órgãos públicos, enfim, entre toda a população. [...] segurança jurídica e o caminho.”	Policy core	PC5	PC5.1 Primazia absoluta do direito de propriedade	1	Jurídico
3005-MarcelVanHattem-06	Marcel van Hattem	NOVO	RS	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“Basta ler e, ao mesmo tempo, desmascarar as narrativas daqueles que não estão interessados no bem da população indígena.”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/Moral
3005-MarcosPollon-01	Marcos Pollon	PL	MS	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“sim, nós estamos cansados de invasões de propriedades, de torturas e der sedes sendo queimadas, como ocorreu no caso do sr. bacha. sua fazenda tinha mais de 100 anos de titulação, e mesmo assim a sede, com toda a história da família, foi queimada e destruída.”	Secondary belief	SC1	SC1.2 Rejeição a revisões de terras já tituladas	2	Identitário/Moral
3005-MarcosPollon-02	Marcos Pollon	PL	MS	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“portanto, sr. presidente, por paz do campo, por segurança jurídica e por segurança alimentar no brasil e no mundo, a minoria orienta "sim".”	Policy core	PC5	PC5.1 Primazia absoluta do direito de propriedade	1	Jurídico
3005-MarcosPollon-03	Marcos Pollon	PL	MS	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“a Embrapa territorial calculou que 7,8% do território nacional são destinados a lavouras no brasil. já há praticamente o dobro de áreas demarcadas, e eles querem incessantemente aumentar isso sem	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/Moral

						critério algum, levando violência ao campo, sujando mais uma vez suas mãos de sangue, como fazem quando recebem o narco ditador da Venezuela.”					
3005-MarcosPollon-04	Marcos Pollon	PL	MS	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“Nós não podemos tolerar que áreas centenárias sejam ultrajadas e que pessoas sejam assassinadas sob a pecha da manutenção da cultura, o que é uma mentira.”	Policy core	PC5	PC5.1 Primazia absoluta do direito de propriedade	1	Identitário/ Moral
3005-MarcosPollon-05	Marcos Pollon	PL	MS	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“é muito importante que estabeleçamos a justiça.”	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo	1	Institucional
3005-MauricioMarcon-01	Mauricio Marcon	Bloco/P ODE	RS	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“ele ainda falou que o que acabamos de aprovar, o Marco Temporal, vai para o tapetão, para o stf, porque lá eles resolvem. ou seja, ele está corroborando tudo o que já sabemos: o supremo tribunal federal e aparelhado pela esquerda que, quando perde na democracia, vai para o supremo.”	Secondary belief	SC5	SC5.2 Reação ao STF por suposta usurpação de funções legislativas	2	Institucional
3005-MauricioMarcon-02	Mauricio Marcon	Bloco/P ODE	RS	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“Nós votamos o Marco Temporal e exigimos que esta casa seja respeitada, deputado delegado caveira.”	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo	1	Institucional
3005-MauricioMarcon-03	Mauricio Marcon	Bloco/P ODE	RS	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“vocês defendem ditadura! [...] recebem um ditador aqui como um homem de bem. ele vai para o inferno, e quem defende gente assim tem que ir também.”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos	2	Identitário/ Moral

									discursos		
3005-MauricioMarcon-04	Mauricio Marcon	Bloco/P ODE	RS	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“Eles sabem que, implementando a censura neste país, através do projeto de lei nº 2.630, de 2020, implementando um modo de calar a boca do povo brasileiro nas redes sociais, eles vão poder implementar a narrativa que eles quiserem.”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/Moral
3005-MauricioMarcon-05	Mauricio Marcon	Bloco/P ODE	RS	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“a oposição orienta "sim".”	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo	1	Institucional
3005-PedroLupion-01	Pedro Lupion	Bloco/P P	PR	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“existem situações em que a política não pode extrapolar o bom senso, não pode extrapolar o respeito entre as pessoas e, principalmente, o poder legislativo. e v.exa., como presidente, e a personificação do poder legislativo e não pode ser desrespeitado de maneira vil, baixa e extremamente inadequada.”	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo	1	Institucional
3005-PedroLupion-02	Pedro Lupion	Bloco/P P	PR	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“o brasil clama por pacificação e por desenvolvimento. a câmara dos deputados tem trabalhado pautas importantes e transversais para todos os setores brasileiros, sob a liderança do presidente Arthur Iria.”	Deep core	DC6	DC6.1 A legitimidade democrática reside prioritariamente nos representantes eleitos, especialmente no Legislativo	1	Institucional
3005-PedroLupion-03	Pedro Lupion	Bloco/P P	PR	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“passou a hora de unirmos forças em benefício da sociedade e da democracia	Deep core	DC6	DC6.2 A democracia deve	2	Identitário/Moral

						brasileira. ataques pessoais neste momento são desnecessários e merecem repúdio por contaminar o ambiente político em detrimento de uma pauta extensa e urgente necessária para destravar o brasil.”			combinar representação política e participação limitada de outros atores sociais		
3005-RodolfoNogueira-01	Rodolfo Nogueira	PL	MS	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“índio não quer mais terra; índio quer asfalto, água, luz, energia elétrica, celular e internet.”	Secondary belief	SC3	SC3.1 Valorização do indígena produtivo e integrado às atividades econômicas	1	Identitário/Moral
3005-RodolfoNogueira-02	Rodolfo Nogueira	PL	MS	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“o agronegócio sustenta a economia, sustenta a produção de alimentos - um prato a cada cinco pratos no mundo e produzido por ele.”	Deep core	DC7	DC7.1 Políticas públicas devem priorizar o crescimento econômico e a eficiência produtiva do setor agropecuário	1	Econômico
3005-RodolfoNogueira-03	Rodolfo Nogueira	PL	MS	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“sem segurança jurídica, é impossível haver segurança alimentar para o mundo inteiro.”	Policy core	PC5	PC5.1 Primazia absoluta do direito de propriedade	1	Jurídico
3005-SergioSouza-01	Sergio Souza	Bloco/M DB	PR	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“defendemos que o congresso tem a prerrogativa de regulamentar dispositivo da constituição. há 35 anos ele depende de regulamentação.”	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo	1	Institucional
3005-SergioSouza-02	Sergio Souza	Bloco/M DB	PR	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“Quando o parlamento não o fez nesses 35 anos de edição da nossa carta maior, quem o fez, há 10 anos? o supremo, o	Secondary belief	SC5	SC5.2 Reação ao STF por suposta usurpação de	2	Institucional

						supremo definiu, o supremo criou regras para as demarcações de terras indígenas. nós estamos hoje aqui tão somente delimitando, criando a regulamentação desse dispositivo constitucional.”			funções legislativas		
3005-SergioSouza-03	Sergio Souza	Bloco/M DB	PR	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“Nós somos a favor do índio. nós queremos que o índio tenha direito a terra, tenha direito a saúde, tenha dignidade, tenha direito a segurança pública, tenha direito de explorar o seu território.”	Policy core	PC11	PC11.2 Reconhecimento limitado de direitos tradicionais	2	Identitário/ Moral
3005-SergioSouza-04	Sergio Souza	Bloco/M DB	PR	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“Sr. presidente, votar este PL hoje é dar dignidade ao índio e dar garantia do direito à propriedade àquele que tem a propriedade.”	Policy core	PC5	PC5.3 Equilíbrio entre direito de propriedade e função socioambiental	3	Jurídico
3005-SidneyLeite-01	Sidney Leite	Bloco/P SD	AM	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“nos não teremos sustentabilidade ambiental se não houver sustentabilidade social. para isso, são necessários investimentos em tecnologia, em infraestrutura, em pesquisa e, principalmente, em qualidade de vida.”	Deep core	DC1	DC1.3 A proteção ambiental deve ser conciliada com a produção agropecuária, sem primazia explícita de um valor sobre o outro	3	Ambiental
3005-SidneyLeite-02	Sidney Leite	Bloco/P SD	AM	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“os custos praticados na Amazônia são muito maiores do que os de qualquer realidade no nosso país, desde a merenda escolar ate a atenção básica, passando pela infraestrutura necessária, porque ha um vazio na nossa região.”	Policy core	PC6	PC6.3 Adaptação significativa das normas às realidades locais	3	Institucional
3005-SidneyLeite-03	Sidney	Bloco/P	AM	Sessão Deliberativa –	30/05/2023	“eu estive reunido com o secretario de	Policy core	PC11	PC11.4	4	Institucional

	Leite	SD		Câmara		saúde indígena para que nos possamos melhorar a governança da política da saúde indígena.”			Reconhecimento pleno e prioritário dos direitos tradicionais		1
3005-SidneyLeite-04	Sidney Leite	Bloco/P SD	AM	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“muitas vezes se contam nos dedos de uma mão [...] quantas comunidades possuem água potável. nós temos um vazio na oferta de proteína.”	Deep core	DC7	DC7.3 Políticas públicas devem priorizar a redução de desigualdades e a proteção de direitos sociais	3	Identitário/Moral
3005-ZeTrovao-01	Zé Trovão	PL	SC	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“tendo em vista que o parlamento precisa ser respeitado, tendo em vista que não pode sofrer interferência de outros poderes, nós não podemos deixar que assunto tão importante saia da pauta desta casa hoje.”	Secondary belief	SC5	SC5.3 Defesa da autonomia do Legislativo como expressão da soberania popular	3	Institucional
3005-ZeTrovao-02	Zé Trovão	PL	SC	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“precisamos dar fim a todas as guerras que tem acontecido no campo.”	Policy core	PC5	PC5.3 Equilíbrio entre direito de propriedade e função socioambiental	3	Identitário/Moral
3005-ZeTrovao-03	Zé Trovão	PL	SC	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“os agricultores precisam de respeito, e nós precisamos assegurar também os nossos povos originários.”	Policy core	PC5	PC5.3 Equilíbrio entre direito de propriedade e função socioambiental	3	Jurídico
3005-ZeTrovao-04	Zé Trovão	PL	SC	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“quem os trata sob o julgo da escravidão e a esquerda.”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/Moral

3005-GiovaniCherini-07	Giovani Cherini	PL	RS	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“o projeto de lei nº 490, preocupação da assembleia legislativa do rio grande do sul e dos prefeitos do nosso estado, realmente faz justiça a todos os entes.”	Policy core	PC11	PC11.2 Reconhecimento limitado de direitos tradicionais	2	Jurídico
3005-GiovaniCherini-08	Giovani Cherini	PL	RS	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“nos sabemos que o problema da causa indígena não é a terra. a questão está em eles poderem explorar suas terras.”	Policy core	PC11	PC11.1 Subordinação dos direitos tradicionais à exploração econômica	1	Econômico
3005-GiovaniCherini-09	Giovani Cherini	PL	RS	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“se todos somos brasileiros, deveríamos ter os mesmos direitos e os mesmos deveres.”	Deep core	DC2	DC2.2 A justiça distributiva deve conciliar direitos de propriedade rural e demandas sociais, sem redistribuição estrutural	2	Identitário/Moral
3005-GiovaniCherini-10	Giovani Cherini	PL	RS	Sessão Deliberativa – Câmara	30/05/2023	“eles estão aqui fazendo pressão para que nos votemos o pl 490, do marco legal, e tenhamos responsabilidade e segurança jurídica no nosso país.”	Secondary belief	SC1	SC1.1 Defesa de marcos temporais claros como critério central para evitar insegurança jurídica	1	Jurídico
3105-AbilioBrunini-01	Abilio Brunini	PL	MT	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“também é necessário deixar bem registrada a nossa vitória no Marco Temporal, que traz um resultado muito importante para o direito a propriedade e para a resolução do conflito.”	Secondary belief	SC1	SC1.1 Defesa de marcos temporais claros como critério central para evitar insegurança jurídica	1	Jurídico
3105-AbilioBrunini-02	Abilio	PL	MT	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“agora está bem definido: ‘isto é	Secondary belief	SC1	SC1.1 Defesa de	1	Jurídico

	Brunini					demarcado, isto não é demarcado’. esta bem resolvido, repito.”			marcos temporais claros como critério central para evitar insegurança jurídica		
3105-AbilioBrunini-03	Abilio Brunini	PL	MT	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“que traz um resultado muito importante para o direito a propriedade e para a resolução do conflito.”	Policy core	PC5	PC5.1 Primazia absoluta do direito de propriedade	1	Jurídico
3105-AbilioBrunini-04	Abilio Brunini	PL	MT	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“eu acredito, sr. presidente, que o próprio governo federal traiu o movimento militante e deixou liberado para que os deputados pudessem votar a favor do Marco Temporal.”	Secondary belief	SC5	SC5.3 Defesa da autonomia do Legislativo como expressão da soberania popular	3	Institucional
3105-AbilioBrunini-05	Abilio Brunini	PL	MT	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“quem joga contra a esquerda e o próprio lula. e o lula que joga contra vocês.”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/Moral
3105-AfonsoHamm-01	Afonso Hamm	PP	RS	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“eu queria enfatizar a importância da votação do Marco Temporal, ocorrida ontem, para a questão relacionada com a demarcação de terras indígenas.”	Secondary belief	SC1	SC1.1 Defesa de marcos temporais claros como critério central para evitar insegurança jurídica	1	Jurídico
3105-AfonsoHamm-02	Afonso Hamm	PP	RS	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“é importante haver um marco regulatório, que é a data da constituição de 1988. trata-se de uma conquista relevante.”	Secondary belief	SC1	SC1.1 Defesa de marcos temporais claros como critério central para evitar insegurança jurídica	1	Jurídico
3105-AfonsoHamm-03	Afonso	PP	RS	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“nos precisamos pacificar o campo. alias,	Secondary belief	SC4	SC4.3 Defesa da	3	Identitário/

	Hamm					o campo esta pacificado. agora, nos precisamos dar segurança jurídica a proprietários, a produtores, e evitar estes conflitos.”			conciliação retórica entre preservação ambiental e crescimento econômico		Moral
3105-AfonsoHamm-04	Afonso Hamm	PP	RS	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“nos temos que criar condições seguras para a produção dos nossos agricultores e para a garantia do direito a propriedade”	Policy core	PC5	PC5.1 Primazia absoluta do direito de propriedade	1	Jurídico
3105-AfonsoHamm-05	Afonso Hamm	PP	RS	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“hoje, ao falar em plantio direto, nos estamos falando em equilíbrio, em sustentabilidade em todos os aspectos, em sustentabilidade ambiental.”	Deep core	DC1	DC1.3 A proteção ambiental deve ser conciliada com a produção agropecuária, sem primazia explícita de um valor sobre o outro	3	Ambiental
3105-CaboGilbertoSilva-06	Cabo Gilberto Silva	PL	PB	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“mais uma vez, ha uma clara interferência da suprema corte neste parlamento. nos não podemos aceitar passivamente o que esta acontecendo em nosso pais.”	Secondary belief	SC5	SC5.2 Reação ao STF por suposta usurpação de funções legislativas	2	Institucional
3105-CaboGilbertoSilva-07	Cabo Gilberto Silva	PL	PB	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“isso e um claro ataque ao parlamento, por parte da suprema corte brasileira, que esta atuando diretamente para intimidar o parlamento.”	Secondary belief	SC5	SC5.2 Reação ao STF por suposta usurpação de funções legislativas	2	Institucional
3105-CaboGilbertoSilva-09	Cabo Gilberto Silva	PL	PB	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“quanto as terras onde eles favorecem o mst, deram um pouco mais de 200 mil títulos de terra em 14 anos.”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/Moral
3105-CaboGilbertoSilva-10	Cabo Gilberto	PL	PB	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“o discurso de que somos contra a questão da mata atlântica não condiz com	Secondary belief	SC4	SC4.3 Defesa da conciliação retórica	3	Ambiental

	Silva					a realidade nem com o texto do relator”			entre preservação ambiental e crescimento econômico		
3105-CapitaoAlbertoNeto-01	Capitão Alberto Neto	PL	AM	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“esse governo hoje, clara e abertamente, namora com ditaduras e sem pudor nenhum.”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/Moral
3105-CapitaoAlbertoNeto-02	Capitão Alberto Neto	PL	AM	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“o ministério do meio ambiente e contra o brasil e não quer aprovar um licenciamento lá na foz do amazonas.”	Secondary belief	SC6	SC6.1 Rejeição à regulação ambiental considerada punitiva	1	Ambiental
3105-CapitaoAlbertoNeto-04	Capitão Alberto Neto	PL	AM	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“esvaziamos o ministério do meio ambiente, que e contra o brasil.”	Secondary belief	SC6	SC6.1 Rejeição à regulação ambiental considerada punitiva	1	Ambiental
3105-CapitaoAlbertoNeto-05	Capitão Alberto Neto	PL	AM	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“parece que criaram um ministério para o mst. isso e um absurdo, isso e um escarnio em relação ao agro brasileiro.”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/Moral
3105-CapitaoAlbertoNeto-06	Capitão Alberto Neto	PL	AM	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“tivemos a maior reforma agraria da historia: mais de 420 mil títulos entregues.”	Secondary belief	SC7	SC7.3 Mobilização de moralidade, patriotismo e valores nacionais para legitimar posições políticas	3	Identitário/Moral
3105-CarlosJordy-05	Carlos	PL	RJ	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“a base do governo e aquela que v.exas.	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização	1	Institucional

	Jordy					viram ontem, na votação do Marco Temporal: 155 votos.”			do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo		1
3105-CarlosJordy-06	Carlos Jordy	PL	RJ	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“um governo vingativo, um governo que desrespeita o parlamento a todo momento, querendo desfazer as reformas que fizeram o brasil crescer”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/Moral
3105-CarlosJordy-07	Carlos Jordy	PL	RJ	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“quando não consegue aprovar matérias aqui, porque não tem base, recorre a decretos inconstitucionais, como fez com o marco do saneamento, ou ao judiciário.”	Secondary belief	SC5	SC5.2 Reação ao STF por suposta usurpação de funções legislativas	2	Institucional
3105-CarlosJordy-08	Carlos Jordy	PL	RJ	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“um governo que, além de todas essas afrontas ao parlamento, flerta com a ditadura, flerta com ditadores”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/Moral
3105-CarlosJordy-09	Carlos Jordy	PL	RJ	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“esse outro ministério esta sendo utilizado para fomentar a atividade do mst, esse movimento criminoso”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/Moral
3105-CarlosJordy-10	Carlos Jordy	PL	RJ	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“o agronegócio esta sendo atacado por um ministério que não serve para nada, a não ser para incentivar as invasões de terra pelo mst.”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/Moral
3105-ElmarNascimento-01	Elmar	UNIÃO	BA	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“o resultado que o plenário desta casa	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização	1	Institucional

	Nascimento					desse não era responsabilidade da câmara dos deputados, era responsabilidade da falta de articulação do governo.”			do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo	1	
3105-ElmarNascimento-02	Elmar Nascimento	UNIÃO	BA	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“a falta de uma base estabilizada fez com que houvesse a possibilidade de que esta casa desse uma resposta política”	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo	1	Institucional
3105-ElmarNascimento-03	Elmar Nascimento	UNIÃO	BA	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“depois, veio o Marco Temporal, que v.exa. se comprometeu a colocar em pauta e que nos votamos ontem. outro recado foi dado.”	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo	1	Institucional
3105-ElmarNascimento-04	Elmar Nascimento	UNIÃO	BA	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“o coração, o chão da fábrica, como nos chamamos este plenário, era por derrotar o governo numa coisa que ninguém tem controle”	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo	1	Institucional
3105-ElmarNascimento-05	Elmar Nascimento	UNIÃO	BA	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“palavra e credibilidade”	Deep core	DC6	DC6.1 A legitimidade democrática reside prioritariamente nos representantes eleitos, especialmente no Legislativo	1	Institucional
3105-ElmarNascimento-06	Elmar Nascimento	UNIÃO	BA	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“o união brasil conforme a bancada decidir.”	Secondary belief	SC5	SC5.3 Defesa da autonomia do Legislativo como expressão da	3	Institucional

									soberania popular		
3105-EmidinhoMadeira-01	Emidinho Madeira	PL	MG	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“a mega leite, que será aberta no próximo dia 7 de junho, e a maior feira da pecuária leiteira da américa latina.”	Deep core	DC7	DC7.1 Políticas públicas devem priorizar o crescimento econômico e a eficiência produtiva do setor agropecuário	1	Econômico
3105-EmidinhoMadeira-02	Emidinho Madeira	PL	MG	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“uma feira que movimenta muito a economia de minas gerais e de todo o nosso país.”	Deep core	DC7	DC7.1 Políticas públicas devem priorizar o crescimento econômico e a eficiência produtiva do setor agropecuário	1	Econômico
3105-EmidinhoMadeira-03	Emidinho Madeira	PL	MG	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“apresentamos um programa para melhorar a genética do gado do pequeno produtor.”	Secondary belief	SC6	SC6.3 Defesa de políticas públicas voltadas à modernização produtiva	3	Econômico
3105-EmidinhoMadeira-04	Emidinho Madeira	PL	MG	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“o programa [...] e feito 100% com emenda parlamentar.”	Secondary belief	SC6	SC6.2 Apoio à intervenção estatal sob a forma de crédito, incentivos ou infraestrutura	2	Institucional
3105-EmidinhoMadeira-05	Emidinho Madeira	PL	MG	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“o pequeno talvez não tenha acesso a isso.”	Deep core	DC5	DC5.3 A intervenção do Estado deve equilibrar	3	Econômico

									eficiência econômica do setor agropecuário e objetivos sociais		
3105-FabioGarcia-03	Fábio Garcia	UNIÃO	MT	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	31/05/2023	“nos conversamos com todos os líderes do bloco, e a maioria deles orienta ‘sim’.”	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo	1	Institucional
3105-FabioGarcia-04	Fábio Garcia	UNIÃO	MT	Sessão Deliberativa – Regime de Urgência	31/05/2023	“portanto, nos orientamos ‘sim’ a urgência do Marco Temporal, respeitando a posição divergente do pdt e do psb.”	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo	1	Institucional
3105-FilipeBarros-01	Filipe Barros	PL	PR	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“a base do governo não existe. a base do governo e aquela que v.exas. viram ontem, na votação do Marco Temporal: 155 votos.”	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo	1	Institucional
3105-FilipeBarros-02	Filipe Barros	PL	PR	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“o governo não tem voto para votar. e não tem voto sabem por que? porque o pt só sabe governar com uma metodologia: mensalão, dinheiro na cueca, corrupção.”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/Moral
3105-FilipeBarros-03	Filipe Barros	PL	PR	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“venceu a democracia, deputado jorjy, o voto. a medida provisória foi aprovada naquele momento.”	Deep core	DC6	DC6.1 A legitimidade democrática reside prioritariamente nos representantes eleitos, especialmente no	1	Institucional

									Legislativo		
3105-FilipeBarros-04	Filipe Barros	PL	PR	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“quando o governo esta quebrando cabeça, temos que deixar o governo quebrando cabeça.”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/Moral
3105-FilipeBarros-05	Filipe Barros	PL	PR	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“essa noticia que ela relata, de que supostamente o desemprego seria menor, e relativa a 2022, deputada!”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/Moral
3105-FilipeBarros-06	Filipe Barros	PL	PR	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“o pl entende que essa medida provisória deveria caducar.”	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo	1	Institucional
3105-GilsonDaniel-01	Gilson Daniel	PODE	ES	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“esta sendo confeccionado, através do conselho nacional do café e do governo federal, um acordo para adoção de boas praticas trabalhistas e condições de trabalho decente na cafeicultura, com o objetivo de proporcionar mais segurança jurídica para o trabalho rural”	Secondary belief	SC6	SC6.3 Defesa de políticas públicas voltadas à modernização produtiva	3	Econômico
3105-GilsonDaniel-02	Gilson Daniel	PODE	ES	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“assim, o produtor não será enquadrado como promotor do trabalho análogo ao de escravo, e o trabalhador não perdera os benefícios do bolsa familia”	Policy core	PC5	PC5.3 Equilíbrio entre direito de propriedade e função socioambiental	3	Jurídico
3105-GilsonDaniel-03	Gilson Daniel	PODE	ES	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“o nosso apelo ao governo federal e para que esse acordo seja extensivo aos demais estados, principalmente ao espirito	Secondary belief	SC6	SC6.2 Apoio à intervenção estatal sob a forma de	2	Institucional

						santo.”			crédito, incentivos ou infraestrutura		
3105-GilsonDaniel-04	Gilson Daniel	PODE	ES	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“no período sazonal da colheita não só do café como também das demais culturas, o contrato temporário possa ser liberado, para que esses trabalhadores não percam o bolsa-família”	Policy core	PC11	PC11.2 Reconhecimento limitado de direitos tradicionais	2	Econômico
3105-GiovaniCherini-11	Giovani Cherini	PL	RS	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“apos a votação do projeto de lei nº 490, de 2007, que trata do Marco Temporal das terras indígenas, decidi compartilhar, em minhas redes sociais, um post declarando o meu voto.”	Secondary belief	SC1	SC1.1 Defesa de marcos temporais claros como critério central para evitar insegurança jurídica	1	Jurídico
3105-GiovaniCherini-12	Giovani Cherini	PL	RS	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“recebi mensagens de perfis extremistas de esquerda, repletas de xingamentos e ate mesmo ameaças de morte, não apenas dirigidas a mim, mas também aos produtores rurais.”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/ Moral
3105-GiovaniCherini-13	Giovani Cherini	PL	RS	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“essas atitudes refletem o extremismo pregado por essa esquerda que temos hoje no brasil, que alimenta a luta de classes contra agricultores”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/ Moral
3105-GiovaniCherini-14	Giovani Cherini	PL	RS	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“noventa áreas estão sendo reivindicadas, sem a defesa do agricultor lá no rio grande do sul.”	Secondary belief	SC1	SC1.2 Rejeição a revisões de terras já tituladas	2	Jurídico
3105-GiovaniCherini-15	Giovani Cherini	PL	RS	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“e muito importante que a comunidade se mobilize e se movimente.”	Deep core	DC6	DC6.1 A legitimidade democrática reside prioritariamente nos representantes	1	Institucional

									eleitos, especialmente no Legislativo		
3105-GustavoGayer-01	Gustavo Gayer	PL	GO	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“hoje e mais um daqueles momentos que pode ser um marco divisório da política brasileira.”	Deep core	DC6	DC6.1 A legitimidade democrática reside prioritariamente nos representantes eleitos, especialmente no Legislativo	1	Institucional
3105-GustavoGayer-02	Gustavo Gayer	PL	GO	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“sabemos que voltou para aquele balcão de negociações, para a tentativa de compra de parlamentares, para a manipulação de partidos políticos, através de cargos de segundo escalão, de ministérios.”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/Moral
3105-GustavoGayer-03	Gustavo Gayer	PL	GO	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“nos temos hoje uma oportunidade única [...] de mostrar que nos somos independentes, de carimbar esta casa como verdadeiramente a casa do povo.”	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo	1	Institucional
3105-GustavoGayer-04	Gustavo Gayer	PL	GO	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“uma medida provisória deste governo criminoso que criou 17 novos ministérios, para que eles pudessem ser usados como negociação para comprar presidente de partido, para comprar parlamentar.”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/Moral
3105-GustavoGayer-05	Gustavo Gayer	PL	GO	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“vamos representar o nosso povo, aqueles que nos escolheram.”	Deep core	DC6	DC6.1 A legitimidade democrática reside prioritariamente	1	Institucional

									nos representantes eleitos, especialmente no Legislativo		
3105-GustavoGayer-06	Gustavo Gayer	PL	GO	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“nos não temos etiqueta de preço na nossa nuca.”	Secondary belief	SC7	SC7.3 Mobilização de moralidade, patriotismo e valores nacionais para legitimar posições políticas	3	Identitário/ Moral
3105-GustavoGayer-07	Gustavo Gayer	PL	GO	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“se a matéria não passar aqui, eles vão procurar a base solida deles no stf.”	Secondary belief	SC5	SC5.2 Reação ao STF por suposta usurpação de funções legislativas	2	Institucional
3105-GustavoGayer-08	Gustavo Gayer	PL	GO	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“não vai ser com cargos em ministérios que eles vão nos comprar.”	Secondary belief	SC7	SC7.3 Mobilização de moralidade, patriotismo e valores nacionais para legitimar posições políticas	3	Identitário/ Moral
3105-HendersonPinto-01	Henderson Pinto	MDB	PA	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“essa audiência teve por objetivo discutir a possibilidade de exploração de petróleo no que estão chamando de ‘foz do Amazonas’ [...] a distancia do bloco 59 [...] e de 550 quilômetros da foz do rio Amazonas”	Secondary belief	SC6	SC6.1 Rejeição à regulação ambiental considerada punitiva	1	Ambiental
3105-HendersonPinto-02	Henderson Pinto	MDB	PA	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“os estados da Amazônia legal emitiram um documento [...] com posição favorável e comprovando tecnicamente a viabilidade da perfuração desse poço”	Deep core	DC4	DC4.2 Conhecimentos técnicos especializados devem orientar	2	Institucional

									decisões públicas sobre o setor agropecuário		
3105-HendersonPinto-03	Henderson Pinto	MDB	PA	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“o problema é que o Ibama indeferiu o pedido da Petrobras.”	Secondary belief	SC2	SC2.1 Críticas à FUNAI e ao IBAMA por suposto abuso de poder e ideologização	1	Ambiental
3105-HendersonPinto-04	Henderson Pinto	MDB	PA	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“se o rio de janeiro pode, se são Paulo pode, porque a região norte não pode?”	Deep core	DC2	DC2.2 A justiça distributiva deve conciliar direitos de propriedade rural e demandas sociais, sem redistribuição estrutural	2	Identitário/Moral
3105-HendersonPinto-05	Henderson Pinto	MDB	PA	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“podemos, sim, produzir óleo e gás no oceano atlântico.”	Deep core	DC3	DC3.1 Os recursos naturais devem ser tratados prioritariamente como insumos econômicos para a produção agropecuária	1	Econômico
3105-Ismael-01	Ismael	PSD	SC	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“vai lá o ima, o instituto do meio ambiente de santa Catarina, e aplica um multa de 600 mil reais, por causa de cinco peixes que não deveriam estar naquele barco.”	Secondary belief	SC6	SC6.1 Rejeição à regulação ambiental considerada punitiva	1	Ambiental
3105-Ismael-02	Ismael	PSD	SC	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“o problema da mp 1.154/23 [...] e a	Policy core	PC1	PC1.4	4	Institucional

						possibilidade da gestão compartilhada entre o ministério da pesca e aquicultura e o ministério do meio ambiente.”			Descentralização ponderada conforme a matéria regulada		1
3105-Ismael-03	Ismael	PSD	SC	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“essas funções são excludentes, incompatíveis.”	Policy core	PC1	PC1.4 Descentralização ponderada conforme a matéria regulada	4	Institucional
3105-Ismael-04	Ismael	PSD	SC	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“essas atividades administrativas precisam ser desempenhadas de forma divorciada, cumprindo a legislação e dando autonomia ao nosso ministério da pesca.”	Policy core	PC1	PC1.4 Descentralização ponderada conforme a matéria regulada	4	
3105-JoseMedeiros-06	Jose Medeiros	PL	MT	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“ontem, o governo promoveu uma grande inauguração, a primeira, que eu saiba. [...] foi inaugurado o letreiro do ministério do desenvolvimento agrário, uma grande inauguração do governo do pt.”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/Moral
3105-JoseMedeiros-07	Jose Medeiros	PL	MT	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“tudo que vem da direita e fake News, e mentira e tal, e os números da verdade estão com o governo.”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/Moral
3105-JoseMedeiros-08	Jose Medeiros	PL	MT	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“uma ministra foi a davos e disse que aqui havia 120 milhões de brasileiros passando fome. isto e mentira, uma mentira das mais deslavadas possível.”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/Moral
3105-JoseMedeiros-09	Jose	PL	MT	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“o atual presidente lula tem um vídeo	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção	2	Identitário/

	Medeiros					famoso na internet em que diz: ‘a gente falava de números sem o menor compromisso com a realidade.’”			de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos		Moral
3105-JoseMedeiros-10	Jose Medeiros	PL	MT	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“a grande inauguração do governo lula se deu ontem [...] e foi a inauguração do letreiro do mda.”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/Moral
3105-JoseNelto-01	José Nelto	PP	GO	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“eu quero deixar registrado o meu repudio ao narcotraficante, ao ditador, ao cidadão que deveria estar preso e entrou no brasil sem o conhecimento da fab.”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/Moral
3105-JoseNelto-02	José Nelto	PP	GO	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“receber com honras de estado esse ditador da Venezuela que deixa o povo passar fome, que coloca o povo para fora do pais?”	Secondary belief	SC7	SC7.3 Mobilização de moralidade, patriotismo e valores nacionais para legitimar posições políticas	3	Identitário/Moral
3105-JoseNelto-03	José Nelto	PP	GO	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“nos repudiamos qualquer tipo de ditadura, seja de direita, seja de esquerda, seja militar.”	Deep core	DC6	DC6.1 A legitimidade democrática reside prioritariamente nos representantes eleitos, especialmente no Legislativo	1	Identitário/Moral
3105-JoseNelto-04	José Nelto	PP	GO	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“a fab jamais poderia ter permitido a entrada daquela aeronave em espaço aéreo brasileiro com o transponder	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância	1	Institucional

						desligado.”			soberana e voz legítima do povo		
3105-JoseNelto-05	José Nelto	PP	GO	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“o governador Ronaldo caiado criou o programa mães de goiás, que entrega 250 reais para cada mãe carente do estado.”	Deep core	DC7	DC7.3 Políticas públicas devem priorizar a redução de desigualdades e a proteção de direitos sociais	3	Econômico
3105-KimKatagui-01	Kim Katagui	UNIÃO	SP	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“houve um aumento de 14% de desmatamento no governo lula.”	Secondary belief	SC4	SC4.2 Argumento de que o setor agropecuário é o principal responsável pela preservação ambiental	2	Ambiental
3105-KimKatagui-02	Kim Katagui	UNIÃO	SP	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“institucionalmente, o ministério do meio ambiente não ter controle sobre recursos hídricos e sobre resíduos sólidos e defender o meio ambiente?”	Policy core	PC1	PC1.1 Centralização das atribuições ambientais na União	1	Institucional
3105-KimKatagui-03	Kim Katagui	UNIÃO	SP	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“no ministério do meio ambiente do governo Bolsonaro havia mais prerrogativas do que este que os senhores estão votando agora.”	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo	1	Institucional
3105-KimKatagui-04	Kim Katagui	UNIÃO	SP	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“tecnicamente, essa proposta é ruim.”	Deep core	DC4	DC4.2 Conhecimentos técnicos especializados devem orientar decisões públicas	2	Institucional

									sobre o setor agropecuário		
3105-KimKatagui-05	Kim Katagui	UNIÃO	SP	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“e uma ilusão, e um discurso barato e populista de quem não esta focado em politica publica, em resultado.”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/ Moral
3105-MarcosPollon-02	Marcos Pollon	PL	MS	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“esse desgoverno tem se caracterizado pela total falta de dialogo com este parlamento.”	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo	1	Institucional
3105-MarcosPollon-03	Marcos Pollon	PL	MS	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“a utilização desarrazoada de inúmeros ministérios acaba por impor o inchaço na maquina publica, algo que impõe ao brasil uma fragilidade econômica e que fara o povo mais humilde pagar esse preço.”	Secondary belief	SC6	SC6.1 Rejeição à regulação ambiental considerada punitiva	1	Econômico
3105-MarcosPollon-04	Marcos Pollon	PL	MS	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“por essa razão, presidente, [...] a minoria orienta ‘não’.”	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo	1	Institucional
3105-MarcosPollon-05	Marcos Pollon	PL	MS	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“a ciência identifica o sexo masculino e o sexo feminino. a constituição e a boa técnica legislativa se pautam em questões objetivas”	Deep core	DC4	DC4.1 Conhecimentos jurídicos e econômicos ligados à produção agropecuária devem prevalecer na formulação de	1	Identitário/ Moral

									políticas		
3105-MarcosPollon-06	Marcos Pollon	PL	MS	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“a utilização da expressão ‘gênero’ e a construção de uma novilingua negacionista”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/Moral
3105-MarxBeltrao-01	Marx Beltrão	PP	AL	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“os hospitais particulares e filantrópicos publicaram uma nota muito seria denunciando um calote de quase que 90 milhões de reais para os hospitais que fazem quase 70% dos serviços de saúde de alta e media complexidades no estado de alagoas.”	Deep core	DC7	DC7.3 Políticas públicas devem priorizar a redução de desigualdades e a proteção de direitos sociais	3	Institucional
3105-MarxBeltrao-02	Marx Beltrão	PP	AL	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“são 10 hospitais que estão levando um calote do governo do estado de cerca de 90 milhões de reais, que esta comprometendo a saúde publica do estado de alagoas.”	Secondary belief	SC6	SC6.2 Apoio à intervenção estatal sob a forma de crédito, incentivos ou infraestrutura	2	Econômico
3105-MarxBeltrao-03	Marx Beltrão	PP	AL	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“as pessoas [...] não estão conseguindo atendimento medico. isso envergonha muito todos os alagoanos que pagam seus impostos em dia.”	Deep core	DC7	DC7.3 Políticas públicas devem priorizar a redução de desigualdades e a proteção de direitos sociais	3	Identitário/Moral
3105-MarxBeltrao-04	Marx Beltrão	PP	AL	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“não adianta a narrativa de construção de novos hospitais, se os serviços não estão sendo realizados.”	Secondary belief	SC6	SC6.1 Rejeição à regulação ambiental considerada punitiva	1	Institucional
3105-MarxBeltrao-05	Marx Beltrão	PP	AL	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“o bloco do união e progressistas vota ‘não’ a emenda, presidente.”	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento	1	Institucional

									como instância soberana e voz legítima do povo		
3105-NiltoTatto-01	Nilto Tatto	PT	SP	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“eu não tenho conhecimento de que, em nenhum governo anterior, o parlamento tenha interferido e modificado a estrutura de governo necessária para dar conta do plano de governo eleito.”	Deep core	DC6	DC6.2 A democracia deve combinar representação política e participação limitada de outros atores sociais	2	Institucional
3105-NiltoTatto-02	Nilto Tatto	PT	SP	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“se debateu a necessidade de o brasil fazer sua lição de casa para enfrentar a crise climática e colocar, na centralidade do conjunto das politicas publicas e dos investimentos, os desafios da agenda ambiental.”	Deep core	DC7	DC7.4 Políticas públicas devem ser orientadas principalmente por objetivos sociais e ambientais	4	Ambiental
3105-NiltoTatto-03	Nilto Tatto	PT	SP	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“a implementação do código florestal e fundamental, porque o uso do solo e responsável por 70% das emissões de gases do efeito estufa.”	Policy core	PC4	PC4.4 Controle ambiental rigoroso com fiscalização e sanções	4	Ambiental
3105-NiltoTatto-04	Nilto Tatto	PT	SP	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“retirar do ministério do meio ambiente a gestão do uso do solo, a gestão do código florestal e a gestão dos recursos hídricos e o mesmo que dar um tiro no pé”	Policy core	PC1	PC1.1 Centralização das atribuições ambientais na União	1	Institucional
3105-NiltoTatto-05	Nilto Tatto	PT	SP	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“esta não e uma agenda somente do enfrentamento da crise climática. e uma agenda de oportunidades para um pais que precisa se desindustrializar [...] pela indústria de baixo carbono.”	Deep core	DC3	DC3.4 Os recursos naturais devem ser preservados como bens coletivos de interesse público	4	Ambiental

3105-MarcoFeliciano-01	Marco Feliciano	PL	SP	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“a soberania do brasil foi atacada nesta semana, em que o presidente do nosso pais recebe no nosso solo sagrado um assassino, um ditador.”	Secondary belief	SC7	SC7.3 Mobilização de moralidade, patriotismo e valores nacionais para legitimar posições políticas	3	Identitário/ Moral
3105-MarcoFeliciano-02	Marco Feliciano	PL	SP	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“aprovamos agora ha pouco, por maioria, na crede, [...] moção de repudio a vinda de maduro ao nosso pais.”	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo	1	Institucional
3105-MarcoFeliciano-03	Marco Feliciano	PL	SP	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“quando nos abrimos os nossos braços para receber no nosso pais um homem como esse, estamos dizendo ao mundo: nos somos apoiadores de uma ditadura.”	Deep core	DC6	DC6.1 A legitimidade democrática reside prioritariamente nos representantes eleitos, especialmente no Legislativo	1	Identitário/ Moral
3105-MarcoFeliciano-04	Marco Feliciano	PL	SP	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“como pode a esquerda brasileira, liderada por lula, [...] apoiar alguém que mata os seus cidadãos?”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/ Moral
3105-MarcoFeliciano-05	Marco Feliciano	PL	SP	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“quase 800 pessoas estão desaparecidas na Venezuela, simplesmente porque foram contra maduro.”	Secondary belief	SC7	SC7.3 Mobilização de moralidade, patriotismo e valores nacionais para legitimar posições políticas	3	Identitário/ Moral
3105-MarcoFeliciano-06	Marco	PL	SP	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“ouvi ali duas declarações [...] sobre a	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção	2	Identitário/

	Feliciano					possibilidade de envolvimento de narcotraficantes com o movimento sem terra.”			de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos		Moral
3105-MarcoFeliciano-07	Marco Feliciano	PL	SP	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“quem quer pacificar o país não coloca líderes do mst dentro de um avião presidencial.”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/Moral
3105-RafaelSimoess-01	Rafael Simões	UNIÃO	MG	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“o leite é um alimento completo, nutritivo, essencial para o desenvolvimento humano.”	Deep core	DC7	DC7.3 Políticas públicas devem priorizar a redução de desigualdades e a proteção de direitos sociais	3	Econômico
3105-RafaelSimoess-02	Rafael Simões	UNIÃO	MG	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“o setor leiteiro é responsável pela geração de mais de 5 milhões de empregos diretos e indiretos em nosso país.”	Deep core	DC7	DC7.1 Políticas públicas devem priorizar o crescimento econômico e a eficiência produtiva do setor agropecuário	1	Econômico
3105-RafaelSimoess-03	Rafael Simões	UNIÃO	MG	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“no Brasil, contamos com mais de 1,2 milhões de produtores de leite espalhados por todo o território nacional.”	Deep core	DC7	DC7.1 Políticas públicas devem priorizar o crescimento econômico e a eficiência produtiva do setor agropecuário	1	Econômico

3105-RafaelSimo-es-04	Rafael Simões	UNIÃO	MG	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“a cadeia produtiva do leite representa 1,2% do produto interno bruto brasileiro.”	Deep core	DC7	DC7.1 Políticas públicas devem priorizar o crescimento econômico e a eficiência produtiva do setor agropecuário	1	Econômico
3105-RafaelSimo-es-05	Rafael Simões	UNIÃO	MG	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“o brasil e o quarto maior produtor de leite do mundo.”	Deep core	DC7	DC7.1 Políticas públicas devem priorizar o crescimento econômico e a eficiência produtiva do setor agropecuário	1	Econômico
3105-ReinholdStephanes-01	Reinhold Stephanes	PSD	PR	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“nos aprovamos o pl 490, o Marco Temporal. isso representa uma segurança para o país, para a agricultura, para a pecuária, para o produtor rural.”	Secondary belief	SC1	SC1.1 Defesa de marcos temporais claros como critério central para evitar insegurança jurídica	1	Jurídico
3105-ReinholdStephanes-02	Reinhold Stephanes	PSD	PR	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“o brasil já tem uma área do tamanho de metade da Europa [...] para 800 mil índios, o que não faz sentido.”	Policy core	PC11	PC11.2 Reconhecimento limitado de direitos tradicionais	2	Econômico
3105-ReinholdStephanes-03	Reinhold Stephanes	PSD	PR	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“o índio, hoje, não quer viver isolado. ele quer ter internet, quer ter carro, quer ter energia elétrica [...] renda e qualidade de vida.”	Secondary belief	SC3	SC3.1 Valorização do indígena produtivo e integrado às atividades	1	Identitário/ Moral

									econômicas		
3105-ReinholdStephanes-04	Reinhold Stephanes	PSD	PR	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“as reservas indígenas são aquelas aprovadas antes de 1988, em nossa constituição.”	Secondary belief	SC1	SC1.1 Defesa de marcos temporais claros como critério central para evitar insegurança jurídica	1	Jurídico
3105-ReinholdStephanes-05	Reinhold Stephanes	PSD	PR	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“não se comemora que se cresça a quantidade de pessoas nesse programa [bolsa família] [...] o ideal seria que o brasil estivesse crescendo e as pessoas tendo renda.”	Deep core	DC7	DC7.3 Políticas públicas devem priorizar a redução de desigualdades e a proteção de direitos sociais	3	Econômico
3105-ReinholdStephanes-06	Reinhold Stephanes	PSD	PR	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“o que me choca e ver aqui Nicolas maduro [...] e recebido aqui com pompas de herói.”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/Moral
3105-RicardoAyres-01	Ricardo Ayres	REPUB LICAN OS	TO	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“o presidente lula vem reproduzindo o que o Bolsonaro fez na política exterior.”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/Moral
3105-RicardoAyres-02	Ricardo Ayres	REPUB LICAN OS	TO	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“a presença no brasil de Nicolas maduro [...] evidencia que, ao contrario do que nos desejávamos [...] somos nos a estar liderados pelo presidente venezuelano.”	Secondary belief	SC7	SC7.3 Mobilização de moralidade, patriotismo e valores nacionais para legitimar posições políticas	3	Identitário/Moral
3105-RicardoAyres-03	Ricardo Ayres	REPUB LICAN	TO	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“a politica externa não pode seguir uma agenda partidária, seja qual for o	Deep core	DC6	DC6.1 A legitimidade	1	Institucional

		OS				presidente da republica.”			democrática reside prioritariamente nos representantes eleitos, especialmente no Legislativo		
3105-RicardoAyres-04	Ricardo Ayres	REPUB LICAN OS	TO	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“ontem tivemos um retrocesso, com a votação do Marco Temporal.”	Policy core	PC11	PC11.4 Reconhecimento pleno e prioritário dos direitos tradicionais	4	Jurídico
3105-RicardoAyres-05	Ricardo Ayres	REPUB LICAN OS	TO	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“nos precisamos fazer com que a politica exterior sirva aos interesses do pais, e não a agenda ideológica.”	Deep core	DC6	DC6.1 A legitimidade democrática reside prioritariamente nos representantes eleitos, especialmente no Legislativo	1	Institucional
3105-RicardoSilva-01	Ricardo Silva	PSD	SP	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“esta casa [...] e o local sagrado da democracia brasileira.”	Deep core	DC6	DC6.1 A legitimidade democrática reside prioritariamente nos representantes eleitos, especialmente no Legislativo	1	Institucional
3105-RicardoSilva-02	Ricardo Silva	PSD	SP	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“o outro motivo que me traz a esta tribuna e muito triste. [...] uma ordem judicial para a demolição de ranchos que estão ali ha muitos anos.”	Secondary belief	SC5	SC5.2 Reação ao STF por suposta usurpação de funções legislativas	2	Institucional

3105-RicardoSilva-03	Ricardo Silva	PSD	SP	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“os pequenos proprietários de terra [...] não foram sequer citados nessa ação e estão sendo surpreendidos com essa ordem de demolição.”	Policy core	PC5	PC5.3 Equilíbrio entre direito de propriedade e função socioambiental	3	Jurídico
3105-RicardoSilva-04	Ricardo Silva	PSD	SP	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“essas famílias [...] tem ali, naquele local, [...] a única morada.”	Deep core	DC7	DC7.3 Políticas públicas devem priorizar a redução de desigualdades e a proteção de direitos sociais	3	Identitário/Moral
3105-RicardoSilva-05	Ricardo Silva	PSD	SP	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“eu faço um apelo aos tribunais superiores [...] para que olhem para essas famílias.”	Secondary belief	SC5	SC5.3 Defesa da autonomia do Legislativo como expressão da soberania popular	3	Institucional
3105-SilasCamara-01	Silas Câmara	REPUBLICANOS	AM	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“com o meu voto ‘sim’, a casa votou e aprovou ontem o novo bolsa família.”	Deep core	DC7	DC7.3 Políticas públicas devem priorizar a redução de desigualdades e a proteção de direitos sociais	3	Social
3105-SilasCamara-02	Silas Câmara	REPUBLICANOS	AM	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“pescadores e pescadoras que anteriormente [...] deixavam de receber o bolsa família agora o receberão [...] no período do seguro-defeso.”	Policy core	PC6	PC6.2 Reconhecimento limitado de peculiaridades regionais	2	Econômico/Social
3105-SilasCamara-03	Silas Câmara	REPUBLICANOS	AM	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“nos aprovamos, também, o benefício de 150 reais para pessoas com dependentes de ate 7 anos [...] além do vale-gas.”	Deep core	DC7	DC7.3 Políticas públicas devem priorizar a redução de desigualdades e	3	Social

									a proteção de direitos sociais		
3105-SilasCamara-04	Silas Câmara	REPUB LICAN OS	AM	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“tirando os entraves para acesso aos serviços da previdência social no Amazonas.”	Secondary belief	SC6	SC6.2 Apoio à intervenção estatal sob a forma de crédito, incentivos ou infraestrutura	2	Institucional
3105-SilasCamara-05	Silas Câmara	REPUB LICAN OS	AM	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“com isso, nos teremos a certeza de que, quando a agência fluvial chegar a uma comunidade [...] haverá o deferimento do benefício.”	Secondary belief	SC6	SC6.2 Apoio à intervenção estatal sob a forma de crédito, incentivos ou infraestrutura	2	Institucional
3105-Bacelar-01	Bacelar	PV	BA	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“de modo a atingir os propósitos do acordo de Paris [...] o mundo vai ter que descarbonizar o seu sistema energético.”	Deep core	DC1	DC1.1 A natureza deve ser concebida como recurso subordinado ao desenvolvimento humano e à produção agropecuária	1	Ambiental
3105-Bacelar-02	Bacelar	PV	BA	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“o sr. presidente deputado Arthur Lira criou a comissão especial para tratar da transição energética e da produção de hidrogênio verde.”	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo	1	Institucional
3105-Bacelar-03	Bacelar	PV	BA	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“somos o quinto país do mundo em emissão de gases de efeito estufa, mas [...] temos os recursos naturais necessários para a transição energética.”	Deep core	DC1	DC1.2 A natureza deve ser protegida apenas na medida em que não comprometa a expansão da	2	Ambiental

									produção agropecuária		
3105-Bacelar-04	Bacelar	PV	BA	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“esses projetos trarão emprego, renda e desenvolvimento para o brasil.”	Deep core	DC7	DC7.1 Políticas públicas devem priorizar o crescimento econômico e a eficiência produtiva do setor agropecuário	1	Econômico
3105-Bacelar-05	Bacelar	PV	BA	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“uma torre de energia eólica [...] já rende para esse pequeno produtor cerca de 5 a 6 mil reais mensais.”	Policy core	PC6	PC6.1 Uniformização das regras ambientais em todo o território	1	Econômico /Ambiental
3105-Bacelar-06	Bacelar	PV	BA	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“esta casa [...] cria essa comissão, com a finalidade de estudar, pesquisar, coordenar as atividades.”	Secondary belief	SC5	SC5.3 Defesa da autonomia do Legislativo como expressão da soberania popular	3	Institucional
3105-CapitaoAlden-01	Capitão Alden	PL	BA	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“lançamento da frente parlamentar em defesa das guardas civis municipais de todo o brasil.”	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo	1	Institucional
3105-CapitaoAlden-02	Capitão Alden	PL	BA	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“a criação desses conselhos e de suma importância, pois fornecera uma cadeia de comando específica para a categoria.”	Policy core	PC1	PC1.3 Municipalização plena da política ambiental	3	Institucional
3105-CapitaoAlden-03	Capitão Alden	PL	BA	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“limita a atuação das guardas civis municipais na fiscalização de trânsito em todo o brasil.”	Secondary belief	SC5	SC5.2 Reação ao STF por suposta usurpação de	2	Institucional

									funções legislativas		
3105-CapitaoAlden-04	Capitão Alden	PL	BA	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“Bahia farm. show, o maior evento do norte e nordeste relacionado ao agronegócio.”	Deep core	DC7	DC7.1 Políticas públicas devem priorizar o crescimento econômico e a eficiência produtiva do setor agropecuário	1	Econômico
3105-CapitaoAlden-05	Capitão Alden	PL	BA	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“apesar de todos os esforços desse desgoverno para derrubar o agro.”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/Moral
3105-CapitaoAlden-06	Capitão Alden	PL	BA	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“fica registrado o nosso repudio primeiramente a visita do maduro ao nosso país.”	Secondary belief	SC7	SC7.3 Mobilização de moralidade, patriotismo e valores nacionais para legitimar posições políticas	3	Identitário/Moral
3105-GerlenDiniz-01	Gerlen Diniz	PP	AC	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“eu já fui vereador e sei a importância que tem os vereadores [...] e ele que recebe as demandas populares todos os dias.”	Deep core	DC6	DC6.1 A legitimidade democrática reside prioritariamente nos representantes eleitos, especialmente no Legislativo	1	Institucional
3105-GerlenDiniz-02	Gerlen Diniz	PP	AC	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“estupro, tortura, assassinato, tráfico de entorpecentes [...] estou me referindo ao atual presidente da Venezuela.”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs,	2	Identitário/Moral

									esquerda, STF) nos discursos		
3105-GerlenDiniz-03	Gerlen Diniz	PP	AC	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“e uma vergonha para o povo brasileiro receber aqui, com as honras de chefe de estado, um cidadão acusado desses crimes.”	Secondary belief	SC7	SC7.3 Mobilização de moralidade, patriotismo e valores nacionais para legitimar posições políticas	3	Identitário/Moral
3105-GerlenDiniz-04	Gerlen Diniz	PP	AC	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“votamos aqui [...] uma autorização para que o presidente da republica gaste [...] mais de 500 bilhões de reais.”	Secondary belief	SC6	SC6.1 Rejeição à regulação ambiental considerada punitiva	1	Econômico
3105-GerlenDiniz-05	Gerlen Diniz	PP	AC	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“ontem votamos a medida provisória nº 1.154, que resultou em 37 ministérios. e o maior cabide de emprego oficial da historia deste pais.”	Secondary belief	SC6	SC6.1 Rejeição à regulação ambiental considerada punitiva	1	Institucional/Econômico
3105-GerlenDiniz-06	Gerlen Diniz	PP	AC	Sessão Deliberativa	31/05/2023	“votei contra e vou continuar votando contra este desgoverno do pt.”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/Moral
0106-AbilioBrunini-01	Abilio Brunini	PL	MT	Sessão Deliberativa	01/06/2023	“esse processo de vingança que o lula esta querendo estabelecer no pais mata o pais, envenena o pais. esse processo de perseguição politica, de atacar quem não concorda com ele, mata a democracia, envenena a democracia.”	Secondary belief	SC5	SC5.2 Reação ao STF por suposta usurpação de funções legislativas	2	Institucional
0106-AbilioBrunini-02	Abilio Brunini	PL	MT	Sessão Deliberativa	01/06/2023	“o lula quer perseguir o congresso, mas não vai conseguir. a cada dia que se	Secondary belief	SC5	SC5.3 Defesa da autonomia do	3	Institucional

						passa, a câmara tem se posicionado em numero maior e crescente contra os desmandos do governo lula.”			Legislativo como expressão da soberania popular		
0106-AbilioBrunini-03	Abilio Brunini	PL	MT	Sessão Deliberativa	01/06/2023	“o Marco Temporal passou.”	Secondary belief	SC1	SC1.1 Defesa de marcos temporais claros como critério central para evitar insegurança jurídica	1	Jurídico
0106-AbilioBrunini-04	Abilio Brunini	PL	MT	Sessão Deliberativa	01/06/2023	“a mp dos ministérios acabou com o ministério da marina silva, acabou com o ministério daquela guajará lá.”	Secondary belief	SC5	SC5.3 Defesa da autonomia do Legislativo como expressão da soberania popular	3	Institucional
0106-AbilioBrunini-05	Abilio Brunini	PL	MT	Sessão Deliberativa	01/06/2023	“não podemos aceitar que o brasil vire o modelo que vocês tanto admiram, que e a Venezuela.”	Secondary belief	SC7	SC7.3 Mobilização de moralidade, patriotismo e valores nacionais para legitimar posições políticas	3	Identitário/Moral
0106-AbilioBrunini-06	Abilio Brunini	PL	MT	Sessão Deliberativa	01/06/2023	“nos estamos vivendo dias de preambulo de ditadura.”	Secondary belief	SC7	SC7.3 Mobilização de moralidade, patriotismo e valores nacionais para legitimar posições políticas	3	Identitário/Moral
0106-AdrianaVentura-01	Adriana Ventura	NOVO	SP	Sessão Deliberativa	01/06/2023	“advogado pessoal em uma corte superior, no supremo tribunal federal? e o aparelhamento da justiça em favor de interesses de grupos específicos.”	Secondary belief	SC5	SC5.2 Reação ao STF por suposta usurpação de funções legislativas	2	Jurídico
0106-AdrianaVentura-02	Adriana	NOVO	SP	Sessão Deliberativa	01/06/2023	“ex-gsi de lula entregou relatórios	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização	1	Institucional

	Ventura					inconsistentes sobre 8 de janeiro. nos do partido novo mandamos um requerimento de informação para o ministro Goncalves dias [...] ele omitiu inúmeras informações.”			do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo		1
0106-AdrianaVentura-03	Adriana Ventura	NOVO	SP	Sessão Deliberativa	01/06/2023	“governo libera 1,7 bilhão em emendas em dia d de votações. [...] que vergonha esse balcão de negócios que existe nesta casa.”	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo	1	Institucional
0106-AdrianaVentura-04	Adriana Ventura	NOVO	SP	Sessão Deliberativa	01/06/2023	“não e nada transparente, não tem nenhum critério, não tem nenhuma vinculação a politica publica.”	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo	1	Institucional
0106-AlbertoFraga-01	Alberto Fraga	PL	DF	Sessão Deliberativa	01/06/2023	“ontem o governo, que estava derrotado, negociou, abriu as pernas, literalmente, para os grandes partidos, a fim de ter a sustentação necessária para aprovar a medida provisória nº 1.154.”	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo	1	Institucional
0106-AlbertoFraga-02	Alberto Fraga	PL	DF	Sessão Deliberativa	01/06/2023	“o aumento do numero de ministérios, de 23 para 37, representa cabide de empregos.”	Secondary belief	SC6	SC6.1 Rejeição à regulação ambiental considerada punitiva	1	Econômico
0106-AlbertoFraga-03	Alberto Fraga	PL	DF	Sessão Deliberativa	01/06/2023	“o presidente lula indicou o seu advogado para ser ministro do supremo tribunal federal. meu deus, se isso não for aparelhamento, o que e?”	Secondary belief	SC5	SC5.2 Reação ao STF por suposta usurpação de funções legislativas	2	Jurídico
0106-AlbertoFraga-04	Alberto Fraga	PL	DF	Sessão Deliberativa	01/06/2023	“esta na hora de esta casa tomar vergonha e aprovar aqui uma pec para que os	Policy core	PC1	PC1.5 Visão integradora e	5	Institucional

						ministros do supremo sejam de carreira.”			cooperativa entre os entes federativos		
0106-Bacelar-01	Bacelar	PV	BA	Sessão Deliberativa	01/06/2023	“de modo a atingir os propósitos do acordo de paris, isto e, de reduzir a emissão de gases de efeito estufa, o mundo vai ter que descarbonizar o seu sistema energético.”	Deep core	DC1	DC1.4 A natureza deve ser protegida como valor autônomo, independentemente de sua utilidade econômica ou produtiva	4	Ambiental
0106-Bacelar-02	Bacelar	PV	BA	Sessão Deliberativa	01/06/2023	“nos, paradoxalmente, somos o quinto país do mundo em emissão de gases de efeito estufa, mas, por outro lado, se temos esse potencial de ofensa ao meio ambiente, temos também neste país os recursos naturais necessários para a transição energética.”	Deep core	DC1	DC1.3 A proteção ambiental deve ser conciliada com a produção agropecuária, sem primazia explícita de um valor sobre o outro	3	Ambiental
0106-Bacelar-03	Bacelar	PV	BA	Sessão Deliberativa	01/06/2023	“além de contribuir para que o ambiente seja um ambiente preservado.”	Deep core	DC7	DC7.4 Políticas públicas devem ser orientadas principalmente por objetivos sociais e ambientais	4	Ambiental
0106-Bacelar-04	Bacelar	PV	BA	Sessão Deliberativa	01/06/2023	“essa comissão foi instalada ontem sob a presidência do deputado arnaldo jardim, tendo como relator a minha pessoa.”	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo	1	Institucional
0106-Bacelar-05	Bacelar	PV	BA	Sessão Deliberativa	01/06/2023	“para um pequeno agricultor na caatinga, um pequeno agricultor no sertão da Bahia	Policy core	PC6	PC6.3 Adaptação significativa das	3	Econômico

						[...] uma torre de energia eólica [...] já rende para esse pequeno produtor cerca de 5 a 6 mil reais mensais por torre.”			normas às realidades locais		
0106-CaboGilbertoSilva-01	Cabo Gilberto Silva	PL	PB	Sessão Deliberativa	01/06/2023	“o brasil, ultimamente, sr. presidente, esta servindo de chacota para a comunidade internacional, por conta da política externa do sr. Luiz Inacio lula da silva”	Secondary belief	SC7	SC7.3 Mobilização de moralidade, patriotismo e valores nacionais para legitimar posições políticas	3	Identitário/Moral
0106-CaboGilbertoSilva-02	Cabo Gilberto Silva	PL	PB	Sessão Deliberativa	01/06/2023	“ele trouxe para o pais [...] um ditador sanguinário, um ‘narco ditador’, maduro.”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos	2	Identitário/Moral
0106-CaboGilbertoSilva-03	Cabo Gilberto Silva	PL	PB	Sessão Deliberativa	01/06/2023	“quase um quarto da população saiu daquele pais por conta da ditadura sanguinária de Nicolas maduro, que fraudou as eleições.”	Secondary belief	SC7	SC7.3 Mobilização de moralidade, patriotismo e valores nacionais para legitimar posições políticas	3	Identitário/Moral
0106-CaboGilbertoSilva-04	Cabo Gilberto Silva	PL	PB	Sessão Deliberativa	01/06/2023	“a mp, dos ministérios do desgoverno lula, caducou.”	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo	1	Institucional
0106-CaboGilbertoSilva-05	Cabo Gilberto Silva	PL	PB	Sessão Deliberativa	01/06/2023	“o aumento do numero de ministérios [...] para o senhor pagar essa conta?”	Secondary belief	SC6	SC6.1 Rejeição à regulação ambiental considerada punitiva	1	Econômico
0106-CaboGilbertoSilva-	Cabo	PL	PB	Sessão Deliberativa	01/06/2023	“um ministro da suprema corte autorizou	Secondary belief	SC5	SC5.2 Reação ao	2	Jurídico

06	Gilberto Silva					a policia federal a investiga-lo, na mesma hora. e ou não e perseguição? e ou não e intimidação?”			STF por suposta usurpação de funções legislativas		
0106-CaboGilbertoSilva-07	Cabo Gilberto Silva	PL	PB	Sessão Deliberativa	01/06/2023	“a democracia não esta sendo respeitada. os três poderes não estão funcionando em harmonia.”	Deep core	DC6	DC6.1 A legitimidade democrática reside prioritariamente nos representantes eleitos, especialmente no Legislativo	1	Institucional
0106-CapitaoAlden-01	Capitão Alden	PL	BA	Sessão Deliberativa	01/06/2023	“foi especialmente marcante em razão do lançamento da frente parlamentar em defesa das guardas civis municipais de todo o brasil.”	Secondary belief	SC5	SC5.1 Valorização do Parlamento como instância soberana e voz legítima do povo	1	Institucional
0106-CapitaoAlden-02	Capitão Alden	PL	BA	Sessão Deliberativa	01/06/2023	“a criação desses conselhos e de suma importância, pois fornecera uma cadeia de comando especifica para a categoria, trazendo mais organização e uniformidade”	Policy core	PC1	PC1.4 Descentralização ponderada conforme a matéria regulada	4	Institucional
0106-CapitaoAlden-03	Capitão Alden	PL	BA	Sessão Deliberativa	01/06/2023	“o maior evento do norte e nordeste relacionado ao agronegócio.”	Deep core	DC7	DC7.1 Políticas públicas devem priorizar o crescimento econômico e a eficiência produtiva do setor agropecuário	1	Econômico
0106-CapitaoAlden-04	Capitão Alden	PL	BA	Sessão Deliberativa	01/06/2023	“apesar de todos os esforços desse desgoverno para derrubar o agro”	Secondary belief	SC7	SC7.2 Construção de inimigos	2	Identitário/Moral

									políticos (ONGs, esquerda, STF) nos discursos		
0106-CapitaoAlden-05	Capitão Alden	PL	BA	Sessão Deliberativa	01/06/2023	“fica registrado o nosso repudio primeiramente a visita do maduro ao nosso pais”	Secondary belief	SC7	SC7.3 Mobilização de moralidade, patriotismo e valores nacionais para legitimar posições políticas	3	Identitário/Moral
0106-EduardoVelloso-01	Eduardo Velloso	UNIÃO	AC	Sessão Deliberativa	01/06/2023	“eu quero começar pedindo desculpas a população acriana, porque o estado ainda não esta muito capacitado para o atendimento das pessoas que são portadoras do transtorno do espectro autista.”	Deep core	DC7	DC7.3 Políticas públicas devem priorizar a redução de desigualdades e a proteção de direitos sociais	3	Identitário/Moral
0106-EduardoVelloso-02	Eduardo Velloso	UNIÃO	AC	Sessão Deliberativa	01/06/2023	“hoje, mais ou menos 9 mil pessoas esperam para saber o diagnostico.”	Secondary belief	SC6	SC6.2 Apoio à intervenção estatal sob a forma de crédito, incentivos ou infraestrutura	2	Institucional
0106-EduardoVelloso-03	Eduardo Velloso	UNIÃO	AC	Sessão Deliberativa	01/06/2023	“tanto a saúde suplementar quanto o sus merecem que esses pacientes sejam bem tratados.”	Deep core	DC7	DC7.3 Políticas públicas devem priorizar a redução de desigualdades e a proteção de direitos sociais	3	Institucional
0106-EduardoVelloso-04	Eduardo Velloso	UNIÃO	AC	Sessão Deliberativa	01/06/2023	“estamos pensando em que esses centros de referencia sejam, em médio prazo, instalados em Brasileia ou Eritaciolândia, em rio branco, em Envira ou Purus, em sena Madureira [...] e na cidade de	Policy core	PC6	PC6.3 Adaptação significativa das normas às realidades locais	3	Institucional

						cruzeiro do sul.”					
0106-EduardoVelloso-05	Eduardo Velloso	UNIÃO	AC	Sessão Deliberativa	01/06/2023	“Com isso, 80% da população do estado do Acre estará coberta.”	Secondary belief	SC6	SC6.2 Apoio à intervenção estatal sob a forma de crédito, incentivos ou infraestrutura	2	Econômico

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE D

Tabela D1- Voto na PL nº 490/2007 por partido (apenas parlamentares da FPA)

Partido	N total_fpa_partido	N Pro_Marco	N Anti_Marco	% Pro_Marco	% Anti_Marco	anti_n	anti_pct
PL	78	77	1	98.7%	1.3%	1	0,01
UNIÃO	44	44	0	100.0%	0.0%	0	0
PP	37	35	2	94.6%	5.4%	2	0,05
REPÚBLICA NOS	27	24	3	88.9%	11.1%	3	0,11
MDB	23	18	5	78.3%	21.7%	5	0,21
PSD	22	19	3	86.4%	13.6%	3	0,13
PT	11	0	11	0.0%	100.0%	11	1
PSDB	11	9	2	81.8%	18.2%	2	0,18
PSB	8	2	6	25.0%	75.0%	6	0,75
PDT	6	1	5	16.7%	83.3%	5	0,83
PODE	6	4	2	66.7%	33.3%	2	0,33
PV	3	1	2	33.3%	66.7%	2	0,66
PATRIOTA	3	2	1	66.7%	33.3%	1	0,33
AVANTE	3	3	0	100.0%	0.0%	0	0
NOVO	3	3	0	100.0%	0.0%	0	0

SOLIDARIE DADE	2	1	1	50.0%	50.0%	1	0,5
CIDADANIA	2	2	0	100.0%	0.0%	0	0
PSC	2	2	0	100.0%	0.0%	0	0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Congresso Nacional (2023).

APÊNDICE E

Tabela E1- Voto no Veto Presidencial nº 30/2023 por partido no interior da FPA

Partido.x	N Pro_ Marco (derrubou veto)	N Anti_ Marco (manteve veto)	% Pro_ Marco (derrubou veto)	% Anti_ Marco (manteve veto)	total_fpa _partido	anti_n	anti_pct
PSB		5		100.0%	5	5	1
PT		3		100.0%	3	3	1
PCdoB		1		100.0%	1	1	1
Cidadania	1	1	50.0%	50.0%	2	1	0,5
Solidariedade	1	1	50.0%	50.0%	2	1	0,5
PDT	5	3	62.5%	37.5%	8	3	0,37
Patriota	3	1	75.0%	25.0%	4	1	0,25
MDB	20	4	83.3%	16.7%	24	4	0,16
Podemos	7	1	87.5%	12.5%	8	1	0,12
PSD	24	3	88.9%	11.1%	27	3	0,11
Republicanos	18	2	90.0%	10.0%	20	2	0,1
PSDB	10	1	90.9%	9.1%	11	1	0,09
PP	39	2	95.1%	4.9%	41	2	0,04
União	38	1	97.4%	2.6%	39	1	0,02
PL	74	1	98.7%	1.3%	75	1	0,01
Avante	3		100.0%		3	0	0
Novo	3		100.0%		3	0	0
PV	3		100.0%		3	0	0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Congresso Nacional (2023).